An aerial photograph of a city built on a riverbank. The city is densely packed with buildings, mostly with red-tiled roofs, and interspersed with green trees. The river is a deep blue color, and several small boats are visible on its surface. In the background, there are rolling green hills under a bright blue sky with scattered white clouds. The entire image is framed by a thin yellow border.

# CIDADES E BEM VIVER NA AMAZÔNIA

Ana Cláudia Duarte Cardoso  
(Prefácio)

Ana Beatriz Oliveira Reis  
Erick Rodrigo Porto Pinho  
Lucimar Naiara dos Santos Alves  
Yuri Santana Rodrigues  
(Organizadores)

Ana Beatriz Oliveira Reis  
Erick Rodrigo Porto Pinho  
Lucimar Naiara dos Santos Alves  
Yuri Santana Rodrigues  
(Organizadores)

# Cidades e Bem Viver na Amazônia

---

1ª edição

SANTARÉM-PARÁ  
UFOPA  
2019

Realização



Apoio



# **Cidades e Bem Viver na Amazônia**

## **Ana Beatriz Oliveira Reis**

Professora Assistente de Direito do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Mestra em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF). Especialista em Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Associada ao Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU).

## **Erick Rodrigo Porto Pinho**

Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e graduando em Ciências Econômicas pela mesma universidade. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito à Cidade em Santarém (GDAC) e do Grupo de Pesquisa (Diretório CNPq): Economia, Desenvolvimento, Criminalidade, Estado, Políticas Públicas e Geotecnologias.

## **Lucimar Naiara dos Santos Alves**

Graduanda em bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Direito à Cidade em Santarém (GDAC). É extensionista no Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular da UFOPA (NAJUP CABANO).

## **Yuri Santana Rodrigues**

Graduando do Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (PCEDR/UFOPA). Bolsista de Iniciação Científica no Projeto de Pesquisa Direito à Cidade em Santarém (GDAC/UFOPA), além disso é membro fundador do Coletivo de Estudantes Negros Alessandra Caripuna (UFOPA) e membro do Grupo de pesquisa Cidades e Cidadanias na Floresta Amazônica (GPCCFAM/UFPA).

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

Publicado em dezembro de 2019 pela UFOPA

Edição: Número 1

Editora: Universidade Federal do Oeste do Pará

Projeto Gráfico: Tato Gomes

Capa: Jéssica de Miranda Matos

Foto da capa: Adrio Denner Santos de Sousa

Revisão: Jenna Valéria Santos de Sousa

Formato: Digital

ISBN: (978-85-65791-42-2)

## **CONSELHO EDITORIAL**

Amanda Fabrícia Leão Mota

Ana Beatriz Oliveira Reis

André Freire Azevedo

Andréa Simone Rente Leão

Anne Rapp Py-Daniel

Bruno Sanches Ranzani da Silva

Cíntia dos Santos Moreira Bispo

Elen Cristina da Silva Pessôa

Francilene Sales da Conceição

Girlián Silva de Sousa

João Paulo Soares de Cortes

Márcio Júnior Benassuly Barros

Rafael Caldeiras Magalhães

Sara da Costa Pereira

Sidney Canto

Vanessa Sander

# S U M A R I O

---

PREFÁCIO .....	10
APRESENTAÇÃO .....	20
O DIREITO À CIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE SANTARÉM.....	23
<b>SEÇÃO 01 – DIREITO À CIDADE E MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>42</b>
ESPAÇOS PÚBLICOS EM SANTARÉM E O PLANO DIRETOR .....	43
DINÂMICAS DA FORMAÇÃO DAS CIDADES AMAZÔNICAS.....	50
A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DA PROPRIEDADE: ANÁLISE DOS MECANISMOS UTILIZADOS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA.....	55
ICMS ECOLÓGICO, POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E A GESTÃO DESCENTRALIZADA DA SUSTENTABILIDADE NO BAIXO AMAZONAS.....	62
REFLEXÕES SOBRE SANEAMENTO EM UMA METRÓPOLE AMAZÔNICA .....	69
<b>SEÇÃO 02 – DIREITO À CIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>76</b>
O DIREITO À CIDADE NO BAIXO AMAZONAS: O BEM VIVER E A ATUAÇÃO DOS SUJEITOS COLETIVOS EM SANTARÉM-PA.....	77
E FELIZ ANIVÉRSÁRIO BABYBUS: SOBRE A EXPERIÊNCIA ENQUANTO EXTENSIONISTA DA AJUP-UFMG (E MENINA DE ASFALTO) NO AGLOMERADO DA SERRA .....	83
A LUTA POPULAR URBANA PELO DIREITO À CIDADE: AS MULHERES COMO PROTAGONISTAS DAS AÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM .....	87
O DIREITO CONQUISTADO NO DIA A DIA: A EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR NAS OCUPAÇÕES URBANAS EM SANTARÉM-PA .....	95
A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA DO MTLM: UM ESTUDO DA OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ NA CIDADE DE SANTARÉM/PA.....	102

<b>SEÇÃO 03 – DIREITO À CIDADE, GÊNERO E SEXUALIDADE.....</b>	<b>109</b>
PROGRAMA TRANSCIDADANIA: CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO SOCIAL DAS TRAVESTIS, MULHERES E HOMENS TRANSGÊNEROS NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	110
LGBT’s EM SANTARÉM: SEUS DIREITOS VÃO ALÉM DO RECEBIMENTO DE PRESERVATIVOS .....	119
A VISIBILIDADE NEGRA AMAZÔNICA EM PERSPECTIVA COMO DESAFIO SOCIOAMBIENTAL.....	124
DESAFIOS FAMILIARES APÓS SUICÍDIO DE HOMOSSEXUAIS .....	130
<b>SEÇÃO 04 – DIREITO À CIDADE E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>138</b>
A INFLUÊNCIA DE GRANDES PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS NA DINÂMICA URBANA DE SANTARÉM COMO AMEAÇA AO BEM VIVER DE SEUS POVOS .....	139
“AS BARRAQUEIRAS DA BEIRA”: AS VENDEDORAS DA “RUA DA FRENTE” DE ALENQUER .....	146
A DIMENSÃO AMBIENTAL NO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BELÉM: SUA GESTÃO NA ÁREA URBANA FRENTE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO.....	154
CHARLES BAUDELAIRE, MARCO POLO E JOÃO DO RIO EM UMA EXPERIÊNCIA ERRÁTICA POR SANTARÉM: UM RELATO DA VIDA COTIDIANA DOS “PÉS-INCHADOS” .....	163
CRISE URBANA E AGLOMERADOS SUBNORMAIS: UM OLHAR PARA A VISTA ALEGRE DO JUÁ .....	171
DIREITO À CIDADE E O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO COMO INSTRUMENTO PARA IGUALDADE .....	178
<b>SEÇÃO 05 – DIREITO À CIDADE E TERRITORIALIDADES.....</b>	<b>183</b>
O DIREITO À MORADIA ADEQUADA E O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”: O CASO DO RESIDENCIAL SALVAÇÃO NA CIDADE DE SANTARÉM-PA.....	184

TERRITORIALIDADE DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM: AS MARGENS DAS PRINCIPAIS RODOVIAS.....	192
DIAGNÓSTICO DE PONTOS DE ESPERA DE ÔNIBUS NO BAIRRO CARANAZAL EM SANTARÉM – PA: VISÃO DOS USUÁRIOS .....	197
EXPANSÃO URBANA E SERVIÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO ELCIONE BARBALHO, SANTARÉM (PA) .....	203
ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO NO BAIRRO AEROPORTO VELHO EM SANTARÉM, PA: ÊNFASE NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS .....	209
DINÂMICAS TERRITORIAIS URBANAS EM SANTARÉM-PA E A OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ .....	216
O ÍNDIGENA EM CENA: A REPRESENTATIVIDADE DOS POVOS ÍNDIGENAS EM CONTEXTOS DE PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS.....	223
A PERIFERIA NO CENTRO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS CIDADÃOS DE BAIRROS “INVISÍVEIS” NA ECONOMIA DO CENTRO HISTÓRICO COMERCIAL DE SANTARÉM.....	229
APROXIMAÇÕES E ANÁLISE DA ESTAÇÃO VILARINHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE CONEXÃO INTERMODAL - BICICLETA, ÔNIBUS E METRÔ .....	235
DIAGNÓSTICO DE PROBLEMÁTICAS NA POLIGONAL DA AVENIDA TAPAJÓS ENTRE LOGRADOUROS JOÃO OTAVIANO DE MATOS E SANTA CRUZ: AÇÃO E ESPAÇO .....	243
DIREITO URBANO: EXPRESSÃO DA IDEOLOGIA DAS CLASSES DOMINANTES.....	250
<b>SEÇÃO 06 – DIREITO À CIDADE, À MEMÓRIA E AO PATRIMÔNIO PÚBLICO.....</b>	<b>256</b>
CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO PARA PRESERVAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA PRAÇA FARIA NEVES, RECIFE- PE.....	257
SER MÚSICO EM SANTARÉM: CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CIDADE .....	264
DIREITO À MÚSICA: ENSAIO ETNOGRÁFICO DE UMA MUSICOLOGIA TAPAJOARA.....	270

SAUDADES DA “VEROCA”: MEMÓRIAS DA PRAIA DE VERA PAZ ANTES DO PORTO DA CARGILL, SANTARÉM/PA.....	275
<b>II SEMINÁRIO DE DIREITO À CIDADE EM SANTARÉM-PA .....</b>	<b>282</b>
COMISSÃO ORGANIZADORA .....	284
II SEMINÁRIO DE DIREITO À CIDADE EM SANTARÉM-PA .....	285

## PREFÁCIO

Em maio de 1968 Henri Lefebvre publicou o livro *Direito à Cidade* para explicar a Paris de seu tempo, apoiado em uma investigação minuciosa de um século de mudanças daquela cidade. Os conceitos e categorias apresentados naquela obra ressurgiram radicalizados no livro *Revolução Urbana*, publicado em 1970. O segundo livro já começou com a apresentação de um eixo de urbanização da humanidade que avança em direção à utopia da sociedade urbana, que será atingida quando todas as pessoas estiverem desalienadas de sua condição e conscientes de que a cidadania plena será experimentada quando não houver mais exploração, seja de pessoas, seja da natureza.

Esse legado inspirador foi concebido a partir da realidade de uma sociedade central e plenamente industrializada, bastante diferente da brasileira e, em particular da amazônica, mas em diversos pontos muito oportuna. Após décadas de desenvolvimentismo e modernizações seletivas fomos integrados à lógica da sociedade industrial, mas como fornecedores de matéria prima e periféricos em relação ao sistema mundo. Ao longo dessas décadas, os rearranjos institucionais tornaram os habitantes que herdaram o conhecimento sobre como manejar um bioma, tão exuberante, invisíveis aos olhos dos formuladores de políticas públicas, para que a ação do capital pudesse operar a homogeneização, a integração e a hegemonia que favorecem os negócios.

A visão da Amazônia como uma região de vocação agrária e extrativista pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento implantados durante o governo militar, pressupunha a floresta morta, como matéria prima a ser explorada, assim como sua gente. A expectativa de usar a terra para usos de interesse nacional, para distensionar conflitos de outras regiões, de ampliar o superávit da balança comercial com exportação de commodities, atraiu ondas migratórias

oriundas de contextos mais urbanos, que esperavam reconstruir seus mundos na fronteira aberta pelos militares. Mas isso não aconteceria sem resistências!

As múltiplas trajetórias concorrentes na Amazônia criaram processos ambíguos, híbridos, que não permitem a reprodução de velhas fórmulas, nem o completo descaso com grupos sociais que sabem como gerir um patrimônio que hoje tem importância planetária, e cuja exploração não conta mais com o véu da ignorância sobre o contexto de mudanças climáticas ou sobre o fato do maior peso dos impactos socioambientais ser sempre transferido para os grupos de menor poder econômico. O mundo mudou após as revoluções do século XX, mas a Amazônia não foi completamente convertida, assim como diversos outros espaços brasileiros, em especial as periferias das cidades, ou as vilas e comunidades rurais, que embora sofram grande impacto do que Roberto Monte-Mór chamou de urbano extensivo, ainda resistem.

A implantação de logística para exploração de riquezas naturais, em uma era em que, segundo Milton Santos, o espaço foi transformado em meio técnico, científico e informacional, introduziu uma situação nova na Amazônia, em que o urbano se espalha ao longo de uma rede (um tecido urbano estendido) formada por estradas e usos urbano-industriais (hidrelétricas, fazendas, campos de monocultura, distritos industriais, portos) que substituem a mancha urbana contínua da grande metrópole, mas permitem que a exploração aconteça e que também seus impactos se manifestem. Subitamente, comunidades rurais seculares e as áreas de floresta e várzea foram ressignificadas, convertidas em periferias urbanas, em áreas de cultivo ou alvo de pressões imobiliárias.

A partir desse panorama, problemas das cidades brasileiras foram discutidos a partir de Santarém, onde aconteceu o II Seminário de Direito à Cidade “*Cidades e Bem Viver na Amazônia*”, realizado nos dias 30 e 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 2019,

na Universidade Federal do Oeste do Pará, sob a coordenação da Professora Ana Beatriz Oliveira Reis, confirmando a autenticidade e propriedade da periferia para falar dos problemas e pautas vividos, seja nas grandes cidades brasileiras representadas no evento (como Recife, Belo Horizonte ou Belém), seja na cidade ou localidade amazônica.

As trajetórias híbridas e incompletas desse universo explicitam a necessidade de interdisciplinaridade e de uma narrativa que posicione o centro do debate na vida cotidiana. Nesse ponto Henri Lefebvre e Alberto Acosta convergem e a busca do direito à vida cotidiana na cidade se aproxima da busca pelo bem viver e da oportunidade de imaginar outros mundos possíveis. Acosta é um dos representantes de um movimento que cresce na América do Sul, de revisão de paradigmas e de liberação das estruturas de pensamento e ação que reeditam o colonialismo indefinidamente.

Essas duas inspirações orientaram as narrativas das quatro seções do seminário, em busca do realinhamento dos sujeitos e da produção de parâmetros para a experiência da vida enraizados na realidade vivida. O tempo lento e seus padrões espaciais não foram completamente apagados pela ação oficial dos últimos 70 anos, ainda persistem na formação social da Amazônia, criando um ambiente de resistência muito interessante para a reflexão e a inovação em tempos de tamanhas desigualdades e descrenças.

A disputa do território entre grupos que sempre sobreviveram a partir da natureza viva, dispersos em pequenas cidades e em outras tipologias de assentamentos humanos, e os grupos que enxergam a terra e os recursos naturais como insumos para sua produção, orientada para exportação e dissociada do saber e da capacidade de trabalho de sua população, cria tensões não reconhecidas pelos formuladores de políticas públicas educados e inseridos em outros contextos. Embora a visão hegemônica da grande cidade, da grande mancha urbana, tão típica do século XX, pautada por solu-

ções de infraestrutura cinza (dependente do concreto e de grandes intervenções) ainda seja vista como manifestação de progresso e de modernidade, a carência de postos de trabalho, de capacidade de investimento para controlar a presença da água na região, demonstram que essa é uma visão parcial e descolada da realidade de muitos grupos sociais vivos e potentes.

As seções desta coletânea oferecem pistas sobre essas vozes, e mostram seus ecos e correspondências Brasil afora. Na Seção 1, dedicada ao Direito à Cidade e Meio Ambiente suscita muitas reflexões dado a enorme necessidade de avanço nesse campo. Os casos apresentados alertam para o quanto a aculturação e o controle podem acontecer a partir da prática do urbanismo, da imposição de padrões espaciais baseados em outras realidades, que não respondem às práticas sociais e espaciais da população alvo, inclusive às circunstâncias econômicas que buscam de fato “civilizar” as pessoas.

Há necessidade de se questionar o que significa desenvolver cidades? Cidades para quem? Para durar quanto tempo? Como abordar em um plano diretor as necessidades de acesso a bens primários (água, terra, biodiversidade) dos grupos que pertencem às matrizes étnicas enraizadas na região (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) e que não compartilham da visão hegemônica sobre urbano e rural? A legislação brasileira oferece premissas gerais interessantes, mas os instrumentos legais que apoiam a operacionalização da gestão (como o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole) pressupõem uma outra lógica e não contemplam plenamente as demandas e possibilidades que emergem da prática cotidiana dos habitantes que vivem segundo à lógica da floresta viva. A discussão em Santarém é fundamental para iluminar situações semelhantes vivenciadas em cidades brasileiras de outras regiões, como o caso da comunidade que vive oprimida no Quilombo dos Macacos em Salvador ou dos caiçaras que vivem na região de Paraty, no Rio de Janeiro.

O município de Santarém conta com experiências de gestão coletiva de terras públicas, não pautadas pela lógica da propriedade privada da terra, tornadas possíveis por meio da demarcação de assentamentos diversos, que por décadas viabilizaram a permanência e coexistência das diversas matrizes étnicas não hegemônicas na região de Santarém, dentro e fora da cidade, constituindo um excelente laboratório para estudos territoriais, que poderia apoiar um exercício de elaboração do plano diretor bastante inovador, virtuoso e inclusivo.

Contudo, a grande dependência da ação do poder público na região e nos locais onde o mercado não tem interesse de investir, tornou-se uma ameaça em tempos de liberalismo declarado. No presente, todas as expectativas de atendimento da população estão sendo colocadas nas mãos do mercado, sem que exista simetria das relações de poder ou no acesso à informação sobre a lógica subjacente às propostas emergentes. A esse respeito, existiria distinção entre a maneira como esse processo se manifesta em Belém, Santarém ou Juruti? Se o mercado opera no sentido da homogeneização, é importante antecipar suas estratégias e a criação dos modos de vida híbridos difundidos por todas as tipologias de assentamentos humanos da Amazônia, desde a pequena localidade até a metrópole.

Qual seria a possibilidade de enriquecer o trabalho que já se faz (velho) e é bem-sucedido e resiste, com trabalho novo (tecnologias, conhecimentos)? Como usar os recursos efetivamente disponíveis, para o atendimento de novas expectativas de consumo criadas potencializadas pela atuação da mídia? Que arranjos institucionais seriam estratégicos para o enfrentamento das dificuldades enquanto elas ainda são superáveis, sob a perspectiva dos recursos financeiros e do conhecimento tecnológico disponíveis?

Na Seção 2, intitulada Direito à Cidade e Movimentos Sociais, há a constatação de que apesar de suas seduções, as modernizações pautadas pela importação de valores, saberes, tecnolo-

gias e formas de viver não são para todos, o que inspira a reflexão sobre a necessidade de lutar para evitar a perda daquilo de que não se deseja abrir mão. Quantas situações vividas, agradáveis e não dependentes de dinheiro, estão sob ameaça após mudanças que vinculam o acesso às experiências e aos lugares à renda? Em que medida esse acesso só é possível a quem já está integrado às formas hegemônicas de produção?

Nesta seção, vê-se que a extensão universitária oferece leituras do cotidiano que podem redefinir as pautas de pesquisa e dar visibilidade ao que é desconhecido das políticas públicas, mas que é vivido ou mesmo diferencial na vida de tantas pessoas. A correta compreensão do cotidiano, seja por meio da experiência do ônibus amarelo, seja na luta das mulheres pela liberdade de serem reconhecidas como sujeitos de si no mundo, faz da cidade um ambiente que unifica pautas e formas de luta de grupos oprimidos e invisíveis, nas cidades em geral, potencializados na Amazônia por recortes étnico raciais. As já conhecidas lutas de gênero e classe podem ser mais coloridas e diversas na cidade que não tem uma fronteira clara entre urbano e rural, onde as relações sociais podem tornar as pessoas menos invisíveis.

A discussão sobre a educação para o direito, como a experiência do Direito conquistado Dia a Dia, é fundamental para a compreensão de que o acesso a um teto não dá direito à cidade ou ao modo de vida urbano. Como fazer as pessoas darem mais ênfase ao valor de uso do que ao valor de troca? Como transformar a luta de cada um em uma luta coletiva? Como compreender a injustiça ambiental, a exclusão e a degradação em uma cidade do porte de Santarém, sem refletir sobre a reestruturação em curso do espaço rural?

Como fazer a sociedade compreender que a cidade é uma produção social e que a exclusão de sujeitos, confinados em espaços marginais, rotulados de irregulares, é uma consequência do

processo de especulação com a terra urbana e rural? Como fazer as pessoas compreenderem que a cidade se tornou um palco de lutas e que ter direito a um lugar abrange desde o direito à moradia até o direito à vida? Sim, porque dependendo do lugar onde se vive, a vida pode ser mais ou menos ameaçada, como se para nossa sociedade a distinção entre seres humanos fosse algo “natural”; será que esquecemos da universalidade dos direitos e já nos assumimos como meros consumidores?

A Seção 3, intitulada Direito à Cidade, Gênero e Sexualidade, destaca aspectos da luta da comunidade LGBTT, que podem ser vistos como insurgentes por alguns e ilícitos por outros, dependendo do volume de preconceitos e de desrespeito ao que é diferente de uma norma estabelecida por homens, brancos, incluídos no mercado, etc. Como fazer para difundir as políticas diferenciadas e recomendadas em acordos internacionais, nos contextos periféricos? Como superar a insuficiência de compreensão das necessidades humanas e evitar a violência contra essas minorias ainda mais excluídas que as demais? Como transformar a cidade em ambiente inclusivo, onde todas as formas de amor possam ser aceitas e compreendidas? E a partir disso tornar possível a redução da vulnerabilidade às doenças, à mutilação e à morte por falta de assistência adequada.

Os meios de comunicação facilitaram o autorreconhecimento dos indivíduos que se encontram nessa condição, mas a expressão e a aceitação no local de moradia ainda está por ser conquistada. As maiorias heteronormativas precisam ser preparadas para acolher as minorias LGBTT e esse é um debate político! Novamente, essa discussão precisa ser aproximada do debate étnico-racial, para dar potência às articulações e dar às pessoas a liberdade de poder viver em paz, em famílias diferentes, mas sobretudo em famílias humanas.

A Seção 4, sobre o Direito à Cidade e a Crítica ao Desenvolvimento, conta com uma apresentação mais detalhada do

conceito do Bem Viver nos textos apresentados por Ana Beatriz Reis e Sara Pereira. Os textos enfatizam o olhar a partir de dentro, a leitura decolonial da realidade vivida, para questionar as consequências do desenvolvimentismo na cidade, o círculo vicioso de desestruturação disruptiva do espaço rural e transferência forçada de população para as cidades.

No capitalismo periférico e tardio, a implantação da logística de transporte e a sua conexão com as cidades, opera a subordinação destas últimas às regiões e ordens distantes, de acordo com as determinações do mercado global. Poucos postos de trabalho são oferecidos devido à alta mecanização da produção, enquanto a remuneração dos trabalhadores nativos é baixa, e as condições de trabalho e de vida são piores do que o extrativismo de coleta e a pequena produção camponesa de antes. A biodiversidade que antes era manejada vem sendo destruída pelas novas atividades produtivas, em decorrência do dano ambiental causado pela exploração improvisada e intensa. A quem interessa esse desenvolvimento e essa modernização? Quem ganha e quem perde?

Santarém é um ótimo laboratório para a aguçar a percepção de que é preciso extrapolar o cidadismo e organizar as pautas sociais a partir de um contexto mais amplo, de um urbano extensivo explicitado na criação da Região Metropolitana de Santarém. No conflito entre trajetória, tal institucionalização nega o rural amazônico e promove estratégias de apagamento da velha cidade, do velho modo de vida, visto como inadequado por resistir às conversões recentes, mas que permite uma vida saudável e feliz há gerações.

A campanha contra as barraqueiras, ou o preconceito contra os pés-descalços, são facetas desse processo de estigmatização do que é nativo, agora visto como intruso pelos operadores da modernização. Mas em que lugar paira essa cidade? Quaisquer semelhanças dessa narrativa com as de outros contextos metropolitanos não são mera coincidência. O apagamento da cidade antiga e da

natureza dentro e fora da cidade são um fato a ser incorporado pela luta por direito à cidade, mais do que em qualquer outro contexto, entrelaçada à luta pelo direito à natureza (ou aos bens primários a ela associados – ao rio, à várzea, à floresta)

As Seções 05 e 06 são dedicadas ao Direito à Cidade e Territorialidades e ao Direito à Cidade à Memória e ao Patrimônio Público respectivamente, mas ambas falam da invisibilidade, da falta de respostas do setor público às necessidades da população. O caso do Residencial Salvação, que rapidamente se constituiu em um bolsão de pobreza, já se tornou área onde as ONGs são provedoras de solução. Será que a retirada do setor público do enfrentamento desses problemas não empurrará a Amazônia mais rapidamente para mãos estrangeiras?

Se não há capacidade de planejamento e controle (ou interesse de controle) do ritmo de mudança de uso da terra, no que resultará a desterritorialização de tantos grupos, que vivem como invisíveis na cidade e no meio rural, mas que sustentam com seu trabalho a gastronomia diferenciada e a cultura da região? Aliás, as resistências abrangem desde o trabalho desalienado do músico até as memórias de uma praia popular, que tinha acesso a custo zero, como a praia Vera Paz, que desapareceu da frente da cidade para tornar possível a logística portuária de exportação da soja.

Nos bairros que foram se constituindo após tantas transformações, os conflitos e formas de exclusão indicam que as pessoas só são visíveis mesmo a partir do seu trabalho (ou no seu local de trabalho); o espaço de moradia pode ser de difícil acesso, não contar com sinalização, nem com equipamentos. Também é “aceitável” que as pessoas não tenham espaço para andar, enquanto há prioridade à mobilidade de veículos. E o que pode ser dito sobre a mobilidade fluvial? A forma ancestral de deslocamento da região.

Este seminário deixou claro que o reconhecimento da diversidade é uma chave importante para o avanço em direção da utopia

da sociedade urbana, aquela que dará direito a todos ao conforto do modo de vida urbano (ex.: transporte multimodal; reconhecimento dos conflitos e disputas pelo território; acesso público à informação; acesso à serviços e equipamentos; cartografias do cotidiano que apoiem as minorias, etc.) e que significa bem mais do que o direito à cidade. A partir da discussão feita em Santarém está claro que é preciso lutar pela cidade, pelo rio, pela floresta, pela cultura, ou lutar pelo direito de existir e viver como sempre se viveu na Amazônia, como já reivindicam os povos de países vizinhos, através da filosofia do Bem Viver.

Belém, 22 de julho de 2019  
Ana Cláudia Duarte Cardoso

## APRESENTAÇÃO

“Cidades e bem viver na Amazônia” é uma coletânea de trabalhos científicos e relatos de experiência apresentados no II Seminário de Direito à Cidade em Santarém-PA que ocorreu nos dias 30, 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 2019 na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O evento foi uma iniciativa do grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém-PA” (GDAC) em parceria com a FASE Amazônia.

O primeiro seminário de direito à cidade promovido pelo GDAC em dezembro de 2017 teve como tema “Planos Diretores” e contou com a importante contribuição do professor Alex Magalhães do IPPUR/UFRJ que ministrou palestra sobre a revisão e a avaliação de planos diretores. O evento, além de colaborar para o amadurecimento de reflexões feitas ao longo do ano pelos estudantes do grupo de pesquisa sobre a temática, foi fundamental para dar visibilidade às discussões sobre o processo de revisão do Plano Diretor da cidade de Santarém, cujo desfecho no final do ano de 2018, consolidou tragédia anunciada pelo desrespeito do poder público municipal (poderes legislativo e executivo) à ordem constitucional urbanística, em especial, ao princípio da gestão democrática das cidades.

A experiência do I seminário do GDAC foi muito importante para idealizarmos o segundo seminário. Gostaríamos que na segunda edição, além das palestras, houvesse mais espaço para que os próprios discentes apresentassem seus trabalhos, oriundos de diversos campos do saber científico na sua relação com o direito à cidade. Além disso, acreditávamos (acreditamos!) que seria imprescindível que o seminário fosse construído por meio da parceria com os movimentos sociais que reivindicam o direito à cidade nas suas múltiplas configurações.

Para alcançarmos esses objetivos na maior medida possível, convidamos professores e militantes dos movimentos sociais para proporem seis grupos de trabalhos com os seguintes temas, sempre

relacionados ao direito à cidade: meio ambiente, movimentos sociais, gênero e sexualidade, crítica ao desenvolvimento, territorialidade e patrimônio público e cultura. Além de comunicações científicas, os grupos de trabalhos receberam relatos de experiência, modalidade de resumo expandido exclusivo aos ativistas e entidades dos movimentos sociais. Pesquisadores de outras instituições, entidades e movimentos sociais também foram convidados para proporem minicursos e, no último dia de evento, reservamos um espaço no Seminário para que os movimentos sociais da cidade organizassem uma plenária como forma de ampliar as discussões sobre as suas principais bandeiras de luta.

O tema do segundo seminário “Cidades e bem viver na Amazônia” também só foi possível a partir da interlocução com os movimentos sociais da cidade que, ao longo de 2018, ressaltaram em vários momentos as singularidades das cidades na Amazônia. Essas singularidades nos informam que esse direito à cidade reivindicado por sujeitos coletivos locais que, em sua maioria, não são tradicionalmente associados aos movimentos urbanos, não pode ser pensado somente pela lógica de outras metrópoles. Nesse sentido, a discussão do “Bem Viver”, tem sido fundamental para se pensar qual o conteúdo do direito à cidade que se reivindica no Baixo Amazonas por esses sujeitos coletivos.

As primeiras reuniões para organizar o II seminário foram realizadas ainda no mês de maio de 2018. A comissão organizadora foi formada por pesquisadores do GDAC, bolsistas e voluntários. Além das reuniões, foram realizados minicursos nos meses de outubro e novembro sobre metodologia da pesquisa como forma de arrecadar recursos para as despesas gerais do seminário.

Esses esforços coletivos possibilitaram que nosso II Seminário superasse as expectativas: mais de 40 trabalhos submetidos de diferentes estados brasileiros! Uma alegria imensa, tendo em vista a riqueza desses trabalhos, que nos proporcionou diversos olhares sobre o direito à cidade. Entre vários motivos de satisfação,

destacamos: o envolvimento de professores de diversos institutos e cursos da UFOPA (Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Ciências Econômicas, Direito, Arqueologia, Antropologia – ICS, Gestão Ambiental - ICTA, Geografia –ICED); contribuição de pesquisadores de instituições de ensino brasileiras: UFPA, UNAMA, UFMG, UNB, UNICAMP, entre outras; articulação com diferentes entidades da sociedade civil: FASE Amazônia, IBDU, UES, Pastoral da Juventude, Movimento Tapajós Vivo, entre outras.

Quanto aos resultados, na nossa avaliação, conseguimos nesse espaço favorecer ao diálogo intenso entre a academia e os movimentos sociais. Podemos afirmar que esse intercâmbio de ideias, nem sempre fácil, aconteceu de fato nos diversos Grupos de Trabalhos, nos Minicursos e também na Plenária da manhã do dia 01 de fevereiro de 2019.

Por fim, apresentamos essa obra enquanto um trabalho realizado por muitas mãos (e corações!). Aproveitamos essa oportunidade para agradecer imensamente todas as pessoas que dedicaram a realização desse evento. Agradecemos à UFOPA pelo apoio institucional e à Fase Amazônia pelo apoio na organização. Agradecemos aos professores palestrantes Bruno Soeiro e Ana Cláudia Duarte Cardoso, aos coordenadores de Grupos de Trabalho, aos facilitadores dos minicursos e a todas e todos que participaram apresentando seus trabalhos ou como ouvintes.

A experiência do II Seminário permanecerá nas nossas memórias por ter possibilitado a criação de novos laços entre academia e os sujeitos coletivos que dedicam suas vidas a construção de cidades outras, cujo o bem viver seja não apenas uma teoria distante, mas uma prática a ser possibilitada e respeitada por todos.

**Ana Beatriz Oliveira Reis**

Coordenadora do II Seminário de Direito à Cidade

Coordenadora do GDAC

# O DIREITO À CIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE SANTARÉM

Beatriz Abreu dos Santos<sup>1</sup>

O direito à cidade é mais do que o direito de acesso individual ou coletivo aos recursos que a cidade incorpora e disponibiliza. A cidade não é resultado natural do desencadear da vida. O direito à cidade é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os desejos e sonhos mais profundos de todos/todas que nela habitam. E se a cidade é o espelho destes sonhos e desejos, estamos coletivamente felizes com o que temos construído? A quem pertence as cidades?

Estas são algumas das perguntas que me guiaram durante o percurso até a reflexão nesta e nas próximas páginas. Acredito que a região amazônica é ainda mais especial para discutir o direito à cidade, pois o bem-viver nas cidades desta região, diferente de outras regiões do país, por exemplo, ainda está associado a uma relação direta com a natureza e com a economia proveniente dela.

## **A formação das redes urbanas na Amazônia Legal brasileira**

Impulsionada por fluxos ligados à economia em função dos períodos históricos (THÉRY, 2005), a urbanização das cidades amazônicas criou um sistema urbano problemático, caracterizado pelo baixo acesso aos serviços urbanos básicos, quando não caracterizada pela total ausência deste acesso. Entender o papel das cidades no desenvolvimento regional e no processo histórico de consolidação das redes urbanas que conectam a região amazônica é essencial para pensar e repensar os caminhos possíveis para o desenvolvimento humano e sustentável da região.

---

1 Mestra em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. É Graduada em Economia e Relações Internacionais pela Faculdade de Campinas.

Dos estados que compõem a região da Amazônia Legal, o mais populoso é o estado do Pará com 7.581.051 habitantes. A população do Pará cresceu 22,54% entre 2000 e 2010. Deste total, 5.191.559 habitantes moram na área urbana, enquanto 2.389.492 na área rural. A maior proporção de habitantes em áreas urbanas não é apenas uma realidade do estado do Pará. Mais de 50% da população mundial vive em ambientes urbanos e espera-se que até 2050 estes ambientes sejam o lar para mais de 70% da humanidade. Dada sua relevância, a urbanização é considerada um dos fenômenos mais importantes da atualidade.

Embora existam características aplicáveis ao contexto mais generalista do país, cada região do Brasil apresentou um comportamento específico no contexto da urbanização. Sathler *et al.* (2009) destacam as seguintes diferenciações para a região Norte:

- a. Grandes distâncias que separam as capitais das demais cidades;
- b. A carência de infraestrutura nos setores de transporte e comunicação em grandes porções do território amazônico;
- c. A grande proporção de população desprovida de recursos materiais e educacionais decisivos no que tange a sua participação ativa nos diversos tipos de fluxos (SATHLER *et al.*, 2009, p. 11).

Não existe uma única rede urbana no Brasil, tampouco redes unitárias que articulam as regiões. O que existem são diversas redes que articulam o local com o nacional e o internacional de maneira específica. Na região Norte, por exemplo, parece impossível pensar em uma única rede urbana amazônica a partir de uma perspectiva que contemple toda sua complexidade e contradição.

Cidades grandes como Manaus e Belém são peças-chave para compreender as redes urbanas amazônicas. Porém, cidades médias como Santarém e Marabá, por exemplo, são fundamentais para pensar a articulação do território em um contexto de grandes distâncias que separam as capitais das demais cidades.

Abordar o tema das cidades de porte médio nas décadas de 1970 e 1980 significava o mesmo que abordar a política urbana

nacional enquanto política pública local, uma vez que as cidades médias foram a base da estratégia da política urbana nacional. Estas cidades da Amazônia Legal têm desempenhado um papel essencial na formação das redes urbanas da região. No entanto, estas mesmas cidades apresentam sistemas urbanos internos problemáticos. Um dos principais desafios é a garantia de moradia digna e acesso aos serviços urbanos para a população mais pobre. Santarém, uma cidade média da Amazônia Legal, não foge à regra e apresenta um sistema urbano problemático. A compreensão dos desafios na garantia de moradia e acesso aos serviços urbanos pode ser compreendida por dois meios. Primeiro, pela apresentação do papel da cidade de Santarém na formação da rede urbana amazônica. Segundo, pela apresentação da história da própria cidade e de suas contradições.

Os sistemas urbanos amazônicos se formaram a partir de dois principais indutores, os rios e as estradas. Até a década de 1960, seguindo as fases de desenvolvimento econômico da região, as redes constituídas na Amazônia se formaram a partir dos rios. A partir da década de 1960 foram realizados projetos nacionais voltados para a integração da região ao contexto nacional. Com este objetivo foram abertas estradas e rodovias, que passaram a ser novos indutores para a formação das redes urbanas na Amazônia.

Na formação da rede urbana em função dos rios, os municípios de Manaus e Belém foram chave para o desenvolvimento da região e hoje são as principais aglomerações urbanas do Norte em termos econômicos e demográficos. O termo “Amazônia dos rios” é utilizado para denominar a relação estreita entre a economia local e a rede fluvial. A partir dos anos 1950, no entanto, esta realidade sofreu modificações. O governo federal começou a estruturar uma nova estratégia para a região com o objetivo de manutenção da segurança militar, integração nacional e indução do povoamento. Para que esses objetivos fossem alcançados, era necessário conectar a região ao restante do território nacional. O governo federal investiu na construção de estradas e

rodovias para garantir a consolidação da Amazônia enquanto território brasileiro. A “Amazônia das estradas” é, nesse sentido, o termo utilizado para denominar também uma nova configuração da região que caracteriza a fase de avanço da fronteira-agrícola e da era industrial a partir de 1950 (BECKER, 1982; BROWDER; GODFREY, 1997).

Após 1950, o território passou a se conectar ao restante do Brasil, mas também se tornou um espaço com influência internacional. No nível internacional a Amazônia passou a ser reavaliada e revalorizada com o objetivo de preservação ambiental. As mudanças que se processaram como resultado da conexão do território local ao nível nacional e internacional não apenas aprofundaram desafios e problemas já conhecidos – como a problemática ambiental, a questão industrial, a questão agrícola, a questão da terra, mas também criaram novos desafios. Ainda assim, os resultados deste modelo de desenvolvimento, incluindo os desafios, são os instrumentos por meio dos quais os habitantes da região reivindicam seu futuro e seu bem viver.

Na região oeste do Pará, projetos de desenvolvimento tiveram alto impacto ambiental, econômico e social. São exemplos destes projetos: a BR-163, ligando Cuiabá a Santarém e a BR-010, ligando Belém a Brasília, os projetos de hidrelétricas, além da expansão da fronteira agrícola do norte do Mato Grosso para toda a região oeste do Pará, induzida principalmente pela construção das estradas e pela construção e inauguração do porto da Cargill em 2003. Como principal cidade da região oeste do Pará, a cidade de Santarém exerce importante papel na articulação do território e foi impactada por esses projetos de desenvolvimento.

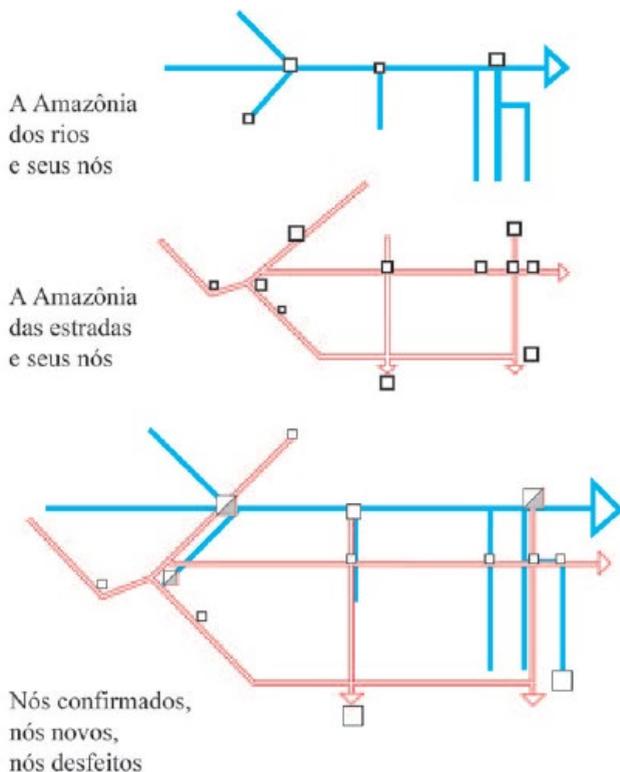
Mas, ao se adotar um modelo de desenvolvimento de cima para baixo, desconsiderando as características locais específicas, as desigualdades preexistentes no território foram aprofundadas. E a Amazônia enquanto território de intervenções históricas tem uma característica comum que pode ser notada: “a destruição, seja em seus aspectos econômicos, em que prevalece a pilhagem dos recur-

tos naturais, seja na expressão cultural, manifestada pela negação dos valores locais por parte do conquistador, ou pelo extermínio de populações nativas” (BURSZTYN, 2004, p. 296).

No entanto, algumas preocupações foram mais importantes e guiaram a nova fase do projeto para a Amazônia: o projeto de expansão e modernização agrícola (avanço do agronegócio), a industrialização e o reconhecimento da importância da geopolítica da região. O principal objetivo dos projetos desenvolvimentistas focados na região era econômico. Em busca de eficiência econômica, o Estado modernizou suas instituições e entre 1968 e 1974, construiu na Amazônia um espaço político com o objetivo de exercer o controle social sobre o território. Constituído por normas, leis e hierarquias nacionais, sua base logística se encontra nas cidades que assumem um papel importante na apropriação física e no controle do território. São determinantes deste processo: a criação de redes de circulação rodoviária, telecomunicações urbanas, subsídios aos fluxos de capital por meio de incentivos fiscais e crédito a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento, formação de um mercado de trabalho regional, dentre outros.

Com a chegada das rodovias, a então lógica regional em função dos rios foi profundamente alterada. As cidades que polarizavam o espaço amazônico durante a estruturação da rede urbana em função dos rios não são as mesmas que estruturam a rede urbana em função das estradas (THÉRY, 2005). Algumas cidades foram fortificadas, como é o caso de Santarém, já considerada importante entreposto comercial, de mercadoria e pessoas em função dos rios, como mostra a figura 1. Os nós da figura podem ser compreendidos como as cidades. A partir de uma abstração da imagem, presume-se que o primeiro nó, a esquerda do primeiro desenho, seja a cidade de Manaus, o segundo, ao meio, a cidade de Santarém, e, o terceiro nó, a cidade de Belém. Na segunda imagem, Amazônia das estradas, a mesma sequência pode ser analisada, mas com o surgimento de novas cidades em função das estradas. Abaixo da cidade de Santarém, por exemplo,

surge a cidade de Itaituba, por onde passa a rodovia transamazônica na década de 1970. Na combinação entre as imagens, é possível notar que algumas cidades se fortalecem e assumem papel importante em função dos rios e também das estradas e outras somem.



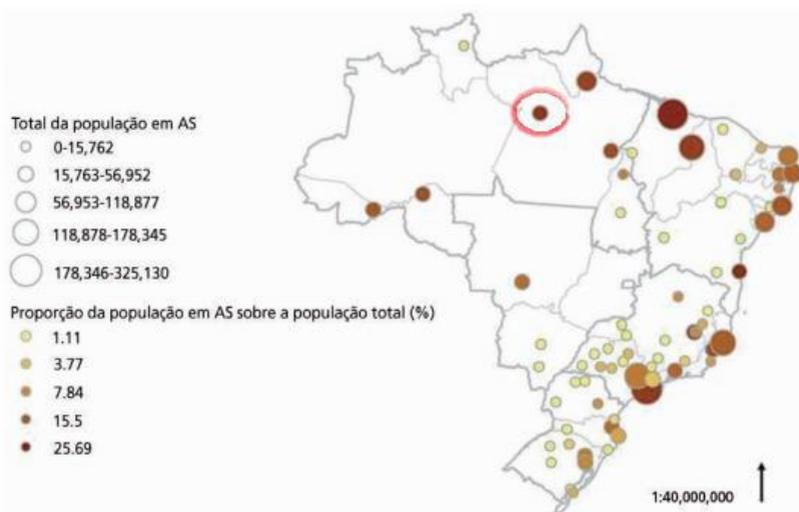
**Figura 1** - Amazônia dos rios e das estradas

Fonte: THÉRY (2005).

Como resultado da construção das rodovias, das megaobras e pela atração de mão-de-obra, as cidades amazônicas começaram a passar por processos intensos de urbanização e crescimento econômico, seguindo a lógica da periurbanização. No entanto, “tal crescimento não se processou sem grandes inconvenientes, uma vez que essas cidades não tinham estrutura para arcar com a intensidade e rapidez da pene-

tração [da sociedade urbana]” (BECKER, 1982, p. 68). Seguindo o rápido crescimento da população urbana na Amazônia acompanhada pela expansão horizontal das áreas urbanas, as demandas emergentes ultrapassaram em muito a capacidade dos municípios em garantir o acesso a serviços básicos como moradia, acesso à água, energia, saneamento ambiental, entre outros (BROWDER; GODFREY, 1997).

De acordo com dados do Censo 2010, 6% da população total do Brasil, o referente a 11.425.644 pessoas, moravam em aglomerados subnormais, em 3.244.529 domicílios (Censo, IBGE, 2010). Aglomerados subnormais é a nomenclatura que engloba os diversos tipos de assentamentos irregulares existentes no país, como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. No estado do Pará, os aglomerados subnormais localizados em capitais regionais estão distribuídos principalmente entre Santarém (circulada em vermelho na figura 2) e Marabá. Manaus e Belém não estão representadas no mapa, pois tratam-se grandes aglomerações populacionais.



**Figura 2** - Distribuição dos aglomerados subnormais nas capitais regionais

Fonte: Retirado de Nadalin et al. (2012) com base nos dados do Censo, IBGE, (2010)

O surgimento dos aglomerados subnormais é resultado do papel desempenhado pelas cidades na rede urbana e econômica do país (IBGE, 2010). Ou seja, quanto maior o potencial econômico da cidade e maior o número de oportunidades de trabalho, maior também será a tendência de surgimento de aglomerados subnormais. Com o esgotamento das oportunidades e os altos preços de moradia nos centros urbanos, as pessoas tendem a se estabelecer na periferia, onde o custo de moradia é acessível. Estas áreas periféricas, no entanto, não deixam de estar articuladas aos centros urbanos de trabalho. É por esta razão que o maior número de aglomerados subnormais se encontra nas grandes metrópoles brasileiras.

Mas, do ponto de vista do risco, as periferias de importantes cidades amazônicas estão localizadas nas áreas de baixadas e estão sujeitas a alagamentos e inundações periódicas de acordo com a sazonalidade das cheias dos rios (IBGE, 2010, p. 38). Acompanhada da vulnerabilidade à sazonalidade das cheias dos rios, os aglomerados subnormais do Norte do país apresentam um alto índice de inadequação principalmente no acesso a serviços urbanos. A região Norte é a segunda com menor índice de adequação de acesso a esgotamento sanitário (45%). A região Nordeste tem o menor índice (42%).

### **A cidade de Santarém**

Desde a sua fundação, a cidade de Santarém desempenhou um importante papel no cenário regional do ponto de vista da articulação política, econômica e financeira do oeste do Pará. O município se desenvolveu em função dos rios e do papel desempenhado por eles na formação do sistema urbano regional da Amazônia. Com a política desenvolvimentista a partir de 1950, a abertura de estradas e a construção de novas infraestruturas, Santarém também passou a desempenhar uma importante função no eixo rodoviário. O município se tornou ponto final para o escoamento da soja produzida na região oeste do Pará, e no estado do Mato Grosso (THÉRY,

2005). Os grãos produzidos no Mato Grosso e na região são escoados pela BR-163 até Santarém e de lá são exportados para destinos como Europa, Estados Unidos e Ásia por meio do porto da Cargill.

De acordo a Secretaria de Planejamento do município de Santarém,

os portos do Norte, especial de Santarém, são estratégicos para o país, porque constituem uma das principais infraestruturas de apoio ao comércio exterior de baixo custo e por eles devem passar mais de 60% dos grãos produzidos no Centro-Oeste brasileiro com destino aos grandes centros consumidores mundiais (PEREIRA, 2016).

Atualmente, está sendo estudada a construção de um novo porto para a cidade de Santarém, o porto do Maicá, cujo objetivo principal é aumentar o atendimento da demanda de exportadores da região Centro-Oeste do Brasil. A afirmação sobre a importância dos portos na cidade é refutada pelos habitantes que serão impactados pelo novo porto, e pelos movimentos sociais que defendem os interesses destes habitantes, dos quais se incluem comunidades tradicionais.

Embora seja uma cidade de porte médio relevante para a articulação da economia regional, Santarém apresenta seus próprios problemas relacionados ao desenvolvimento urbano da cidade. Desde 1970, o município começou a passar por uma grande expansão urbana com a abertura da rodovia Curuá-Una e com a ampliação da BR-163. Estes elementos foram importantes para consolidar a cidade de Santarém como importante entreposto comercial e para reafirmar o papel de liderança do município na região oeste do Pará, agora em função das estradas.

Por mais importante que seja do ponto de vista da articulação econômica do território, a cidade de Santarém mascara diversas desigualdades. Segundo o IBGE, Santarém tinha 46,5% da população total vivendo em 2010 com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que o colocava na posição 111 de 144 dentre as cidades do Estado e na posição 2078 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Como as demais cidades médias brasileiras, um dos maiores desafios urbanos é a garantia de acesso ao saneamento ambiental adequado. Nomenclatura na qual estão incluídos: acesso adequado ao esgotamento sanitário, a energia elétrica, a água e a coleta de lixo. Em Santarém, em 2010 apenas 38,1% dos domicílios possuíam acesso adequado ao esgotamento sanitário e apenas 7,8% de domicílios urbanos se localizavam em vias públicas com urbanização adequada – com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (Censo, IBGE, 2010).

E a cidade foi crescendo com essas carências de acesso, principalmente para as populações mais pobres. O crescimento urbano se deu a partir de um núcleo urbano seguindo a lógica da periurbanização.

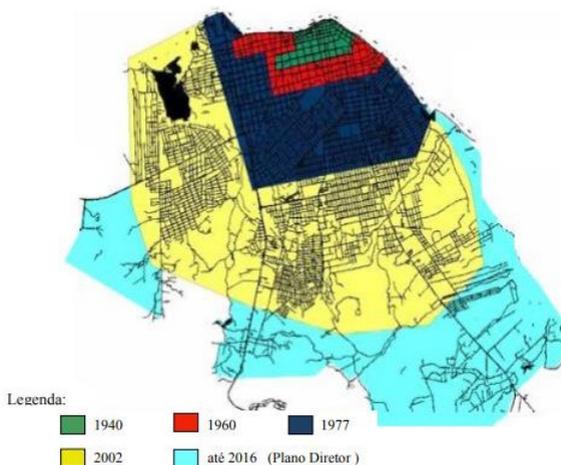


Figura 09 – Expansão urbana de Santarém de 1940 a 2002.  
Fonte: RAMOS, 2004 (adaptação do autor)

**Figura 3** - Mapa de expansão da cidade de Santarém

Fonte: Abreu (2015, p. 44)

Acompanhado a esse processo de expansão urbana, verificou-se a distribuição dos aglomerados subnormais para os novos eixos de ocupação. Este processo de expansão urbana foi e ainda é acompanhado pelo crescimento da cidade sobre as antigas áreas rurais e pela periurbanização no entorno da cidade.

Com base no Censo Demográfico do IBGE, foram identificados 18 aglomerados subnormais na cidade de Santarém, com 10.096 domicílios em Santarém, onde moravam 43.197 pessoas. A formação dos aglomerados subnormais da cidade de Santarém seguiu a lógica da periurbanização, a partir da qual as ocupações urbanas são realizadas com destino à periferia do centro urbano articulador. Na década de 1980 ocorreu a expansão urbana da cidade reorientada pelos eixos das rodovias Santarém-Curuá-Una, Cuiabá-Santarém (BR-163) e Avenida Fernando Guilhon (Santarém-Aeroporto) (OLIVEIRA, 2008).

Dentre as contradições e desigualdades inerentes ao processo de urbanização, duas merecem atenção especial: o acesso à infraestrutura e o acesso à moradia de qualidade. A população localizada nas antigas áreas rurais e nas áreas periurbanas é vulnerável a diversos fatores, uma vez que não tem acesso à infraestrutura de qualidade, ou aos serviços básicos, como saneamento ambiental ou moradia adequada.

Em 2010, segundo dados do IBGE, dos 18 aglomerados subnormais da cidade de Santarém, apenas 42,98% dos domicílios particulares tinham esgotamento sanitário adequado - 164 domicílios tinham acesso à rede de esgoto ou pluvial e 4.171 utilizavam fossa séptica, enquanto 4.564 fossa rudimentar, 667 vala, 73 rio, lago ou mar, 232 outro tipo de esgotamento, e 214 não tinham banheiro ou sanitário. No Brasil é considerado adequado o esgotamento sanitário por rede de esgoto ou pluvial e fossa séptica.

Para garantir o acesso das famílias de baixa renda à rede urbana da cidade, a prefeitura de Santarém tem desenvolvido desde a década passada uma série de projetos com recursos disponibiliza-

dos pelo governo federal. Mas a questão que se coloca é: os projetos estão de fato incluindo os habitantes à rede urbana da cidade e garantindo seu direito à cidade e ao bem viver?

### **A cidade de Santarém e o projeto de urbanidade para todos/as**

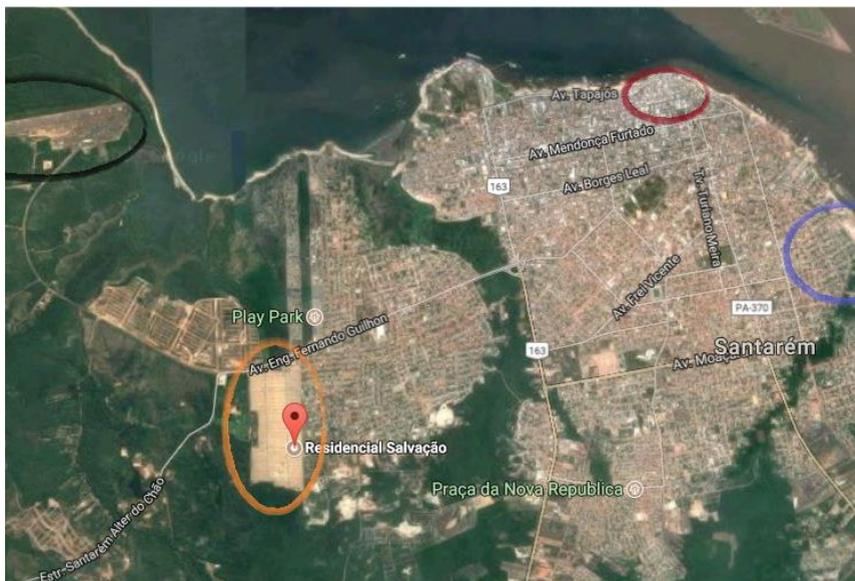
Dois destes projetos são interessantes para ilustrar a questão. São o bairro Uruará, que foi objeto do Programa de Aceleração do Crescimento I, quando o programa ainda previa moradias de interesse social em 2008 e o residencial Salvação, empreendimento do Minha Casa Minha Vida, entregue em 2016. Os dois projetos integram um plano de desenvolvimento da cidade de Santarém que tem por objetivo incluir as famílias de baixa renda à vida urbana. O projeto do PAC I no bairro Uruará teve por objetivo atribuir características urbanas a um bairro substancialmente rural. O empreendimento do Minha Casa Minha Vida no residencial Salvação teve por objetivo contribuir para a resolução do problema do déficit habitacional e inclusão das famílias de baixa renda ao tecido urbano. Contudo, ambos os projetos apresentaram inconsistências entre o objetivo e a execução da política pública.

O bairro Uruará foi diagnosticado como área de vulnerabilidade social e foi objeto do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I, em 2008. A área de intervenção é descrita no projeto como “reconhecidamente de risco, sujeita a constantes alagamentos, situação agravada quando da coincidência entre maré alta e o período de chuvas”. A população do bairro tinha características rurais, especialmente quando analisada a principal fonte de renda, a pesca. As casas construídas sob palafitas pareciam adaptadas à enchente e à vazante do rio Amazonas, como apontaram muitos moradores, que não percebiam as habitações de palafita como habitações sub-normais. No entanto, a área foi identificada pelo município como de alta vulnerabilidade social, econômica e ambiental, passível de constantes alagamentos na época do inverno amazônico. O projeto

pretendia então promover a inclusão destas pessoas ao universo da urbanidade por meio de obras corretoras das inundações na área e pela construção de casas de alvenaria.

Em 2016, oito anos após o início das obras, o projeto ainda não havia sido concluído. No entanto, o líder do bairro e as famílias entrevistadas apontam melhorias como o acesso à saúde, à escola e ao transporte coletivo. Como resultado de uma política pública adotada de cima para baixo sem consulta à população local e sem análise ambiental e climática, o projeto encontrou diversos desafios para entregar a urbanidade para a qual foi desenhado, ainda que melhorias sejam evidenciadas.

O residencial Salvação, por sua vez, é um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida formado por 3.081 casas, população aproximada de 12.000 pessoas. As casas são do tipo horizontal, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, sistema de aquecimento de água, sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto, mais área externa. O residencial se localiza na Avenida Fernando Guilhon, na figura 4 é possível identificar a área do empreendimento. A figura apresenta quatro círculos. O primeiro em preto identifica o aeroporto do município, que é conectado à malha urbana de Santarém por meio da avenida Fernando Guilhon. O aeroporto se localiza a aproximadamente 15 km do centro da cidade de Santarém – circulado em vermelho escuro. Em laranja está circulado o residencial Salvação. A estrutura do residencial, com casas dispostas uma ao lado da outra e a densa ocupação urbana fica nítida no mapa. O residencial se localiza a aproximadamente 7 km do aeroporto de Santarém e a aproximadamente 8 km do centro da cidade. Em vermelho escuro está circulada a área comercial da cidade. As principais atividades comerciais, bem como bancos, restaurantes, entre outros, localizam-se principalmente nesta área. A título de curiosidade, o bairro Uruará está identificado no círculo azul.



**Figura 4** - Localização do residencial Salvação em Santarém

Fonte: Google Maps, 2017.

A figura 5 mostra a urbanização no entorno e a construção do Residencial Salvação a partir da perspectiva da paisagem aérea de 2002 a 2017.



**Figura 5** - Antes e depois da construção do Residencial Salvação (2002-2017)

A escolha da área, conforme foi apontada em entrevistas com gestores públicos do município, deu-se em razão do acesso fácil com asfalto. No entanto, o desenvolvimento do projeto não contou com a participação das Secretarias Municipais de Santa-rém, por se tratar de um programa do governo federal. A falta de integração entre os diversos níveis do poder público resultou nos erros que contribuíram para que o bairro já nascesse com aspectos de aglomerado subnormal, embora não seja classificado como um, pois seu surgimento é posterior à publicação do IBGE. Isto se deve à falta de infraestruturas urbanas básicas, alta vulnerabilidade à precipitação em razão da topografia da área e características socioeconômicas da população local. O bairro, embora construído sobre área de vegetação densa, não tem uma árvore plantada, tampouco espaço para lazer. As famílias que nele habitam estão, no entanto, mobilizando-se e transformando o bairro por meio da construção de hortas e plantio de árvores.

Em 2016, ano em que foi entregue, o bairro não possuía escolas, creches, postos de saúde ou outras infraestruturas de serviço social – serviços que constavam no projeto inicial. Quando consultadas sobre este tema, as Secretarias do município informaram que não foram incluídas no processo de elaboração do empreendimento e que trabalhavam contra o tempo para garantir as infraestruturas. A Secretaria de Assistência Social informou que não houve estudo social prévio ao projeto, em razão do acelerado processo de construção da obra.

O projeto do residencial Salvação, a exemplo do projeto realizado no bairro Uruará, foi concebido a partir do desconhecimento da realidade local e sem participação social. O desconhecimento da realidade local fica nítido na falta de integração das Secretarias municipais ao processo de desenho do projeto, escolha da área, entre outros. A falta de participação social também impacta a efetividade do resultado da política pública.

## Conclusão

Buscando reflexões coletivas para além do binarismo que marca os projetos de desenvolvimento para a Amazônia, que direta ou indiretamente impactam o tecido urbano, concluímos que pensar os desafios para a harmonização do crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social na Amazônia Legal brasileira passam por pensar o surgimento e o crescimento das cidades na região. As cidades serviram como a base logística para o projeto de integração nacional. O surgimento e o fortalecimento destas cidades estão intrinsecamente ligados aos incentivos nacionais, aos grandes empreendimentos e pela política de migração induzida pelo Estado brasileiro (SATHLER *et al*, 2009).

As cidades da Amazônia Legal seguiram os padrões de desenvolvimento associados ao mercado internacional: borracha, indústria e garimpo são exemplos. Com o esgotamento de cada um desses ciclos, as cidades foram encontrando outras maneiras para se sustentar economicamente ou desapareceram. A cidade de Santarém é um exemplo disto e é hoje a principal rota de escoamento da soja produzida no Centro-Oeste brasileiro e transportada pela BR-163 até o porto da Cargill com destino a Estados Unidos, Europa e Ásia.

Embora a história da intervenção estatal na Amazônia aponte mais erros do que acertos, deve-se reconhecer que os resultados gerados pelos programas destinados a região são os elementos à disposição para que a região hoje persiga seu desenvolvimento dentro do que conhecemos como economia capitalista (BURSZTYN, 2004; BECKER, 2005).

No entanto, é também imperativa a mudança do padrão de desenvolvimento regional liderado pelo Estado brasileiro que ganhou forças durante as décadas de 1960 a 1980. Este padrão ainda se estende nos dias de hoje, quando são discutidos planos de desenvolvimento sem inserir comunidades inteiras à mesa de negociação

de políticas. A mudança desse padrão de desenvolvimento passa pela necessidade de se conhecer os diversos interesses presentes no território e descobrir meios de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e inclusão social, respeitando, em primeiro lugar, as comunidades tradicionais e o respeito às minorias.

Outros pontos são também centrais para repensar o território e o direito à cidade. Primeiro, a estratégia de descentralização da política pública nacional deve ser reavaliada à luz dos desafios de implementação destas políticas no nível local, incluindo os erros e o mal planejamento. Segundo, a política de habitação urbana no Brasil é um exemplo da ausência de integração entre políticas – quando não, da falta de política. Da maneira com que são desenhadas e aplicadas, as políticas públicas podem aumentar a vulnerabilidade social das famílias que já se encontram nesse estado.

A participação social no desenho e implementação de políticas públicas pode determinar se os resultados das políticas públicas serão eficazes. Embora a participação social seja fundamental para que resultados mais favoráveis sejam alcançados, a assimetria de poder nas negociações – ou total exclusão popular – *“podem levar a um ciclo persistente pelo qual políticas eficazes não são adotadas ou não são implementadas com êxito”* (BANCO MUNDIAL, 2017). Nos casos apresentados, as famílias beneficiárias dos projetos não foram colocadas à “mesa de negociação”. Embora a formulação dos projetos federais não tenha ocorrido em um vácuo de participação social, a garantia da efetividade do resultado depende do conhecimento e inclusão das variáveis locais e da participação da população a ser beneficiada.

Há, contudo, espaço para mudança positiva. A mudança pode ser alcançada por meio de barganhas entre as elites, de maior engajamento dos cidadãos, bem como por pressão de atores internacionais. Somente a partir da efetivação do direito a decidir sobre

as políticas e projetos que impactarão seu futuro, é que o direito à cidade e o direito ao bem viver será plenamente contemplado nas cidades brasileiras, incluindo na pérola do Tapajós, Santarém.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J.R.P. **Gestão Ambiental Aplicada ao Urbanismo. Estudo de caso: Expansão urbana no município de Santarém.** Dissertação de Mestrado (UFPA). Belém, Pará. 2015.

BANCO MUNDIAL. **Population Estimates and Projections.** 2016. Disponível em:< <http://data.worldbank.org/data-catalog/population-projection-tables>> Acesso em 17 de agosto de 2017.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos.** Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1982.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica na Amazônia.** Revista de Estudos Avançados. Vol. 19, nº. 53, 2005.

BROWDER, John O; GODFREY, Brian J. **Rainforest Cities. Urbanization, Development, and Globalization of the Brazilian Amazon.** Columbia University Press. New York. 1997.

BURSZTYN, M; SAYAGO, D; TOURRAND, J.F. **Alguns temas da questão setentrional: contribuição ao debate sobre um projeto para a Amazônia.** Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2004.

IBGE. **Arranjos populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil.** 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** 2010.

OLIVEIRA, J. M. G. C. Expansão urbana e periferização de Santarém-PA, Brasil: questões para o planejamento urbano. **Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales**, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 2008.

PEREIRA, J. L. **Estudo de viabilidade técnica e econômica do EIARIMA do Terminal de Uso Privativo da Empresa Brasileira de Portos de Santarém LTDA – EMBRAPS**. Pp. 53. 2016.

PEREIRA, J. L. **Os impactos das cheias na economia do município de Santarém**. pp. 27. 2014.

SATHLER, D. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia Brasileira**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2009.

THÉRY, H. **Situações da Amazônia no Brasil e no continente**. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24079.pdf>> Acesso em 17 de agosto de 2017.

## SEÇÃO 01 – DIREITO À CIDADE E MEIO AMBIENTE

A seção “**Direito à cidade e meio ambiente**” tem por objetivo apresentar trabalhos que abordem a cidade como espaço de convergência, construção e fortalecimento de lógicas convencionais e alternativas de reprodução do espaço e gestão dos recursos naturais na Amazônia. Abordar dimensões múltiplas da temática ambiental e os pontos de conflito e convergência com os processos urbanos. **Pautas de investigação sugeridas:** 1 - Espaço do acontecer – A cidade como espaço de reflexão e ação em Meio Ambiente. 2 - Meio Ambiente em ângulos retos – Qualidade ambiental e outras lógicas de organização e gestão do espaço. 3 - A cidade como extensão da Floresta – Tensões e conexões entre o rural, o urbano e a exploração dos recursos naturais na Amazônia.

### COORDENADORES:

**João Paulo Soares de Cortes** – Professor do curso de Gestão Ambiental/UFOPA

**Rafael Caldeiras Magalhães** – Professor do curso de Gestão Ambiental/UFOPA

**Amanda Fabrícia Leão Mota** – Ativista ambientalista.

# ESPAÇOS PÚBLICOS EM SANTARÉM E O PLANO DIRETOR

*Auristela Correa Castro<sup>1</sup>*  
*Aquiles Vasconcelos Simões<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A atualidade traz em todas as suas discussões a questão do bem-estar social agregada à democratização, à justiça, à acessibilidade, à mobilidade e à gestão pública de excelência, sendo que tudo isso deve estar atrelado ao discurso da garantia dos direitos sociais. Deste modo, o patamar de complexidade atingido pelas sociedades e desenvolvimento dos meios de comunicação são o ente facilitador dessas discussões (ALEXANDRE, 2014).

Para tanto, o momento atual exige que os diversos atores sociais não fiquem inertes aos problemas decorrentes de uma gestão inoperante, assim conclama os diversos agentes sociais a participarem das diversas discussões que surgem na elaboração de um Plano Diretor, dessa forma o papel exigido da gestão pública deve ser primado na garantia de ente facilitador dessas discussões, possibilitando que ela seja exercida com qualidade, de forma justa e igualitária e acessível a todos (ALEXANDRE, 2014).

Assim, no âmbito desse processo de gestão é de suma importância o Plano Diretor atuar como instrumento de gestão, pois é através dele que as ações serão planejadas buscando no domínio do espaço público sua execução de forma democratizada e melhor aproveitada.

---

1 Discente do Programas Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará – UFPA/Abaetetuba. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaav.do?id=K4550136Y4>. Matrícula: 201775370002.

2 Prof. pós-doutor do Programas Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará – UFPA/ Abaetetuba. PPGDAM/NUMA/UFPA/Belém. E-mail: [moinayunah@gmail.com](mailto:moinayunah@gmail.com). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaav.do?id=K4700759A1>

## **METODOLOGIA**

O lócus da pesquisa é a cidade de Santarém, conhecida como “Pérola do Tapajós”, em virtude de ser banhada pelo Rio Tapajós, cujo encontro se dá em frente a cidade com o Rio Amazonas, o qual é grande atração para o turismo por ser chamado de “encontro das águas”. Quanto ao procedimento de pesquisa, utilizou-se Lakatos (2010, p.147), o qual considera que “as fontes documentais são capazes de proporcionar dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas”, ou seja, a análise documental também constitui fator de suma importância para a construção da pesquisa. Neste caso, foi analisado sumariamente o Plano Diretor da cidade, em comparação com o que institui o Estatuto da Cidade e a própria Constituição Federal, para assim poder verificar quais os ganhos que a cidade teve com a implementação dessa legislação.

## **DISCUSSÕES**

O Plano Diretor, dada a complexidade de sua gestão, é um instrumento de suma importância no processo de construção e bem estar da cidadania, importância essa legitimada pelo Estatuto das Cidades, tal instrumento, desde a Constituição de 1988, tornou-se item obrigatório para cidades acima de 20.000 habitantes, verifica-se assim que se elaborado de forma correta, o Plano Diretor poderá contribuir decisivamente para promover a democratização dos espaços públicos e a melhoria nas condições de vida dos munícipes onde estiver presente (BRASIL, 2001).

A priori, para que o Plano Diretor possa garantir a democratização dos espaços públicos, deverá ser elaborado de modo a promover o bem-estar de todos, sendo que, isso somente é possível através de uma construção conjunta onde todos os seguimentos da sociedade civil possam participar de modo a garantir seus direitos (BRASIL, 2001).

Conforme podemos ver nas diretrizes gerais, o Estatuto da Cidade estabelece no artigo 2º, inciso II o seguinte conceito:

[...] a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001).

Diante desse conceito, pode-se inferir que a democratização do espaço público assegurado em um Plano Diretor deve ser garantida através da execução de uma gestão democrática, através do qual a sociedade poderá apontar o que é necessário para ser implementado no processo de gestão. Assim, o espaço urbano poderá assegurar uma melhor qualidade de vida a sua população.

Desse modo, como o Plano Diretor é o instrumento que direciona o gestor nas suas tomadas de decisões mediante as políticas de ordenamento e gestão do espaço nele previamente disposto, sua eficácia ocorre no âmbito da execução do plano de ação.

## *2. O Plano diretor: algumas digressões*

Um Plano Diretor elaborado de maneira responsável e adequada às necessidades do município, certamente irá promover um bem-estar social. Principalmente, no que tange ao acesso da população de forma democratizada aos espaços públicos, consoante frisado abaixo na Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável:

[...] uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano que tenha como finalidade a produção de cidades mais justas e humanas, lugar da promoção e expansão da cidadania, do fortalecimento da democracia através do acesso universal ao espaço urbano e do desenvolvimento econômico (BRASIL, 2012).

No caso das cidades brasileiras, os problemas prementes coexistem em função de como essas cidades surgiram, de modo não planejado, trazendo consigo problemas de ordenamento, moradia, injustiça social e falta de mobilidade. Enfim, primeiro surgiram as cidades de forma desordenada, depois se pensou em organizá-las com o intuito de mitigar esses problemas.

A questão decorrente disso é como promover cidadania, democratização e acesso universal ao espaço urbano? Como promover uma correta distribuição desse espaço? Como assegurar o acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança? Em um país de grandes dimensões com infinitas demandas sociais é necessário adotar algumas prioridades e nada melhor para definir esses pontos como a própria sociedade (BLOCH E BALASSIANO, 2000).

Verifica-se assim que acima de tudo é necessário planejar e esse planejamento ocorre justamente com a elaboração do Plano Diretor, posto que, um fato decorrente da falta de planejamento do espaço urbano é a expulsão da população com menor poder aquisitivo para as periferias quando ocorrem melhorias na área em que eles habitam, já que, viver nesses locais torna-se mais caro (BLOCH E BALASSIANO, 2000).

No âmbito da gestão do espaço, vale frisar que é o próprio Estatuto das Cidades que menciona que a propriedade deve ter uma função social, buscando através do Plano Diretor uma forma de melhor uso do espaço como assim mencionam Bloch e Balassiano (2000).

A legitimação dos regimes democráticos toma por base valores como participação, governabilidade e eficiência, a questão dos canais de mediação que os garantem e se estabelecem pela descentralização e fortalecimento do poder local torna-se importante.

Sabemos que o Brasil é o país no qual existem inúmeras leis, no entanto tais leis quando trazidas para a prática, muitas ve-

zes, não são aplicadas como preconizado no âmbito legal quando se trata da gestão pública, tal fato ocorre geralmente, ou por inoperância do gestor público, ou por serem inaplicáveis na prática, isso também é válido para o Plano Diretor, conforme citado abaixo:

Art. 40º. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. § 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I - a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II - a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; III - o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (BRASIL, 2012).

Conforme o artigo supra, é dada a garantia à construção participativa e à transparência dos atos. Já o Plano Diretor de Santarém garante o seguinte: Art. 6º. As propriedades urbana e rural cumprem suas funções socioeconômicas ambientais quando atendem às exigências fundamentais de orientação do Município [...] (SANTARÉM, 2006).

Porém, na prática, o que está prescrito na lei não acontece. No caso do Brasil, ainda não há uma cidade onde ocorra a gestão da governança de fato e de direito como deveria ocorrer, contudo, as experiências em termo de Brasil quando se faz uma análise do processo histórico de desenvolvimento da sociedade brasileira, mudanças, conquistas em todos os setores da sociedade, melhorias de um modo geral sempre são obtidas mediante lutas da sociedade civil que aos poucos vem se organizando (OLIVEIRA et. al. 216).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi colocado, quando se trata do Plano Diretor da cidade de Santarém, conclui-se que o referido documento não atende o que preconiza a lei, porém é possível que através do processo de gestão participativa e da ação pública dos diversos agentes imbrincados no âmbito da gestão pública interativa, possam efetuar mudanças que possibilitem melhorias na qualidade de vida dos munícipes. Entretanto, para que tal fato possa ocorrer, todos devem trabalhar concomitantemente para que mudanças efetivas aconteçam de forma justa, igualitária e, principalmente, sustentável, posto que é evidente que o Plano Diretor tem papel primordial nesse processo de mutação. Não apenas cabe aos agentes cobrarem dos gestores a manutenção dos seus direitos, na verdade, todos têm que participar do processo de elaboração do Plano Diretor e agir de forma organizada, como cidadão conhecedor de seus direitos, garantia esta que deve ser possibilitada pelo processo de elaboração do Plano Diretor.

**Palavras-chave:** Cidade; Espaço público; Plano Diretor.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Luiz Gustavo Patriani. Plano diretor e gestão pública: algumas aproximações. In: **Universidade Municipal de São Caetano do Sul** - Ano XIII - n. 27 - jul/dez. 2014 - ISSN 2178-7093. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_informativo/bibli\\_inf\\_2006/Rev-Dir-Hum\\_27.04.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Dir-Hum_27.04.pdf). Acesso em: 11/11/2017.

ALVES, França Sarah Lúcia. **A Participação Popular nos Planos Diretores Municipais: Uma Estratégia de Gestão Democrática**. Disponível em: <http://www.professorsalles.com/arquivos/textos/Participa.pdf> (s/d). Acesso: 22/11/18.

BALASSIANO, Moisés; DE BLOCH, Renata Arruda. **A democratização da gestão pública**: as relações entre gestor, inovação e porte demográfico do município. Disponível: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/5807>. Acesso: 12/05/2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso: 18/05/2017.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade**: Lei n.10.257, de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2001. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso: 22/05/17.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm). Acesso em: 22/11/18.

LAKATUS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 5 ed. 2003.

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; PISA, Beatriz Jackiu; AUGUSTINHO, Sonia Maria (org.). **Gestão e governança pública**: aspectos essenciais. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.

SANTARÉM. **Lei Municipal 18.051/06**, de 29/12/2006. Disponível em: [https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2006/43/43\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2006/43/43_texto_integral.pdf). Acesso em: 12/07/2018. [online]

# DINÂMICAS DA FORMAÇÃO DAS CIDADES AMAZÔNICAS

*Auristela Correa Castro<sup>1</sup>  
Aquiles Vasconcelos Simões<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Estudar as cidades amazônicas imprime um olhar distinto, cujo prisma deve levar em consideração tanto as dinâmicas próprias desse lócus tão diversificado quanto a relação que a maioria dessas cidades possuem com os rios, as manifestações culturais que elas apresentam, modos apropriados que seus povos possuem de falar, de se divertir, de se comportar, de se alimentar, assim como as relações que estas possuem com elementos históricos que ao longo dos tempos tem influenciado no seu processo de formação. Diante disso, esta comunicação visa fazer uma abordagem sobre as cidades amazônicas, suas peculiaridades e os fatores que contribuíram para seu modelo de desenvolvimento.

## METODOLOGIA

Nas Ciências Sociais incide a necessidade de comparação do fato analisado com o fato empírico. Assim, Lakatos e Marconi (2010) reverberam que os conhecimentos práticos possuem necessidade de vinculação imediata ao ente a que se referem. Desta forma, os procedimentos de investigação deste trabalho que consistem nos passos da inquirição ocorreram mediante a pesquisa bibliográfica em livros, periódicos, documentos e outras fontes de dados, teses, dissertações, assim como participações em eventos pertinentes à

---

1 Discente do Programas Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará – UFPA/Abaetetuba. E-mail: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4550136Y4>. Matrícula: 201775370002.

2 Prof. pós-doutor do Programas Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará – UFPA/ Abaetetuba. PPGDAM/NUMA/UFPA/Belém. E-mail: [moinayunah@gmail.com](mailto:moinayunah@gmail.com). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4700759A1>

temática. Em seguida, foi realizada sistematização das informações obtidas, depois a análise das informações e finalmente a elaboração do trabalho.

## **DISCUSSÕES**

No momento inicial de colonização das Américas, no modelo de cidade espanhola, percebia-se determinado cuidado com essa construção, já que estes (espanhóis) tinham a intenção de “ordenar e dominar” as novas terras conquistadas, desta forma procurava-se “lugares saudáveis, nos quais animais, frutos e pessoas fossem isentos de doenças, sem animais peçonhentos, com céu claro, ar puro”, caso fossem construídas à margem, deveriam possuir boa “profundidade e possibilitar a defesa do lugar, no entanto quando fossem localizadas no interior, não poderiam se estabelecer em áreas elevadas e de difícil acesso.” (HOLANDA, 1995, pp. 96-97)

No que tange ao aspecto estrutural as “cidades eram feitas em linha reta, com edificações caprichadas, sendo que a praça maior definia o início da cidade, e no caso de ser a margem do rio, a praça seria localizada na área de desembarque”, no entanto, sua localização seria ao centro quando fosse em local distante da margem dos rios. O modelo da praça seria em forma de quadrilátero, cujo tamanho teria a vizinhança por definição, assumindo um perfil semelhante ao das cidades romanas, com estabelecimento de espaços administrativos, criação de universidades símeis as espanholas (HOLANDA, 1995, pp. 96-97).

O modelo de construção das povoações portuguesas ao contrário, possuía um “caráter de exploração comercial”, pretendendo tornar a área ocupada extensão do seu país, sendo a colônia considerada apenas lugar de passagem, as cidades portuguesas, ao contrário das espanholas, foram construídas sem “nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra desleixo”, o que repercutiu no

modelo de cidades desenvolvidas nas áreas de exploração (HOLANDA, 1998, pp .96; 99; 110).

A partir de seus objetivos de exploração os portugueses estabeleceram medidas de contensão às entradas de pessoas na terra firme para evitar a povoação, já que o objetivo maior da coroa portuguesa era tirar proveito para o Estado, ou seja, maximizar sua exploração, por isso buscou tal contensão, visto que sabia que os bens extraídos da colônia seriam conduzidos mais facilmente se estas povoações fossem as margens dos rios (HOLANDA, 1998, p. 101).

Esse modelo de povoamento cunhou o destino da região amazônica, assim como de suas cidades que se perpetua até o século XXI, pois o papel da Amazônia configura-se desde as primeiras navegações como fornecedora de matéria prima para o sistema capitalista participando inicialmente no processo de acumulação primitiva ou capitalismo comercial, posteriormente para o capitalismo industrial, depois para o capitalismo monopolista e atualmente para capitalismo global e capitalismo financeiro.

Embora as principais cidades amazônicas tenham se desenvolvido vinculadas aos ciclos econômicos ocorridos na região e que seu papel em âmbito internacional seja o de produção de bens de baixo valor agregado por tratar-se geralmente de *commodities*, o que se verifica é a presença de pequenas cidades as quais, na sua maioria, estão localizadas às margens dos rios, tendo sua rotina totalmente ligada a estes rios, assim como a vida na floresta (OLIVEIRA, 2006). A partir dessa visão, Oliveira (2006, p. 27), compara as cidades amazônicas as “Cidades invisíveis” de Ítalo Calvino, posto que “tudo é transitório, [...] nada é perene, tudo é temporário, inacabado e precocemente deteriorado”.

O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade, lugar privilegiado dos enigmas amazônicos, transfigurados em enigmas do mundo, a nos interrogar sobre o nosso passado, presente e futuro. O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre a

realidade e a ficção, possibilitando-nos leituras múltiplas de espaços-tempos diversos (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

Entretanto, essas “pequenas cidades” amazônicas também assumiram um novo perfil “pois os lugares foram atingidos por tecnologias que possibilitaram maior circulação de ideias e o acesso à modernização”, o que tornou essas cidades mais complexas e trazendo mutações tanto positivas quanto negativas (OLIVEIRA, 2006, p. 28). Tal autor afirma ainda que “A complexidade contemporânea não permite compreender as novas cidades apenas relacionando-as à crise, emersa nos diagnósticos das carências, mas também como virtualidades, como possibilidades” (OLIVEIRA, 2006, p. 29). Diante disso, as cidades amazônicas refletem assim o que Agier (2009, p. 99) denomina como “o lugar privilegiado de elaboração e de aplicação de estratégias identitárias coletivas, mesmo que a cidade ao redor proponha outras formas de classificação social”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente comunicação constitui um resultado parcial de um trabalho apresentado no Mestrado Cidades Territórios e Identidades, teve por objetivo fazer uma abordagem sobre as cidades amazônicas, suas peculiaridades e os fatores que contribuíram para seu modelo de desenvolvimento, posto que a categoria cidade é um dos pontos de discussão do referido mestrado. Desta forma, para embasar tal discussão foi traçado a evolução da cidade na Amazônia ao longo do processo histórico do homem. Verificou-se que são muitos os desafios e dificuldades quando se discute a cidade no contexto da Amazônia, principalmente o de conseguir um desenvolvimento pautado na sustentabilidade e que assegure o direito à cidade. Conclui-se que as características assumidas pelas cidades amazônicas são fatores decorrentes do papel designado a elas no contexto de expansão do capital, somadas as características do modo de vida do homem amazônida.

**Palavras-chave:** Amazônia; Cidades amazônicas; Sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade:** lugares, situações, movimentos. Trad. Graças índias Cordeiro. Antropologia hoje. Núcleo de antropologia urbana da USP. Editora: Terceiro Nome, 2011 [2009].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.cap.4.p.93-137.

LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 7ª ed. 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias, 5ª edição. São Paulo: Ed. Conexão Editorial, 2011 [2008].

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as Cidades e os rios na Amazônia. In: **Ciência e Cultura** On-line version, ISSN 2317-6660, vol.58 no. 3, São Paulo July/Sept. 2006. Disponível: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a13v58n3.pdf>. Acesso: 18.1

# A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DA PROPRIEDADE: ANÁLISE DOS MECANISMOS UTILIZADOS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

*Jeandreo Rocha Oliveira<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

A cidade de Santarém, atualmente com mais de 300 mil habitantes, está em rápida expansão urbana, tal expansão ocorre, predominantemente, sem a presença do poder público assegurando a ordenada construção do espaço urbano, sendo essa uma realidade que permeia toda evolução histórica da expansão urbana de Santarém.

Dentro deste contexto, a população se encontra sujeita as mazelas sociais e ambientais típicas de uma expansão desordenada do espaço urbano, como falta de saneamento básico, saúde e moradia adequada. Precário sistema de mobilidade urbana e, também, a poluição, desmatamento, degradação da flora e fauna, entre outros sofridos pelo meio ambiente.

A grande parte desses problemas pode ser resolvida total ou parcialmente pela atuação do poder público na efetivação da função social e ambiental da propriedade. Diante disso, em busca da compreensão sobre os meios com que o município de Santarém utiliza para a efetivação do princípio da função social e ambiental da propriedade, que foi elaborada a iniciativa deste trabalho.

Este trabalho levantará o que se entende de função de social e ambiental da propriedade e sua importância para o bem viver das pessoas, como também levantará os mecanismos disponíveis ao poder público para o cumprimento desses princípios e, por fim, a análise qualitativa do que já foi ou o que se está fazendo para cum-

---

<sup>1</sup> Acadêmico de bacharelado em Direito do Centro Universitário Luterano de Santarém – CEULS/ULBRA. E-mail: jeandreo@hotmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5423074496284918>.

pri-la. O desenvolver desta pesquisa culminará em meu TCC, com defesa prevista em dezembro de 2019.

## **METODOLOGIA**

Os objetivos deste trabalho serão realizados por meio de pesquisa bibliográfica sobre o que se entende por função sócio e ambiental da propriedade, como também dos mecanismos legais a disposição do município para seu controle do cumprimento da função sócio e ambiental. Também deverá ser feito levantamento das políticas públicas existentes, voltadas na efetivação da função social e ambiental da propriedade no município de Santarém. Dependendo da oportunidade, será feita visitas aos órgãos competentes, como também entrevistas às autoridades para conhecimentos pratico dos meios de efetivação da função social e ambiental da propriedade.

## **DISCUSSÕES**

O papel da função socioambiental da propriedade é o desenvolvimento pleno da sociedade, oportunizando, aos seus integrantes, condições sociais e ambientais adequadas para uma vida digna.

Pode-se resumir o Princípio da Função Social da propriedade como mandamento fundamental que requer que toda propriedade também satisfaça o interesse coletivo, que sua existência esteja em harmonia com o interesse coletivo, que seja útil para todos de uma certa sociedade. Como bem assevera GUEDES (2003) *“a função social é utilidade à sociedade, atendimento ao interesse coletivo, restando a incumbência de cercar o que seja nesse âmbito: sociedade”*.

Já o Princípio da Função Ambiental condiz na limitação dos impactos da propriedade no meio ambiente e sua utilização preservando o equilíbrio ambiental, tendo como fundamento que um meio ambiente equilibrado (inclusive antrópico) é interesse comum

de todos e não pode ser ameaçado pelo direito de propriedade em seu aspecto restritivo e individualista.

A partir disso, temos em nosso sistema jurídico ampla proteção à manifestação da função social e ambiental da propriedade, começando por nossa carta magna que em seu artigo 5º, inciso XXIII descreve que “*a propriedade atenderá a sua função social*”, em sentido amplo, a função social prevista nesse dispositivo normativo englobaria a função ambiental da propriedade.

Inclusive, no inciso XXIV do mesmo artigo, é prevista a possibilidade de desapropriação por interesse social, demonstrando a importância de tal princípio na organização da vida em sociedade.

O Princípio da Função Social também é previsto no capítulo sobre a ordem econômica do mesmo documento fundamental, sendo a redação do artigo 170º “*A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando os seguintes princípios: [...] III – Função social da propriedade*”.

Já o artigo 186º da constituição federal nos define os critérios de cumprimento da função social da propriedade rural, estes são:

- I – Aproveitamento racional e adequado;
- II – Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Salienta-se que esses dispositivos também são aproveitados na propriedade urbana, principalmente os incisos I e II, como critérios de cumprimento da função social e ambiental da propriedade urbana.

Em se tratando especificamente de propriedade urbana, nossa carta política dispõe em seu artigo 182 sobre a política de desenvolvimento urbano, reservando a competência de executar “*o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes*”, ao município, e o instrumento onde será expresso como será cumprida a função social será o plano diretor, este que terá especial atenção no presente trabalho.

No mesmo sentido temos o estatuto das cidades Lei nº 10.257/2001 que em seu artigo 39 expande o que já dispõe o artigo 182, adicionando as exigências para o cumprimento da função social “*o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto a qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas*”.

Também em se tratando de matéria infraconstitucional, em nosso ordenamento jurídico a função social da propriedade goza de ampla proteção, como a previsão dada pelo código civil, que em seu artigo 2.035 relevante a proteção à função social tanto da propriedade quanto dos contratos em geral, diante de convenção que contrarie princípios da mesma ordem, especificamente da ordem pública.

Por conseguinte, nossa legislação pátria forneceu diversos mecanismos para que o poder público possa fazer cumprir a função social e ambiental da propriedade. Como edificação ou parcelamento compulsório, desapropriação e impostos progressivos.

Interessante o artigo 1276 do Código Civil vigente, que prevê o abandono do imóvel urbano sem a intenção de preservação e sem estar na posse de outrem, por mais de três anos, que ensejará a arrecadação pelo município como bem vago. Já o parágrafo 1º estende esta possibilidade às propriedades rurais.

Por outro lado, com a posse de outrem, esta mesma propriedade que estaria abandonada, pode passar pelo processo de usucapião especial urbano, previsto no artigo 9º da Lei nº 10.257/2001, se a posse for feita ininterruptamente sem oposição e sem a existên-

cia de outro imóvel urbano ou rural, utilizada para sua moradia e de sua família, com tamanho máximo de 250 m<sup>2</sup>, então o domínio do imóvel passara para o possuidor.

Mais interessante ainda é o artigo 10º do mesmo diploma legal, que prevê a posse coletiva de terrenos urbanos acima de 250 m<sup>2</sup> ocupadas por famílias consideradas de baixa renda por 5 anos quando não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor.

Em matéria de cumprimento da função ambiental da propriedade, é atribuído tanto na esfera da União quanto na Estadual e Municipal o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) com seus critérios estabelecidos no Decreto nº 4.297 de 10 de julho de 2002.

O ministério do Meio Ambiente, em seu site, informa que o objetivo do ZEE é o de “*viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental*”. Se tornando assim um importante instrumento para o desenvolvimento socioeconômico ocupacional de um território levando em consideração a participação social, bem como o uso sustentável dos recursos naturais (FERREIRA, 2008).

Outro instrumento altamente importante para a efetivação da função ambiental da propriedade é o Parcelamento de Uso e Ocupação do Sol, que similarmente ao ZEE vem ordenar em âmbito municipal, traça as diretrizes, organizando a ocupação e usos do solo ao definir zonas cujos usos são previamente definidos. No município de Santarém, está disposta na Lei Complementar nº 7 de 28 de setembro de 2012 alterada pela Lei Complementar Nº 011/2017, de 21 de dezembro de 2017.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entorno do que foi exposto, é sedimentar a análise do cumprimento da efetividade dos princípios da função social e ambiental da propriedade pelo poder público, pois é seu dever a utilização de

todos os mecanismos disponíveis para do cumprimento efetivo de tais princípios, sob o risco de não exercer seu papel constitucional de garantidor do pleno desenvolvimento da sociedade, promovendo o bem-estar e uma vida digna a todos.

Diante desse diapasão foi que surgiu a iniciativa da construção deste trabalho, como instrumento de acessibilidade ao que já foi ou se está fazendo para cumprimento desses requisitos fundamentais para o bem-estar da vida dos cidadãos santarenos, analisando o quê e como o poder público está realmente preocupado com o bem viver da população de Santarém.

**Palavras-chave:** Função social; Função ambiental; Santarém; Propriedade Urbana

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1998, disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) >. Acesso em novembro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002:** Institui o Código Civil. Brasília, DF, 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm) >. Acesso em novembro de 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001:** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm) >. Acesso em novembro de 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Apresentação.** Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zonamento-territorial> >. Acesso em novembro de 2018.

FERREIRA, Luisa Braga Cançado; Dias, Edna Cardoso. **A função Sócio-ambiental da Propriedade**. In: Âmbito Jurídico, Rio grande, XI, n 51, março 2008. Disponível em: < [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=2489](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2489) >. Acesso em novembro de 2018.

GUEDES, Jefferson Carús. **Função Social das “Propriedades”**: Da funcionalidade primitiva ao conceito atual de função social. Revista de Direito Social, Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais. V. 4, n 15. Sapucaia do Sul: Notadez, 2004.

# ICMS ECOLÓGICO, POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E A GESTÃO DESCENTRALIZADA DA SUSTENTABILIDADE NO BAIXO AMAZONAS

*Caroline Leite Giordano<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

Buscando localizar trabalhos acadêmicos locais e regionais sobre a temática da contribuição do ICMS verde para o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará, é possível observar que os trabalhos priorizam o município de Belém e região metropolitana, não tendo localizado nenhuma produção acadêmica referente aos municípios da mesorregião do baixo amazonas, os quais possuem peculiaridades socioeconômico ambientais específicas, diferentes da região metropolitana de Belém, ou seja, as práticas sustentáveis que seriam boas para aquela região podem não ser interessantes para os municípios objetos de estudo do presente projeto.

Objetiva-se analisar a contribuição do ICMS verde para o desenvolvimento sustentável nos municípios do baixo amazonas (Oriximiná, Óbidos, Juruti, Terra Santa, Faro, Alenquer, Curuá, Monte Alegre, Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos, Almeirim, Prainha), bem como papel do Poder Público Estadual e Municipal na gestão ambiental descentralizada e na efetivação dos direitos socioambientais especialmente no que diz respeito à destinação do ICMS Ecológico, à gestão do recurso e à implantação de projetos socioambientais a partir do recurso.

Partindo dessa premissa, primeiramente, visou-se traçar um perfil jurídico constitucional dispensado aos direitos socioambientais nos municípios da região do baixo amazonas, realizando diagnóstico identificando a estrutura que o município dispõe para gerir o recurso recebido por meio do repasse ICMS verde. Por exem-

---

1 Mestranda em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

plo, a posse do conselho municipal, do fundo municipal, de uma legislação específica, como aplicam o recurso financeiro, em que projetos e se fiscalizam o uso no município respectivo, a adesão do município ao programa municípios verdes, o cumprimento das metas, qual o valor repassado e desde quando, quantos servidores e equipamentos são e se foram pagos pelo fundo, qual secretaria municipal gere o fundo, dentre outras informações. Segundamente, objetivou-se coletar e analisar os dados a respeito da aplicação do repasse do ICMS ecológico, especialmente verificando as aproximações ou divergências entre a experiência dos municípios a serem estudados em comparação entre si e aos casos de sucesso, de outros municípios brasileiros, observando a influência dos critérios estabelecidos pelo sistema estadual de proteção dos Direitos Socioambientais e tributários relativos à matéria; Tem-se como escopo neste trabalho identificar e propor parâmetros de desenvolvimento sustentável, para uma gestão estratégica da sustentabilidade pelo poder público, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida da população/comunidade.

## **METODOLOGIA**

Foram utilizados as seguintes opções metodológicas na pesquisa: a) Método de abordagem: a linha de raciocínio a ser adotada no desenvolvimento do trabalho será a do método hermenêutico-dialético, notadamente em virtude da priorização da esfera jurídica, subsidiando legalmente a destinação do recurso do ICMS ecológico, cuja aplicação possui amparo na Lei estadual nº 7.638/2012, Decreto Estadual nº 775/2013 e Portaria Sema n.º 1.562/2013; b) Método de procedimento: O procedimento que está sendo utilizado na pesquisa é de análise e interpretação dos dados doutrinários, legais e principalmente estatísticos, a partir de 2014, quando passou a vigorar o programa municípios verdes do governo do Estado; c) Técnica de pesquisa: a pesquisa vem sendo feita através de

documentação indireta (procedimento preparatório extrajudicial nº 004217-031/2015 da Promotoria de Justiça Agrária de Santarém, do Ministério Público do Estado do Pará) e a partir da pesquisa bibliográfica, tais como livros de doutrina, artigos de revistas jurídicas, leis, produção acadêmica (dissertações etc), bem como realizar pesquisa bibliográfica, de campo, propondo-se promover pesquisa no âmbito local e estadual, de modo a visualizar como os municípios realizam a gestão sustentável e promovem a efetivação dos direitos socioambientais e destinação do ICMS verde; d) Método de Organização e Análise dos Dados: pelo caráter da pesquisa, os dados coligidos estão organizados em tabelas, que apresentarão o processo de descentralização da gestão ambiental pelo governo do Estado e dos municípios. Neste aspecto, o método quantitativo de análise dos dados será salientado. Igualmente, vem-se realizando análise qualitativa dos dados. O referencial teórico foi empregado na análise e interpretação dos elementos compilados. As atividades de coleta e análise de dados vem sendo intercaladas com outras, relacionadas ao processo de pesquisa e desenvolvimento da dissertação.

## DISCUSSÕES

A Carta Magna de 1988 estabelece um conjunto de diretrizes, programas e fins que enuncia, como um plano global normativo (GRAU, 2010, p. 174) a ser realizado pelo Estado e pela Sociedade. Não deixando de incluir nesse plano, a implantação de uma *nova* ordem econômica, em seu art. 170, a qual possui vínculo com a Ordem Política e a Ordem Social. Os princípios da Ordem econômica encontram-se relacionados na Constituição Federal de 1988, no art. 170, são eles, segundo ensina Silva (2010, p. 195): *Soberania Nacional, Propriedade Privada, Função social da propriedade, Livre concorrência, Defesa do Consumidor, Defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais*

*e sociais, Busca do pleno emprego e Tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.*

Acrescenta Grau (2010, p. 174) a esse rol os seguintes preceitos: *Dignidade da pessoa humana, Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, Garantia do desenvolvimento nacional, Liberdade de associação profissional ou sindical, Garantia do direito de greve, Sujeição da ordem econômica aos ditames da justiça social e Integração do mercado interno ao patrimônio nacional.*

O bem visado pela justiça social é o bem comum, diretamente, e o bem de cada sujeito, indiretamente, portanto, o que é devido, é devido a todos. Ela pode ser representada por meio de uma fórmula que seria “a todos a mesma coisa” (BARZOTTO, 2003, p. 130) sendo que o termo “todos” corresponde à comunidade, isto é, todos que a compõe.

Nesse sentido, uma alternativa seria fomentar atitudes sustentáveis, tornando vantajoso para o poder municipal ser um município verde e, ainda, com isso receber repasses do governo estadual para investir e promover o desenvolvimento socioambiental local. Para entendermos o ICMS Ecológico no ordenamento jurídico brasileiro, precisamos conhecer onde está inserido o ICMS em si, que constitui um dos tributos da categoria “impostos”. Em seu artigo 3.º, o Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, ao tratar da Tributação e do Orçamento, em seu artigo 145, classificou as espécies de tributo em: impostos, taxas e contribuições de melhoria. Essas três espécies, detalhadas adiante, constituem-se as principais para entendimento do tema aqui trata-

do. De todo modo, cabe registrar que existem ainda outras duas espécies: os “Empréstimos Compulsórios”, regulados pelo artigo 148 da Constituição Federal e as “Contribuições Sociais”, regidas pelos artigos 149 e 195 do mesmo diploma legal. O artigo 16 do Código Tributário Nacional rege que “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

A arrecadação do ICMS, principal imposto estadual, é repartida entre estados e municípios, ficando 75% para o estado e 25% destinado aos municípios. Os estados podem, por legislação própria, regulamentar os critérios de distribuição, podendo incluir critérios de proteção ao meio ambiente. O ICMS Ecológico utilizará critérios de caráter ambiental para estabelecer o percentual que cada município tem direito a receber, quando do repasse constitucional, de no máximo  $\frac{1}{4}$  da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pertencentes aos Municípios. A quota parte de  $\frac{1}{4}$  atualmente no estado do Pará, deve ser repassada da seguinte forma: a) sete por cento (7%) distribuídos igualmente entre todos os municípios; b) cinco por cento (5%) na proporção da população do seu território; c) cinco por cento (5%) na proporção da superfície territorial; d) oito por cento (8%) de acordo com o critério ecológico<sup>2</sup>.

Por fim, os critérios técnicos de alocação de recursos e os índices percentuais relativos a cada município serão definidos e calculados pelo órgão ambiental estadual. Para a fixação dos índices percentuais a serem atribuídos a cada município, será considerada a existência e o nível de qualidade ambiental e de conservação de cada área protegida e seu entorno, existente no território municipal, bem como da participação e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, pelo apoio prestado pelo município ao seu desenvolvimento sustentável.

---

2 PARÁ. Lei Estadual n° 7.638. Diário Oficial do Estado do Pará, Pará, 12 Jul. 2012, art. 3°.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação do ambiente onde está inserido o homem é condição para a manutenção de sua saúde e bem-estar, tal é a ligação intrínseca dos humanos com o meio natural. A própria tutela do meio ambiente é vista como tendo por objetivo mediato (sendo o imediato, evidentemente, a qualidade do ambiente) a saúde, o bem-estar e a segurança que vêm se sintetizando na expressão “qualidade de vida”.

A questão ambiental é o atual foco de preocupação mundial e, felizmente, de pesquisas tanto na área das ciências biológicas quanto na área das ciências sociais aplicadas. O direito ambiental ocupa papel cada vez mais importante dentre os demais ramos das ciências jurídicas. A pesquisa aqui proposta trata da conexão entre o direito ambiental, o direito tributário, o direito constitucional, direitos fundamentais, direitos humanos. A transdisciplinaridade impõe-se não só pela necessária imbricação de conceitos e noções, como no caso da ideia de Estado Socioambiental, mas também pela importância do tema.

Na mesma linha, a doutrina e a jurisprudência já reconheceram a evidente relação entre a tutela do meio ambiente e a importância de o Poder público adotar mecanismos tributários a fim de viabilizar a implantação de políticas públicas socioambientais. Do ponto de vista da dignidade humana, princípio primordial do sistema jurídico pátrio, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado guarda ligação direta com o valor fundamental.

O presente trabalho se propôs a confeccionar um diagnóstico sobre os municípios do baixo amazonas (Oriximiná, Óbidos, Juruti, Terra Santa, Faro, Alenquer, Curuá, Monte Alegre, Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos, Almeirim, Prainha). Pesquisado buscando identificar possíveis problemas ambientais, apontando prioridades na solução e auxiliando o município a promover o desenvolvimento sustentável local.

**Palavras-chave:** ICMS ecológico; Políticas públicas ambientais; Gestão descentralizada; Sustentabilidade; Programa municípios verdes.

## REFERÊNCIAS

BARZOTTO, Luis Fernando. **A Democracia na constituição**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na constituição de 1988**: interpretação sistemática e crítica. 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

GUIMARÃES, Jayne. Adalberto Veríssimo; Paulo Amaral; Adnan Demachki. **GUIA Municípios Verdes: caminhos para a sustentabilidade**. 1<sup>a</sup> ed. Belém: Imazon. 2011.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 20<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

PARÁ. Secretaria da Fazenda do Estado do Pará. Repasse do ICMS Ecológico ou ICMS verde pelo Estado aos municípios. Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br/site/pagina/tesouro.repasse>, Acesso em 18/04/2017.

PARÁ. Programa Municípios Verdes. Disponível em: <http://www.municipios-verdes.pa.gov.br/>. Acesso em 18/04/2017.

# REFLEXÕES SOBRE SANEAMENTO EM UMA METRÓPOLE AMAZÔNICA

*Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares<sup>1</sup>*

*Sandra Helena Ribeiro Cruz<sup>2</sup>*

*Welson de Sousa Cardoso<sup>3</sup>*

*Roselene de Souza Portela<sup>4</sup>*

## INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU)<sup>5</sup>, vinculado à Faculdade de Serviço Social da UFPA, vem atuando desde a década de 1980 na assessoria a movimentos sociais urbanos, ora na capacitação de suas lideranças por meio de cursos e oficinas, ora na interlocução com o Estado para garantia de direitos sociais relacionados às políticas urbanas de habitação, mobilidade urbana, desenvolvimento urbano e saneamento básico. A atuação do PARU se dá no contexto da cidade de Belém, a qual encerra um contraste entre baixíssimos índices de saneamento e a presença de ambiciosos pro-

---

1 Doutor em Antropologia Social. Bolsista PDPD/CAPES e Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: [pedropaulo.soares@yahoo.com.br](mailto:pedropaulo.soares@yahoo.com.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/417199657156910>

2 Doutora em Ciências Socioambientais. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: [shelena@ufpa.br](mailto:shelena@ufpa.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6427847823348453>

3 Doutor em Ciências Socioambientais. Professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: [cardoso@ufpa.br](mailto:cardoso@ufpa.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3892611396039907>

4 Doutora em Ciências Socioambientais. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social e Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: [roselene@ufpa.br](mailto:roselene@ufpa.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6438556520914699>

5 O PARU – programa de extensão – está vinculado à pesquisa por meio do GPPUMA, o Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas, e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada, criado após a reestruturação dos grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

jetos urbanos voltados para questões sanitárias e ambientais<sup>6</sup>. Apesar da aplicação de vultosos investimentos no setor, Belém ainda conta com severas limitações relacionadas ao esgotamento sanitário e a inundações urbanas por transbordamento dos canais de drenagem, evidenciando a falta de manutenção das obras executadas, a falta de integração entre abastecimento de água, esgoto, drenagem e manejo dos resíduos sólidos, assim como o caráter questionável dos modelos de política adotados pelo planejamento.

À fragilidade dos serviços de saneamento em Belém e no Brasil segue a baixa produção acadêmica sobre o saneamento nas Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, em especial no Serviço Social (PEREIRA, 2013). Assim, este trabalho representa o esforço de repensar o saneamento à luz do referencial teórico da Ecologia Política (LITTLE, 2006; ROBBINS, 2012) e em especial a Ecologia Política Urbana (SWINGEDOUW, 2009), na busca por instrumentos teórico-conceituais que reflitam a integração do saneamento em seus quatro eixos e que considerem o saneamento como expressão de um ciclo metabólico das águas urbanas a partir do qual se pode refletir sobre as expressões da questão social, sobre o papel do Estado no planejamento, sobre a relação entre técnica e política, bem como sobre as mobilizações dos movimentos sociais urbanos e as experiências cotidianas dos moradores com a água na cidade.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho consiste no estabelecimento de linhas gerais para um programa de pesquisa mais amplo que dê conta das expressões, conflitos e contradições envolvendo a relação entre a cidade e a água e, por conseguinte, entre seus habitantes e o saneamento. Para isso, metodologicamente, é necessário buscar sustentação em

---

6 Com destaque para o Projeto de Macro drenagem da Bacia do Una, o Projeto Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba e o PROMABEN – Programa de Macro drenagem da Bacia da Estrada Nova

uma ontologia socioecológica (Keil, 2005), isto é, que não situe a natureza fora da sociedade. Nesse caso, o trabalho do pesquisador consistiria na investigação das muitas dimensões – política, histórica, cultural, econômica, discursiva e biofísica – da produção da socionatureza na cidade, processo que diz respeito à urbanização e à materialização de políticas urbanas como o saneamento.

A metodologia da pesquisa em Ecologia Política é representada por uma postura epistemológica e por um certo conjunto de procedimentos, a começar pela construção do objeto. Para Little, o objeto de pesquisa neste campo de estudo são os conflitos com suas relações sociais, naturais e socioambientais e não “objetos substantivos” (LITTLE, 2006, p.90). Disso decorre o uso de análises que tenham foco nos processos e nos fluxos de pessoas, ideias e de matéria que atravessam ambientes como a cidade, sem abrir mão de análises que situem os processos em seus contextos históricos e ambientais (LITTLE, 2006). A definição do objeto de pesquisa como o próprio conflito implica que o pesquisador reconstrua a história do conflito, identifique seus múltiplos atores sociais, suas reivindicações, a composição de suas redes, suas respectivas cotas de poder no conflito, as alianças, negociações e rupturas, bem como a sua relação com os recursos naturais em questão. Entre esses recursos encontra-se a água altamente antropizada consumida no mundo urbano, chegando às torneiras após percorrer vastas redes tecnológicas de captação, tratamento e abastecimento. Logo, o mapeamento das interações políticas permite compreender a dinâmica do conflito e a relação dos atores políticos com os recursos e com os territórios em jogo.

No que diz respeito ao universo da pesquisa, este não pode se restringir apenas ao local, isto é, à comunidade e ao bairro, mas deve conjugar as esferas éticas micro (as relações do cotidiano), meso (a formulação das políticas e a relação com o Estado) e macro (as crises do capital e a financeirização das políticas urbanas). Há,

no entanto, a preferência por recortes nos quais estes processos podem ser observados, a exemplo do recorte por Bacia Hidrográfica. As bacias constituem lócus de intervenção e unidade de planejamento para políticas urbanas de drenagem e saneamento, além de serem o território onde são dinamizados os fluxos de água, terra e pessoas (LITTLE, 2006).

## DISCUSSÕES

Migração, ocupação do solo, conquista do território e urbanização são processos fundamentalmente ecológicos que ocorrem nas cidades. Porém, o que se observa no plano teórico conceitual é a separação entre cidade e meio ambiente, como se a crise ambiental global não se exprimisse localmente nas condições de vida das populações – especialmente as mais pobres – das grandes cidades. Além disso, como aponta Swyngedouw (2009), a literatura crítica sobre as cidades foi bem-sucedida em criar alianças entre acadêmicos, ativistas urbanos e movimentos sociais, porém não estreitou relações com movimentos ecológicos que questionassem o lugar da natureza no urbano. Na década de 80, a urgência das lutas pelo direito de morar, pelo território e, conseqüentemente, pela regularização fundiária em bairros populares colocou em segundo plano a questão ambiental em cidades como Belém.

A urbanização reproduziu a ideologia dominante que opõe cidade e natureza e em muitos casos se apresentou como sinônimo de supressão da natureza, sobretudo quando se tratou do elemento hídrico, com o aterramento ou a canalização dos cursos d'água. A perda de áreas verdes na cidade é outro aspecto desta urbanização predatória da natureza, seja pela falta de políticas públicas, seja pelo aumento de demanda pelo solo urbano cada vez mais valorizado, o que provoca adensamento de áreas construídas às custas de quintais e jardins, assim como hortas e bosques comunitários.

No início do século XXI, as lutas sociais observadas em

Belém representam um desdobramento desses processos. A Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una questiona os impactos socioambientais de um Projeto de Macrodrenagem que instalou comportas na foz do Igarapé do Una canalizou os igarapés que recortavam a cidade, aterrou áreas alagáveis, implantou infraestrutura viária e sistema de esgotamento sanitário em áreas de 20 bairros da capital paraense. Não obstante o investimento de cerca de 312 milhões de dólares com financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), os moradores da Bacia do Una continuam a sofrer com inundações por transbordamento dos canais de macrodrenagem, inclusive em áreas onde não havia inundação anteriormente à intervenção física do Projeto Una. O conflito se desdobrou em uma Ação Civil Pública Ambiental na qual a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado e a COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará) respondem por irregularidades no projeto.

Outra experiência que aponta na direção da ambientalização das lutas sociais (LEITE LOPES, 2006) é a do Movimento dos Prejudicados do Tucunduba. O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba iniciou-se no fim da década de 90, sendo baseado no paradigma dos rios urbanos defendido pelas Nações Unidas. Ao contrário do que ocorrera na Bacia do Una, priorizou-se os usos sociais do igarapé do Tucunduba com a ausência de comportas, mantendo-se a navegabilidade e sinuosidade do curso d'água que atravessa os bairros Universitário, Terra Firme, Guamá e Canudos, com seus afluentes chegando até o Bairro do Marco. Paralisado desde 2004, o projeto foi retomado pelo Governo do Estado em 2016, havendo mudanças na sua concepção inicial. Desde então, o Movimento dos Prejudicados do Tucunduba vem resistindo contra as modificações propostas, tal como a construção de taludes em concreto e a perda da navegabilidade do igarapé nas novas etapas do projeto. A questão ambiental está presente nas reivindicações desse movimento,

em primeiro lugar, pela concepção de que são possíveis arranjos socioecológicos entre cidade e natureza que incorporem os usos sociais dos rios no contexto amazônico e, em segundo lugar, pela cobrança de políticas de saneamento que sejam de fato capazes de integrar o ciclo metabólico das águas urbanas, evitando, por exemplo, que os corpos drenantes da cidade se tornem esgotos a céu aberto ou depósitos de lixo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ambiental global e suas expressões urbanas encontram ressonância nas reivindicações dos movimentos sociais urbanos emergentes em Belém. Para estes é central a concepção de que o direito à cidade (HARVEY, 2014) também diz respeito à qualidade de vida estreitamente relacionada aos arranjos entre cidade e natureza que, por sua vez, são resultado de intensa negociação e luta política entre diversos atores envolvidos na produção do espaço urbano.

A Ecologia Política, em especial a Ecologia Política Urbana, apresenta-se como um enquadramento teórico capaz de aglutinar temas como as políticas urbanas, a questão ambiental – ou a ambientalização das lutas sociais – e os movimentos sociais urbanos com os quais o PARU tem historicamente trabalhado. Trata-se de uma síntese entre pensamento ecológico, Economia Política, Estudos Urbanos e teorias críticas sociais e culturais que, tributária do materialismo histórico dialético, valoriza as bases ontológicas da natureza na produção e reprodução da sociedade (SWYNGEDOUW, 2009), o que é fundamental para refletir sobre a realidade amazônica.

**Palavras-chave:** Saneamento básico; Ecologia Política; movimentos sociais; direito à cidade; Amazônia.

## REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

KEIL, Roger. Progress report - Urban Political Ecology. **Urban Geography**, nº26, vol. 7, 2005, pp. 640-651.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. In: **Horizontes Antropológicos**, nº.25, vol.12, 2006, pp. 85-103.

LEITE LOPES, José S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, nº 25, vol.12, 2006, pp. 31-64.

PEREIRA, Tatiana D. Saneamento e suas múltiplas (inter) faces: digressões sobre o direito ao meio ambiente no território. In: GOMES, M. de F. C. M. et al (orgs.). **Renovação Urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, pp. 267-284.

ROBBINS, Paul. **Political Ecology: a critical introduction**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2012.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 99-120.

## SEÇÃO 02 – DIREITO À CIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

A seção “**Direito à cidade e movimentos sociais**” pretende criar um espaço de discussão sobre os processos de luta pela transformação do espaço diante das novas dinâmicas sociais e econômicas que tem sido imposta às cidades da Amazônia. Entende-se que a resistência a esses processos é realizada por sujeitos políticos da cidade e do campo, na conexão entre o urbano e o rural. Pretende-se verificar 1) quem são esses sujeitos políticos; 2) a dinâmica desse direito à cidade reivindicado na Amazônia na sua relação ou não com o bem viver e 3) quais são as principais dificuldades encontradas para a construção de um novo espaço. Nesse sentido, reflexões teóricas sobre o direito à cidade alicerçadas em experiências empíricas serão bem-vindas.

### COORDENADORAS:

**Ana Beatriz Oliveira Reis** – Professora do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional/UFOPA

**Elen Cristina da Silva Pessoa** – Professora do curso de Ciências Econômicas/ UFOPA

**Sara da Costa Pereira** – Educadora popular da FASE- Amazônia

# O DIREITO À CIDADE NO BAIXO AMAZONAS: O BEM VIVER E A ATUAÇÃO DOS SUJEITOS COLETIVOS EM SANTARÉM-PA

*Yuri Santana Rodrigues<sup>1</sup>*

*Ana Beatriz Oliveira Reis<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Ao longo do primeiro ano de atividades de pesquisa, verificou-se que o direito à cidade tem sido protagonizado por diversos sujeitos coletivos, representativos em sua pluralidade de segmentos sociais. Diante dessa diversidade de segmentos e das peculiaridades do espaço urbano na Amazônia, acredita-se que o direito à cidade aqui possui suas especificidades e seu próprio imaginário que determina, em última análise, o conteúdo desse direito para além de uma concepção normativista. Nesse contexto, surge a seguinte questão: qual o conteúdo do direito à cidade mobilizado pelos diversos sujeitos coletivos do Baixo Amazonas? Para essa análise, valemo-nos da compreensão de bem viver, expressão cunhada a partir de experiências práticas de povos originários latino-americanos presentes em modos de vida que se contrapõe ao modelo hegemônico imposto pela modernidade. Nossa análise pretende descobrir se a dinâmica do direito à cidade em Santarém, reivindicado por esses diferentes sujeitos, é também expressão do Bem Viver e, caso sim, quais as especificidades do nosso bem viver. Para isso, utilizaremos tanto a pesquisa teórica, por intermédio da compreensão do que seja o Bem Viver para diferentes autoras e autores latino-ameri-

---

1 Graduando em Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.– UFOPA. E-mail: [yuri.96srodrigues@gmail.com](mailto:yuri.96srodrigues@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3178016295511467>.

2 Professora de Direito do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [reis.aboliveira@gmail.com](mailto:reis.aboliveira@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8425524082989615>

canos, quanto a pesquisa empírica, por meio de entrevistas com os representantes desses segmentos, além da observação direta de processos locais que envolvam a luta pelo direito à cidade.

## **METODOLOGIA**

O método de pesquisa a ser utilizado é o Estudo de Caso, por ser aquele que permite compreender a dinâmica do direito à cidade na sua contemporaneidade (YIN, 2010, p. 29). No campo teórico, utilizaremos da técnica de pesquisa de revisão bibliográfica valendo-nos dos estudos, em especial, de autores latino-americanos sobre o bem viver, além de outros trabalhos sobre as temáticas transversais ao direito à cidade na Amazônia. Na construção do campo empírico, serão utilizadas as técnicas de pesquisa de análise documental, entrevistas semiestruturadas (conversas guiadas) com representantes dos sujeitos coletivos de Santarém e observação direta de processos que envolvam a atuação desses sujeitos.

## **DISCUSSÕES**

Embora as cidades na Amazônia existam desde o período colonial, a intensificação do processo de urbanização se deu na década de setenta. Esse processo tem sido a expressão de uma política de desenvolvimento nacional baseada na expansão da fronteira agropecuária (BECKER, 2013, p. 33), causando significativos impactos sociais e econômicos neste território. Essas cidades foram se estabelecendo com deficiências de infraestrutura e equipamentos urbanos disponíveis, resultadas de um processo histórico em que os projetos para ocupação da região priorizaram capacitar a produção, sem preocupações quanto às políticas públicas urbanas que ordenassem a estruturação das cidades. Essas características mantêm a identidade das cidades amazônicas e formam um tecido urbano particular.

A cidade de Santarém se destaca como principal centro urbano do Baixo Amazonas desde a economia colonial, sendo

que no século XVIII possuía 737 habitantes (Manaus 300 habitantes). Atualmente, sofre grande impacto com a produção de soja e a presença de grandes empresas. Recente pesquisa publicada evidencia as peculiaridades dessa metrópole que, nas últimas décadas, passou a sofrer maiores pressões do agronegócio voltado para a produção da soja e do mercado imobiliário. Nesse contexto, o espaço urbano da região metropolitana de Santarém pode ser considerado ambivalente por, cada vez mais, atender ao perfil hegemônico de cidade (cidades globais) e por ainda concentrar populações que reproduzem modos seculares de vida como as populações ribeirinhas, povos tradicionais, indígenas e quilombolas (GOMES et al., 2017).

É nesse contexto que o grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém: instituições e atores” inicia suas atividades investigativas, tendo como horizonte último compreender a dinâmica do direito à cidade do maior município da região Oeste do Pará. No primeiro ano de atividades, priorizou-se o processo de revisão do Plano Diretor da cidade como principal espaço de análise dessa dinâmica que teve sua maior expressão na Conferência do Plano Diretor. Além dos espaços institucionais de participação, acompanhou-se também as atividades promovidas por esses sujeitos paralelas ao processo de revisão conduzido pelos governos estadual e municipal.

Diante desses dois fatos, a atual proposta de trabalho se justifica diante da necessidade de conhecer melhor esses sujeitos coletivos nas suas diversidades, bem como qual o imaginário de cidade que impulsiona suas lutas. Para compreender esse imaginário, tem-se como referência a ideia de Bem Viver que, segundo Alberto Acosta “se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida” sendo “um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza” (2016, pp. 23-24).

Na busca por essa compreensão, o Bem Viver faz um esforço para conjugar os principais conceitos, experiências e determinadas práticas existentes nos Andes e na Amazônia (ACOSTA, 2016). Além do mais, o Bem Viver se posiciona no sentido de superar o tradicional conceito de desenvolvimento e seus sinônimos e, mesmo sendo um termo em construção, demonstra as diversas limitações das múltiplas teorias do chamado desenvolvimento e critica a própria ideia de desenvolvimento que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo.

Tendo como referência os sujeitos coletivos identificados no processo de revisão do Plano Diretor, questiona-se se a dinâmica do direito à cidade em Santarém é expressão do bem viver baseando-se em seus aportes teóricos e práticos? Nesse sentido, através de uma entrevista com Thiago Rocha, representante da Comissão de Justiça e Paz, expressa que o Bem Viver é uma relação prática da vida com o lugar em que vive.

É poder no final do dia contemplar pôr do Sol na frente da cidade que nasci, que convivi, é poder aproveitar as praias, a companhia das pessoas, aproveitar a família, e não viver única e exclusivamente preocupado em crescer academicamente, em competir com os outros, ter que trabalhar muito para enriquecer, é sair dessa lógica que eu chamo de escravidão, é poder ser independente, ser autônomo, sujeito da minha própria história, o bem viver é isso, poder viver dentro do meu território, com a minha identidade, com a minha cultura (ROCHA, entrevista, 2018).

Ademais, quando buscamos compreender o direito à cidade na Amazônia, e usando da experiência ocorrida na Conferência da revisão do plano diretor de Santarém, verificamos que essa região se constrói de forma diferenciada até mesmo na luta pela concreti-

zação dos seus direitos, dos seus povos, na sua cultura, no seu modo de viver. Nessa diversidade de sujeitos coletivos, que compõe não só o meio urbano, pôde-se apreender também, que o processo de luta pelo Direito à Cidade difere de outras regiões no Brasil e que muitos desses movimentos não surgem necessariamente com a bandeira da luta pelo direito à cidade e se afirmam no espaço rural.

Sendo assim, quando se pensa o direito à cidade através do seu conceito preconiza-se o meio urbano ou a cidade. No entanto, essa discussão quando trazida para a região amazônica precisa ser ampliada em função das complexidades aqui existentes e da diversidade de segmentos que lutam pela permanência do seu território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado constitui seus primeiros passos em meio as atividades do grupo de pesquisa direito à cidade em Santarém: instituições e atores, na forma de um plano de trabalho. Por esse motivo, valendo-se do imaginário do Bem Viver para a compreensão do conteúdo de qual direito à cidade é esse, faz-nos analisar, mesmo que ainda no seu início, que a região diante de suas peculiaridades e a relação denotada na prática dos diversos segmentos sociais, constrói-se no sentido de preservação dos seus modos de vida, na luta pelo seu território, na busca pela permanência dos modos seculares e tradicionais que não são respeitados por esse modelo de desenvolvimento dominante.

Diante disso, a análise que se faz aqui poderá ser mais bem delineada em momento futuro a partir de um estudo de maior fôlego no plano de trabalho, que pretende alcançar um número maior de sujeitos coletivos que constitui esse direito à cidade a partir de experiências práticas e relacionando-os a expressão do Bem Viver.

**Palavras-chave:** direito à cidade; sujeitos coletivos; bem viver; Amazônia.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2016.

BECKER, Bertha. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

DEMO, Pedro. *Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos*. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Anablume, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

REIS, Ana Beatriz Oliveira. **A dinâmica do direito à cidade em Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

ROCHA, Thiago. **Comissão de Justiça e Paz** [março.2018]. Entrevistadores: os autores. Santarém, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução de Ana Thorell. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

# E FELIZ ANIVÉRSÁRIO BABYBUS: SOBRE A EXPERIÊNCIA ENQUANTO EXTENSIONISTA DA AJUP-UFMG (E MENINA DE ASFALTO) NO AGLOMERADO DA SERRA

*Helena Carvalho Coelho<sup>1</sup>  
Luciana Grossi Araújo de Castro<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP – UFMG) é um projeto de extensão dentro da Faculdade de Direito e Ciências do Estado (FDCE) que utiliza de formas diferentes dos escritórios modelos das faculdades de direito. É um projeto que aposta em serviços jurídicos alternativos ou inovadores, ações politizadas para grupos, movimentos sociais e comunidades marginalizadas. Segundo Boaventura de Sousa Santo, é uma prática que reconstrói e redefinem o ensino jurídico do direito e justiça hegemônicos.

Dentro do eixo temático, o Grupo de Trabalho de Mobilidade Urbana acompanhou e auxiliou o Aglomerado da Serra e o movimento social Tarifa Zero na construção de uma linha de ônibus para a comunidade.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA

Como parte do Seminário de Formação da AJUP, no sábado iríamos para um aniversário no Aglomerado da Serra. Acordar cedo em um sábado é uma ação que exige força de vontade ou um motivo. Naquele sábado tínhamos mais que um motivo: tinham orgulho<sup>3</sup>.

---

1 Doutoranda e Mestra em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora da AJUP-UFMG. Advogada. Bolsista de doutorado CAPES.

2 Graduada em Direito pela UFMG; extensionista voluntária AJUP (2018 - vínculo atual); intercambista na Universidad Nacional del Litoral – UNL (2017/2); extensionista voluntária na Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas (2017/1). Contato: lucianagac2@gmail.com.

3 Falo “tinham” porque não era extensionista na época de construção, reuniões e conversas entre a comunidade e o Tarifa Zero para proporcionar o ônibus.

Começamos a empreitada rumo ao Boulevard<sup>4</sup>. Mais com frio que com sono, ficamos na avenida por quase meia hora e nada do ônibus passar. Mudança de planos: decidimos andar 15min e pegar o circular. Sucesso! Só rezar para que não nos deixassem para trás.

Descemos na praça Floriano Peixoto e fomos para a Andradas. Conferimos a numeração, ok. Só então notamos o lugar que estávamos. Olhamos ao redor: sozinhas na avenida, entre uma pilha de entulho e um esgoto a céu aberto...

Buscamos no celular e, para nossa sorte, as pessoas nos esperaram e pediram para encontrar com elas no Boulevard. Dali, com as coisas que compramos, empacotamos 7 pessoas em um Uninho e subimos a Mem de Sá com a benção de Newton. Expresso Tarifa Zero e AJUP! Aquela última hora já tinha valido acordar cedinho no sábado.

Uno morro acima e estacionado na pracinha simpática: quadra, árvores, mirante e uma árvore de natal. As senhorinhas indo fazer compras na feira, os meninos chegando pra brincar na quadra e os homens indo trabalhar. Enfim, um sábado normal. Se chamamos atenção? Claro! Parece que tinha uma tela em néon brilhante em cima de nós.

Foi ali que conhecemos a Flor, a menina Manu e sua mãe. Havíamos ligado para elas e outras figuras na comunidade durante a semana para convidá-las para o evento. Brincaram com a nossa “pontualidade” e já partiram para buscar as coisas da festa: mesa, bolo e toalha. O aniversário estava só começando. Enchemos e estouramos vários balões. Montamos as mesas. Colocamos o café e os copos, dependuramos os cartazes e balões.

De trás da mesa pude observar a felicidade dos moradores e do Tarifa Zero. Um corre-corre para entregar panfletos e saber

---

4 O Shopping Boulevard foi o ponto de encontro.

quando o aniversariante ia passar. A festa era dele, do amarelinho, o Babybus, o S19, o busão da comunidade.

As pessoas já se aglomeravam para os parabéns. Ali todas comentavam entre um café ou um bolo o quanto que o S19 foi maravilhoso para seu dia a dia. Outros sobre o orgulhoso por terem participado do processo de construção do busão. Lembramos do relato da Madrinha, contando que antes do S19 precisava pagar um táxi para ir e voltar das compras ou visitar o filho que mora na parte de baixo da Mem de Sá.

A galera do TZ<sup>5</sup> distribuía as cartilhas contando a história de como nasceu o ônibus e os novos horários. Engraçado que parecia que já havia décadas que o busão estava naquela comunidade tamanha era a sincronia das pessoas e do ônibus.

De repente gritam: é ele!!!! Pegam o bolo, acendem velas e param o ônibus. E todos – passageiros, motoristas e pedestres cantam parabéns. Quase deu para ver o mini-bus soprando as velhinhas. Feliz aniversário, Babybus!

Fica o desejo para mais ações que proporcionem a cidadania. Uma demanda legítima da comunidade que nunca tinha sido atendida pelos meios tradicionais (BhTrans e PBH) foi alcançada através de muita luta e pressão da associação da comunidade e do movimento social Tarifa Zero.

O aprendizado vai para além de acontecimentos, mas as prosas com Manu e Flor durante a manhã e à tarde só aumentaram o desejo de continuar na AJUP. Para nós, enquanto extensão, foi gratificante ver resultados dos projetos que havíamos trabalhado durante todo o segundo semestre. A extensão, que se baseia na emancipação popular, deveria ser algo presente em toda formação da graduação em direito, por proporcionar a perspectiva do direito emancipador tão necessário na conjuntura.

---

5 Tarifa Zero é TZ.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada demonstra que a cidade é alijada de seus habitantes simplesmente por não serem considerados cidadãos. Há lugares para o poder público no qual um ser humano tem mais valor do que outro ser humano. E isso se dá em razão “(...) das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas”. (SANTOS, 2011, p.161).

**Palavras-chave:** direito à cidade; movimentos sociais; mobilidade; políticas públicas;

## REFERÊNCIAS

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática de justiça. 3ªed. São Paulo.

SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. Organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3). São Paulo: Cortez, 2011.p.161-162

# A LUTA POPULAR URBANA PELO DIREITO À CIDADE: AS MULHERES COMO PROTAGONISTAS DAS AÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

*Isabella Santos Corrêa<sup>1</sup>  
Aldebaran do Socorro Farias de Moura<sup>2</sup>  
João Gomes da Silva Neto<sup>3</sup>  
Rovaine Ribeiro<sup>4</sup>*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto a dimensão de gênero nos movimentos sociais urbanos, no período atual, a partir de pesquisa realizada entre maio e outubro de 2018, através da Federação para Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE/Amazônia), em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo<sup>5</sup> e o Grupo de Estudo e Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP- CIHAB/UFPA) com o projeto de pesquisa intitulado: “A luta popular urbana pelo direito a cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da FASE (RJ, PE, PA)”, tratada aqui no âmbito da região metropolitana de Belém/PA.

Desta forma, conforme aborda Gonh (2011) sobre as premissas básicas dos movimentos sociais, considera-os como fontes

---

1 Graduada em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA/Campus Belém, membro do Grupo de Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano na Amazônia (GEP-CIHAB). E-mail: [isabellacorrea1@hotmail.com](mailto:isabellacorrea1@hotmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6658511847718100>

2 Assistente social e Educadora Social da ONG FASE/Amazônia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0973103394756328>

3 Sociólogo e Educador Social da ONG FASE/Amazônia.

4 Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA, membro do Grupo de Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano na Amazônia (GEP-CIHAB). E-mail: [rovainegn@gmail.com](mailto:rovainegn@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059748168645601>

5 Instituição de formação com escritórios na África, América, Ásia, Europa e Oriente Médio. A organização procura contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, promovendo pesquisa, reflexão e debate sobre alternativas ao capitalismo.

de inovação e matrizes geradoras de saberes, sendo um processo sócio-político e, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e socio-cultural do país quando ocorrem as articulações, no que tange as redes, elas são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo.

A reflexão sobre a produção teórico-metodológica dos movimentos sociais nas últimas décadas conta com algumas publicações no Brasil (GOHN, 2008;2009), o livro de S. Tarrow (1994), um dos marcos no debate teórico dos movimentos sociais, foi publicado no Brasil somente em 2009, Alain Touraine, entre os autores estrangeiros que analisam os movimentos sociais, M. Castells, que influenciou vários estudos dos movimentos no Brasil nos anos 1970- -1980, não teve livros publicados na década de 1970 traduzidos no Brasil, sobretudo aqueles nos quais pautou a análise dos movimentos sociais com novo olhar sobre a questão urbana. Em razão disso, Gonh (2011) aborda que apesar do denso quadro de mobilizações e movimentos sociais no país, a partir do fim dos anos 1970, o debate e a produção teórica caminharam lentamente até os primeiros anos deste novo século, embora conte com um grande número de publicações que são registros descritivos, importantes como memórias.

É neste contexto que a pesquisa realizada sobre a luta popular urbana na atualidade se apresenta como um importante objeto de estudo e problematização deste trabalho. O presente texto apresentará em síntese algumas categorias e resultados vistos durante a realização da pesquisa com esses sujeitos, sendo um destes o protagonismo das mulheres frente às mobilizações, bem como as suas formas de luta adotadas pelo direito à cidade na região Amazônica.

## **METODOLOGIA**

Através da parceria da FASE Amazônia com o Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade Habitação e Espaço Humano na Amazônia (GEP-CIHAB) da Universidade Federal do Pará foi realizado o mapeamento dos grupos, coletivos e movimentos sociais existentes na região metropolitana de Belém, sendo levantados um universo de 50 movimentos sociais, entre eles: feministas, LGBTI+, agroecologia e sobre direito à cidade. Após esse momento, realizou-se a aplicação do formulário de entrevista, realizada no período de maio a outubro de 2018, envolvendo 24 dos 50 representantes de organizações e movimentos sociais mapeados.

O questionário aplicado continha 3 eixos de discussão: identificação, organização e ação. Havia perguntas objetivas como: “qual nome de identificação?”, “possuem espaço físico próprio?”, bem como perguntas subjetivas: “qual as formas de luta e enfrentamento de resistência adotados?”, “Qual a concepção de direito à cidade que orienta a ação coletiva do grupo e o que é o direito à cidade?”.

## **DISCUSSÕES**

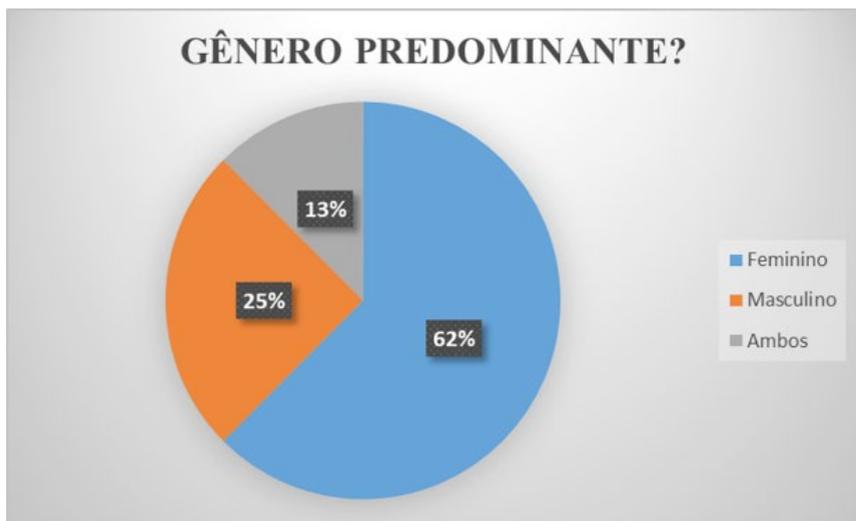
Do ponto de vista quantitativo, não há dúvidas sobre a importância dos espaços urbanos para a compreensão das atuais dinâmicas em sociedade. Hoje, como apontam dados do IBGE (2010) têm-se mais de 84% da população brasileira vivendo no meio urbano, a cidade organiza-se como principal polo econômico e turístico, além de melhores oportunidades de trabalho. Neste sentido, Lefebvre (1999) contextualiza a cidade como o principal lugar da luta de classes, ou seja, parte da classe trabalhadora mais baixa vive em situações precárias, sem moradia adequada, segurança pública, acesso ao transporte e à mobilidade de qualidade, entre outros direitos que lhes são negados, é nesse campo de forças que os movimentos sociais se apresentam

desde a década de 1990 como imprescindíveis na luta pelo direito à cidade, conforme aponta Gohn (2008), como sendo ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.

Para situar os movimentos sociais no Brasil na contemporaneidade, Gohn (2010) cita eixos temáticos que envolvem lutas e demandas e uma delas é em torno da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade. Como exemplificado a seguir:

Movimentos pela moradia, expresso em duas frentes de luta: articulação de redes sociopolíticas compostas por intelectuais de centro- -esquerda e movimentos populares que militam ao redor do tema urbano (o hábitat, a cidade propriamente dita). Eles participaram do processo de construção e obtenção do Estatuto da Cidade; redes de movimentos sociais populares dos Sem-Teto [...] apoiados por pastorais da Igreja Católica e outras; movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação,[...]; ou ainda mobilizações de segmentos atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços. (GOHN, 2010, p.13)

Seguindo o objetivo inicial deste trabalho – de traçar uma visão panorâmica sobre os dados obtidos durante a pesquisa –, observou-se no eixo de organização e na pergunta sobre qual gênero predominante, que cerca de 60% dos sujeitos políticos que compõem e/ou coordenam as ações são compostos pelo gênero feminino, de acordo com o gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Como pode-se perceber 62% do gênero predominante das participantes são do gênero feminino, demonstrando que as mulheres têm sido o grupo que mais tem se envolvido em ações de resistência e mobilização frente às ações de exclusão social. A experiência urbana, em muitos fatores, diferencia-se entre os sujeitos políticos e grupos sociais, principalmente se olharmos na perspectiva do gênero. Nesta direção, aspectos tanto materiais quanto simbólicos, deveriam ser considerados na política urbana e habitacional e nos programas dela derivados, visto que estes, à maneira como tem se apresentado, acabam reforçando uma lógica pelo direito à cidade, associada a uma cidade patriarcal, machista, homofóbica e racista, que acaba gerando ainda uma segregação socioespacial (CORRÊA, 1993) em que, na particularidade da dimensão de gênero associada à questão racial, por exemplo, algumas falas em entrevistas realizadas nesta pesquisa, demonstraram que as mulheres negras têm sido naturalizadas como moradoras de áreas periféricas na cidade e que tal segregação transcende a moradia.

De acordo com a entrevistada Daniele Silva:

O acesso às oportunidades é negado à maioria. A cidade também é a sede do sistema capitalista. É onde se tomam as grandes decisões, onde se organiza o funcionamento do sistema, que é excludente, não existe para todos. Essa cidade que é lugar de oportunidades, nega essas oportunidades a uma imensa maioria. É um processo histórico que vai revelar que alguns lugares são mais cidade que outros, que algumas políticas, que deveriam ser para todos, são mais para uns que para outros. (DANIELE SILVA, 25 anos, 15 de junho de 2018)

Neste contexto, o espaço urbano tornou-se mais excludente, acentuando o movimento de concentração econômica, de renda e de poder de decisão nas mãos da minoria. Essa desigualdade cresce e se aprofunda quando se trata de gênero, boa parte dessas mulheres, como demonstrou a pesquisa, são chefes de famílias, solteiras e na maioria negras, o que aponta para a desigualdade de classes, que se soma à desigualdade racial. Como também relatou uma das entrevistadas:

As lutas mobilizadoras é a luta antirracista, antisexista, antilgbtphobia porque atuamos dentro das lógicas do feminismo negro e ele prega a questão do pensamento intersexual, não adianta combater as lutas em caixinhas se a luta das mulheres são atravessadas de diversas maneiras de expressão, seja no campo ou na cidade, mesmo sendo na cidade. (SILVIA RODRIGUES, 46 anos, 03 de agosto de 2018)

Cabe ainda destacar, que na região amazônica a atuação dessas mulheres frente às demandas do cotidiano, estão para além do direito à cidade, mas também são relativas à efetivação da lei Maria da Penha, na luta pela permanência em seus territórios, a exemplo das mulheres quilombolas, bem como por uma alimentação sem agrotóxicos, pela

utilização livre e espontânea de ervas medicinais e por creches, tal como apontaram os dados levantados nesta pesquisa.

Neste sentido, de acordo com Silva (2016) encontram-se na história da humanidade diversos episódios de lutas coletivas de mulheres, como a luta pelo pão na Revolução Francesa; nas greves do ABC Paulista no Brasil entre 1978 e 1979, em que elas se colocaram na defesa contra o custo de vida; durante o período constituinte compondo o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Momentos como esses deslocam e desconstruem a concepção hegemônica sobre o que são e pensam ser as mulheres na construção da sociedade, onde elas se mobilizam por uma Amazônia socialmente construída e mais justa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à dimensão do gênero e o direito à cidade, as mulheres não têm sido consideradas até hoje como seres de liberdade, mesmo que suas lutas sejam cotidianas e diárias em favor de sua existência e da liberdade que as constituem. O filósofo alemão Heidegger (1954) demonstra a articulação que há entre os termos habitar, construir, permanecer, ser, para ele “eu sou, quer dizer eu habito” mas não no sentido de se localizar em uma casa determinada, portanto, em um espaço privado, mas sim na morada de si e do mundo, na escolha de sair, voltar, permanecer, ser e estar em qualquer lugar e em qualquer tempo.” (HEIDEGGER, 1954, p.28). Este é o ponto de origem e o ponto de chegada da luta das mulheres pelo direito à cidade: a liberdade de ser sujeito de si e do mundo.

A dimensão da agenda feminista está voltada para a luta da reforma urbana, de olhar para as cidades percebendo os sujeitos, homens e mulheres, que contribuem para a dinâmica produtiva e reprodutiva das cidades. A luta política por uma cidade mais equitativa e democrática, significa pensar em um conjunto de ações políticas que afirmem o lugar dos “sujeitos ocultos nas cidades”, as mulheres (GOUVEIA, 2011). Se as mulheres que atuam no campo urbano e

que vivem no urbano são, em sua maioria, lideranças comunitárias, chefes de famílias, não podem ser invisibilizadas no espaço das cidades, são sujeitos políticos, presentes na luta histórica dos movimentos sociais urbanos por uma cidade de direitos.

**Palavras-chave:** Direito à cidade; Movimentos sociais urbanos; Gênero; Amazônia.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

GOHN, Maria da Gloria. **Os movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16. n. 47 maio-ago. 2011.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo. 1997

GOUVEIA, Taciana. **Mulheres e Direito à Cidade: o sentido da liberdade**. (In) FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO. A liderança das mulheres nas lutas urbanas: direito e política nos caminhos das Mulheres. Rio de Janeiro: ONU MULHERES, ONU HABITAT, p. 6-9, 2011.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. 1954. Disponível em: [www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger\\_construir,%20habitar,%20pensar.pdf](http://www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf). *Bauen, Wohnen, Denken*. 1951 conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Acessado em: 29 de novembro de 2018.

SILVA, Carmen S. M. **Feminismo popular e as lutas antissistemáticas**. Edições SOS CORPO, Recife, 2016.

# O DIREITO CONQUISTADO NO DIA A DIA: A EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR NAS OCUPAÇÕES URBANAS EM SANTARÉM-PA

*Ana Beatriz Oliveira Reis<sup>1</sup>*  
*Andrew Lucca Pantoja de Souza<sup>2</sup>*  
*Lucimar Naiara dos Santos Alves<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Mediante um processo de urbanização nas cidades amazônicas, Santarém, localizada no Oeste do Pará, caracteriza-se por uma divisão socioeconômica do espaço muito bem definida. Observa-se com clareza que as áreas centrais da cidade, as quais estão mais próximas não apenas do centro comercial, mas também das políticas públicas, são áreas mais valorizadas economicamente e, conseqüentemente, habitadas pela população de maior poder aquisitivo. E, por outro lado, aos pobres restam as áreas suburbanas distantes de seu local de emprego, carente de transporte público, de hospitais, de escolas, de creches, de praças, dentre outros.

Nota-se restrição à cidadania, ao direito à cidade e ao direito à moradia adequada para as pessoas que não possuem poder aquisitivo exigido para a manutenção de uma residência nas áreas centrais, considerando que as políticas públicas não conseguem – devido à rapidez das transformações sociais nas cidades ou, em certos casos, por falta de atenção dos governantes – acompanhar a expansão dos bairros urbanos.

---

1 Professora de Direito do programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [reis.aboliveira@gmail.com](mailto:reis.aboliveira@gmail.com). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4364775T5>.

2 Estudante de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [andrew.g3@hotmail.com](mailto:andrew.g3@hotmail.com).

3 Estudante de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [lucimarnaiara@gmail.com](mailto:lucimarnaiara@gmail.com). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K8608941E2>.

Nesse sentido, a procura pela moradia nas regiões urbanas se mistura com a luta contra o capital especulativo depositado em propriedades que comumente não cumprem sua função social, princípio constitucional garantido desde 1988/CF. O presente trabalho pretende apresentar o caso do bairro Vista Alegre do Juá, advindo de uma recente ocupação urbana, em uma grande propriedade improdutiva, na região periférica do Município de Santarém/PA, com um dos objetivos de capacitar lideranças comunitárias por meio do uso de instrumentos jurídicos, políticos e sociais que possam auxiliá-los na luta pela garantia de seus direitos, em especial, o direito à cidade e o direito à moradia adequada.

A ocupação é formada, em sua maioria, por famílias que não possuem condição financeira de adquirir uma moradia na cidade e encontraram nesta localidade uma esperança da concretização do sonho da casa própria, isto é, a efetivação do direito à moradia. Ressalta-se que o direito à moradia está diretamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana, em que a residência digna não se limita a um pedaço de chão para a construção de um “barraco” ou em apenas uma edificação, mas sim a implementação e efetivação de políticas públicas, construção de vias adequadas, saneamento público, transporte público de qualidade, hospitais e escolas.

Na recente ocupação, nota-se a ausência dessas e de outras políticas públicas, mas o bairro Vista Alegre do Juá chama atenção pela relevância do protagonismo de seus moradores na luta pela efetivação do direito à moradia digna, a qual não é proporcionada pelo Estado. Observa-se, também, a relação com o meio ambiente, considerando que a expansão das residências se aproxima do Lago do Juá, o que no início da ocupação houve todo um planejamento, mapeamento e cuidado com áreas de proteção ambiental.

As atividades realizadas neste trabalho pretenderam oferecer formações político-pedagógicas direcionadas para a educação

popular em direitos, de maneira interdisciplinar com professores e estudantes de diferentes áreas, na contribuição e troca de conhecimentos e experiências, juntamente com as moradoras e moradores do bairro Vista Alegre do Juá. Assim, situá-los quanto ao conhecimento de seus direitos e garantias e auxiliá-los na luta pela efetivação do direito à moradia adequada, direito à cidade e o direito ao meio ambiente equilibrado.

## **METODOLOGIA**

Provindo de experiências de atuação jurídico popular enquanto Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Universitária (NAJUP CABANO), as atividades para a cumprimento desse trabalho abrangem a compreensão no que diz ao direito à cidade e ao direito à moradia adequada, a participação e realização de eventos referentes à temática, com o auxílio do Grupo de Pesquisa Direito à Cidade: instituições e atores e o Projeto de Extensão “Espaços transversais: perspectivas em meio ambiente”.

Como práxis de atuação da assessoria jurídica popular, utiliza-se como principais referências de AJUPs, a abordagem de Paulo Freire em sua ilustre obra “A pedagogia do oprimido” e também Roberto Lyra Filho e José Geraldo de Sousa Jr, com o “O direito achado na rua”. Essas obras refletem no pluralismo jurídico, no direito insurgente, no direito alternativo e no teatro do oprimido.

A assessoria popular proporciona maior comprometimento e sensibilidade enquanto estudantes de graduação, pois futuramente, em suas profissões, as experiências vivenciadas servirão de base para um trabalho mais humanitário.

As ações desenvolvidas nesse trabalho trouxeram o mapeamento em ocupações da cidade, que teve como objetivo o diálogo e a confiança dos moradores na troca de conhecimento, a participação e realização de eventos no âmbito do direito à cidade e o direito à moradia adequada e o curso intitulado “O Direito

Conquistado no Dia a Dia”, na Ocupação Vista Alegre do Juá, tendo como público alvo as lideranças.

## DISCUSSÕES

As atividades realizadas contribuíram para aproximar o diálogo e a relação com o direito à moradia e o direito à cidade e a educação em direitos humanos. Inicialmente, foi realizado um mapeamento das ocupações urbanas em Santarém-PA, para interagir e construir relações mútuas de confiança com os moradores das ocupações, abranger também os conhecimentos interdisciplinares discutidos na universidade e os saberes populares. Dentre as Ocupações visitadas, a saber: Ocupação Alto Vigia, Ocupação Ipanema, Ocupação Matinha e a Ocupação Vista Alegre do Juá.

Foi possível, ainda, a realização e participação de eventos, como: o I Seminário de Direito à cidade e I Seminário Internacional do NAJUP, os dois eventos estabeleceram dinamismo e reflexão quanto à questão local e regional perante às peculiaridades da Amazônia, considerando o diálogo entre os sujeitos coletivos e a questão urbana na cidade de Santarém. Além disso, a elaboração do curso de formação “O direito conquistado no dia a dia”, a participação da I Marcha pelo direito à moradia, em Santarém, no mês de fevereiro de 2018 e a participação na Audiência Pública na Câmara Municipal de Santarém-PA a respeito da Ocupação Vista Alegre do Juá, realizada em abril de 2018.

O curso intitulado “O Direito Conquistado no Dia a Dia”, aconteceu no mês de junho de 2018, na Ocupação Vista Alegre do Juá, a maior Ocupação na cidade de Santarém. O curso limitou-se em 40 pessoas, voltado para as lideranças do bairro, garantindo 10 vagas para a Ocupação Alto Vigia e Portelinha. Não somente as lideranças foram contempladas com o curso, a comunidade em geral e os estudantes puderam também participar e contribuir no diálogo.

O curso possibilitou maior articulação com os moradores das Ocupações, principalmente, com a Ocupação Vista Alegre do Juá. Ocorreram reuniões para decidir sobre as temáticas a serem debatidas durante as atividades e também agendar o dia, a hora e local para a realização das ações. Organizado em 4 módulos sobre campos jurídicos específicos, a saber: Módulo 1: “O que é Direito?”; módulo 2: “Cidadania e Direitos Sociais: direitos e garantias fundamentais”; módulo 3: “Direito e Conflitos Ambientais” e módulo 4: “Direito e as questões urbanas”.

O primeiro módulo do curso aconteceu de forma bastante proveitosa, não houve problemas no conteúdo. Todos os participantes contribuíram no diálogo, o que despertou ainda mais o interesse no tema. Atendendo uma linguagem de fácil compreensão, embora a linguagem jurídica seja muitas vezes inacessível, utilizou-se roteiro, apostila e dinâmicas para melhor entendimento dos participantes. Vale destacar que para cada módulo foi pensado no roteiro, pesquisa do tema, facilitador do tema e elaboração de conteúdo, além de equipamentos utilizados como tela de projeção, som e microfones.

O curso “O Direito Conquistado no Dia a Dia” teve que ser suspenso devido demandas internas que a Ocupação enfrentava no momento, relacionadas com a questão da disputa judicial da reintegração de posse da terra no âmbito da Justiça Estadual. Dessa forma, a dedicação em atividades consumia tempo dos moradores e do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM), os quais propuseram para outro momento, independentemente deste trabalho, o retorno das atividades, sugerindo o acompanhamento das atividades da Ocupação.

## **CONSIDERAÇÕES**

As atividades proporcionaram momentos de aprendizagem, intensa socialização e compartilhamento de experiências dentro e

fora das paredes da Universidade e a criação de vínculos com os movimentos sociais. Durante as ações desenvolvidas, pôde-se perceber o interesse pelo tema, mesmo porque o direito à cidade e o direito à moradia adequada têm bastante relevância para a cidade de Santarém nas suas relações territoriais.

A interação com a comunidade por meio de visitas de campo nas ocupações, oferta de curso, realização de seminários e participação em eventos, trouxeram novas experiências na esfera teórica e prática, assim como maior sentimento de senso crítico aos envolvidos, para que estejam cada vez mais capacitados e aptos à sua realidade.

Acredita-se em um trabalho relevante para a interação dos dois lados (Universidade e comunidade), despertou o senso crítico, criativo e reflexivo de todas as pessoas que participaram das ações realizadas, principalmente, das moradoras e moradores da Ocupação Vista Alegre do Juá, visto que essas pessoas enfrentam, ainda, empecilhos em relação ao seu direito à moradia e o direito à cidade.

Os instrumentos usados para a capacitação, a forma como o diálogo e a compreensão aconteceram perante as atividades, garantiram tranquilidade e contribuição quanto aos assuntos abordados, além de adquirir excelentes experiências com assessoria jurídica popular.

**Palavras-chave:** direito à cidade; direito à moradia; NAJUP CABANO; ocupações urbanas; o direito conquistado no dia a dia.

## REFERÊNCIAS

CAMPILONGO, Celso; PRESSBURGER, Miguel. Discutindo a assessoria popular. Rio de Janeiro: apoio jurídico popular: FASE, 1991.

DIEHL, Diego Augusto. Metodologia da assessoria jurídica popular na luta pela realização histórica dos direitos humanos. V Encontro anual da ANDHEP, UFPA, Belém/PA, 2009.

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. Expansão urbana e periferação de santarém-pa, brasil: questões para o planejamento urbano. In: diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008. X Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2008. p. 1 - 10.

PEREIRA, Helayne Candido. Assessoria jurídica universitária popular - AJUP: Aportes históricos e teórico-metodológicos para uma nova práxis extensionista em direito. Revista Direito & Sensibilidade. Vol. 1, nº. 1, p. 145-159, 2011.

RIBAS, Luiz Otávio. Assessoria jurídica popular universitária. Captura Críptica: direito, política e atualidade. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 246-254, jul./dez. 2008.

# A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA DO MTLM: UM ESTUDO DA OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ NA CIDADE DE SANTARÉM/PA

*Jacilene Cleice da Silva Rego<sup>1</sup>  
Francilene Sales da Conceição<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Segundo Serpa (2002), a área urbana de Santarém se apresenta atualmente bastante espraiada, com sérios problemas de periferização, ou seja, com precária infraestrutura urbana, assim como, precárias moradias. Apesar de ser um importante núcleo urbano, que desenvolve o papel de polarizador, a configuração espacial da cidade de Santarém foi construída de maneira desordenada, sem o devido planejamento e um ordenamento territorial eficaz que instrumentalize a (re)organização dos múltiplos espaços da cidade. Nos bairros periféricos reside uma população de baixa renda, coabitando com a violência, muito presente nestas áreas e constituindo verdadeira expressão de exclusão e segregação.

Neste contexto desigual e combinado, surge a ocupação urbana Vista Alegre do Juá, situada na região oeste do município de Santarém, no estado do Pará, com atuação reivindicatória de posse para a criação de um novo bairro em terras que há décadas não possuíam serventia social. A área é ocupada há oito anos por pessoas que, eventualmente, não possuem moradia própria, que residiam de aluguel ou agregados, além das pessoas que vieram de comunidades rurais próximas ao município e por famílias de outras cidades e estados que migraram para a cidade. Atualmente, essa ocupação

---

1 Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa. E-mail: jacileneleice0104@gmail.com

2 Mestra em Geografia, Professora substituta no Curso de Geografia, pela Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa. E-mail: lenesalesgeo@hotmail.com

tem transformado o espaço urbano da cidade, fazendo com que haja a expansão da malha urbana em direção à zona oeste.

Na Ocupação Vista Alegre do Juá, residem aproximadamente 8.000 habitantes, em uma área de 400 metros de frente e 2.000 metros de fundo. De acordo com uma representante do movimento, a área até meados do ano 2016 tinha cerca de 500.000 m<sup>2</sup>, divididos em 29 quadras, contendo 36 lotes cada. Destas 29 quadras, 25 foram destinadas às residências com 10 metros de frente e 30m de comprimento, 3 quadras reservadas para fins comunitários e uma área de proteção ambiental. Das 29 quadras, as quatro mais próximas ao rio, foram interditadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), pois estariam dentro da Área de Proteção Ambiental do Juá, restando atualmente 25 quadras à ocupação.

O Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM), desde o princípio, foi o responsável pelo projeto de ocupação e por todo o planejamento da área, cuja finalidade é tornar-se um bairro, visando a chegada de ferramentas de utilidade pública e de redes de infraestruturas. Organizaram-se para que a ocupação beneficiasse a cidade, expandindo os espaços de habitação e diminuindo o quantitativo de pessoas sem casa própria, tendo como principal objetivo, lutar pela garantia da moradia digna na cidade de Santarém/PA.

A ocupação enquanto local de atuação de *‘agentes sociais excluídos’*, resiste em meio aos fatores que dão o real significado a este termo usado por Roberto Lobato Corrêa (1989), seja pela retenção das ferramentas necessárias para a sobrevivência, tais como moradia, infraestrutura, saneamento básico, transporte, etc., seja pela negação ao acesso a saúde e a educação nos postos e escolas dos bairros adjacentes a estes sujeitos.

Este trabalho é resultado de pesquisas já realizadas anteriormente nesta ocupação urbana do município de Santarém/PA e faz parte do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) Licenciatura em

Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que se encontra em andamento e tem como objetivo analisar a luta por moradia dos moradores da ocupação Vista Alegre do Juá, além de compreender a (re)produção do espaço urbano da cidade no interior do modo de produção capitalista e as formas de lutas e resistências pela terra e pelo direito à moradia dos moradores de Vista Alegre do Juá frente aos agentes hegemônicos.

## **METODOLOGIA**

Como procedimentos metodológicos para a execução do estudo, estão sendo realizadas leituras de referenciais bibliográficos que abordam a temática proposta, a fim de dar afirmação/sustentação aos argumentos e entendimento do objeto estudado. Foi desenvolvido trabalho de campo, pois foram realizadas algumas visitas *in loco* nas quais houve conversas informais com a liderança do movimento de ocupação. Numa dessas ocasiões, foi possível o acesso a um esboço de mapa – planta – da estrutura inicial da ocupação. Após as reuniões, foi autorizada a realização de decupagem das informações cadastrais dos moradores, cedidas pela associação, para análise do perfil dos ocupantes, porém, os dados coletados por meio da decupagem não foram satisfatórios e vimos a necessidade de ir novamente a campo realizar a aplicação de um questionário. Este estava estruturado por meio dos aspectos socioeconômicos, que objetivou entender ainda mais o perfil das pessoas que ali residem e, a partir das respostas coletadas nos questionários, foi realizada a transcrição das respostas para que fosse calculado a porcentagem e, assim, analisado o perfil geral dos moradores da ocupação Vista Alegre do Juá.

## **DISCUSSÕES**

Segundo Roberto Lobato Corrêa (1989) o espaço urbano é capitalista, formado por um conjunto de diferentes usos da terra

justapostos entre si, a partir desse conjunto se dá a organização espacial do urbano, sendo também um espaço fragmentado e articulado, pois as relações sociais advêm da natureza social, tendo como fonte a própria sociedade de classes e seus processos. O espaço urbano é reflexo da sociedade, trazendo a desigualdade social, característica própria do espaço urbano capitalista, além disso, vem ser mutável e complexo, desenvolve-se de acordo com a dinâmica da sociedade. O espaço urbano também é condicionante social, através do desempenho das formas espaciais na reprodução das condições de produção e das relações de produto. Sendo também, um conjunto de símbolos e campos de lutas, visando o direito à cidade de forma digna e igualitária para todos.

A cidade tem um código de funcionamento centrado ao redor de instituições particulares, tais como a municipalidade com seus serviços e seus problemas, com seus canais de informação, suas redes, seus poderes. Sobre este plano se projeta a estrutura social, fato que não exclui os fenômenos próprios à cidade, a uma determinada cidade, e as mais diversas manifestações da vida urbana. A cidade envolve o habitar; ela é forma, envelope desse local de vida “privada”, ponto de partida e de chegada das redes que permitem as informações e que transmitem as ordens (impondo a ordem distante à ordem próxima) (LEFEBVRE, 1991).

De acordo com Fernandes (2005), na década de 1980 a Geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais, tendo como referencial teórico aportes de origem sociológica, econômica e histórica. Neste sentido, os geógrafos abordaram e passaram a discutir os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial. Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidades. O movimento social e o movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma de-

terminada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos com objetivo de transformação da realidade.

O direito à moradia passou a ser um direito constitucional no ano de 2000, quando a emenda nº 26 foi incorporada à Constituição. Segundo a lei, são direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Ao relacionar a necessidade de uma moradia com a obtenção de uma vida digna, entende-se o direito à moradia como um direito social que vai além do individual e, portanto, é relevante para toda a sociedade. Porém, no Brasil há um grande debate acerca deste tema, pois não se tem direito à moradia devido a falta da implementação de políticas públicas que assegurem e deem legitimidade ao bem viver das populações excluídas que necessitam de um lugar para residir de forma digna. Como resultado, ocupar é uma lógica não hegemônica, indicativa de que não há espaços para moradia e que não há políticas públicas que lutem pelas boas condições sociais.

Com a aplicação de um questionário socioeconômico na referida ocupação urbana, constatou-se que a maioria das famílias, residentes na ocupação, não possuía moradia própria (80,3%), sendo que cerca de 62,2% moravam de aluguel. Os moradores relataram que não tinham condições de arcar com as despesas de aluguel, visto que os valores mensais à locação dos imóveis são altos em relação à renda das famílias que, em sua grande maioria, sobrevivem com menos de um salário mínimo. Essa geografia em estudo permite entender que o espaço da cidade é palco da reprodução ampliada do capital para os agentes hegemônicos e *locus* das desigualdades e exclusões generalizadas que afetam diretamente as classes sociais desprovidas de moradias dignas e que estão em luta para conquista do direito a terra e a morada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A segregação não é só o fato de não se ter moradia, ela se

materializa na falta do suprimento das necessidades da sociedade, dos excluídos. Na cidade, como espaço da luta, encontram-se os sujeitos que naturalmente são excluídos da sociedade e que por meio dos movimentos se tornam sujeitos que produzem seu espaço, com forças suficientes para estabelecerem sua própria organização social, que acaba por ser classificada “contra a ordem”. Vista Alegre do Juá é, por vezes, entendida como espaço de marginais, o que não é a realidade, já que as pessoas que ali residem, lutam para a garantia dos seus direitos que são previstos na Legislação vigente.

É importante que haja um debate mais profundo e contínuo acerca deste tema dentro da academia e fora dela, para que se possa formar uma consciência social das transformações que acontecem na cidade e assim a própria comunidade, não só acadêmica, passar a observá-la como um palco de luta e resistência social frente à concepção de cidade como mercadoria voltada para os interesses hegemônicos e dentro dessa perspectiva, perceber o modo como o espaço está sendo utilizado e a forma como a sociedade em questão tem lutado por seu território e lugar onde possa sobreviver e se reproduzir socialmente com seus direitos assegurados: o direito à moradia, assim como, o direito à vida.

**Palavras-chave:** Ocupação urbana; Cidade; Lutas; Santarém/PA e Moradia.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 05 de março de 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: <[www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2018.

LEFEBVRE, Henri, *O direito à cidade*, São Paulo, Ed. Moraes, 1991.

SERPA, Ângelo. (Org.). **Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: Edufba, 2002.

TRINDADE JR., S. C. **Cidades médias na Amazônia Oriental**: das novas centralidades à fragmentação do território. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. v.13, n.2, p. 135-151, nov. 2011.

## SEÇÃO 03 – DIREITO À CIDADE, GÊNERO E SEXUALIDADE

A cidade moderna é um espaço, em sua anonimidade, para a expressão de performances de gênero e sexualidades ilícitas, divergentes e insurgentes; ao mesmo tempo, as estruturas das cidades contemporâneas estão inscritas por normas de gênero, reinscritas por sua vez nos sujeitos (Jessica Sewell). A presente seção trabalhará a conexão entre gênero, sexualidade e o direito à cidade, refletindo, como sugerido por Elisabete Bilac, sobre os modos com que o espaço urbano, em seus processos e práticas, condiciona e generifica determinadas performances sociais (e vice-versa). Refletiremos sobre a relação entre a organização do espaço urbano e o acesso ao valor de uso da cidade segundo critérios de gênero e sexualidade em suas intersecções com raça, classe e etnia, imaginando cidades reinventadas enquanto instrumento de emancipação de mulheres e sujeitos LGBTQI.

### COORDENADORES:

**André Freire Azevedo** – Professor do curso de Direito/UFOPA

**Vanessa Sander** – Doutoranda em Ciências Sociais pela UNICAMP

# PROGRAMA TRASCIDADANIA: CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO SOCIAL DAS TRAVESTIS, MULHERES E HOMENS TRANSGÊNEROS NA CIDADE DE SÃO PAULO

*Cristiane Pereira da Silva<sup>1</sup>  
Maria Aparecida Barbosa<sup>2</sup>  
Pedro Barcellos R. Juliano<sup>3</sup>  
Tabata Pastore Tesser<sup>4</sup>  
Stella C. Schrijnemaekers<sup>5</sup>*

## INTRODUÇÃO

Pretendemos contribuir para a discussão em torno das políticas públicas vigentes que auxiliam efetivamente no reconhecimento social, com o recorte específico ao Programa TransCidadania, que é um projeto de reinserção social desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, criado em janeiro de 2015 e tem como objetivo promover os direitos humanos, fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população LGBTTT em situação de vulnerabilidade social.

O Programa tem duração de dois anos e possui como dimensão estruturante a oferta de condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas à conclusão da escolaridade básica, preparação para o mundo do trabalho, formação profissional e formação

---

1 Graduanda em sociologia e política pela fundação escola de sociologia e política da Fundação Escola de Sociologia e Política – FESPSP Email: [cristirosa@gmail.com](mailto:cristirosa@gmail.com).

2 Graduada em sociologia e política pela fundação escola de sociologia e política da Fundação Escola de Sociologia e Política – FESPSP. Email: [mapybarbosa@gmail.com](mailto:mapybarbosa@gmail.com)

3 Graduando em bacharel em antropologia - UFOPA. Email [pedrobrjuliano@gmail.com](mailto:pedrobrjuliano@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2833836604275476>.

4 Graduada em sociologia e política pela fundação escola de sociologia e política da Fundação Escola de Sociologia e Política – FESPSP. Email: [tabatatesser12@gmail.com](mailto:tabatatesser12@gmail.com).

5 Professora Dra. do curso de sociologia e política da Fundação Escola de Sociologia e Política – FESPSP - email [stella2cs@gmail.com](mailto:stella2cs@gmail.com) Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7934183096808983>

cidadã. A essas ações soma-se um exercício de aperfeiçoamento institucional, no que tange à preparação de serviços e equipamentos públicos para atendimento qualificado e humanizado.

## **OBJETO**

Esta pesquisa propõe uma reflexão acerca dos processos que envolvem a construção do reconhecimento social das travestis, mulheres e homens transgêneros (população T) na cidade de São Paulo, no ano de 2016, através de um estudo sobre o Programa TransCidadania, que foi uma política pública intersetorial da Prefeitura de São Paulo - SP.

## **O PROGRAMA TRASCIDADANIA**

O Programa TransCidadania consistia no comprometimento de trinta horas semanais, que são preenchidas por atividades escolares e cursos ministrados no Centro de Cidadania LGBT (faltas são descontadas do pagamento), por um período de dois anos e que concede a cada beneficiária e beneficiário uma bolsa auxílio mensal de R\$ 924,00 (valores de 2016).

## **PROBLEMA**

A população trans protagoniza uma história na qual é vítima de preconceitos e violências cotidianamente das mais variadas formas, o Brasil é o país com o maior número de assassinatos de transgêneros e travestis, fazendo com que elas vivam, muitas vezes, relegadas à marginalização por discriminação por sua identidade de gênero, o que as distancia da empregabilidade formal.

Dentro dessa perspectiva, cria-se o TransCidadania, tendo como princípio que pessoas transgênero e travestis em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a um programa de transferência de renda que garanta uma autonomia financeira mínima, para que possam concluir a escolaridade básica e participar de atividades que venham a contribuir na formação profissional.

## **OBJETIVOS**

O objetivo geral do projeto é compreender quais foram os avanços alcançados pelas pessoas que participaram do programa e quais são os pontos que precisavam ser aprimorados para que fosse garantido maior eficácia dessa política pública.

### **Os objetivos específicos são:**

- Verificar se o programa cumpria com o plano de metas pré-estabelecido pela gestão do prefeito Fernando Haddad (PT);
- Compreender qual foi sua efetividade para o reconhecimento social das travestis, mulheres e homens transgêneros, bem como, qual reconhecimento social pós Programa TransCidadania na vida política e cidadã;
- Analisar se efetivamente o programa contribui para a diminuição da transfobia e da exclusão social dessas pessoas

## **METODOLOGIA**

A partir de leituras, debates, entrevistas semiestruturadas e um grupo focal com os participantes, pretendemos investigar a efetividade do programa, relacionando-o com a sua função de reinserção social e, qual a percepção das participantes acerca do reconhecimento da identidade de gênero e sua recolocação no mercado de trabalho, tais entrevistas deram-se com as participantes que já foram beneficiárias do Programa TransCidadania, bem como, com as que não foram.

## **CONJUNTURA POLÍTICA MUNICIPAL E PERMANÊNCIA DO PROGRAMA NA GESTÃO DÓRIA (PSDB)**

Nossa pesquisa foi localizada temporalmente em uma conjuntura que contou com eleições municipais – entre setembro e outubro de 2016 – e início de uma transição de governo entre outubro e novembro de 2016.

Esse fato temporal, onde localiza o período de realização da nossa pesquisa, concretiza-se em uma conjuntura brasileira que contou com a vitória massiva do antipetismo, localizada nacionalmente na figura do Fernando Haddad (PT) e na eleição em 1º turno do Prefeito João Dória Jr (PSDB) e que está entre seus indicativos a despolitização dos processos eleitorais, a blindagem do sistema frente aos problemas sociais, o fundamentalismo religioso nas políticas públicas, a confusão do público e privado e as decisões pela retirada de direitos e a criminalização de movimentos sociais que são fatores que não podemos ignorar.

## **RECONHECIMENTO SOCIAL**

De acordo com Almeida não é apenas o reconhecimento enquanto sujeito que responde questões sobre a existência de cada indivíduo, mas também sobre se reconhecer em espaços de socialização ou na formação de grupos maiores.

As instituições escolares negligenciam a discussão sobre identidade de gênero tornando, assim, o ambiente escolar um espaço hostil para as pessoas trans, fazendo com que sofram violências psicológicas por colegas e professores e, em alguns casos, agressões físicas.

De acordo com a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, este é o grupo social com maior índice de evasão escolar, alcançando 73% de abandono. A escola, via de regra, é o segundo ambiente mais frequentado pelas crianças e adolescentes, seguida dos lares familiares, mas é nesse espaço que elas também são rejeitadas, convivem com preconceitos e exclusão social, saem da escola e seu ciclo de relacionamentos se torna menor.

## **O AMBIENTE ESCOLAR COMO FERRAMENTA RESSOCIALIZADORA**

A possibilidade de voltar para uma sala de aula gera expectativas de uma nova vida e socialização, garantindo a eficácia

do Programa TransCidadania, pelo menos no que diz respeito ao reconhecimento social. Muitas participantes disseram na entrevista o orgulho e a felicidade de participar de uma política pública inovadora e que, para além da educação, permite uma nova possibilidade de relação social entre os outros grupos sociais.

A maioria das entrevistadas trazem as relações afetuosas que conquistaram com colegas de classe e com as professoras como principal ponto positivo do programa, a atenção, o cuidado e a preocupação no aprendizado recebidos faz com que elas se sintam importantes dentro desse espaço ao lado de outras pessoas, pois nunca imaginaram estar em uma sala de aula sem sofrer algum tipo de preconceito. O papel do educador se torna fundamental para este reconhecimento no ambiente escolar.

## **FEMINILIZAÇÃO E MASCULINIZAÇÃO**

Usamos como uma categoria a ser analisada a Feminilização e Masculinização dos corpos trans, as etapas e, principalmente, o auxílio que o Programa TransCidadania oferece para que a terapia hormonal para a população T seja feita por especialistas e sob acompanhamento médico.

A mudança corporal é para muitas pessoas a primeira etapa para o reconhecimento de identidade, pensando nisso o Programa TransCidadania oferece o serviço de terapia hormonal. Dessa forma, a população T pode fazer esse tratamento sob observação médica e de forma gratuita, para que não seja necessário recorrer a métodos não saudáveis.

## **EMPREGO, TRABALHO E RENDA: O SONHO DA CARTEIRA ASSINADA**

A realidade do mercado de trabalho para transgêneros e travestis ainda é difícil, principalmente para aquelas que assumem a identidade ainda na adolescência. Um ponto positivo do programa é

a sua dimensão estruturante, a oferta de condições de autonomia financeira por meio de transferência de renda condicionada à execução de atividades voltadas primordialmente à elevação do nível de escolaridade e formação técnica profissional. Além das aulas nos CIEJAs (Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos), também são oferecidos cursos em áreas como maquiagem e costura.

A busca pelo emprego representa para as travestis e transgêneros beneficiárias do Programa a imersão social, denotando um entendimento de que os programas assistenciais, embora importantes, especialmente para aqueles incapacitados para o trabalho por motivos de doença grave ou deficiência, não dignificam, ao contrário, reiteram a condição de não cidadão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No que se refere ao objetivo do Programa TransCidadania para com os participantes, os resultados apresentados cumprem com a proposta de transferência de renda, (re) ingresso à escola, reinserção social, conhecimento sobre direitos humanos e contexto político. É notável o resultado positivo nas mudanças estruturais na vida dessas pessoas no que diz respeito à valorização da vida e de seus espaços de lutas pela inclusão e igualdade social.

Como política pública, o TransCidadania é muito recente, apenas dois anos, e apresenta pontos de melhorias e adaptação, como acompanhamento à inserção no mercado de trabalho como mecanismo de reconhecimento social, que ainda é fechado para admissão de pessoas do grupo LGBTTT, ampliar a disponibilidade de cursos para além da área jurídica e transformação imediata para decreto de lei municipal.

Essa política seria mais eficiente se fosse transformada em lei, fato que garantirá a manutenção do programa independentemente da conjuntura política vigente. Para além disso, deve também disponibilizar equipes multiprofissionais da saúde e assegurar

aos bolsistas na sua totalidade a garantia do reconhecimento à cidadania. Que a Prefeitura se adeque à uma política de recursos humanos e empregabilidade com viés em empresas que têm política de diversidade.

Esse tema está longe de chegar a considerações finais, pois há o desafio da internalização na sociedade heteronormativa que o direito à dignidade e à inclusão social deve ser garantido, isso torna o Programa TransCidadania uma das principais possibilidades para aqueles que buscam construir sua própria história.

**Palavras-chave:** Programa TransCidadania; Reconhecimento Social; Identidade de Gênero; Política Pública; Haddad.

## REFERÊNCIAS

BELLONI, I; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luiza Costa de. Metodologia para avaliação de políticas públicas: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2001. 96. p. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 75).

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil, cap. 1, art.5o p.13: promulgado em 5 de outubro de 1988, – 35. ed. – Brasília Edições Câmara, 2012.

COACCI, T. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. História Agora, v. 1, p. 134161, 2013. Disponível em:<[http://www.sbece.com.br/resources/anais/3/1429972411\\_ARQUIVO\\_Transgenerida deAtigoSBECEVersaoDeenvio.pdf](http://www.sbece.com.br/resources/anais/3/1429972411_ARQUIVO_Transgenerida%20deAtigoSBECEVersaoDeenvio.pdf)>.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Digitalização, Sabotagem, 2004.

MIRANDA, F. Heteronormatividade: uma Leitura sobre Construção e Impli-

cações na Publicidade, FRAGMENTO DE CULTURA, v. 20, n. 1 (2010), Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/1314/898> acesso em 28/11/2016.

JESUS, J. G. (2010). Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In Galinkin, Ana L. & Santos, Karine B. (orgs.), Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares, 8089. Disponível em: <[http://generoepsicologiasocial.org/wpcontent/uploads/Anais\\_do\\_Simposio\\_Genero\\_e\\_Psicologia\\_Social2010.pdf](http://generoepsicologiasocial.org/wpcontent/uploads/Anais_do_Simposio_Genero_e_Psicologia_Social2010.pdf)> Acesso em: 03/04/2016

KITZINGER, J. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.;MAYS, N. (Org.). Qualitative research in health care. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

MARSHALL, T. Cidadania Classe Social e Status, Zahar Ed. 1967. RJ.

MELO, A. D. Transgeneridade: “Dor e delícia de ser o que é”. Disponível em: [http://www.sbece.com.br/2015/resources/anais/3/1429972411\\_ARQUIVO\\_Transgeneridade-Artigo-SBECEVersaodeenvio.pdf](http://www.sbece.com.br/2015/resources/anais/3/1429972411_ARQUIVO_Transgeneridade-Artigo-SBECEVersaodeenvio.pdf) Acesso em: 10 dez. 2018.

PISCITELLI, A. Gênero: história de um conceito. Coleção Sociedade em foco, diferenças e igualdade. São Paulo: 2009. SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente – mulheres em revistas “femininas”. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 6781, 2001.

STOLLER, R. J. A experiência transexual. Rio de Janeiro. Imago Editora, 1982.

TAYLOR, Charles. What is human agency? In Human agency and language. Philosophical papers. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 24. Apud:

ARAÚJO, Paulo Roberto. Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento. São Paulo: Loyola, 2004, p.97.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Dica de Leitura. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/servicos/news/cfanews/dica-de-leitura>>. Acesso em: 30 de nov. 2014.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Conheca-o-Plano-Municipal-de-Educacao-de-Sao-Paulo>> Acesso em: 22/11/2016.

PLANO DE GOVERNO HADDAD PREFEITO 2012. Disponível em: [http://estaticog1.globo.com/2015/09/10/Programa\\_de\\_Governo\\_Haddad.pdf](http://estaticog1.globo.com/2015/09/10/Programa_de_Governo_Haddad.pdf) Acesso em: 21/11/2016.

INDICADOR PAULISTANO DE ORÇAMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO

ENTRE 2015 E 2016. Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/orcamento2016/wp-content/uploads/sites/17/2015/11/IndicaPaulistano-64-Orc161.pdf>> Acesso em: 22/11/2016.

PROGRAMA DE GOVERNO DO DÓRIA. Disponível em: <[http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/sites/24/2016/09/proposta\\_governo1471620086520.pdf](http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/sites/24/2016/09/proposta_governo1471620086520.pdf)> Acesso em: 20/11/2016.

DICIONÁRIO IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article26c3.html?id.article=59>>. Disponível em: 20/11/2016.

# LGBT's EM SANTARÉM: SEUS DIREITOS VÃO ALÉM DO RECEBIMENTO DE PRESERVATIVOS

*Paola Marcélia Acioly Fernandes<sup>1</sup>  
Teógenes Luiz Costa da Silva<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi uma iniciativa do Ministério da Saúde com o intuito de construir um conjunto de diretrizes que visam promover planos com estratégias e metas para reduzir as desigualdades, a discriminação e reafirmar as diretrizes de universalidade, integralidade e participação da comunidade do Sistema Único de Saúde. Esta Política foi instituída a partir da Portaria nº 2836 de 1º de dezembro de 2011 devido à necessidade de ter uma política específica para as necessidades dessa população. Foi pactuada através da Comissão de Intergestores Tripartite de 6 de dezembro de 2011, Resolução nº2.

Os Princípios de Yogyakarta serviram de orientação para essa Política, segundo Caye (2009). Esses princípios (2006) foram fundamentais para formular sobre Direitos Humanos e sobre os direitos quanto à orientação sexual e à identidade de gênero. Os Princípios afirmam a obrigação primária dos Estados de implementarem os direitos humanos. Todavia, essa iniciativa não se deu por vontade dos Estados, mas de pessoas humanistas e organizações preocupadas com a execução ou mesmo criação de leis de proteção e atenção à população LGBT.

Todavia, o município de Santarém não aderiu a essa Po-

---

1 Discente do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. E-mail: paolamarceliafernandes@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1597676840945764>

2 Docente do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: teogeneslsc@yahoo.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9273366959295926>

lítica Nacional, portanto os serviços de saúde oferecidos à população LGBT são os mesmos oferecidos a toda população santarena, ignorando as necessidades e demandas específicas dessa comunidade que padecem pelo preconceito, pela discriminação e pelas desigualdades que poderiam ser diminuídas através de ações públicas de saúde oferecidas pelo Sistema Único de Saúde. Ter direito à cidade, é como cidadão, ter direito aos serviços e às ações disponibilizados pelo SUS em Santarém. O direito de se obter saúde através da promoção, prevenção, cura e reabilitação, não pode passar de um pedaço de papel feito pelo Ministério da Saúde.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um relato de experiência, através da concessão de entrevista com gestores, a partir de perguntas semiestruturadas. Além de revisão integrativa da literatura. A seleção de publicações para essa revisão foi realizada por meio de busca nas bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Além de reportagens em sites de relevância como Catraca Livre.

## **DISCUSSÕES**

Em 2011 houve a instituição da Política Nacional Integral de Saúde Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que é composta em nove artigos e possui diversos parágrafos.

Um dos mais importantes parágrafos é o IV do Art. 3º que diz respeito aos tipos de discriminação que podem vir a gerar violência contra a população LGBT, além da eliminação das fobias, visto que o Brasil lidera o ranking de mortes contra a população LGBT no mundo, em 2015, segundo o jornal eletrônico Catraca Livre (2016). Cerca de um LGBT morre a cada 19 horas, sem contar com os outros crimes, como violência psicológica ou mesmo

sexual, pois tal fobia vai além de aversão ou ódio, mas também qualificar o outro como sendo inferior ou anormal.

O município de Santarém, localizado no oeste do estado do Pará, ainda não se adequou às normas vigentes na Política Nacional de Saúde Integral de LGBTTs, pois, segundo um dos Conselheiros Municipais de Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde de Santarém não aderiu a essa importante política. Os serviços oferecidos pelo SUS para os LGBTTs são os mesmos oferecidos de forma ampla a toda a população e não de forma específica a essa população vulnerável. Quando a pesquisa foi realizada, alguns gestores da saúde afirmaram que distribuir preservativos era uma medida preventiva de saúde que o SUS poderia fazer pelos LGBTTs que residiam em Santarém. Isso demonstra, não apenas o desrespeito, mas o despreparo que se tem para lidar com essa comunidade que já possui seus direitos garantidos através da Política.

Destaca-se, também, o Art.2 parágrafo XI que preconiza oferecer saúde integral nas Doenças Sexualmente Transmissíveis, como o vírus no HIV e hepatites. O Centro de Testagem e Aconselhamento de Santarém, conta com a realização de testes laboratoriais de hepatite B, de hepatite, de HIV, e, também, teste rápido de HIV. Esses testes são oferecidos a toda sociedade e, também, a população LGBT. Caso algum desses exames dê positivo, o indivíduo é encaminhado para o departamento responsável para poder começar a realizar seu tratamento. O CTA em Santarém existe desde 1998.

Apesar de o Art. 2º parágrafo XVIII garantir o fortalecimento da participação de representações da população LGBT nos Conselhos e Conferências de Saúde, Santarém, apenas em 2017, teve seu primeiro representante LGBT participando de uma Conferência para representar os movimentos sociais existentes na cidade. Em 2017, também, foi eleito um LGBTT para representar a comunidade no Conselho Municipal de Saúde e esse direito foi apenas conseguido através de muitos conflitos, determinação e coragem.

O Art. 2º parágrafo XVII garante o uso do nome social de travestis e transexuais e foi implantado no município de Santarém. Todavia, os TTs ainda sofrem com a ignorância, o desprezo e a falta de preparo dos profissionais na área de saúde, mesmo que o Art. 3º parágrafo VII diga aos profissionais da área da saúde, lideranças sociais e Conselheiros de Saúde que devem participar de processos de educação permanente desenvolvido pelo SUS, de forma que inclua a temática de orientação sexual e identidade de gênero de LGBTTs. Se a política não foi aderida pela Secretaria Municipal de Saúde, a educação quanto a esses assuntos específicos dessa comunidade para profissionais do SUS é mais rara ainda.

Há, também, o Art. 2º parágrafo VI que garante o acesso ao processo transexualizador na rede do SUS, que possui o objetivo de revisar a “lógica do cuidado”, organizando a atenção à saúde desde a atenção básica à especializada, que não seja focada apenas no procedimento cirúrgico e hospitalar, mas também na estruturação e ampliação dos serviços de atenção ambulatorial. Porém, os transexuais em Santarém conquistaram seus direitos através de processos iniciados no Ministério Público, para terem seus direitos de mudarem seus corpos através do Sistema Único de Saúde. Outros, optaram por serviços do setor privado de saúde.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do conteúdo apresentado acima, vê-se que a cidade de Santarém, localizada no Pará, ainda está aquém, com relação às necessidades da população LGBTT do município, pois nem aderir a Política Nacional Integral de Saúde Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a Secretaria Municipal de Saúde aderiu. Essa política, que deveria atender as demandas específicas dessa comunidade, foi completamente ignorada. Como exemplo dessa atitude descabida, os gestores de saúde do SUS acreditam que distribuir preservativo é o suficiente para sanar o preconceito,

a discriminação, as fobias e todas as doenças que essa população pode vir a estar vulnerável.

Além do mais, para se conseguir acesso aos poucos recursos oferecidos pelo SUS na cidade, vários movimentos precisaram reivindicar e, até mesmo, causar conflitos para garantir seus direitos. Isso é um completo desprezo.

**Palavras-chave:** direito à cidade, LGBT, Política Nacional, promoção de saúde.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF. 2004

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional Integral de Saúde Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** DF, 2011.

CAYE, Daniel Paulo. **Os Princípios de Yogyakarta e sua interação com o Direito Interno e Políticas Públicas no Brasil.** X Salão de Iniciação Científica, PUCRS, Faculdade de Direito, UFRGS. 2009

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero,** 2007. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/pdf/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 01 de setembro de 2018.

Catraca Livre, **Brasil lidera ranking mundial de mortes de membros LGBT.** Acesso em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-lidera-ranking-mundial-de-mortes-de-membros-lgbt/>>. Acesso em: 01 de setembro de 2018.

# A VISIBILIDADE NEGRA AMAZÔNICA EM PERSPECTIVA COMO DESAFIO SOCIOAMBIENTAL

*Daniela Pinto da Silva<sup>1</sup>*  
*Rafael Caldeira Magalhães<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

A região Oeste do Pará passa por um processo de crescimento demográfico e desenvolvimento econômico ligado à expansão da cadeia produtiva da agropecuária brasileira, que tem investido na consolidação de um eixo de escoamento Amazônico de seus produtos para os mercados externos, sendo a cidade de Santarém um porto importante neste processo. Como apontado por Becker (1999), este processo não acontece sem que seja acompanhado da intensificação de conflitos, ligados às diferentes perspectivas de uso e apropriação do território. Com isso, o estudo de temas transversais relacionado ao meio ambiente em interesse socioambientais e econômicos rediz em grandes discussões e conflitos, quando se refere as mulheres quilombolas do município de Santarém. Embora estivesse no contexto socioambiental, ao entrar em contato nos debates nas salas de aulas, rodas de conversas e reuniões, de fato, é possível observar visões no processo dos próprios parecer apropriando, mas de conhecimentos e buscando mostrar a visibilidade da mulher negra quilombola no âmbito regional, que a maior parte dessas classes são retiradas desses diálogos em produzir a própria história, no que diz o processo de se identificar como liderança quilombola no seu território. Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com es-

---

1 Bacharel em Ciências e Tecnologia das Águas. Estudante de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [danielapinto141@gmail.com](mailto:danielapinto141@gmail.com)

2 Docente do Instituto e Tecnologia das Águas – ICTA da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [ambienterfl@gmail.com](mailto:ambienterfl@gmail.com).

ses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. (CARNEIRO, 2003). Nesse caso, as mulheres se empoderam nesses eixos de discussões, na participação desses diálogos no fortalecimento e articulação das lutas tendo visibilidade nas suas falas, sendo protagonista nas suas conquistas e tendo a possibilidade de melhor caracterizar o papel de liderança exercida retirando essas desigualdades de gênero que ao longo dos anos viveram aprisionadas, levando a participar de forma direta nessas discussões em ter posicionamento como ativista negra. Nesse sentido, os diálogos sobre as questões ambientais surgem como uma forma de refletir ações em toda a sociedade acadêmica, uma vez que esses espaços de discussão são relevantes para a formação desses indivíduos, tanto na esfera política quanto socioeconômica, por exemplo, do gênero e raça.

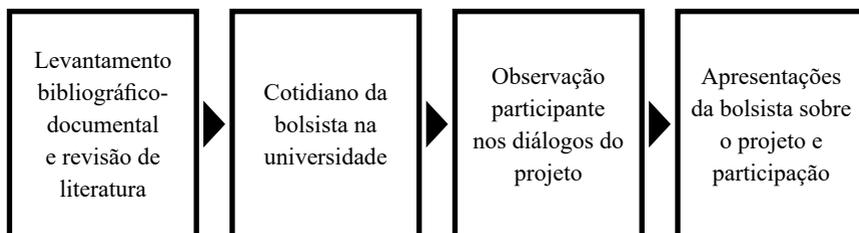
A partir da década de 70, verifica-se que as mulheres negras lutavam em favor da visibilidade e igualdade, no que se refere a uma sociedade mais justa e inclusiva. O ponto de partida desse projeto mostra a contextualidade de integração entre a universidade e público envolvido sobre questões ambientais, no surgimento desses debates líderes comunitários, ativistas políticos, profissionais e agentes sociais contribuem na formação de opiniões críticas. Diante desses diálogos, sustentamos no presente resumo a importância de fomentar esses debates sobre temas em meio ambiente sob a perspectiva, agregando caminhos a serem trilhados na capacidade do fortalecimento e visibilidade nesses momentos de falas na perspectiva racial do gênero feminista, trazendo os resultados mais satisfatórios possíveis.

## **METODOLOGIA**

Foi realizado levantamento bibliográfico-documental e revisão de literatura pertinente as temáticas da visibilidade de mulheres negras e quilombolas relacionados aos conflitos so-

cioambientais e empoderamento do gênero feminista. Concomitantemente a isso, a pesquisa-intervenção contou com as etapas descritas no gráfico abaixo:

Como mostra o gráfico, na primeira etapa foi realizado le-



vantamento bibliográfico-documental e revisão de literatura pertinente as temáticas da visibilidade de mulheres negras e quilombolas relacionados aos conflitos socioambientais e empoderamento do gênero feminista aos casos estudados e aos temas correlatos. Depois, o projeto passou para a segunda fase, a vivência e realidade da bolsista na universidade desde o início do seu plano de trabalho. Foram alguns meses em observação nas atividades elaboradas pelo Instituto de Ciências e tecnologia das Águas- ICTA e a Coordenação de Cidadania e Promoção Étnico-Racial (DAA/PROGES) vinculado a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), relacionados ao tema meio ambiente e gênero no auxílio das discussões e debate, servindo como base fundamental ao trabalho. A terceira etapa da pesquisa correspondeu à participação da discente nos espaços dos debates, acompanhada de uma análise reflexiva e crítica desta, partindo da experiência de observação participante na intervenção realizada. Os eventos ocorridos na universidade vinculados ao plano de trabalho da bolsista foi proposto a pro atividade da discente no apoio direto e indireto do ambiente.

## DISCUSSÕES

Os debates e mesas redondas dentro da universidade envolvendo o movimento quilombola, em exclusivo, o indicador raça, sobretudo referente às temáticas, meio ambiente, conflitos ambientais e protagonismo feminino traz consigo um marco para a visibilidade do gênero no convívio da militância. Com isso, tem-se observado que foi de extrema importância, em razão, de ter aprimorado nesses espaços de debates e discussões, onde o foco principal são mulheres protagonistas de sua própria história e fortalecendo a visibilidade através de suas falas. Constata-se, então, que mulheres negras tem total habilidade de atuar nesses discursos e espaços de representação política e acadêmica, além de protagonizarem mobilizações e atuarem para ampliação dos padrões de reconhecimento dos quilombolas. A atuação das mulheres no espaço público historicamente enfrentou dificuldades devidas, sobretudo, à negação à educação e à participação política (GROSSI, GARCIA e MAGRINI, 2015). No decorrer do projeto, foi elaborado o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, vinculado ao seu plano de trabalho cujo o tema é Impactos Socioambientais Portuários em Mulheres Quilombolas do Baixo Amazonas, ajudando na ênfase das atividades elaboradas pela universidade onde a bolsista era inclusa a fazer parte na organização e participação desses eventos que antes não era incluída. Além disso, durante a vigência do projeto, a discente assume diretamente a organização dos eventos, na construção de espaços na instituição com vista a desenvolver estudos e apresentar propostas sobre a temática socioambiental e das relações de gênero junto às respectivas.



Figura 1 - Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso TCC do BI (Bacharelado Interdisciplinar) vinculado ao projeto

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que a abordagem dos eixos de gênero/mulher e raça/negra nos diálogos transversais sobre meio ambiente é de suma importância, não somente questões fundamentais para o crescimento e desenvolvimento econômico da região, mas para permitir o empoderamento e protagonismo que o campo social possibilita em defesa da Amazônia. Portanto, esses espaços de debates são fundamentais para o componente raça, sendo um desafio da extensão universitária em levar à frente esses diálogos e contribuir para o empoderamento e fortalecimento das mulheres quilombolas.

**Palavras-chave:** Diálogos interdisciplinares e Intersetoriais; Meio Ambiente; Formação Extracurricular; Mídias Digitais.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Tereza. **Mulheres Negras**. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel 2003.

BECKER, Bertha K. “**Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia**”. Cadernos NADIAM, Brasília, MMA, 1999.

GROSSI, M.; GARCIA, O. R. Z.; MAGRINI, P. R. **Especialização ead em gênero e diversidade na escola livro i - módulo i**. [S.l.]: Tubarão, 2015.

SILVA, Daniela Pinto Da. **Impactos socioambientais portuários em mulheres quilombolas do Baixo Amazonas**. TCC. Instituto de Ciências e Tecnologias das Águas – ICTA. Universidade Federal do Oeste do Pará. Orientador: Rafael Caldeira Magalhães. 2018.

# DESAFIOS FAMILIARES APÓS SUICÍDIO DE HOMOSSEXUAIS

*Edna Andressa Pinheiro De Sousa<sup>1</sup>*

*Eloísa Amorim De Barros<sup>2</sup>*

*Erika Dienny Silva De Assunção<sup>3</sup>*

*Kellen Maria Fernandes Nogueira<sup>4</sup>*

*Maria Aldalene Rodrigues De Brito<sup>5</sup>*

## INTRODUÇÃO

O filme “Orações para Bobby (1982)” é baseado em fatos e retrata a história de um adolescente inserido em um contexto religioso, no qual sua mãe se baseia para a não aceitação da orientação sexual do filho. Grupos religiosos cristãos determinam que a homossexualidade é vista como algo abominável, no entanto, a Psicologia considera a homossexualidade como uma condição e não uma escolha. O controle excessivo da mãe por conta da religiosidade contribuiu para o adoecimento psíquico do adolescente, tornando uma situação de conflito interno motivado pela doutrina e o medo que ele tinha de ser castigado por Deus.

De acordo com Sant’Anna e Daspett (2007), a homossexualidade, durante muitos anos, foi vista como uma mistura de pecado, doença e crime. Desse modo, rejeições impactantes e variadas foram e ainda são frequentes no contexto social desses indivíduos, o que faz daqueles cujo desejo afetivo-sexual é direcionado para pessoas do mesmo sexo, um dos agrupamentos mais atingidos

---

1 Acadêmica do sétimo semestre do Curso de Psicologia do IESPES, [andressapiinheiro@gmail.com](mailto:andressapiinheiro@gmail.com)

2 Professora do Curso de Psicologia do IESPES, [elo\\_amorim@hotmail.com](mailto:elo_amorim@hotmail.com), (93)991886045, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2765771356654257>

3 Acadêmica do sétimo semestre do Curso de Psicologia do IESPES, [erikadienny\\_silva@hotmail.com](mailto:erikadienny_silva@hotmail.com)

4 Acadêmica do sétimo semestre do Curso de Psicologia do IESPES, [kellennogueira16@mail.com](mailto:kellennogueira16@mail.com)

5 Acadêmica do sétimo semestre do Curso de Psicologia do IESPES, [aldalenebrito@yahoo.com](mailto:aldalenebrito@yahoo.com)

pelo preconceito, pela intolerância e pela discriminação. Contudo, pessoas com orientação homossexual se desenvolvem e estão presentes em todo tipo de lar e/ou famílias, bem como também estão presentes em vários grupos socioeconômicos, étnicos e religiosos.

Bobby, como outros adolescentes nessa situação, sofreu muito, perdeu sua autoestima, a vontade e a disposição para a vida, entrando em depressão, tal como jovens iguais a ele, que vivem em segredo, sufocados e, por medo do preconceito da família, acabou acarretando o suicídio. Muitos desses pais, como no caso de Bobby, tratam a homossexualidade de um filho como patologia e os obrigam a frequentarem a igreja como forma de libertá-los do que acreditam ser doença. Compreende-se a importância da temática e o quão confrontante ela ainda é atualmente. A sociedade e a família enquanto instituições ainda vivem sob o viés do preconceito e muito arraigadas na religiosidade, mesmo vivendo em um Estado laico. De acordo com Natividade, (2010) a religião e suas interpretações a respeito da homossexualidade são com frequência mantenedoras de significados negativos que dificultam mudanças necessárias para a aceitação e legitimação da mesma.

Porém, nessas denominações religiosas, as crenças no que é “puro” ou “impuro” dificultam a aceitação e a mudança social mais amplas. Isto se torna evidente nas situações em que homens com orientação homossexual se afastaram de suas respectivas igrejas para vivenciarem sua homossexualidade ou, ainda, procuraram uma igreja inclusiva que aceitasse a sua orientação homossexual, buscando uma participação em congregações que abordavam uma “homossexualidade santificada”, que permitisse sua vivência nos moldes cristãos, ou seja, tirando a conotação de pecado da homossexualidade e atribuindo às atitudes de promiscuidade, infidelidade e sexo fora do casamento-gay.

Buscou-se como objetivo geral compreender o processo de ressignificação do suicídio de membro homossexual pelo grupo familiar e as implicações para a psicologia. Tendo por objetivos espe-

cíficos compreender como a família influencia o suicídio mediante o preconceito e a não aceitação da homossexualidade, o processo de resignificação do grupo familiar após o suicídio de um membro e como a psicologia intervém nesse processo de superação.

## **METODOLOGIA**

Utilizou-se para a elaboração deste resumo a pesquisa de artigos científicos com recorte temporal entre os anos de 2008 a 2018, para o embasamento teórico do filme “Orações para Bobby”, de 2009, uma história baseada em fatos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **PRECONCEITO DA FAMÍLIA - INFLUÊNCIA AO SUICÍDIO**

“Orações para Bobby” é um filme baseado em fatos que ilustra, por meio de cenas fortes, sensíveis e emocionantes, a comovente e trágica história de vida de Bobby, um jovem de vinte anos, filho de uma família evangélica tradicional e conservadora, que na juventude constrói a sua identidade sexual e descobre que é homossexual. Sua mãe, ao ficar ciente sobre sua orientação sexual, repreende-o e fica desolada, pois com base em sua doutrina bíblica, acreditava que os homossexuais são seres sem escrúpulos e respeito, que se entregam aos desejos carnis, tendo seus corpos tomados por doenças incuráveis e malignas. Sua representação sobre os gays era repleta de estereótipos preconceituosos, sendo que seu estilo de vida era considerado escolhas individuais satanizadas e que, portanto, deveriam ser discriminadas (TORRES, 2016). De acordo com Da Silva (2011), o relato do depoimento de uma mãe de homossexual demonstra em palavras o que elas sentem: “é muito difícil uma mãe aceitar que um filho é homossexual porque ‘o preconceito está internalizado em todos nós’” (Edith Modesto – Mãe de homossexual, SILVA 2011, p.59). A mãe de Bobby não conseguia aceitar a ideia e a realidade de ter um

filho gay. Decide, então, fazer tudo o que é possível para “curar” o filho desta “doença terrível” levando-o para terapias com psicólogos e orações a Deus. Bobby, a fim de não ir de encontro a tudo o que aprendeu inserido nesse contexto de religiosidade e dando razão ao que sua mãe e os familiares acreditavam, tenta seguir os conselhos da sua mãe e suprime seus sentimentos.

Por vezes ele fica confuso, achando que, talvez, seus sentimentos e desejos diferentes dos outros sejam mesmo uma doença ou uma escolha sua. Até tenta mudar de vida, mas não consegue sentir atrações por mulheres, por mais que sua mãe insista criando situações constrangedoras, como levar suas amigas a sua casa, a fim do filho se interessar por uma delas. Ainda assim, a mãe de Bobby usa métodos variados na esperança de convencer o filho a desistir ou “se curar” desta “escolha”, por causa do seu jeito sensível, porém amável e humano. Não suportando a pressão, a exclusão e a discriminação da sociedade e o desprezo e a falta de compreensão da sua mãe, Bobby decide se suicidar pulando de uma ponte sob a qual um número indescritível de carros passa velozmente (TORRES, 2016). Silva (2015) reforça que o sofrimento psíquico vivenciado pelo indivíduo acarreta aos que ficam um impacto gerador de consequências negativas, de modo que necessitam traçar um percurso de dor psicológica intensa.

Quando a morte é provocada pelo próprio indivíduo, o ato suicida acontece rompendo a privacidade familiar além do remorso. Os enlutados se veem na necessidade de enfrentar o preconceito existente. Quando o indivíduo realiza o ato do suicídio há um desafio, ainda que oculto, na família, pois desperta uma série de questionamentos e pensamentos a respeito do que poderia ter sido feito de diferente para evitar o ocorrido. (DA SILVA, 2013, p. 62). Torres (2016), afirma que o corpo de Bobby foi atropelado por um caminhão que rapidamente ceifou sua vida. Momentos antes da tragédia, já preparado para se jogar de cima do abismo, um flashback

de imagens e cenas dos familiares e amigos invade sua mente o deixando profundamente triste e solitário. Ao saber da notícia trágica, seus familiares ficam perplexos e cheios de remorsos, inclusive sua mãe, que se desespera no ambiente onde estava trabalhando.

Da Silva, (2013), diz que, quando algum membro da família tem conhecimento prévio a respeito do risco existente de suicídio, é possível o surgimento de sentimentos como impotência e fracasso no cuidado com o ente, o que potencializa ainda mais a culpa. Além disso, reações como raiva, autoacusação, tristeza, medo, vergonha e saudade são vistas pós acontecimento. Em decorrência dessas reações, podem ocorrer a presença de negação, sensação de desamparo, isolamento, desenvolvimento de transtornos mentais, problemas de ajustamento, assim como dificuldades de estabelecer novas relações e desinteresse pela própria vida. Torres (2016) ainda salienta que tempos depois, a mãe de Bobby passa a estudar mais sobre os homossexuais e aos prantos e com o coração aflito chega à conclusão de que Deus não curou seu filho porque não havia nada de errado com ele. A partir daí se tornou umas das ativistas mais defensoras dos direitos e da causa LGBT lutando contra qualquer forma de preconceito e discriminação sobre este segmento social. Azevedo (2013) declara que, para os que ficam, há a necessidade de continuar, construir e se lançar frente a novas possibilidades que se apresentam cotidianamente, assim como o desenvolvimento de novas perspectivas a serem seguidas após a perda, pois embora possua consciência de sua finitude, o homem, cotidianamente, tem a tendência de evitá-la. Tavares (2013) declara que a suicida marca irremediavelmente a história das pessoas e, diante desse cenário, aqueles que conseguiram continuar existindo mesmo após terem passado por uma experiência traumática e intensa também são chamados “Sobreviventes”.

Da Silva Mattos (2008) diz que viola a dignidade da pessoa humana a manutenção, entre os juristas, de uma visão androcêntrica

e homofóbica, que reforça e produz as inculcações realizadas no interior da família patriarcal, no sentido de impor a heterossexualidade como algo “normal” e a homossexualidade como algo “anormal”, na medida em que trata os sujeitos que não estão de acordo com esse parâmetro de “normalidade” estabelecido, como indivíduos possuidores de menor dignidade. Sexualidade deve ser concebida como direito que decorre da própria condição humana, que tem como supedâneo a liberdade do indivíduo de se expressar e se relacionar sexualmente da maneira como quiser, sem ingerência por parte do estado. O direito a igualdade não pode ser condicionado à orientação sexual do indivíduo (DA SILVA MATTOS, 2008, p. 4).

Bobby tinha seus direitos violados, primeiramente, dentro de casa. Onde sua mãe, além de não aceitar sua orientação sexual, ainda, tentava modificar seu comportamento o induzindo aos encontros com moças que ela julgava serem ideais para ele , e, posteriormente, no seu convívio social, sendo hostilizado pelos seus colegas que tornavam cada ambiente ainda mais repressor. Apesar dele ter tentado um relacionamento amoroso com um rapaz, não foi uma boa experiência, pois houve uma decepção em sua primeira e única relação homoafetiva, o que contribuiu bastante na decisão de cometer o suicídio.

## **RESSIGNIFICAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE APÓS SUICÍDIO DE MEMBRO DO GRUPO FAMILIAR: INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA**

O adolescente Bobby se descobre homossexual, onde passa a se sentir desamparado, em decorrência da intolerância social e falta do apoio familiar, mais especificamente, de sua mãe. Ou seja, perde o direito de ser e estar neste mundo da maneira que deseja. Esse sentimento se potencializa e causa-lhe danos psicológicos, comprometendo sua autoestima e fazendo com que o mesmo ceife sua vida. Pode-se então compreender que a morte de um filho

idealizado, proporcionará aos pais a vivência de um luto, no qual, torna-se necessário uma ressignificação da vida dos pais, inclusive, de aspectos intangíveis como expectativas, sonhos e idealizações, decorrentes da perda do objeto, no caso, o filho. (VENDRUSCULO, 2014). Nota-se o disposto no artigo 3º da presente Resolução, transcrita *in verbis*: O Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamento ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades (BORGES, 2009; KOEHLER, 2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A homossexualidade por muito tempo foi considerada como um pecado abominável, doença e, até mesmo, um crime. Fazendo com que o indivíduo homossexual sofra rejeições, preconceitos e passe por dificuldades diversas em seu contexto social. Ainda assim, pessoas com orientação homossexual se desenvolvem e estão presentes nas famílias, em vários grupos socioeconômicos, étnicos e religiosos, tendo a Psicologia em seu favor, vetando qualquer tipo de ação, comportamento ou práticas homoeróticas. Referente à grande importância da Psicologia no que diz respeito ao acolhimento do sofrimento psíquico decorrente da homofobia.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana Karina Silva e PEREIRA, Maria Aldeci. O luto na clínica psicológica: Um olhar fenomenológico. ISSN: 2317-2509. **Natal: Clínica & Cultura** v.II, n.II. 2013, 54-67. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/1546/1695>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

MATTOS, Fernando da Silva. **Direito à igualdade e à dignidade dos ho-**

**mossexuais no Brasil: uma análise panorâmica da jurisprudência.** 2008. Disponível em: < <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/artigoMattos.pdf>> Acesso em: 10/12/2018.

DA SILVA, Valdeci Gonçalves. **O adolescente gay e a capacidade de resiliência da família (estudo de um texto biográfico).** 2012. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0295.pdf>> Acesso em: 10/12/2018.

SILVA, Lúcia Cecília. Suicídio: o luto dos sobreviventes. In: **Conselho Federal de Psicologia, O suicídio e os desafios para a psicologia.** Capítulo V (p.59-64). Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINALrevisao61.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2018.

TAVARES, Marcelo da Silva Araújo. Suicídio: o luto dos sobreviventes. In: **Conselho Federal de Psicologia, O suicídio e os desafios para a psicologia.** Capítulo IV (p. 45-58). Brasília: CFP, 2013.

Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Suicidio-FINALrevisao61.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2018.

FUKUMITSU, Karina Okajima. **O processo de luto do filho da pessoa que cometeu suicídio.** Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucri.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/19651>>. Acesso em 03 ago. 2017

ROSA, Abner Neli; BARR, Alberto Nathan Areas; SOUZA, Livia Cristina Ribeiro de. **O Luto dos Pais na Descoberta da Homossexualidade dos Filhos.** Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2017.

## **SEÇÃO 04 – DIREITO À CIDADE E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO**

Esta seção se propõe refletir sobre as diversas formas de relação entre a sociedade, ser humano e o meio natural urbano, explorando tanto os conflitos pela apropriação dos recursos naturais quanto as diversas formas de interação harmônica entre a sociedade e a paisagem natural urbana, buscando pensar criticamente processos de desenvolvimento que estejam de acordo ou em desacordo com propostas transformadoras das relações econômicas e socioambientais no meio urbano.

### **COORDENADORAS:**

**Andréa Simone Rente Leão** - Professora do curso de Ciências Econômicas/ UFOPA

**Girlian Silva de Sousa** - Professora do curso de Ciências Econômicas/ UFOPA

# A INFLUÊNCIA DE GRANDES PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS NA DINÂMICA URBANA DE SANTARÉM COMO AMEAÇA AO BEM VIVER DE SEUS POVOS

*Sara da Costa Pereira<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

O conceito de urbano, na sociedade capitalista, está ligado à noção de modernidade, de consumo. Já a área rural é erroneamente vista como o lugar do tradicional, do atrasado. Logo, o objetivo de migrar do campo para a cidade é propagado como condição para sair do “atraso” e alcançar o “progresso”. Essa falsa ideia é amplamente difundida pelos empresários do agronegócio que chegam às comunidades dispostos a comprar as terras de pequenos agricultores, a fim de transformá-las em vastos monocultivos de soja. Esse cenário tem se acentuado na última década no oeste paraense, sobretudo na região metropolitana de Santarém, com a expansão da soja e os projetos de infraestrutura logística para o escoamento de grãos.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar como a reconfiguração urbana de Santarém é influenciada pela chegada dos grandes projetos desenvolvimentistas. Para atingir tal propósito, tem-se como objetivos específicos: i) identificar o falacioso discurso desenvolvimentista no tocante às melhorias das condições de vida na cidade; ii) discutir o bem viver com uma alternativa ao discurso desenvolvimentista.

O presente artigo valeu-se de pesquisa bibliográfica, buscando investigar o objeto de estudo em referências literárias consolidadas, acrescida das observações empíricas da autora a partir de suas experiências de militância no movimento social.

---

1 Graduada em Letras e Direito; Educadora da Fase Amazônia [Sp78novo@gmail.com](mailto:Sp78novo@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/5934097708702766>.

## DISCUSSÕES

Santarém tem uma população de 294.774 mil habitantes, segundo dados do IBGE (censo 2010), dos quais 215.947 vivem na zona urbana, constituída por 48 bairros, conforme dispõe a Lei Municipal nº 18.051/2006 (Plano Diretor). Entretanto, novas ocupações irregulares são notadas e, embora ainda não se tenham dados censitários atualizados, é visível o crescimento populacional na cidade.

Conforme Oliveira (2008), nas últimas décadas a expansão do espaço urbano se adensou, incentivada pela intensa migração das áreas rurais para a cidade, estimulada fortemente pela introdução da cultura da soja na região. Esta cultura promoveu grandes transformações, empresários mato-grossenses provocaram desagregação na agricultura familiar ao incorporarem grandes áreas agrícolas, forçando a vinda de migrantes das áreas rurais para a cidade.

A produção de grãos integra um portfólio de políticas que não dinamizam o desenvolvimento local, a exemplo da exportação de minérios e energia, e obras de infraestrutura, com transporte multimodal (hidrovia, ferrovia, rodovia, portos). Essa dinâmica vem reconfigurando a paisagem da região, atingindo a vida de inúmeras comunidades e povos tradicionais da floresta e dos rios em nome, dessa vez, da integração do Brasil à globalização (AGUIAR, 2017).

Historicamente, esses grandes projetos econômicos, que apresentam o discurso do “desenvolvimento” como seu principal atrativo, têm se configurado como uma reedição do velho modelo desenvolvimentista que tenta impor à região amazônica a permanência de sua condição colonial. Os empregos gerados são poucos e se dão, sobretudo, no momento inicial dos empreendimentos. Depois, os postos de trabalho são reduzidos e aos operários locais restam aqueles com baixa remuneração.

Além da frustração com a falaciosa promessa de geração de emprego e renda, a Amazônia herda também danos ambientais irreversíveis, expropriação de territórios de comunidades indígenas,

quilombolas, de pescadores e agroextrativistas, contaminação por agrotóxicos, que vão desembocar no inchamento das periferias das cidades, explosão da especulação imobiliária e o crescimento da demanda por políticas públicas urbanas provocadas pelo vertiginoso adensamento populacional.

Diante desses fracassados ciclos desenvolvimentistas, uma instigante questão se apresenta: esse desenvolvimento serve a quem? Em contraposição à ideia desenvolvimentista, Acosta (2016) propõe o debate sobre o bem viver, apontando a construção de novas realidades políticas, econômicas e sociais a partir de uma ruptura radical com as noções de “progresso” e “desenvolvimento”, que são pautadas pela acumulação de bens e capital, pelo crescimento infinito e pela exploração inclemente dos recursos naturais.

Corroborando tal assertiva, o Equador, em seu “*Plan Nacional Para El Buen Vivir*” citado por Alcântara e Sampaio (2017, p4) conceitua Bem Viver como

[...] um compromisso com a mudança [...] que permite a aplicação de um novo paradigma econômico, cujo final não se concentra no material, na acumulação mecanicista e interminável de bens, mas em vez disso promove uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática. [...] ‘Bem Viver’ também se baseia nas demandas por igualdade e justiça social, e no reconhecimento, avaliação e do diálogo dos povos e suas culturas, formas de conhecimento e modos de vida.

Santarém fica exatamente em frente ao encontro das águas esverdeadas do rio Tapajós com as barrentas do rio Amazonas, que correm paralelas numa harmoniosa convivência. Tal harmonia, porém, não se repete na relação de chegada dos grandes projetos com a histórica dinâmica da cidade. Exemplo disso é a construção do

porto graneleiro da multinacional Cargill cuja edificação extinguiu a praia da Vera Paz, antes muito frequentada pela população por ficar localizada bem no centro da cidade. Além de privar a comunidade do acesso à praia (que foi aterrada para dar lugar ao porto) e ao rio como fonte de lazer e contemplamento, o porto da Cargill também expulsou comerciantes que tinham barracas no local, pescadores que ali aportavam suas canoas, além de sepultar um sítio arqueológico que continha registros de mais de 10 mil anos de ocupação humana (GOMES; GOUVÊA, 2013).

Mais recentemente, o lago do Maicá, em cujas margens situam-se um quilombo urbano chamado Pérola do Maicá, está ameaçado pela pretensa construção de terminais portuários para o escoamento de soja. A região do Maicá é um berçário de peixes de onde sai boa parte da produção pesqueira artesanal que abastece os mercados da cidade. Além das ameaças territoriais, a construção de portos no Maicá também põe em risco a segurança alimentar da população e prejudica a geração de renda.

Ademais, para alcançar seus objetivos, o agronegócio estabelece barganhas eleitorais com políticos locais, numa espécie de permuta de interesses. Em dezembro de 2018, a Câmara de Vereadores e o Prefeito Municipal de Santarém mudaram o texto do Projeto de lei de revisão do Plano Diretor (Lei nº 18.051/2006) para atender as exigências de empresários da soja.

Na conferência final do processo de revisão da lei, a população aprovou a proposta que mantinha a região do Lago do Maicá para pesca artesanal, atividade turística de base comunitária e embarque e desembarque de pequeno porte para comunidades ribeirinhas, derrotando a proposta do agronegócio que reivindicava a área para construção de portos graneleiros. Contudo, os vereadores, no apagar das luzes da última sessão legislativa de 2018, substituíram o texto favorecendo a proposta dos sojicultores que perdeu na votação popular. Mesmo com todo o protesto da população, o prefeito

sancionou a lei de revisão do Plano Diretor, atendendo o lobby dos empresários do agronegócio.

Essa sorrateira trama do agronegócio e políticos locais, que derrubou uma legítima conquista popular no processo de revisão do Plano Diretor de Santarém, evidenciou que a luta pelo direito à cidade na Amazônia perpassa pela disputa entre o modelo desenvolvimentista - que captura e se apropria dos bens comuns (lagos, rios, igarapés, floresta, etc) para a expansão de grandes negócios (monocultivos de soja, portos, hidrovias, ferrovias, hidrelétricas e mineração) promovendo a financeirização das cidades e a favelização das áreas periurbanas - e as populações locais (pescadores, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas) que defendem a preservação dos comuns como elementos constitutivos do seu bem viver nas cidades.

A dinâmica natural da cidade está sendo transformada para atender aos interesses do grande capital em detrimento de todo o potencial da biodiversidade amazônica para garantir o bem viver de seus povos. Como tem se repetido historicamente, as consequências dos projetos do grande capital se revertem em danos difíceis de serem mitigados, tampouco compensados, como o aumento da violência, do racismo e da degradação ambiental e na apropriação privada de extensas áreas verdes e margens de rios por condomínios fechados, aumentando os processos de gentrificação, empobrecimento e desigualdades socioterritoriais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa urbanização excludente e segregadora imposta pelo modelo desenvolvimentista não prospera. É preciso pensar e construir uma nova urbanização que avance para além da dicotomia urbano-rural, que conceba a cidade a partir de suas complementariedades e reciprocidades com o mundo camponês. Um modelo que rompa com a lógica colonialista que trata a Amazônia como almoxarifado

do Brasil e do mundo e passe a conceber os recursos hídricos, a floresta e toda a biodiversidade como comuns que devem ser protegidos e manejados de modo equilibrado. A fim de que a riqueza produzida seja distribuída de maneira a satisfazer as necessidades de toda a população e não apenas de um pequeno grupo de abastados.

Uma perspectiva de cidade amazônica que acolha a diversidade de seus povos: indígenas, quilombolas, pescadores, agricultoras e agroextrativistas, propondo políticas públicas que respeitem suas especificidades organizativas, produtivas, culturais e de gênero. Que as relações de produção e consumo de alimentos sejam generosamente reconstruídas entre agricultores familiares agroecológicos e consumidores urbanos. Que o diálogo de saberes (popular e científico) seja uma prática metodológica adotada pelas instituições de ensino no seu fazer acadêmico. Que a política urbana incorpore o rio, os lagos, os igarapés e a floresta como elementos essenciais para garantir a qualidade de vida na cidade, deixando de considerá-los como obstáculos à urbanização. Que o bem viver não seja entendido numa perspectiva utópica, mas como alternativa real de justiça econômica e ecológica inspirada nos saberes ancestrais e vínculos comunitários que secularmente garantem o equilíbrio ambiental no planeta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projetos desenvolvimentistas; agronegócio; urbanização; Santarém (Pa); Bem viver;

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Autonomia Literária. 2016

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa pos-**

sível? Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Paraná. Vol. 40, abril 2017.

AGUIAR, Diana. **A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro, 2017.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. GOUVÊA, José Gouvêa Luiz. **Contextos domésticos no sítio arqueológico do Porto, Santarém, Brasil, identificados com o auxílio da geofísica por meio do método GPR**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n3/10.pdf>. Acesso em: 29. Abr. 2018.

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. **Expansão urbana e periferização de Santarém-Pa, Brasil: Questões para o Planejamento Urbano**. 2008. *In* X Coloquio Internacional de Geocrítica. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/268.htm>>. Acesso em: 22 out. 2014.

Plano Diretor Participativo do Município de Santarém – Lei nº 18.051/2006. Disponível [https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2006/43/43\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2006/43/43_texto_integral.pdf). Acesso em: 04 nov. 2018

# “AS BARRAQUEIRAS DA BEIRA”: AS VENDEDORAS DA “RUA DA FRENTE” DE ALENQUER

*Áurea Nina Monteiro<sup>1</sup>*

*Jéssica Narlia Costa Monteiro<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Optamos por estudar a problemática da resistência das barraqueiras e barraqueiros que transformaram em moradias dois quarteirões da frente da cidade de Alenquer, que fica à margem esquerda do rio Amazonas, no estado do Pará. E, que como as demais cidades do interior da Amazônia, possui uma infraestrutura precária e sujeita as intempéries das enchentes e vazantes das águas do rio Amazonas e, pensando no quanto isso interfere no cotidiano amazônico, passamos a questionar, quando e de que forma iniciou o processo de ocupação desse território e o porquê da resistência das barraqueiras em desocupá-lo?

Os barracos construídos na década de 70, na beira do rio Surubiú, que banha a cidade de Alenquer no perímetro compreendido entre as Travessas Antônio Mesquita de Sousa, antiga (Ascindino Monteiro Nunes) e a Travessa 10 de Outubro e na atual, Avenida Benedicto Monteiro, antiga Avenida Getúlio Vargas ou, ainda, como é denominada pelo senso comum de “Rua da Frente” ou simplesmente “beira”. É pela beira do rio que entram e saem os transeuntes moradores das áreas de várzea, que sobrevivem da pesca, de pequenas plantações, de criações e residem nas beiras dos rios e igarapés. Ou, ainda, “[...] a beira pode ser entendida como um espaço liminar, o lugar do meio, um lugar de passagem, o espaço

---

1 Historiadora pela Universidade Federal do Pará- UFPA e acadêmica do curso de Antropologia na Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA. E-mail: indianina13@yahoo.com.

2 Acadêmica de Psicologia no Instituto Esperança de Ensino Superior-IESPES. E-mail: [jessynarlya@gmail.com](mailto:jessynarlya@gmail.com).

da poesia, um universo repleto de ambiguidades... a beira revela sociabilidade no mundo amazônico [...]” (SILVA, 2014, p.8). Mas, a beira também pode significar, aquilo que está separado, que está à margem da sociedade, como no caso desses moradores da “Rua da Frente” da cidade de Alenquer.

Nesse sentido, a escolha do tema “As Barraqueiras da Beira” nos remete a dois significados da análise antropológica da resistência engendrada por esses (as) trabalhadores (as) da economia informal. Tanto “barraqueiras” quanto “beira”, possuem duplo significados. O primeiro, pelo fato da maioria ser composta por mulheres, arrimos de família, e, segundo, por serem aguerridas, lutadoras, resistentes. A “beira” em nosso linguajar amazônico nos remete a muitos significados, mas, especificamente neste texto, nos reportaremos a dois: O de beira de rio e o de margem da sociedade.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa é de campo, mas também nos valem de leituras relacionadas ao tema, na tentativa de estabelecer possíveis analogias, uma vez que ainda não existe uma literatura específica sobre o espaço estudado. E entre os dias 11 e 14 de agosto de 2017, realizamos dez (10) entrevistas, sendo cinco (05) com os moradores das barracas, uma (01) com um calafate que trabalha no estaleiro ao lado das barracas, duas (02) com dois ex-vereadores, uma (01) com um ex-prefeito e uma (01) com uma ex-proprietária de uma das barracas. As pessoas entrevistadas estão identificadas no texto por letras do alfabeto.

## **DISCUSSÕES**

A princípio, essa área foi planejada, pelos administradores de outrora como espaço de embelezamento da urbe, o marco dessa ideia é que foram plantadas árvores de castanheiras sapucaia (*Lecythis paraensis* Huber- *LECYTHIDACEAE*) alinhadas, tendo em

torno um calçadão e vários bancos de concreto, no perímetro compreendido, entre as Travessas Dr. Lauro Sodré e a 10 de outubro, que inicia no Trapiche Municipal (Hoje Hidroviária Sábato Antônio Valinoto) e, prolonga-se até ao porto da Virgília. A partir da década de 1970, foram construídos vários boxes nesse espaço para a comercialização de frutas, verduras e alimentação.

Nas duas primeiras entrevistas, começou a ficar evidente que não se conseguiria responder à problemática sem tocar na questão política, uma vez que começou a se perceber que a ocupação desse espaço tinha muito a ver com as artimanhas do jogo político. Ao se realizar as demais entrevistas, especialmente com os que são contrários à permanência dos barracos na frente da cidade, percebe-se, em quase todas as falas, um apelo quase uníssono quanto à questão do embelezamento, da estética e da higienização. Os discursos são semelhantes: “Tem que retirar, porque é muito feio, é muito sujo, é a maior imundice na frente da cidade”. Essas falas, induziram-nos à seguinte reflexão: o que ocupava esse espaço, antes da construção dos barracos?

Os dois quarteirões, onde foram construídos os barracos, eram depósitos de lixo das famílias abastadas de Alenquer, pois, com exceção de uma, todas as demais residências eram de frente para a matriz de Santo Antônio e os fundos para a Avenida Getúlio Vargas e, até a década de 1970, não havia coleta pública de lixo. Hoje, causa estranheza as falas predominantes no senso comum, que evocam a higiene, a limpeza e a beleza desse espaço. Mas, ao mesmo tempo, reforçam-nos a certeza de que: “[...] nativos de ‘carne e osso’ exigem ‘antropólogos de carne e osso’, pois é nessa condição que ambos se aproximam e fazem aproximar as culturas ou os valores dos quais são representantes no diálogo etnográfico que estabelecem” (SÁ, 2005, p.64).

A ocupação do espaço da “beira” ou da “Rua da Frente”, como denominado pelo senso comum, iniciou no final do século XIX, com a construção da residência do artista plástico, Colombiano Marvão. No perímetro compreendido entre as Travessas Co-

lombiano Marvão e Sete de Setembro. Por mais de meio século, o casarão dos Marvão, reinou absoluto, sem qualquer questionamento público ou particular. Lá funcionou um dos primeiros hotéis da cidade; o Bar do Valete e do Alfredo Sobral; as Lojas Pernambucanas; a Farmácia da Carmita Rente; e, atualmente, transformou-se em lanche, bar e hotel da Célia Colares. Em meados do século XX, mais duas construções ocuparam esse espaço, um posto de combustível e um depósito de juta de propriedade de Aniz J. Gantuss, entre as travessas Sete de Setembro e Arnaldo Moraes. Já no terceiro quarteirão da frente da cidade, iniciou com a construção de uma garagem de Lauro Queiroz, (Lauro Bucheiro) e, posteriormente, um prédio de comércio dos Canutos e o restaurante do Zeca Teixeira. Nas décadas seguintes foram construídos o Mercadinho Verde do Ciro e da Zezé Salomão, o prédio do Correio e a casa do Davi Ferreira. Não houve nenhuma manifestação, pelo menos que se tenha conhecimento, para o impedimento de tais construções.

Quando esse espaço passou a ser ocupado, porém, por moradores oriundos das áreas de várzea e das periferias, iniciaram os questionamentos: O que levou ao silêncio e a omissão das autoridades, quando esse espaço foi ocupado pela elite, ao longo de um século? E, quais as motivações que provocaram as insatisfações, quando ocupado por moradores-comerciantes, oriundos das várzeas e das periferias da cidade? Terá sido as diferenças dos tipos de construções? Pois, as dos primeiros, são de alvenaria e as dos segundos, barracos de madeira? Quais os motivos do estranhamento? Isso nos remete às reflexões de Claude Lévi-Strauss e Magnani (1996, p.2): “...enquanto as maneiras de ser ou agir de certos homens, forem problemas para outros homens, haverá lugar para uma reflexão sobre essas diferenças que, de forma sempre renovada, continuará a ser domínio da Antropologia”.

Ao longo desses quarenta anos, de ocupação do espaço da “beira”, chegaram a morar até trinta e duas (32) famílias, hoje após

vários conflitos e embates, expulsões e permanências, restam apenas onze (11). A senhora “A” ex-moradora dos barracos, 85 anos, diz que:

Todos esses prefeitos que passaram, com exceção do Edson, todos tentaram nos tirar de lá. Era cheio de quiosques. Nunca tive nenhum documento e nem pagava nada... Morei lá durante dezesseis (16) anos. Vendia mercadoria, comida, bebida, peixe assado e cozido... Quando eu tava lá,” eu era “testa de ferro”. Seu Edson, me chamava de tia, por agrado. Ele disse, “vou lhe dar um ponto atrás do Yared”... Outro dia, chegaram na minha barraca pra comer peixe, o Arnaldo Morais, junto com o prefeito João Ferreira. O Arnaldo ralhou com o prefeito, dizendo que era uma covardia, Ele querer me tirar daquele lugar. E o João Ferreira disse que ia fazer um ponto para Eu ficar, então, Eu brinquei com Ele: “Só se for quando a galinha ciscar para frente”. Passou um tempo... Mandou me chamar...e me entregou a chave. Na época do Claudir, ameaçaram cortar a nossa energia, chegaram a cortar a da Mariquinha... Na época do João Piloto, retornei de Manaus após uma doença que tive, fui dizer a Ele que iria construir, minha barraca de alvenaria, Ele disse que não, pois, já tinha projeto e recurso, para construir no terreno do aeroporto, um ponto para nós feirantes, fiquei triste. E aí apareceu um Arigó e vendi pra Ele por mil reais e abandonei. Na época do Farias eu não tava mais lá... (Entrevista com “A” em 14/08/2017).

Percebe-se, pelo depoimento de “A”, as estratégias das autoridades para realocar e/ou expulsar os moradores dos barracos, até mesmo com a cooptação de suas lideranças. Essa, por sua vez, flertava e aceitava as benesses do poder, como uma forma de prote-

ção contra a exclusão. A Senhora “A”, mudou de ponto três vezes, foi a única moradora a dizer que não possuía documento do terreno, mas, os demais entrevistados, afirmaram possuir documentação, é o caso de “B” que diz:

Eu fico chateada, quando dizem que nós invadimos aqui. Nós não somos invasores, foi o prefeito e a Marinha que permitiram que papai construísse esse barraco para estudarmos. Depois meus irmãos foram embora, (01) um para Santarém e (02) dois para Manaus. Hoje Eu vivo com meu marido e meus dois filhos. Vendo frutas, bebidas, verduras e comida. Todos os prefeitos falam de tirar a gente daqui, mas foi na época do Farias, que fomos muito perseguidos... Ele nunca veio, mas mandava seus representantes: Raimundo Reis, Manoel Sena e o advogado Jardim. Faziam ameaças que tinha que sair em 72 horas, depois em 24 horas. Muitos saíram, e receberam R\$ 400,00 R\$ 500,00, o máximo que eles pagaram de indenização foi R\$ 900,00 novecentos reais. Eu não me nego em sair daqui, só se me derem uma casa ou pagarem um preço justo, pois, não tenho para onde ir e vivo com os meus filhos do meu trabalho aqui. Eu só saio se derem um valor justo... Tem um vereador dizendo que tem um projeto para doar pra nós uma casa popular. Eu só aceito se a casa tiver quite. Pra mim pagar não. Onde fica a indenização? Onde Eu vou vender os meus produtos? Lá pra cima? Esse atual governo, antes de ganhar já dizia que ia tirar as barracas para aterrar. Esses dias passaram por aqui numerando nossas casas. Era o pessoal da Defesa Civil, dizendo que vão tirar todas as barracas daqui da frente. Se eles tirarem o correio, o Davi Ferreira e o posto e me pagarem um preço justo, eu saio. (Entrevista com “B”, em 11/08/2017).

Pela fala exposta acima, percebe-se que apesar de terem transformado um espaço comercial em espaço residencial, essa moradora questiona seus direitos e exige um tratamento equitativo e espaço digno para bem viver.

O bem viver e direito à cidade dessas pessoas também é manifestado em outra fala: “Sinceramente, não queremos sair. Aqui nos sentimos à vontade, o clima é bom, é calmo, é ventilado, é um ponto bom de comércio. Nosso público é o povo da várzea, se formos lá para as casas populares, quem vai comprar, os nossos produtos?” (Entrevista com “C”, em 12/08/2017). Talvez, na fala desse entrevistado, esteja revelado, todo o simbolismo que representa para a mulher e para o homem amazônico, residir no centro da cidade mantendo o vínculo com a beira do rio, mesmo continuando à margem da sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acredita-se que ficou evidente pelo que foi descrito acima o porquê da resistência dos ocupantes dos barracos da “rua da frente” ou da “beira” da cidade de Alenquer. Primeiro, porque essa ocupação contou com o aval de membros do poder da municipalidade, que com a “velha” tática de usar o patrimônio público em troca de votos e apoio político, aliou-se a eles (as), na distribuição e concessão dos terrenos. E, ao longo desses quarenta anos, buscam soluções tentando excluir àqueles (as) que a princípio serviram aos seus objetivos. Segundo, porque eles (as) possuem documentos de compra dos terrenos e adquiriram direitos, pelo tempo que aí residem, segundo a Lei do Usucapião. Terceiro, exigem tratamento equitativo, comparado aos dispensados aos proprietários das construções em alvenaria, que ocupam os quarteirões seguintes. Tais como: Hotel, posto de combustíveis, fábrica de gelo, antigo prédio dos correios, casas residenciais e de comércios, bares, restaurantes e a Feira do Produtor. Dizem que, se lhes pagarem um preço justo estão prontos

(as) a sair. Mas, pelo que podemos perceber, não existe a predisposição de sair desse local, pois, morar neste espaço, vai além de garantir as suas subsistências faz parte da construção da identidade e subjetividade dessas pessoas. Pensando nisso, recomendamos às autoridades que conduzam a situação com diálogo respeitoso e dispensem um tratamento humanizado seja com indenizações justas e/ou remoção para outros espaços. Pois, isso acontecendo, não precisaremos mais invocar o refrão da canção de Gilberto Gil: “Ô, ô, ô... Gente estúpida... Ô, ô, ô...Gente hipócrita.”

**Palavras-chave:** direito à cidade; população ribeirinha; vendedoras de rua de Alenquer-Pará.

## REFERÊNCIAS

MAGNANI, José Guilherme C. e Torres, Liliam de Lucca (orgs). **Quando o Campo é a Cidade:** Fazendo Antropologia na Metrópole. In. Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana. EDUSP, São Paulo. 1996. p. 1-30.

SÁ, Guilherme José da Silva E. **Meus macacos são vocês:** Um antropólogo seguindo primatólogos em campo. In Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 9, volume 16(2): 41-66. (2005).

SILVA, Maria do Socorro Peloso. **Corpos que carregam Peso, Homens que Brincam:** Carregadores Portuários na Beira do Rio em Santarém-PA, 2014.

# A DIMENSÃO AMBIENTAL NO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BELÉM: SUA GESTÃO NA ÁREA URBANA FRENTE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

*Brenda Jeane Delgado da Costa<sup>1</sup>  
Mayara Rayssa da Silva Rolim<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

O objeto de análise desse trabalho é o Parque Ambiental de Belém que sofreu interferências devido a construção do prolongamento da Avenida João Paulo II, o qual será estudado sob o prisma normativo do Plano Diretor do Município de Belém e da Nova Agenda Urbana (NAU) em consonância com o direito à cidade e ao direito fundamental ao meio ambiente, frente ao processo de desenvolvimento urbano. O objetivo desse estudo é indicar quais foram as possíveis negligências, violações ou ratificações dos dispositivos legais no que tange esta área, devido a avenida perpassar o Parque Ambiental de Belém.

## METODOLOGIA

A metodologia empregada é baseada na pesquisa qualitativa, de caráter analítico-descritivo e exploratório. A coleta de dados ocorreu por meio de técnica de documentação indireta, composta por pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, pois foi analisado o relatório final do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano (NGTM).

---

1 Discente de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: [jeane.delgado@hotmail.com](mailto:jeane.delgado@hotmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7351202007255722>.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGDAM) – NUMA. Graduada em Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: [may.yrolim@gmail.com](mailto:may.yrolim@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2618119410921571>.

## DISCUSSÕES

O filósofo francês Henri Lefebvre defendia o direito à cidade baseado na coexistência da diversidade, das diferenças, da pluralidade de agentes no convívio social, de forma harmoniosa, sendo a cidade o espaço onde esse encontro diversificado é favorecido. De acordo com ele, este direito deve ser concebido como direito à vida urbana propriamente dito e não como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais, ou seja, deve ser compreendido como a transformação, renovação que a vida urbana implica nos indivíduos.

Segundo Lefebvre, o “direito à natureza” entrou para a realidade social há alguns anos em prol dos lazeres, foi abarcado pela concepção de troca e de valores, tornando-se mercadoria podendo ser comprada e vendida, uma vez que houve uma comercialização dos lazeres ocorrendo certa “desnaturalização” da própria natureza.

Desta forma o direito à cidade afirma-se como um apelo, uma exigência face ao “direito à natureza”, podendo ser compreendido como uma oportunidade de ter acesso aos bens naturais por meio de um outro direito, o direito à cidade. Apesar de Lefebvre (2001) afirmar que o desejo de aproveitar à natureza se trata de um desvio do direito à cidade, isso não quer dizer que as áreas naturais devam ser excluídas em face do crescimento urbano.

Adentrando no aspecto normativo, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 possui um capítulo que versa sobre a Política Urbana (art. 182 e 183), estabelecendo ao poder municipal a competência para a gestão do desenvolvimento urbano bem como a garantia da função social da cidade e do bem-estar aos seus habitantes. Posteriormente a Lei Nº 10.270 de 2001, denominada Estatuto da Cidade, veio regulamentar esses dispositivos constitucionais para garantir o desenvolvimento de cidades sustentáveis e estabeleceu o Plano Diretor como um instrumento indispensável para a política urbana.

No que tange o desenvolvimento urbano sustentável e função social da cidade é necessário a compreensão da importância do direito ao meio ambiente. No que diz respeito a este, com o decorrer dos anos alguns bens jurídicos passam a ter relevância no âmbito global, assim, os direitos coletivos e difusos, que possuem como titulares um número indeterminado de pessoas, passaram a ser garantias tuteladas internacionalmente pela Proteção dos Direitos Humanos. À medida que estes transcendem a esfera privada, o interesse individual é subordinado ao interesse coletivo, visando atingir o bem-estar social (LEITE, 2015).

Destaca-se que, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado adentrou no cenário jurídico brasileiro através da Constituição da República de 1988, no art. 225 “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado[...]” bem como no art. 5º §2º onde há possibilidade de somar ao direito brasileiro, com base no regime ou princípios adotados pela Constituição outros direitos e garantias, bem como os decorrentes de tratados internacionais em que o Brasil seja parte, que abordem a mesma temática da Carta Magna.

A Nova Agenda Urbana (NAU), por exemplo, traz consigo o viés ambiental para o pleno desenvolvimento sustentável, em consonância com o que está na constituição. Abordando essa perspectiva ambiental dentro da função social da cidade, destacamos que o Plano Diretor do Município de Belém (PDMB) a conceitua e constitui como princípio fundamental para o desenvolvimento da política urbana:

Art. 3º, I, PDM- função social da cidade, que compreende os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade e acessibilidade, ao emprego, trabalho e renda, à assistência social, bem como aos espaços públicos e ao patrimônio ambiental e cultural do Município (Plano Diretor do Município de Belém, 2008, p 2)

Dessa forma, o desenvolvimento urbano deve estar em consonância com as funções sociais da cidade para favorecer aos seus habitantes bem-estar, assim como garantir o direito ao meio ambiente, uma vez que se trata de um direito fundamental (DIAS, 2005), previsto constitucionalmente e em dispositivos internacionais como a NAU, que colabora para melhor qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento sustentável.

Referimo-nos a NAU pois está consiste em uma Declaração resultante da Habitat III, Quito-2016, que objetiva repensar a forma com que as cidades vêm sendo planejadas, organizadas, desenvolvidas e administradas, preocupa-se com o desenvolvimento urbano, por isso estabelece como um de seus compromissos a mudança do paradigma atual sobre desenvolvimento, pois para que seja possível as cidades se desenvolverem de forma sustentável é necessário estar fundamentadas nas dimensões sociais, econômicas e ambientais, para serem cidades resilientes inclusivas e sustentáveis.

A discussão até aqui abordada relaciona-se com dimensão ambiental do Plano Diretor (PD), a qual divide o município de Belém em duas Macrozonas, a do Ambiente Urbano (MZAU) e Macrozona do Ambiente Natural (MZAN) (art. 79). Alguns dos objetivos das áreas da MZAN são: a preservação, a proteção e a recuperação dos recursos naturais do município, por se tratar de áreas que ainda possuem seus atributos naturais.

No que tange a cidade, os macrozoneamentos estabelecem 3 Zonas do Ambiente Natural (ZAN) que se somam ao Patrimônio Ambiental do Município, compreendendo elementos naturais, artificiais e culturais. As ZAN correspondem às Áreas de Preservação Ambiental (APA) de Belém (ZAN 1), às áreas não urbanizadas das ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba (ZAN 2) e às demais ilhas do Município (ZAN 3).

O nosso objeto de análise corresponde ao Setor I da ZAN 1, que abrange o Parque Ambiental de Belém (Parque Estadual do

Utinga-PEUT) que possui os lagos Água Preta e Bolonha além de 1.3938 hectares de floresta. Este Parque é considerado uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, estatuída pelo Decreto nº 1.552, de 03 de maio de 1993, bem como constitui Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) (art. 111, I, PD). Pelo fato de o PEUT estar inserido em uma ZAN e ser considerado uma ZEIA ele possui uma série de garantias e imposições que restringem ações humanas para que seja efetivada sua preservação.

O artigo 97 do PD aborda os objetivos e diretrizes dessas ZAN, destacamos:

§2º. A ZAN 1 – Setor I tem como objetivos:

- I- conservar os ecossistemas existentes;
- II- implementar mecanismos que garantam a recuperação das áreas degradadas induzidas pela pressão urbana sobre o Parque Ambiental de Belém;
- III- promover o desenvolvimento de atividades voltadas ao ecoturismo.

§3º. São diretrizes da ZAN 1 – Setor I:

- I- viabilizar ações de recuperação e conservação dos lagos Água Preta e Bolonha;
- II- promover a recuperação das áreas degradadas, conservando a biodiversidade existente;
- III- promover o remanejamento da população presente na área do Parque.

(Plano Diretor do Município de Belém, 2008, p. 59)

Com esta breve introdução do objeto a ser analisado pelo viés do Plano Diretor partimos para a verificação da implementação

dos seus objetivos, diretrizes e sua proteção frente o processo de desenvolvimento urbano. Pelo fato de ter sido inaugurado o Parque do Utinga os objetivos I e III do art. 97 §2º foram alcançados, pois favoreceu sua conservação, bem como o desenvolvimento de atividades voltadas ao ecoturismo. Além disso, o prolongamento da Av. João Paulo II tornou-se uma barreira física para impedir o crescimento urbano no entorno do parque, promovendo a desapropriação e indenização dos indivíduos que moravam de maneira irregular nas proximidades efetivando o §3º, III do art. 97.

O prolongamento desta avenida possui 4.080 km de extensão, sendo que 2.123 km passa pelo Parque (Setor I- ZAN 1), ou seja, mais da metade<sup>3</sup>. Dessa forma sua construção implica na preservação e manutenção do nosso objeto de análise, pois a obra envolveu cerca de 64.181m<sup>2</sup> deste, o qual possui, uma diversidade de espécies tanto de fauna quanto de flora.<sup>4</sup>

No que concerne o art. 97 §3º, I “viabilizar ações de recuperação e conservação dos lagos Água Preta e Bolonha o relatório final<sup>5</sup> informa que com o decorrer da obra verificou-se a possibilidade de escoamento de terra e areia, ocasionando águas turvas nos lagos que estão dentro da APA. Outra informação relevante é o fato de a grande maioria das residências adjacentes utilizarem poços, o que implicou na qualidade da água desses lagos durante o período da execução da obra. Sobre o processo de recuperação e conservação dos lagos, houve a preocupação com os efeitos negativos causados.

Reconhecendo a necessidade de um projeto de tratamento adequado das águas residuais para não afetar o ecossistema dentro da APA, tratando de forma adequada através de um sistema de

---

3 Informações obtidas por meio da análise do relatório final do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano (NGTM).

4 Catalogado há 48 tipos de fauna, sendo 13 espécies de mamíferos, 34 tipos de flora nas redondezas além de espécies raras, segundo relatório do NGTM.

5 Relatório Final do NGTM, dados obtidos por meio dos capítulos 1, 2 e 3.

capitação de água eficaz que impossibilita seu escoamento para dentro do Parque.

A respeito dos incisos restantes do art. 97 §2º II e §3ºII referentes à recuperação das áreas degradadas pela pressão do desenvolvimento urbano não conseguimos verificar com notoriedade a sua implementação, pois não foram indicados mecanismos pelos quais fossem garantidos a recuperação dessas áreas ou uma forma de promoção que conserve a biodiversidade existente, com exceção da avenida servir como um impedimento físico frente o crescimento urbano ou a manutenção da flora nas áreas livres para manter harmonia com a vegetação presente no parque.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como diz Lefebvre (2001), as áreas naturais não devem ser rechaçadas pois a cidade também é um instrumento pelo qual os indivíduos podem ter acesso ao “direito à natureza” (como ele chama). Dessa forma, fazer com que as áreas verdes sejam respeitadas e resguardadas é propiciar a efetivação do direito à cidade e do direito fundamental ao meio ambiente além de corroborar os dispositivos internacionais da NAU adotados pelo Brasil, que favorece a construção de cidades sustentáveis. Por fim, o desenvolvimento urbano deve estar em consonância com o respeito aos direitos fundamentais e principalmente em relação as áreas naturais, uma vez que se trata de um direito difuso que deve ser preservado para as presentes e futuras gerações.

**Palavras-chave:** direito à cidade; direito ao meio ambiente; plano diretor; desenvolvimento urbano; gestão ambiental.

## REFERÊNCIAS

BRASIL Constituição (1988). **Constituição da República federativa do Bra-**

**sil de 1988.** Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 mai. 2018.

DECRETO ESTADUAL Nº 1.552 de 3 de maio de 1993. **Dispõe sobre a criação do Parque Ambiental de Belém.** Disponível em: <<https://www.semasp.gov.br/1993/05/03/9615/>>. Acessado em: 16 de nov. 2018.

DECRETO ESTADUAL Nº 265, de 30 de novembro de 2011. **Institui a área territorial do Parque Estadual do Utinga.** Disponível em: <<http://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/2011-Decreto-Estadual-265-2011-Redelimita-PEUt.pdf>>. Acessado em: 16 de nov de 2018

DIAS, Maurício Leal. **A função social ambiental da cidade como princípio constitucional.** *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n. 565, 23 jan. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6210>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

Estudo Preparatório para o Projeto de Sistema de Transporte de Ônibus da Região Metropolitana de Belém. **Relatório Final.** Relatório Ação Metrópole. Disponível em: <[http://www.ngtm.com.br/site/index.php/downloads/cat\\_view/7-relatorio-acao-metropole-a4](http://www.ngtm.com.br/site/index.php/downloads/cat_view/7-relatorio-acao-metropole-a4)> Acessado em: 18 de nov de 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Trad. Rubens Eduardo Farias, São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, José Rubens Morato. **Manual de Direito Ambiental- São Paulo:** Saraiva, 2015. Vários coautores.

NOVA AGENDA URBANA. **Organização das Nações Unidas.** 2017. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Prefeitura Municipal de Belém. Lei Nº 8.665 de 2010. **Plano Diretor do Município de Belém**. Disponível em: < [http://belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano\\_diretor\\_atual/Lei\\_N8655-08\\_plano\\_diretor.pdf](http://belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655-08_plano_diretor.pdf) >. Acesso em: 29 out. 2018.

Câmara dos Deputados. Lei Nº 10. 257 de 2001. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm) >. Acesso em: 29 mai. 2018.

# CHARLES BAUDELAIRE, MARCO POLO E JOÃO DO RIO EM UMA EXPERIÊNCIA ERRÁTICA POR SANTARÉM: UM RELATO DA VIDA COTIDIANA DOS “PÉS-INCHADOS”

*Ericson Quaresma Aires<sup>1</sup>*

*Thatiane Flavienne De Vasconcelos Faria<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Eram 7h do dia 22 de junho de 2018, uma sexta-feira, aniversário da cidade de Santarém, quando o barco à vela ancorou no Porto Tiradentes, entre os embarcados, três ilustres passageiros: Charles Baudelaire, Marco Polo e João do Rio, vieram de longe conhecer de perto os “pés-inchados”<sup>3</sup>- população em situação de rua, que vivem na margem do Rio Tapajós, mais especificamente na área central da cidade de Santarém e, assim, buscar através da experiência errática<sup>4</sup>, compreender as relações sócio-espaciais que estes sujeitos mantêm em suas vidas cotidianas.

Os três ilustres viajantes, conhecidos por suas errâncias, logo de cara surpreenderam-se com o intenso movimento no porto, que apesar de sua estrutura precária, operava normalmente, com

---

1 Estudante de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [ericson-aires@hotmail.com](mailto:ericson-aires@hotmail.com)

2 Estudante de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [thaatienevasconcelos@gmail.com](mailto:thaatienevasconcelos@gmail.com).

3 Durante as atividades de campo, pode-se perceber a utilização de várias categorias para designar a população em situação de rua, dentre os muitos vocábulos utilizados do mendigo à população de rua, percebemos a predominância do termo “pés-inchados”, como sendo uma forma local de caracterizar essa parcela da população. Muito embora, Marie-Ghislaine Stoffels (1977) tenha definido este fenômeno como algo extremamente heterogêneo.

4 Nossa ideia de experiência errática como forma de ir ao encontro do outro, da alteridade, buscando capturar a cidade surge inicialmente a partir das discussões propostas por Jacques (2004) no artigo: Elogio aos errantes. Breve histórico das errâncias urbanas; Jacques (2005) Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. Caminhos alternativos à espetacularização das cidades e Jacques (2012) com o texto. Experiência errática.

um trânsito frequente de navios de pequeno e grande porte. Ainda em estado de êxtase os viajantes, caminharam até a Praça Tiradentes, onde se sentaram em um dos bancos disponíveis e, ali, observavam a tudo com tamanha perplexidade.

Nem Charles Baudelaire, que presenciou a transformação de Paris, pela reforma urbana de Georges-Eugène Haussmann, o Barão Haussmann, tampouco o João do Rio que vivenciou o processo de “modernização” da antiga capital Federal, implementada por Pereira Passos, no início do século XX, muito menos o Marco Polo, mercador italiano, acostumado a viajar pelas cidades mais inusitadas do mundo, já tinham visto algo parecido. Pela primeira vez em suas vidas visitavam uma cidade ribeirinha na Amazônia (TRINDADE, 2012).

Visto a intensa movimentação do porto, não demoraram para perceber a importância que determinados espaços, tais como os trapiches, portos, feiras, mercados públicos e praças públicas exercem na dinâmica sócio-espacial das cidades ribeirinhas na Amazônia. Sobretudo pela relação histórica que esses espaços exercem na demarcação de territorialidades, ainda que vistos como lugares onde reinem a desordem e o intenso descaso público.

Como salienta Trindade:

O trapiche ou o porto, em geral, com características bastante precárias, denunciando o descuido das políticas urbanas em relação à particularidade tão ribeirinha, fazem o elo entre o rio e o interior da cidade. Invariavelmente, esse acesso nos coloca em contato direto com aquilo que em uma cidade grande e moderna poderíamos chamar de área central. (TRINDADE, 2008, p. 36).

Os viajantes, ainda atônitos pelo intenso vai e vem do Porto Tiradentes não perceberam que em um dos bancos da praça estavam um grupo de “pés-inchados”, que aliás, diariamente se reúnem

neste local, alguns apenas para aproveitar o espaço arborizado e as torneiras disponíveis, outros, valendo-se do grande movimento do porto para ganharem algum trocado atuando como carregadores e/ou reparadores de carro. Utilizando-se da ideia de Souza (1995), a Praça Tiradentes pode ser considerada com um território cíclico, onde de dia, estudantes, trabalhadores, transeuntes e famílias inteiras ocupam este espaço com determinadas finalidades, durante a noite, tal territorialidade se desfaz, abrindo espaço para o consumo e a vendas de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.

Ainda na praça eles tentam o primeiro contato com o grupo de “pés-inchados”, falastrões, eles chegam imediatamente falando de suas andanças pelo mundo e do grande interesse que nutrem em conhecer a espacialidade cotidiana dessa população que, até então, é completamente desconhecida para os nobres viajantes. Neste grupo estava Irineu Seixas Oliveira, natural de Parintins, 76 anos, há 7 anos na rua, o motivo para estar na rua foi a morte da sua esposa. Em suas mãos uma sacola onde carrega algumas mudas de roupas e seus documentos. Aposentado por invalidez, Seu Irineu, como é popularmente conhecido, anda sempre rodeado de gente. A maior parte da sua aposentadoria, quando não é roubada, é gasta com garrafas de cachaça. Outro é o João de Sousa, 66 anos, mais conhecido como João Cabelo, bem vestido, de início não imaginaram tratar-se de um “pé-inchado”, mas depois de alguns minutos de conversas descobriram que “Cabelo” mora há mais de 10 anos na rua e, além do capricho com que cuida da sua aparência, gaba-se por ter a confiança de grande parte dos comerciantes da área central da cidade, que sempre lhes incumbe a realizar pequenos serviços bancários, em troca de 5, 10 ou 15 reais, a depender do serviço solicitado. Outro integrante do grupo era o Mario Jorge, 51 anos, natural da Cachoeira do Aruã, distrito rural de Santarém, na região de Aripuins. Mario vive há 10 meses nas ruas de Santarém, em seu lado uma mulher que, posteriormente, eles descobrem que era sua irmã,

que nesses 10 meses vive de um lado a outro tentando convencer seu irmão a voltar para sua casa, em Cachoeira do Aruã. Em suas companhias também está o J. M, apelidado de “chapéu”<sup>5</sup>.

Após algumas horas de conversa, atraindo a curiosidade das pessoas que passavam por ali, haja vista os trajes excêntricos e nada incomum para a região, com os quais estão vestidos os viajantes, chega um rapaz conhecido como “Rubão”, que também vive nas ruas, extravagante, após inteirar-se do assunto tratado resolveu “ensinar” como era morar nas ruas. De início, bastante simpático e espontâneo ia descrevendo suas estratégias utilizadas ao longo desses anos para garantir a sua sobrevivência ao relento, ao se referir às ruas.

No entanto, em um momento de puro deboche ele sacramenta:

Vocês já passaram fome? Sabem o que é o frio? Já dormiram na rua?  
Só saberão o que realmente é morar na rua vivendo a rua.  
Vocês não passam de curiosos....  
Nunca saberão o que é a rua sem viver a rua.  
(Rubão, 48 anos)

A partir deste momento, os viajantes decidem entregar-se completamente a errância e, por saberem que o território não se resume as relações formais de poder mas também pelas formas corriqueiras que se desenvolvem nos espaços das ruas, buscaram entender a cidade a partir da análise de um grupamento social estigmatizado e não valorizado pela sociedade. Como também, identificar os diferentes fatores que levam esses indivíduos a essa situação

---

5 Todos os entrevistados autorizaram utilizarmos seus nomes verdadeiros na pesquisa, no entanto, como forma de lhes garantir a preservação de suas identidades preferimos utilizar nomes fictícios, com exceção do Jeferson Magalhães, o “chapéu”, que foi peça fundamental para o desenrolar do processo de construção e definição das áreas estudadas.

de precariedade sócio-espacial, sobretudo, no discurso da modernidade criado em torno da ideia do planejamento urbano, onde a revitalização de determinadas áreas torna-se a desculpa para a assepsia social e figuras como os “pés- inchados”, indígenas, negros e ribeirinhos são tidos como intrusos. Esta nova cidade, regida sob a égide do progresso - onde o espaço público tornou-se uma extensão da propriedade privada -, precisa lhes expurgar de qualquer jeito.

## **METODOLOGIA**

Optou-se pelo cotidiano como categoria analítica por sabê-lo importante para o desenvolvimento de uma cartografia social e afetiva, que possa ser mais fiel à realidade dos sujeitos investigados e, então, compreender a cidade a partir de seus olhares.

Junto a isso, as observações cotidianas, vivências, análise das construções dialógicas, somado às entrevistas com os “pés-inchados”, revisão bibliográfica acerca do tema da segregação sócio-espacial, levantamentos de dados primário-secundários e, principalmente, a imersão na vida cotidiana desses sujeitos mostraram-se primordiais para a escolha da metodologia, assim como na definição das áreas escolhidas para análise.

## **DISCUSSÕES**

Dessa forma, considerou-se as cidades como verdadeiros ringues territoriais, marcadas por lógicas distintas de ocupação e disputas de poder, o que lhes acarreta um certo vislumbamento, sobretudo, pela olhar academicista que tenta enquadrá-las em caixas conceituais, a fim de elucidá-las, no entanto, extremamente densas de significados, preferiu-se encará-las pelo olhar errante, distante – estrangeiro - , a partir da construção de uma ficção, onde três conhecidos viajantes, desembarcam em Santarém com o intuito de acompanhar as derivas cotidianas dos “pés-inchados”, trazendo em suas bagagens a experiência de terem vivido a maturação de um

pensamento onde modernidade estava intimamente atrelada a progresso, sobretudo na construção conceitual de discursos ideológicos capazes de referendar tal forma de se pensar o urbano. Por isso, utilizaremos das experiências erráticas dos viajantes para discorrer acerca dos processos em cursos em Santarém, principalmente, do imaginário criado em torno da ideia de progresso, onde mudanças no substrato material fazem-se necessárias e urgentes, pois elas são as bases palpáveis desta “nova” cidade, como será analisado no processo de revitalização da orla fluvial da cidade e, não menos importante, na implementação da Região Metropolitana de Santarém, que vem mostrar o desespero por parte dos grupos hegemônicos da região em apagar o rural que insiste em predominar sobre o urbano na construção da cidade. Muito embora, tais ideias mostrarem-se extremamente equivocadas, como pondera Marshal Berman, ao entender modernidade como uma experiência individual a partir de si para com os outros e vice-versa, onde toda e qualquer diferença não passa de detalhe, por isso, facilmente desconsiderada:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. (BERMAN, 2001:24)

Logo, cria-se a urgência da revitalização de determinados espaços da cidade como forma de demonstrar a superação de épocas de atraso, bem como, fraudar-se a Região Metropolitana de Santarém com o intuito de apagar de uma vez os resquícios da “velha cidade”, não importando-se que tal atitude venha de contra ao que historicamente lhe deu vida e foi a base do seu desenvolvimento, no caso específico de Santarém sua relação com o rio e suas características ribeirinhas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, somente com a participação, a experiência efetiva e a vivência dos espaços urbanos como propõe Jacques (2005), teríamos um antídoto à espetacularização das cidades brasileiras, muito embora, saibamos que tal processo se desenrola muito mais de uma forma espontânea do que propriamente articulada dentro de preceitos lógicos ou formais. Portanto, o ato de andar pela cidade, vivendo-a em sua plenitude a partir da busca da alteridade, buscando o contato com o outro, o outro urbano, ainda que maquiado pela cidade espetáculo, é uma das formas mais legítimas de resistência.

**Palavras-chave:** direito à cidade; errância; crise urbana; bem viver; Amazônia.

## REFERÊNCIAS

JACQUES, P. B. **Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade**. Caminhos alternativos à espetacularização das cidades. ARQTEXTO (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. **Experiência errática**. ReDObRa , v. 9, p. 192-204, 2012.

\_\_\_\_\_. **Elogio aos errantes**. Breve histórico das errâncias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 053.04, Vitruvius, out. 2004. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536>. Acesso em 15/11/2018.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STOFFELS, M. Os **Mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 295p.

TRINDADE JR., S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: Edufpa, 2008.

TRINDADE JR., S. C; Imagens e representações da cidade ribeirinha na **Amazônia**: uma leitura a partir das orlas fluviais. Revista Humanitas, Belém, v.18,n.2,p.135-148,jun.2002.

# CRISE URBANA E AGLOMERADOS SUBNORMAIS: UM OLHAR PARA A VISTA ALEGRE DO JUÁ

*Gabriel Oliveira do Nascimento<sup>1</sup>  
Jacqueline Beatriz Aguiar dos Santos<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo tratar sobre as aglomerações subnormais na cidade de Santarém e fazer uma aproximação entre o Direito, a Legislação vigente e a Educação Ambiental. Com tal estudo, busca-se encontrar soluções para os problemas das ocupações inapropriadas que vêm ocorrendo num processo acelerado nos últimos anos, sob o ponto de vista jurídico-legislativo. Ademais, tem como finalidade atentar para as ações dos órgãos responsáveis e buscar respostas para tais situações na Educação Ambiental. Com a apresentação deste artigo, espera-se introduzir debates e outros olhares acerca do tema, com fim de desenvolver tal estudo.

## METODOLOGIA

A pesquisa desse trabalho teve como recurso metodológico a utilização de análise documental e bibliográfica a respeito do tema. Enquanto procedimento, buscou-se relacionar, por meio da observação, o contexto local frente às situações descritas por diversos autores sobre o processo de expansão populacional. Logo, trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico que visa três pontos específicos: um apanhado histórico do surgimento dos aglomerados subnormais, identificar a existência e a efetividade da legislação vigente no município de Santarém.

---

1 Estudante de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [gabriel.o.nascimento31@gmail.com](mailto:gabriel.o.nascimento31@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7758732428667815>

2 Estudante de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [santosjacqueline40@gmail.com](mailto:santosjacqueline40@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6609965757834131>

## DISCUSSÕES

### 1.1. CONTEXTO HISTÓRICO

Primeiramente, é válido ressaltar a função do município adquirida desde a sua exploração. A expansão de Santarém, no princípio da colonização portuguesa, tinha cunho religioso e político, pois a aldeia serviu de base para futuras expansões na região, e funcionava como entreposto comercial. Posteriormente, a já nomeada vila de Santarém foi se afirmando como centro de decisão política, militar e religiosa. Também se tornou articuladora dos interesses regionais pela capacidade de liderança de seus dirigentes. Seguindo dessa maneira, por volta de 1828, chegou a ser o maior centro urbano regional e tinha uma forte atuação como uma espécie de centro urbano de transição entre o Pará e o Amazonas (REIS, 1979).

Outros momentos foram decisivos para o fortalecimento do desenvolvimento da vila e para o crescimento populacional. Entre 1867 e 1874, por exemplo, Santarém recebeu imigrantes sulista-americanos que fugiam da Guerra da Secessão. Nas palavras do autor Wilde Dias da Fonseca:

Esse grupo de migrantes foi de grande importância para o crescimento econômico da cidade, visto que poucos anos depois já estavam desenvolvendo atividades produtivas na agricultura, engenhos de cana-de-açúcar, estradas e serrarias, estaleiro naval, dentre outras. (FONSECA, ?)

Após esse período, houve a instauração de diversos ciclos econômicos na Amazônia. Assim como outras aglomerações econômicas amazônicas, Santarém também é resultado de surtos econômicos. Como aconteceu entre 1850 a 1920 com o boom da borracha; após 1920, com a queda do preço da borracha no mercado internacional, houve o crescimento da cultura da juta, acompanha-

da pelos migrantes japoneses na região. Também deve-se atentar para as atividades madeireiras, de extração de ouro e criação de gado, além da atuação como exportador, sendo responsável pelo escoamento de produtos extrativistas das áreas interioranas.

Hoje, Santarém é a terceira cidade mais populosa do Pará, sendo destaque como centro urbano, financeiro e comercial e é o segundo maior aglomerado urbano do Pará. Segundo Becker,

a cidade cresceu com o plano de asfaltamento da estrada BR-163 Cuiabá-Santarém em função da chegada da frente agropecuária e busca gerar novos elementos de dinamismo econômico como a mineração de bauxita e instalação de centros de ensino superior, aproveitando a sua posição favorável das porções orientais e ocidentais da Amazônia. (BECKER, 2013)

## 1.2. LEGISLAÇÃO LOCAL

A lei orgânica age como uma Constituição Municipal, sendo considerada a lei mais importante que rege um determinado município. A Lei Orgânica do Município de Santarém existe desde 1990, contendo em seu corpo de artigos 158 disposições gerais e mais 7 disposições transitórias, somando-se, portanto, 161 artigos voltados para a organização da cidade em todos os aspectos. Tratando do assunto de nosso trabalho, podemos dizer que ele é aludido no Capítulo I da Política Urbana e da Habitação, art. 146-149 e seus respectivos parágrafos.

Discorrendo-se nos dizeres do art. 146 que reza uma política urbana através de um desenvolvimento social que iria abranger a todos os habitantes da cidade, começamos a encontrar supostas respostas para a pergunta supracitada no texto acima. Santarém tem sim uma legislação que apara os ditos aglomerados existentes em nossa cidade, mas antes de se aprofundar nesse assunto, devemos salientar o tipo de aglomerado que aqui se faz presente.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Santarém é dotada de apenas um tipo de aglomerado, o chamado de Aglomerado subnormal em área plana, que consiste no predomínio de construções de 1 pavimento de e vias que permitem a circulação de carros e caminhões (Censo 2010, Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais).

### **1.3. PLANO DIRETOR**

O Plano Diretor é importante instrumento de normatização e regularização de uso do solo, que foi proposto e exigido à cidade de Santarém pelo Ministério das Cidades. Aprovado em dezembro 2006, o Plano Diretor foi construído a partir de cinco etapas: 01. Lei Municipal Nº 18.051/06 de 29/12/2006; 02. Decreto de Nomeação da Comissão; 03. Plano de Ação; 04. Relatório das Oficinas. Essas etapas foram realizadas visando a participação dos Santarenos no qual reivindicariam seus anseios e apresentariam suas propostas, realizando, dessa maneira, um levantamento de todos os problemas da cidade junto a sociedade de modo geral.

Como disposto em seu art. 1º, o plano é um dispositivo estratégico da política de desenvolvimento, expansão urbana e de desenvolvimento rural, bem como deve servir de orientação aos agentes públicos e privados, que atuam na produção e gestão do território do Município de Santarém. Seu texto final ficou em 192 artigos e inúmeras ramificações, que tem como objetivo tudo supracitado acima, no entanto, cabe a nós fazermos uma leitura de nossa realidade levando em consideração a existência dessas legislações locais, que no mundo teórico deveria ser suficiente para termos uma cidade com moradia, mobilidade urbana, saneamento básico e muitos outros direitos para todos. Apesar das regulamentações de Lei Orgânica e do Plano Diretor Participativo do município de Santarém, é de se questionar a sua falta de efetividade.

#### 1.4. UMA VISÃO A PARTIR DO ASPECTO MUNICIPAL

Apesar de haver uma legislação urbanística que direcione os moldes do desenvolvimento da cidade, a falta de efetividade das políticas públicas, das normas de direitos e a burocracia brasileira são decisivos para a efetivação da lei. Sabe-se, ainda, que “com o crescimento da cidade é desencadeado problemas de gestão pública como a falta de infraestrutura, saneamento básico, a desigualdade social entre outros. Tais problemas estão ligados à falta de planejamento quanto às perspectivas de crescimento que vem acontecendo de maneira acelerada nos últimos anos” (SILVA, ARAÚJO E LIMA, 2014).

Tomando como exemplo a ocupação próxima ao Lago do Juá, na Avenida Fenando Guilhon, que chega a ter mais de duas mil famílias numa área antes não ocupada ao lado da APA do Juá. Com o crescimento desordenado, tem-se o inchaço extremo das zonas urbanas, trazendo uma problemática própria, poluição, esgotamento de recursos, propagação de doenças, danos ao solo e ao manancial. A partir dessa compreensão da periferização do município de Santarém que permitiu a criação de bairros às margens da rodovia e do rio Tapajós, o que inseriu áreas de interesse ambiental na malha urbana.

A área denominada Vista Alegre do Juá é uma ocupação espontânea não registrada como bairro, existente a aproximadamente quatro anos, que serve de moradia para a população de baixa renda, responsáveis pela divisão das ruas, a escolha dos respectivos nomes, tal como a demarcação e funcionamento da área. Fica evidente o impacto consequente dessa situação que pode influenciar o meio local e suas proximidades, como o lago e a APA. Como consequência do desmatamento, as drenagens do solo ficam prejudicadas, aumentando a incidência dos processos erosivos e inundações. Diante do contexto apresentado, torna-se essencial a participação dos dirigentes do Governo no que tange a organização do território

santareno para que o desenvolvimento urbano ocorra de forma mais planejada e organizada, possibilitando o uso sustentável das áreas e a qualidade de vida da população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da cidade de Santarém se deu, historicamente, com pouco ou quase nenhum planejamento territorial, dessa forma, consolidou-se a habitação de áreas próximas aos rios e às rodovias. Diversos momentos históricos possibilitaram a crescente da população no município, o que agravou ainda mais a precariedade das ocupações irregulares com fortes marcas da periferização e o surgimento de diversos bairros sem infraestrutura e sem acesso aos serviços básicos.

Nos últimos anos, com a ocupação da Vista Alegre do Juá se intensificou essa ideia, através do desmatamento do terreno em nome da necessidade de um local de moradia, mesmo que concebido sob condições inadequadas de infraestrutura e saneamento básico, afetando na qualidade de vida dos moradores. Com a apresentação deste material, espera-se introduzir debates e outros olhares acerca do tema, a fim de desenvolver tal estudo.

**Palavras-chave:** Aglomerações; população; crise urbana; legislação; Desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Santarém. **Plano Diretor do Município de Santarém**. Disponível em: [http://www.santarem.pa.gov.br/pagina.asp?id\\_pagina=86](http://www.santarem.pa.gov.br/pagina.asp?id_pagina=86) – Acesso em: 07/12/2018.

BECKER, B. K. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. Garamond: Rio de Janeiro, 2013.

FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: momentos históricos**. 4. Ed. Santarém: Tiagão, 1990.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**, Estudos Avançados, v. 17, n 48, 2003.

PEREIRA, José. **Importância e Significados das Cidades Médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)**. Belém, 2004.

RAMOS, Frederico. **Análise da evolução dos padrões de urbanização em cidades médias da Amazônia**. São Paulo, 2014.

REIS, Arthur Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SILVA, Magno Ermando de Sousa; ARAÚJO, Lineker Nogueira; LIMA, Felipe Gutierre Carvalho. **Plano Diretor da Cidade de Juazeiro do Norte-CE: Uma análise crítica baseada no Estatuto das Cidades**. Ceará, 2014.

# DIREITO À CIDADE E O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO COMO INSTRUMENTO PARA IGUALDADE

*João Mateus da Silva Costa<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

A cidade é onde o indivíduo se realiza como pessoa, constitui família, cria laços afetivos e sociais, desempenha papéis singulares e participa da vida econômica de formas peculiares e únicas. Transformando esse espaço em um lugar de manifestações culturais, artísticas e de personalidade íntima e palco de lutas. A questão urbana traz à voga um dos temas que estão em debate em questão mundial, a crise do planejamento do direito à cidade e de como as populações com menos voz são impactadas. Esse processo de planejamento urbanístico no Brasil se demonstrou desuniforme; a ausência de políticas públicas e de uma estruturação preparada fomentou um crescimento desordenado.

O crescimento econômico e a individualização dos interesses não só esfacelaram a essência do caráter coletivo do direito à cidade e da ideia de desenvolvimento em conjunto, como aumentou a discrepância entre o grupo de poder econômico e político que detém o poder de usufruir do meio ambiente urbano e “jogar” para as periferias a maioria, os que não se fazem ser ouvidos. Esse contexto e realidade parecem ser um câncer com metástase por todo lado. O presente resumo contextualiza a crítica do desenvolvimento pautado no direito à cidade e como a integridade do “ter direito” tem se voltado para poucos.

## METODOLOGIA

O procedimento metodológico adotado para embasamento foi a união de debates em sala de aula, textos lidos, artigos estuda-

---

1 Graduando em Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional – UFOPA.

dos, conversas sobre a forma que tem se dado as fragmentações do direito atualmente e uma série de pesquisas inclinadas a ideia de pensadores sobre o desenvolvimento que está se fazendo presente.

## **DISCUSSÕES**

As cidades têm se tornado cada vez mais uma obra prima do capitalismo global e, cada vez menos, fruto de uma construção simbiótica entre os regionalismos diversos e seus cidadãos. Esses espaços que eram para ter valor de coletividade, de identidade originária, ganham valores impostos pelo seu nível de produtividade, pelas grandes empresas que se instalam em busca de mão-de-obra, pelas desigualdades de infraestrutura e pelos serviços ofertados. O Governo, seja ele estadual ou federal, nutre e se subverte ao sistema mundial, que também em países desenvolvidos congregam a lógica da desigualdade. O direito ao desenvolvimento, que era para ser contemplado a todos, vira instrumento de alguns poucos que se fazem recorrentes na realidade do lucro, da exploração do meio ambiente e do poder constituído pelo capital.

Com isso, a forma como se deu e ainda se dá a urbanização sem qualquer planejamento ou estrutura, prejudica diretamente o direito ao meio ambiente e ao desenvolvimento em conjunto com preservação ou conservação desse meio. O que futuramente provocará desastres ambientais, afetando em extensa e completa maioria aos pobres designados “naturalmente” para lugares mais afastados e sem qualquer tipo de infraestrutura. Torna-se imprescindível estratégias de aliança entre políticas públicas e a ideia de desenvolvimento coletivo, que agrega o verdadeiro desenvolvimento sustentável e consciente. A mobilidade urbana, direito à saúde, o direito à educação, o direito à participação política e direitos como poder se expressar e o de liberdade estão embutidos no direito à cidade. O Estatuto das Cidades que era para produzir essa perspectiva de engendramento entre todas as formas para se

desenvolver e planejar uma cidade parece estar perdido no plano abstrato inalcançável.

Ademais, o direito tem instrumentalizado disputas de poder pelo território. Prova disso são as populações tradicionais que, por vezes, enfrentam batalhas jurídicas para provar reconhecimento e autoridade sobre tal espaço. E, não apenas isso, sofrem tanto com políticas públicas feitas para a cidade quanto também com a falta delas. O acesso ao direito como circuito de proteção se faz recorrente. As formas como os programas nacionais ou mesmo municipais estão sendo sobrepostos a localidade dão uma pista de como a globalização enfrenta o “diferente”, o “novo”. A padronização de consumo, de vivência no geral atinge inapelavelmente as cidades e as formas como os cidadãos se relacionam com estas. Há que se ter uma nova concepção sobre a intensidade e a necessidade dessa globalização maciça que encurrala costumes e exprime direitos coletivos. Isso se encaixa também no meio rural, que paulatinamente tem sido destituído de suas históricas diferenças em relação ao meio urbano. Sejam costumes rurais ou de comunidades tradicionais, a malha social global parece estar disposta a unificar, a homogeneizar o que não for urbano internacional.

Decerto que uma gestão democrática da cidade far-se-á indispensável para um espaço mais igual e provocador de melhorias coletivas. A opinião de todos precisa ser levada em conta, sem diferenciação ou menosprezo. O Plano Diretor precisa ser o caminho para orientar e estruturar novas formas de planejamento dentro do âmbito governamental em parceria com o popular. E, apenas quando o desenvolvimento se tornar uma pasta de inclusões em equidade econômica, social, cultural e ambiental estará, o direito à cidade, sendo cumprido da forma que deveria ser.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O crescimento da população e da urbanização intensa que tem acontecido nas últimas décadas avança essa falta de planeja-

mento e organização. A inércia do poder público desencadeia uma série de questões que vão ao contrário do que propõe o direito à cidade, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da população. E esse sistema desabrocha problemas ambientais, disputas sanguinárias por espaços mais adequados. A ligação entre os poderes federais, estaduais e municipais devem atuar em aliança constante para priorizar a igualdade e liberdade dos cidadãos. O capitalismo deve ser contido em sua plenitude maximizadora, devendo haver espaço para culturas locais e para que o direito expresse a força de pessoas que precisam de moradia. Historicamente, o descaso da população na tomada das políticas públicas trouxe desastres e cidades sem organização, que não oferecem a garantia de direitos básicos de saúde, infraestrutura e desenvolvimento harmonioso com o meio ambiente. Dá para ser diferente. O papel de cidadão, de democracia participativa pode influir positivamente, em que pessoas cobram do poder público ações efetivas e práticas melhores. Não basta se entregar a homogeneidade do capitalismo e chorar a falta de condições sociais, tudo se trata da força para conseguir, dentro da legalidade, uma cidade melhor e consequentemente um país melhor e mais justo.

**Palavras-chave:** Direito à cidade; Capitalismo Global; Desenvolvimento Social; e Planejamento Urbanístico.

## REFERÊNCIAS

SJOBERG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In: **Cidades**: a urbanização da humanidade. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**: Especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1982.

ALFONSIN, B.M. Direito à cidade sustentável na nova ordem jurídico-urbanística brasileira: emergência, internacionalização e efetividade em uma perspectiva multicultural. In: Antonio Carlos Wolkmer; José Rubens Morato Leite. (orgs.). **Os novos direitos no Brasil**: natureza e perspectivas, uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. 1ªEd. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEÃO, R. F. C.; OLIVEIRA, J. M. G. C. **O plano diretor e a cidade de fato**: O caso de Santarém-PA. Porto Alegre – RS, Julho de 2010.

## SEÇÃO 05 – DIREITO À CIDADE E TERRITORIALIDADES

A proposta apresentada por essa seção objetiva discutir como se dão as formas de uso, a apropriação e a representação das cidades na Amazônia por seus agentes, a partir de um amplo processo de segregação sócio-espacial que se cristaliza por meio da mercantilização e da privatização dos direitos dos cidadãos ao uso à cidade e às territorialidades. A cidade vem sendo concebida como um acúmulo de tempos desiguais e um receptáculo da reprodução ampliada do capital que causa rupturas nas territorialidades e espacialidades dos povos amazônicos em suas múltiplas dimensões e escalas espaciais. Nesse sentido, compreender a dinâmica e a lógica do espaço urbano se faz cada vez mais necessário, pois ao mesmo tempo em que há a expansão das relações capitalistas de produção, cria-se no interior desse modelo hegemônico, os movimentos sociais urbanos de resistências, lutando frente às formas de exclusão, marginalização e criminalização dos seus direitos humanos e identitários.

### COORDENADORES:

**Francilene Sales da Conceição** – Professora do curso de Geografia/ UFOPA

**Márcio Júnior Benassuly Barros** – Professor do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional/UFOPA

# O DIREITO À MORADIA ADEQUADA E O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”: O CASO DO RESIDENCIAL SALVAÇÃO NA CIDADE DE SANTARÉM-PA

*Lucimar Naiara dos Santos Alves*<sup>1</sup>

*Ana Beatriz Oliveira Reis*<sup>2</sup>

*Ketrin da Silva Balieiro*<sup>3</sup>

*Lorena Bastos da Costa*<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a implementação do Programa “Minha Casa, Minha Vida” na cidade de Santarém-PA, tendo como referência o direito à moradia adequada. Essa análise é feita por meio do estudo de caso no Residencial Salvação, localizado na Rodovia Fernando Guilhon, eixo de expansão urbana do município. No âmbito do programa implementado em 2010 e entregue em 2016, foram construídas 3.081 unidades habitacionais abrigando, aproximadamente, 15 mil pessoas com renda familiar de até R\$ 1,8 mil.

O Residencial Salvação, objeto de estudo do trabalho, é um conjunto habitacional criado a partir do Programa “Minha Casa, Minha Vida”. O investimento foi de R\$ 161,9 milhões e as unidades estão avaliadas em R\$ 52,5 mil. Dados do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social informam que no ano de 2010, o déficit habitacional no município correspondia a 28 mil

---

1 Estudante de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [lucimarnaiara@gmail.com](mailto:lucimarnaiara@gmail.com). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K8608941E2>

2 Professora de Direito do programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [reis.aboliveira@gmail.com](mailto:reis.aboliveira@gmail.com). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4364775T5>.

3 Estudante de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [ketrin.balieiro@gmail.com](mailto:ketrin.balieiro@gmail.com).

4 Estudante de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [lorenabcosta@outlook.com](mailto:lorenabcosta@outlook.com).

famílias sem casa própria, dados que justificam a sua inclusão no PMCMV (Santarém, 2010).

A construção do Residencial Salvação iniciou em 2011 no governo da ex-Prefeita Maria do Carmo Martins e se arrastou até o ano de 2016 (ano da entrega). O atraso na conclusão das obras se deu por uma série de fatores, como: demora no processo de licenciamento ambiental; paralisação por atraso nos repasses de recursos por parte do Governo Federal; paralisação constante de embargo judicial pelo fato do processo de licenciamento ter ocorrido de forma irregular, uma vez que o município, na época não possuía licença para empreendimento desse porte e pela falta de adequação de projeto devido ao embargo para construção de sistema de drenagem profunda.

O Programa é administrado pela Caixa Econômica Federal, que fornece informações e mecanismos virtuais para a simulação dos valores das casas e, igualmente, para cadastramento de famílias interessadas, tendo em vista que um número expressivo de brasileiros são reféns do aluguel. As unidades habitacionais do Residencial Salvação possuem 42m<sup>2</sup> divididas entre dois quartos, sala, cozinha, banheiro e os terrenos que medem 10m x 20m, além de contar com um sistema de aquecimento de água.

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos utilizados consistem na revisão bibliográfica de Amore, Shimbo e Rufino (2015), Osório (2014) e Novak (2017), em suas notáveis abordagens do direito à moradia na sua relação com o direito à cidade. Realizou-se, também, no estudo de caso as técnicas de pesquisa de observação direta por intermédio de pesquisa de campo, entrevistas e conversas com moradores. Foram feitas três visitas de campo no Residencial Salvação: no mês de setembro do ano de 2016, mês de setembro em 2017 e a última em julho de 2018.

A primeira visita de campo aconteceu a partir de uma observação participante, que serviu como base para as análises e reflexões acerca do residencial Salvação. Nessa primeira visita foi observada a total falta de equipamentos urbanos e a associação de moradores ainda estava em fase de criação. Outro aspecto relevante observado foram as altas taxas de energias pagas pelos moradores, assim como a implementação de um hidrômetro em todos as unidades.

Foram realizadas seis conversas com moradores, que durante as observações aceitaram contar um pouco sobre o local. As conversas se deram de forma casual, no qual os próprios moradores nos indicaram outros com quem conversar e antes mesmo de chegarmos a campo, obtivemos contato prévio com moradores do Residencial. Todas as questões abordadas foram referentes à vida dos habitantes no residencial e nas circunstâncias anteriores a ele (pagamentos de aluguel, moradia de favor, satisfação com a nova moradia, etc.). Também foi feito uma apreciação sobre os aspectos físicos do local, como a impactante falta de arborização e a presença de sistemas de aquecimento de água que formam um significativo contraste com o clima amazônico, além de levantamentos de notícias que veicularam dificuldades na construção do Residencial.

A segunda visita de campo ocorreu com auxílio da Presidente da associação de moradores do bairro, a senhora Rosineide Fernandes, para responder algumas perguntas, sanar as dúvidas e relatar o contexto histórico da trajetória do referido bairro, bem como discorrer a realidade dos moradores diante do Programa Minha Casa, Minha Vida. Neste propósito, também se pôde conhecer alguns dos lugares a serem ocupados por equipamentos urbanos, terrenos ainda a serviço de construção de algum empreendimento, as casas (algumas já descaracterizadas em relação ao padrão adotado pelo programa) e observar a rotina de algumas moradoras e moradores. Uma das principais indagações, por exemplo, foi in-

investigar a efetividade do direito à moradia por meio da análise das condições no que se refere à estrutura tanto da casa quanto dos aspectos gerais de políticas públicas.

Do mesmo modo, foi realizada a última visita no Residencial Salvação, em 2018, no qual verificou-se que a falta de políticas públicas e moradia adequada, ainda permanecem. Entretanto, atualmente, segundo a senhora Presidenta do Bairro, Rosineide, a associação de moradores está sendo mais reconhecida, tanto no que diz respeito às parcerias com projetos e ações quanto na luta por políticas.

## **DISCUSSÕES**

A plena moradia de inserção à dignidade da pessoa, à liberdade e aos direitos, necessita-se que o lugar para morar deve ser acessível, bem localizado, habitável, culturalmente e economicamente, adequado e com acesso aos serviços básicos de infraestrutura. O Estado tem a obrigação de satisfazer as necessidades básicas e os mínimos essenciais de forma eficiente e eficaz, assim como garantir remédios efetivos aos direitos e liberdades fundamentais. (LETÍCIA OSÓRIO, 2014).

Nesse sentido, o Residencial Salvação contribui para a moradia de mais de 10 mil moradores, no entanto, carece de políticas eficazes desse serviço. Durante os relatos tanto da Presidenta do Bairro quanto dos moradores entrevistados, os equipamentos urbanos de saúde, educação, lazer, saneamento básico, dentre outros, são insuficientes ou até mesmo inexistentes.

Inicialmente, na implantação do programa, foi apresentado um projeto pela Administração Pública Municipal, cuja proposta deveria contemplar essas necessidades. Havia dezoito projetos para serem entregues juntamente com as casas, a saber: academia para jovens, duas academias para idosos, pista de skate, praça infantil, quadra poliesportiva, Centro de Referência de Assistência

Social (CRAS) e centro comunitário, praça do idoso, praça digital, malocção infantil, escola (uma municipal e outra estadual), creche, ginásio, mercado público, malocção para jovens, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e anfiteatro. Assim, foram reservados alguns espaços destinados à construção. O conjunto habitacional, igualmente, deveria contar com uma estação elevatória, responsável pelo transporte de dejetos até a Estação de Tratamento do Esgoto do bairro Mapiri, além da inclusão de projetos de abastecimento de água e arborização.

Durante a análise, foi possível constatar a ausência da implantação de políticas públicas e a vulnerabilidade que o local apresenta (muitas crianças no local sem nenhum tipo de assistência social). Muitos moradores relataram que a moradia em si é boa, porém sentem-se abandonados pelo governo.

Um dos pontos que mais chamou atenção foi a falta de uma UPA no local. Segundo um morador, durante a conversa, alguns residentes não foram aceitos no posto de saúde do bairro Alvorada (próximo ao Residencial). O serviço público de saúde, básico em qualquer bairro, não é garantido no Residencial Salvação. Constatou-se, também, ausência de ações para os moradores, como: ações de saúde, cidadania, lazer, educação e etc.

Em relação à educação, hoje, funciona somente uma escola municipal “Professor Aldo Ferreira Campos”, anexa e improvisada, com três salas no antigo galpão destinado aos pedreiros durante a construção do residencial. O ensino agrega o pré-escolar, intermediário e a educação de ensino para jovens e adultos. As salas são pequenas, divididas em MDF, não possuem climatização adequada e a acústica do lugar dificulta o ensino. O local não agrada a todos os alunos, incluindo também os funcionários, pois além do clima da região ser quente, não há arborização em torno.

Na escola supracitada, antes havia ações da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) todos os sábados, mas como a demanda

umentou, as ações foram suspensas por falta de espaço para realizar os atendimentos.

A falta de planejamento também é um problema declarado no Residencial Salvação, por ser um Programa Federal, a planta da edificação não teve mínimos detalhes para a região destinada. Quando foram entregues as casas, as fortes chuvas alagaram algumas residências. Atualmente, esse problema amenizou, embora existam alguns moradores que ainda sofrem esse incômodo, mesmo existindo no bairro sistema de esgoto e drenagem.

Vale frisar, ainda, a contradição com o clima da cidade, uma vez que em cada casa foi inserido aquecedores de ar com um ambiente em que predomina o clima quente e úmido, típico da região amazônica.

No ano de 2016, os moradores conquistaram por meio da associação de moradores, o benefício do transporte público. Antes, utilizavam meios alternativos para chegar ao seu trabalho, escola, faculdade, através de carona de amigos ou por bicicletas, motocicletas, serviços de moto táxi e caminhada até o ponto de ônibus mais próximo do bairro, com duração de 40 a 50 minutos, dependendo da localização da casa de cada morador.

Pode-se dizer que até o momento essa questão está sendo agradável aos moradores, além de duas linhas de ônibus trabalhando no Residencial, os habitantes desfrutam de um ônibus escolar para levar crianças às escolas dos bairros próximos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A carência de equipamentos urbanos e políticas públicas não traz satisfação de moradia adequada às pessoas habitantes do Residencial Salvação. Um problema persistente e muito questionado pelos moradores são as altas taxas de energia elétrica e a implementação do hidrômetro, levando em consideração que a cidade de Santarém não utiliza de tal equipamento, apenas no Residencial Salvação.

A estrutura da casa também não satisfaz todas as famílias. Em média vivem cinco membros em uma casa com medida de 42m<sup>2</sup>, considerada estreita para quem tem que dividir com famílias maiores, além disso, a família tem de lidar com o calor de altas temperaturas da região cooperando com a falta de arborização ao redor. Por isso, algumas pessoas estão modificando a composição original da casa para ceder lugar a mais cômodos e a construção de varandas.

A presidente da associação declarou satisfação dos moradores no aumento de mais duas salas de aula na escola, por meio da ONG Humanitarian Experience for Youth (HEFY) vinculada à igreja evangélica do bairro. Ou seja, o poder público pouco interfere nas ações envolvidas, no que diz respeito à segurança, à saúde e à educação, sendo essas políticas urgentes para o local e dependentes da união dos próprios moradores e das parcerias particulares já concretizadas.

A necessidade do melhoramento de serviços básicos e a inserção de novos equipamentos urbanos são visíveis no Residencial Salvação. Por mais que os moradores estejam satisfeitos em ter a casa própria, a falta de políticas públicas, equipamentos urbanos e o melhoramento dos já existentes, deixam a desejar em vários aspectos para a efetiva moradia digna. Logo, a moradia adequada que deveria ser plena e de direito, não condiz à realidade do local.

**Palavras-chave:** direito à moradia adequada; programa minha casa, minha vida; Residencial Salvação; Santarém; planejamento urbano.

## REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha

vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 428 p. G1 Santarém e região. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/santaremregiao/noticia/2016/06/chuva-alaga-imoveis-no-minha-casa-minha-vida-em-santarem-pa.html>>. Acesso em: 22 jun 2018

NOVAK, Fabrício. UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS: O CASO DE SANTARÉM-PA. In: **Sétimo Seminário Mato-grossense de Habitação de Interesse Social Habitação e Cidade: Construindo Consensos**, 26-28/10/2017, Universidade do Estado do Mato Grosso, Barra do Bugres, MT. Cáceres: Editora da Unemat, 2017. p. 430-442. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1aJSRBgnLFaXkmfcljVwI--bdVieuct-Q/view>. Acesso em: 09 abr. 2018

OSORIO, Leticia Marques. O direito à moradia como direito humano. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). **Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. P. 39-68.

SANTOS, Beatriz Abreu dos. **As políticas de habitação e urbanização diante da mudança do clima: estudo da vulnerabilidade e da adaptação em Santarém - Pará**. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

# TERRITORIALIDADE DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM: AS MARGENS DAS PRINCIPAIS RODOVIAS

*João Mateus da Silva Costa<sup>1</sup>*  
*Lorene Gilberto Batista de Azevedo<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

O município de Santarém localizado no Estado do Pará, Brasil, é o terceiro mais populoso do estado, estando atrás somente da capital Belém e Ananindeua (Região metropolitana da capital). É referência no Oeste do estado por ser centro urbano, financeiro, comercial, cultural, educacional, saúde e onde concentra-se a maioria dos órgãos públicos que fornece atendimento a essa população. Foi fundado assim como a capital do estado, através de expedições que aconteciam às margens dos rios com objetivo de evidenciar a presença dos colonizadores, dar continuidade a exploração as drogas do sertão. Assim se deu a origem do município que hoje é conhecido como Santarém. A partir da abertura das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163), Santarém Curua-Una (PA-370), Rodovia Everaldo Martins (PA-457) e Rodovia Engenheiro Fernando Guilhon (PA-453), a expansão territorial (horizontal) do município se estabeleceu ao longo dessas rodovias.

## METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para desenvolver essa pesquisa, foram através de artigos, textos, aulas e pesquisas via internet, para que fosse possível embasar a análise da expansão territorial do município, caracterizando como está ocorre, qual o sentido e incentivos para poder obter uma visão parcial dos im-

---

1 Graduando em Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.– UFOPA

2 Graduanda em Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.– UFOPA

pactos que tem acontecido longe do centro, nos eixos econômicos, sociais e de infraestrutura.

## DISCUSSÕES

No Brasil não há a cultura de primeiramente ter infraestrutura para que depois as populações se instalem, ocorre o contrário e de forma desordenada, onde o Estado passa a ser um agente ativo somente quando as populações já estão instaladas. Pode dizer que assim é a formação de novos bairros e em geral é como acontece a expansão. No município de Santarém há quatro principais frentes de expansão territorial, que estão diretamente ligadas às rodovias que ligam o centro da cidade às vilas balneárias, ao aeroporto, aos projetos como a hidroelétrica e a outro estado. Esse desordenamento atrapalha o planejamento, uma boa vivência social e uma boa relação entre poder governamental e cidadãos, fomentando disputas e conflitos por moradia.

A Rodovia BR-163 também conhecida como Cuiabá-Santarém, com 1.780 km extensão, é referência em território nacional como corredor de escoamento, principalmente de grãos como a soja, devido à localização estratégica do município de Santarém, no Pará. Desde a década de 1950, o governo brasileiro destinou à infraestrutura uma série de planos e programas com o interesse em promover a junção das regiões. Entretanto a BR-163 (Cuiabá-Santarém) só foi implantada nos anos 1970, no âmbito das políticas de “integração nacional”. A rodovia atravessa uma das regiões mais importantes da Amazônia, foi iniciada entre os anos de 1970 e 1976, no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), que visava não somente acelerar a conclusão dos circuitos de integração econômica, como também o controle do vazio geográfico em termos geopolíticos. Devido isso o planejamento de impacto ambiental, territorialidade, e outros temas não foram discutidos, apenas executados, transformando o cenário existente às margens da sua rua.

Segundo o enfoque político-econômico a ideia de Nacional-Desenvolvimentismo e de

Desenvolvimento Sustentável que ainda rodeiam a construção, também, o planejamento e agora o asfaltamento (as obras para pavimentação da BR-163 foram iniciadas em 2009, através de recursos do PAC) turvam a manutenção da diversidade cultural e humana a curto e longo prazo. O impacto das políticas públicas para o desenvolvimento regional na Amazônia teve como resultado o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, além de acentuar as diferenças regionais em relação às outras regiões do país.

A Rodovia Santarém Curuá-Una (PA-370), que é uma via estadual que liga o centro urbano a usina Hidroelétrica Curuá-Una, ainda no município, tem extensão de cerca de 70 km, interligando também ao município de Mojuí dos Campos e diversas comunidades do meio rural. Com a abertura dessa, a expansão urbana aconteceu as suas margens, logo vários bairros foram criados, alguns ainda com aspecto rural.

A Rodovia Everaldo Martins (PA-457), uma via estadual que liga Santarém ao distrito de Alter do Chão, que tem grande fluxo pois é via de acesso às praias e às comunidades que alimentam o comércio local, com a produção de farinha na região do eixo-forte, mas que também é alvo da expansão territorial, pois há terras em abundância com valor menor que as terras na região urbanizadas do município, por esse motivo tem sido povoado de forma gradativa.

A Rodovia Engenheiro Fernando Guilhon (PA-453), também uma via estadual, é uma das principais vias, pois nessa está além da grande área de expansão, ela dá acesso à via Everaldo Martins, é o único acesso ao aeroporto, liga vários bairros, inclusive alguns que tem praias, como é o caso do bairro do Maracanã e uma das vias de acesso à grande área do Santarenzinho, um dos bairros mais populosos do município, e como característico deste a expansão horizontal, às margens dessa, a pouco tempo,

aconteceu um movimento civil organizado que resultou em uma ocupação espontânea.

Essas sendo vias de grande fluxo que impulsionam a economia local, seja abastecendo o comércio, seja com os atrativos turísticos ou como o alvo deste é expansão, o governo ainda não tem planejado de forma a estruturar essas malhas rodoviárias para que haja o mínimo de infraestrutura para que todos tenham acesso à terra, logo, facilitando a aquisição de terras, de forma ordenada, podendo conter o avanço sobre as matas e as áreas de marinha, preservando assim as praias mais próximas do centro urbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as diversas e variadas concepções de desenvolvimento vivenciadas pela Amazônia brasileira é um grande desafio, uma vez que diversas visões e entendimentos, muitas vezes distorcidos e sem fundamentação técnica e/ou teórica, pautaram historicamente o desenvolvimento deste território tão múltiplo e peculiar. As rodovias caminham nessa direção, provando que os projetos implantados na Amazônia sempre serão conflituosos e demonstram uma concepção de desenvolvimento e de interesses peculiares. A interligação da Amazônia ainda tem força nas hidrovias, mas sem dúvida as rodovias contribuíram para aproximar a região norte do Brasil; criar novas cidades e vilas ao seu decorrer; fluir o trânsito de cargas e mercadorias; movimentar a rotas da economia e, dependendo da perspectiva, desmatar e contribuir com conflitos por terra, conflitos sociais e ambição sobre o meio ambiente. Em suma, são importantes, historicamente, dentro da atualidade manifestam a potência de melhora de locomoção.

**Palavras-chave:** Territorialidade; BR-163; PA-370; PA-457; PA-453.

## REFERÊNCIAS

LEÃO, R. F. C.; OLIVEIRA, J. M. G. C. **O plano diretor e a cidade de fato: O caso de Santarém-PA**. Porto Alegre – RS, Julho de 2010.

**WIKIPEDIA**. PA-370, Ano 2018. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/PA-370>> Acesso em 21/11/2018.

**WIKIPEDIA**. Rodovia Engenheiro Fernando Guilhon, Ano 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia\\_Engenheiro\\_Fernando\\_Guilhon](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia_Engenheiro_Fernando_Guilhon)> Acesso em 21/11/2018.

**WIKIPEDIA**. Santarém (Pará), Ano 2018. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santar%C3%A9m\\_\(Par%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santar%C3%A9m_(Par%C3%A1)). Acesso em 21/11/2018.

# DIAGNÓSTICO DE PONTOS DE ESPERA DE ÔNIBUS NO BAIRRO CARANAZAL EM SANTARÉM – PA: VISÃO DOS USUÁRIOS

*Melyssa Luane Noronha Andrade<sup>1</sup>*

*Samuel Ivan Oliveira Moura<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Quanto ao planejamento urbano, ele é um conceito que carrega a ideia de futuro, ao prever a evolução do fenômeno ao qual se liga, pois, planejar é “[...] tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.” (Souza, 2006, p. 46). Através desse conceito, nota-se a importância do planejamento para uma cidade visando o bem-estar para todos os habitantes, no presente trabalho buscou a elaboração dissertativa das atividades de campo realizadas para o levantamento de dados e pesquisa referentes ao diagnóstico do bairro Caranazal, em Santarém-PA, com foco na estrutura e qualidade dos pontos de ônibus. Com o intuito de identificar a problemática no âmbito do acesso ao transporte público coletivo no bairro, essa pesquisa demonstrará o que os residentes colocam como o maior desafio.

## METODOLOGIA

Para atingir os fins, a metodologia empregada consistiu em realizar visitas in loco para conhecer as características reais do bairro, pontos positivos e negativos, assim como suas maiores

---

1 Acadêmica do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Luterano de Santarém. E-mail: [amelyssa89@gmail.com](mailto:amelyssa89@gmail.com).

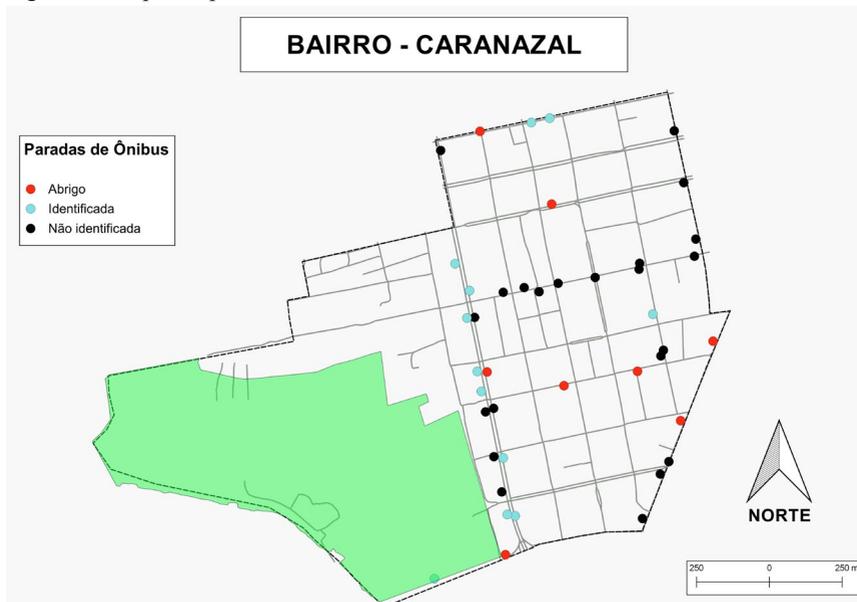
2 Acadêmico do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Luterano de Santarém; Acadêmico do Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: [samuel.ivan8@gmail.com](mailto:samuel.ivan8@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2828986197699659>.

necessidades, quanto aos pontos de ônibus, relatadas pelos entrevistados através de um questionário semiestruturado elaborado pelos autores, com perguntas pertinentes aos itens que um bairro deveria ter obrigatoriamente para proporcionar bem-estar para as pessoas que utilizam o transporte público. Além disso, foram identificadas as paradas de ônibus no bairro, sendo classificadas em abrigo, identificadas (as que possuem placa de identificação) e não identificadas (as paradas informais), segundo dados do Plano de Mobilidade Urbana, da Secretaria de Mobilidade e Trânsito de Santarém, do ano de 2016.

## **DISCUSSÕES**

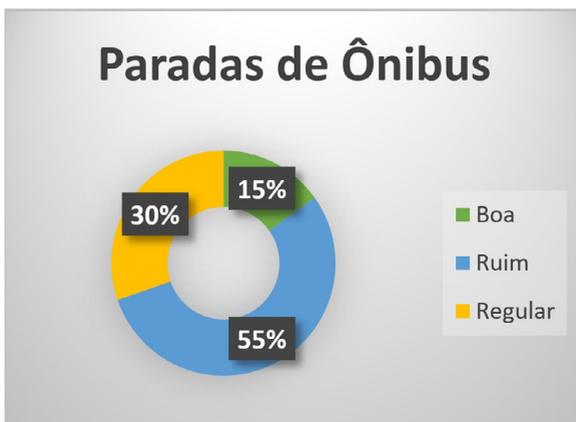
No bairro Caranazal, localizado na Grande Área da Aldeia, foram identificados que a maioria dos pontos de ônibus, ilustrada na figura 1, não são identificadas, ou seja, informais, as quais os moradores sabem que o ônibus vai parar, mas não existe sinalização. Totalizando 44 paradas de ônibus, pode-se quantificar que 8 possuem abrigo, que seria 18% do total; enquanto que 27% apenas sinalização vertical; e os demais 55% são de paradas que não possuem nenhum tipo de sinalização. Ou seja, um bairro demasiadamente grande em extensão, porém, com pouca oferta de locais de espera de qualidade, o que pode influenciar na análise qualitativa demonstrada pelos entrevistados, conforme será visto à frente.

Figura 1 – Mapa das paradas de ônibus do Caranazal



Fonte: Base geodésica do Plano de Mobilidade Urbana de Santarém – SMT (2016), elaborado pelo coautor (2018)

Nas entrevistas realizadas, pode-se notar que o bairro do Caranazal, é um bairro residencial, mas que também tem grande fluxo de circulantes (pessoas que trabalham ou estudam), evi-



dencia-se, assim, que naquela localidade há prestação de serviços e devido duas universidades estarem naquele perímetro, assim como várias escolas, há uma imensa movimentação durante todo o dia. Quanto aos entrevistados, pode-se identificar que 53% desses eram do sexo feminino, enquanto os 47% do sexo masculino; em relação à classificação dos entrevistados, 55% são circulantes (indivíduos que não moram no bairro, mas que devido às estruturas educacionais como a Universidade Federal do Oeste do Pará, Unidade Rondon, transitam pelo bairro) e 45% de moradores.

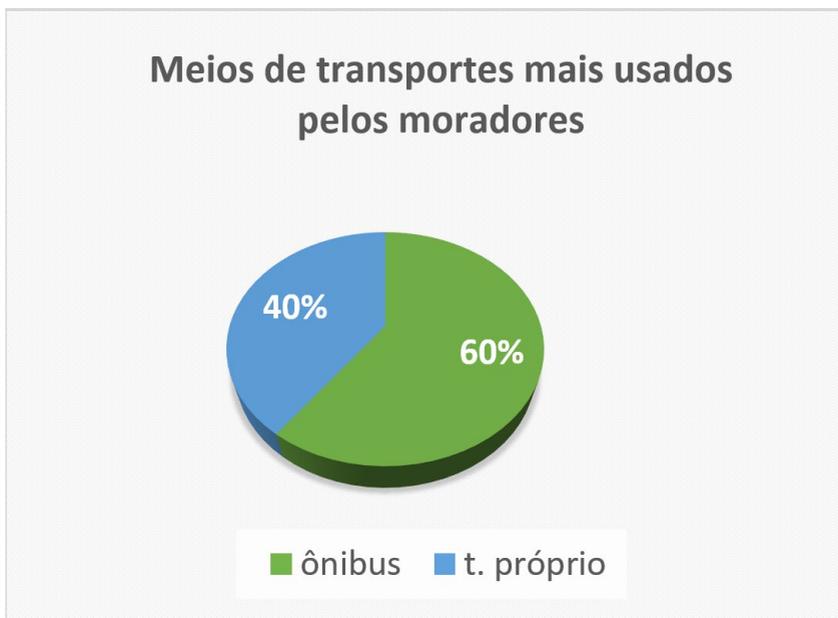


Gráfico 01 – Meios de Transporte mais utilizados

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

No gráfico 1, foi evidenciado: o transporte coletivo é o mais utilizado, mesmo 40% dos entrevistados utilizando transpor-

te próprio. Entretanto no gráfico 2, segundo os entrevistados, as condições das paradas de ônibus são insatisfatórias, sendo classificadas como “ruins”. Isso devido ao fato de que, muitas vezes, os usuários deste são expostos aos efeitos climáticos enquanto esperam os coletivos.

Para os estudantes da UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará) situada na unidade Rondon, há uma problemática referente aos ônibus não passarem em frente à universidade, mesmo tendo forte demanda de alunos, ou seja, para chegar no local de destino é necessário que os alunos percorram uma distância razoável para chegar ao seu destino final.

O transporte público coletivo na cidade, disputa espaço com os demais meios de locomoção, sofrendo sérias dificuldades, como a falta de estrutura apropriada, a pavimentação inadequada das vias, a falta de linhas e horários, a lotação de veículos, a pouca disponibilidade de informações aos cidadãos, os abrigos de espera em situações precárias, mal conservados e distribuídos desigualmente e a falta de planejamento adequado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A conclusão, então, é definida pelos próprios moradores e demais entrevistados, onde uma infraestrutura básica para esperar a linha de transporte público, não possui o suporte adequado, com poucas paradas de abrigo, que seria ideal para qualquer cidadão, além de poucos pontos minimamente identificados. Em um bairro onde a maioria dos entrevistados utiliza o transporte coletivo, é de se propor ao poder público municipal a construção de abrigos ou a identificação com sinalização vertical. A proposta do resumo expandido pode abrir precedentes para justificar a necessidade dos moradores tanto deste bairro quanto em outros que podem estar na mesma situação, cabe aos pesquisadores examinarem o espaço em que vivem para propor melhorias.

**Palavras-chave:** Diagnóstico, Transporte, Caranazal.

## REFERÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Secretaria de Mobilidade e Trânsito (SMT). Plano de Mobilidade Urbana de Santarém. **Dados geoprocessados:** arquivos shapes. 2016.

SOUZA, Marcelo L. de; RODRIGUES, Glauco B. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004.

# EXPANSÃO URBANA E SERVIÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO ELCIONE BARBALHO, SANTARÉM (PA)

*Lazarine Taiara do Nascimento<sup>1</sup>*

*Ana Beatriz Oliveira Reis<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras foram crescendo e se expandindo de maneira exploratória, sempre com o intuito de se beneficiar com algo que existisse nas localidades. As cidades amazônicas seguiram a mesma lógica de expansão, vários foram os projetos criados pelo Governo Federal para ocupar a região, a partir dessas políticas de expansão, várias pessoas migraram para a região em busca da facilidade de se obter terras e assim prosperarem rapidamente, no entanto, não foram criados juntamente com tais políticas, projetos que dessem suporte a essa nova ideia, ocasionando problemas estruturais que ainda hoje não conseguem ser solucionados.

Santarém entra nesse contexto a partir de 1970 quando se foi criada a Rodovia Santarém – Cuiabá (BR – 163), cujo interesse era ligar a região Norte ao Centro-Sul, tanto fisicamente quanto economicamente. De acordo com Renato Leão et al. (2010) apud Marcelia Cardoso, “já na década de 1980, juntamente ao Aeroporto, foi construído um importante corredor, a Avenida Fernando Guilhon” Esse corredor se tornou o maior acesso entre a parte urbana da cidade com a parte rural, via principal para se chegar ao aeroporto municipal e as praias, inclusive Alter do Chão. No entorno dessa avenida foram surgindo bairros, em sua maioria construídos a partir de ocupação espontânea ou ocupação de terras particulares ou até

---

1 Graduada em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [lazarinetaiara2@gmail.com](mailto:lazarinetaiara2@gmail.com).

2 Professora assistente de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. E-mail: [reis.aboliveira@gmail.com](mailto:reis.aboliveira@gmail.com).

mesmo de terras de proteção ambiental (CARDOSO, et al., 2017). Os bairros ao entorno da avenida Fernando Guilhon são: Santarenzinho, Amparo, São Cristóvão, Alvorada, Conquista, Novo Horizonte, Maracanã, Maracanã I, Nova Jerusalém, Elcione Barbalho, Nova Vitória, Residencial Salvação e ocupação vista Alegre do Juá. Nessa lógica, encontra-se o bairro Elcione Barbalho, este, por sua vez, possui 3.296 habitantes (IBGE, 2010), localizado na Zona Oeste da cidade, sofreu ultimamente grandes alterações habitacionais, sociais e econômicas. Atualmente, conta com shopping, residenciais de alto padrão, grandes pontos comerciais e fica próximo ao projeto habitacional Residencial Salvação, loteamento Buriti e vários outros equipamentos urbanos. Em se tratando de bairro fruto de ocupação irregular, não possui infraestrutura urbana adequada e esgotamento sanitário, o saneamento básico é precário, existe a ausência de serviços de drenagem, postos de saúde e creches, os Agentes de Saúde e de Endemias apresentam-se em número inadequado para a quantidade de moradores e o número de escolas é insuficiente para a demanda populacional.

Assim como maior parte dos bairros de Santarém, o bairro Elcione Barbalho nasceu de ocupação irregular, sem o devido planejamento, onde o poder público encontra dificuldades em atuar de forma eficiente, ainda que a Constituição Federal (C.F.), em seu artigo 182, determine que a política de desenvolvimento urbano deva ter suas diretrizes fixadas em lei.

Temos por objetivo da pesquisa: Identificar se a demanda de serviços públicos oferecidos a população do bairro Elcione Barbalho vem acompanhando o desenvolvimento urbano da área.

## **METODOLOGIA**

A metodologia a ser utilizada será a pesquisa bibliográfica, análise documental e o método estudo de caso, bem como observação direta. Essa metodologia tem o objetivo de investigar os prin-

cipais motivos pelos quais há insatisfação populacional quanto a oferta de serviços públicos no bairro Elcione Barbalho.

Na pesquisa documental foi analisado documentos no site da Prefeitura de Santarém- PA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisa bibliográfica se deu a partir de estudo de materiais publicados sobre a referida área de estudo, sobre serviços públicos e sobre o desenvolvimento urbano e a observação direta se deu a partir de visita in loco com entrevista com moradores do bairro.

## **DISCUSSÕES**

Segundo a Constituição Federal, as políticas de desenvolvimento urbano devem ter suas diretrizes fixadas em lei e dentre todas, o seu maior representante, no que tange a instrumento jurídico, é o Plano Diretor Municipal. Com a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, municípios com população superior a 20.000 habitantes passaram a ter o dever de elaborar Planos Diretores (LEÃO et al, 2010). Dentre estes, o município paraense de Santarém, que então possuía 262.538 habitantes (IBGE, 2000). Leão et al (2010) ainda afirma que, “em 2006, foi aprovado o Plano Diretor do Município de Santarém, propondo-se a ser um instrumento de ordenação territorial, urbanização, definidor de diretrizes e políticas governamentais.”

De acordo com o Plano Diretor Municipal de Santarém em seu Art.3º é garantido o acesso aos bens, aos serviços e às políticas sociais a todos os munícipes. Ainda de acordo com o Plano Diretor Municipal em Art.4º, também é garantido a esses munícipes a justa distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização.

Segundo Celso Mello (2010, p. 671):

Serviço público é toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada a satisfação da coletividade em geral, mais

flúvel singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público – portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais -, instituído em favor dos interesses definidos como público no sistema normativo. (CELSO MELLO, 2010, p. 671)

Trata-se, portanto, definir a função do Estado, avaliar os seus limites de atuação e o âmbito reservado à livre iniciativa dos particulares, cada sociedade tem seu próprio conceito de serviço público (JUNIOR et al., 2017), ou seja, o conceito e as características mudam de acordo com a época, sofrem mutações constantemente a fim de se adaptar ao meio social, econômico e político. Ainda que cada sociedade tenha suas características quanto ao serviço público, sempre há concordância ao se afirmar que este é o ato de que o Estado assume a obrigatoriedade de satisfazer algumas necessidades do povo, da nação, isso varia muito, pois depende do modelo de Estado adotado. A República Federativa do Brasil assume várias obrigações para com seu povo, com intuito de satisfazer a necessidade da coletividade, organizando diretrizes e ações em questões políticas, econômicas e sociais, gerando assim um Estado de bem-estar social. Nesse contexto, o Estado possui a obrigação em atender necessidades básicas dos seus municípios e utiliza de diversos instrumentos para saber quais maiores deficiências e demandas de cada população, o Plano Diretor acaba sendo um dos principais instrumentos de participação popular para planejamento, implementação e controle das ações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desse modo, o bairro Elcione Barbalho sofreu atualmente grandes transformações, após a duplicação de avenida Engenheiro

Fernando Guilhon e construção de novos grandes empreendimentos, a população dessa região não avançou positivamente quanto à estrutura de serviços básicos adequados, tendo seus direitos fundamentais comprometidos. Podemos entender, então, que expansão urbana não significa necessariamente desenvolvimento urbano, apesar de existir instrumentos de participação popular para enfrentamentos de problemas sociais, econômicos e habitacionais, o poder público não consegue atender a demanda local, causando grande insatisfação por falta de eficiência no que tange a oferta de serviços públicos. Apesar de ser crescente tanto em território quanto populacionalmente, o bairro não conta com a efetividade do Plano Diretor Municipal, este parece não existir. O poder público faz vista grossa quanto à demanda e a sociedade, por sua vez, não usa do poder que tem para pleitear benefícios garantidos em lei, ausentando-se das reuniões de bairro e da participação ativa no planejamento de políticas de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Expansão urbana; Serviços públicos; Desenvolvimento; Plano Diretor.

## REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, E. M., **Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação, tese**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARDOSO, M. C., SOUZA, R. R. de, CHIBA, H. S. A., VIEIRA, T. A., **Expansão urbana em Santarém, Pará: uma análise a partir da ocupação Vista Alegre do Juá. In: Seminário Internacional sobre Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**, 8., 2017, Santa Cruz do Sul, RS. Anais... Santa Cruz do Sul, RS: Santa Cruz do Sul, 2017.p.1-11.

CARVALHO, S. N. de., **Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do**

**plano diretor.** São Paulo Perspectiva. 2001, vol.15, n.4, pp.130-135.

GOMES, T. do V., CARDOSO, A. C. D., COELHO, H. S., OLIVEIRA, K. D., Santarém (PA): um caso do espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cad. Metop.**, São Paulo, v.19, n.40, pp.891-918, set/dez 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**, Brasil, 2010.

LEÃO, R. F. de C.; OLIVEIRA, J. G. C. de. O plano diretor e a cidade de fato: o caso de Santarém – PA. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 16.,2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010, p.1-12.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo.** 27ed. São Paulo: Malheiros Editora Ltda, 2010.

NUNES JUNIOR, V.S. et al. **Enciclopédia jurídica da pucsp:** Direito administrativo e constitucional. São Paulo: Pontifica Universidade Catolica de São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. **Expansão urbana e periferização de Santarém – PA, Brasil: questões para o planejamento urbano.** Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, 2008.

SANTARÉM. LEI MUNICIPAL Nº 18.051/06. Plano Diretor do Município de Santarém. 2006.

SOUZA, C., **Políticas Publicas: uma revisão de literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, p.20-45,jul/dez 2006.

SEVERINO, A. J., **Metodologia do trabalho científico.**23.ed.São Paulo: Cortez Editora,2007. p.122-126.

# ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO NO BAIRRO AEROPORTO VELHO EM SANTARÉM, PA: ÊNFASE NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

*Samuel Ivan Oliveira Moura<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

O processo de urbanização está se agravando, devido às questões políticas-econômicas e, se os municípios buscam melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, é necessário planejar para executar. Cada espaço da sociedade reflete distintas necessidades. A partir disso, considera-se o bairro aeroporto velho em Santarém, no Pará, como um recorte da cidade. O objetivo desse documento, é compreender a importância do bairro aeroporto velho para a cidade, segundo a ótica de oferta de serviços públicos. Com a pergunta-problema sendo: o bairro aeroporto velho possui infraestrutura básica de equipamentos urbanos? a partir disso, de forma específica, objetiva-se identificar a oferta de serviços dos setores de educação, saúde e lazer, assim como as edificações importantes para o município. O espaço deve ser elaborado de acordo com as finalidades humanas – mesmo que o urbanismo não discuta “a necessidade de soluções que preconiza, mas reivindicando o ponto de vista verdadeiro”, segundo o arquiteto e urbanista, Choay (1979). Como a dinâmica de uma cidade é composta por seus seres vivos complexos, o ambiente urbano, conseqüentemente, torna-se o mesmo, tendo a necessidade de atender aos seus atores. Conceituando a terminologia que será adotada, os equipamentos urbanos são “todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade” (NBR 9284,

---

1 Acadêmico do Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Luterano de Santarém; Acadêmico do Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: samuel.ivan8@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2828986197699659>.

1986). Ou seja, são as unidades básicas de saúde, as escolas, as creches, as instituições governamentais, assim como foge ao sentido físico espacial, englobando rede de esgoto, rede de abastecimento de água, arruamento, iluminação pública, calçadas, etc. O estudo do recorte urbano, com ênfase nos equipamentos dos setores citados, será o desenvolvimento desse resumo expandido.

## **METODOLOGIA**

Foram realizadas revisões bibliográficas utilizando a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conceituando através das Normas Brasileiras Regulamentares (NBR); e para entender conceitos urbanísticos o livro “O Urbanismo” do autor Françoise Choay foi consultado. Para coleta de dados foi necessária a visita de campo em pontos específicos onde existem equipamentos urbanos. Segundo Kneib (2014), a análise do espaço por meio de uma plataforma de Sistema de Informação Geográfica (SIG), possibilitaria a descrição precisa dos processos espaciais. Nesse caso, a análise territorial através dos mapas terá base geodésica que foi elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o que permitirá fidelidade com o georeferenciamento de informações, ou seja, dados com fundamentação real de um órgão do governo federal. Os resultados dessa análise foram manipulados através do Quantum GIS (QGIS), proporcionando a elaboração de mapas temáticos para esclarecer a situação atual do bairro. Em última instância, houve análise de conteúdo descrevendo e caracterizando o Aeroporto Velho.

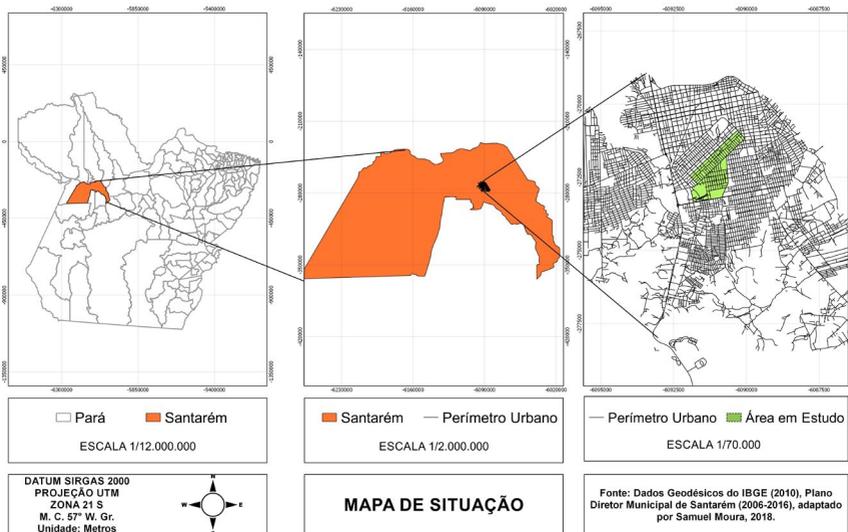
## **DISCUSSÕES**

Localizada ao oeste do Pará, Santarém, faz parte da Mesorregião do Baixo Amazonas, com área de 17.898,389 km<sup>2</sup> e 302.667 habitantes, ocupando a 83<sup>a</sup> posição no país, em termos de população e a 3<sup>a</sup> no estado, já na microrregião é o município mais popu-

loso; apresentando ainda 43,3% das vias com arborização e apenas 7,8% de urbanização de vias públicas, segundo a estimativa do IBGE (2018).

Fazendo o recorte territorial para o bairro Aeroporto Velho, onde este faz parte da Grande Área da Aldeia (PMDS, 2006-2016), localizados ao centro geográfico da cidade de Santarém. Onde moram 1996 famílias e uma população de 7513 indivíduos (IBGE, 2010). Na figura 01 sobre o mapa de situação, é possível identificar o bairro comentado. Sendo possível identificar que no Aeroporto Velho, a malha urbana seguiu um traçado de acordo com a topografia, seguindo o padrão do antigo aeroporto, porém ao sul, percebe-se a existência de quarteirões irregulares e vias estreitas.

Figura 01 - Mapa de Situação



Fonte: Dados do Plano Diretor Municipal de Santarém (2006-2016), elaborado pelo autor, 2018.

No que diz respeito aos equipamentos públicos identificados no bairro, tem-se estruturas importantes para cidade, por se tra-

tar dos órgãos administrativos que nele estão locados. Localizam-se no bairro, a Prefeitura Municipal de Santarém, com edificações da Câmara Municipal, Central de Atendimento ao Contribuinte e o Setor de Assistência Social; quanto à educação, o Centro Universitário da Amazônia (UNAMA) – instituição de ensino superior –, a Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) do Aeroporto Velho, a EMEF Brigadeiro Eduardo Gomes, a EMEF Delfina de Jesus Amorim e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Professora Terezinha de Jesus Rodrigues.

Em relação à saúde, encontram-se no bairro, o Hospital Regional do Baixo Amazonas, o Centro de Controle de Zoonoses de Santarém, o Centro de Saúde do Aeroporto Velho e o Hemocentro de Santarém (HEMOPA), são instituições que tem seu raio de influência para além do bairro e, no caso, do Hospital Regional com funcionalidade para a microrregião do Baixo Amazonas, sendo referência em gestão hospitalar (G1, 2014).

Quanto ao lazer, o Estádio Estadual “Colosso do Tapajós”, onde ocorrem eventos desportivos, assim como eventos religiosos de grande porte, por abrigar uma quantidade considerável de pessoas. E a edificação religiosa destacada na figura 08 trata-se da Catedral da Igreja da Paz.

Com tantos equipamentos urbanos, nota-se a funcionalidade do bairro para cidade, tanto em saúde, educação e lazer. Bairro central, que tem uma infraestrutura multifuncional.

Figura 02 - Mapa de Infraestrutura do bairro



Fonte: Dados de lotes do Plano de Mobilidade Urbana – SMT (2016), elaborado pelo autor, 2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, tendo como resultado marcante o fato de o bairro ser considerado um polo administrativo, com estruturas da prefeitura municipal, assim como referente à saúde, devido ao Hospital Regional do Baixo Amazonas e o Hemocentro de Santarém, demonstra-se a importância local e regional do bairro para a cidade e seus municípios na oferta de serviços básicos necessários. É necessário perceber a conjuntura local para conseguir elaborar políticas públicas, projetos e soluções viáveis para o ambiente urbano. Presupondo que é importante compreender a cidade para entender o bairro, abrem-se precedentes para elaborações de outras pesquisas com essa vertente de estudo da cidade.

**Palavras-chave:** Santarém, Diagnóstico, Equipamentos Urbanos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9284 - EQUIPAMENTOS URBANOS**: Conceito. 1986. 4 p. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/sheyqueiroz/nbr-928486-equipamento-urbano>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1979. 350 p.

G1 (Santarém). **Hospital Regional de Santarém ganha prêmio nacional em São Paulo**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2014/05/hospital-regional-de-santarem-ganha-premio-nacional-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

KNEIB, Erika Cristine. **Centralidades urbanas e sistemas de transporte público em Goiânia, Goiás**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, [s.l.],

v. 8, n. 3, p.306-317, 20 jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.008.003.ao02>>. Acesso em: 4 out. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. Secretaria de Trânsito e Mobilidade (SMT). Plano de Mobilidade Urbana de Santarém. **Dados geoprocessados:** arquivos shapes. 2016.

SANTARÉM (Município). Lei nº 18051, de 29 de dezembro de 2006. **Plano Diretor Participativo do Município de Santarém/PA.** Santarém, PA.

# DINÂMICAS TERRITORIAIS URBANAS EM SANTARÉM-PA E A OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ

*Erick Rodrigo Porto Pinho<sup>1</sup>*

*Ana Beatriz Oliveira Reis<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Santarém, principal centro urbano no Baixo Amazonas, vem sendo impactada, nessas últimas décadas, por dinâmicas exógenas de crescimento com as novas estruturas econômicas que alteram processos de povoamento e de expansão urbana da região. Com isso, o acesso ao solo urbano, seu uso e ocupação, é dificultado pelo valor cada vez mais caro dos terrenos. Muitos bairros têm sofrido com o consequente aumento do custo de vida, sendo objetos de especulação imobiliária, não cumprindo com o princípio constitucional da função social da propriedade urbana, ou seja, não atendendo a obrigação de edificar, utilizar ou parcelar.

Esse processo contribui para a formação de ocupações urbanas no município como alternativa para o exercício do direito à moradia das famílias que não conseguem arcar com o preço cada vez mais alto do solo urbano. Dentre essas ocupações urbanas, a ocupação Vista Alegre do Juá destaca-se como a maior delas, tendo sido iniciada em 2009 e hoje formada por cerca de três mil famílias que buscam exercer o direito à moradia e fomentar o debate público entre este em contraposição ao direito à propriedade e às dinâmicas exógenas que influenciam no ordenamento do espaço urbano.

---

1 Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Estudante de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Integrante do grupo de pesquisa “O Direito à Cidade em Santarém-PA: instituições e atores”. E-mail: [rodrigo.rpcd-pinho@hotmail.com](mailto:rodrigo.rpcd-pinho@hotmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3435755770963934>.

2 Professora de Direito do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Coordenadora do grupo de pesquisa “O Direito à Cidade em Santarém-PA: instituições e atores”. E-mail: [reis.aboliveira@gmail.com](mailto:reis.aboliveira@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8425524082989615>

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo conhecer as dinâmicas de uso e ocupação do solo na cidade de Santarém por intermédio do estudo de caso da ocupação urbana Vista Alegre do Juá.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho apresenta-se como um estudo inicial do plano de trabalho “O direito à cidade e as ocupações urbanas em Santarém-PA: um estudo de caso sobre a ocupação Vista Alegre do Juá”, desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “O direito à cidade em Santarém: instituições e atores”. O método de pesquisa utilizado é o estudo de caso, por ser aquele que permite compreender a dinâmica do direito à cidade na sua contemporaneidade (YIN, 2010, p. 29). No campo teórico, utilizou-se da técnica de pesquisa de revisão bibliográfica valendo-nos dos estudos de diferentes áreas sobre as temáticas relacionadas à questão urbana e ao direito à cidade.

Na construção do campo empírico, vem sendo utilizadas as técnicas de pesquisa de análise documental, entrevistas semiestruturadas (conversas guiadas), que se deu inicialmente com a liderança do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM), bem como a observação direta de processos que envolvem a ocupação Vista Alegre do Juá. Técnicas estas que ainda pretendemos aplicar aos demais moradores da ocupação.

## **DISCUSSÕES**

Manuel Castells (1977), em seus estudos sobre o fenômeno urbano, mostra que há na Europa um modelo de urbanização o qual está associado com a industrialização e que esse modelo é também um padrão que vem ocorrendo no Brasil a partir dos anos 1950. No entanto, Edna Castro (2008) faz uma crítica de que esse modelo não pode servir de fundamento para explicar as cidades na Amazônia, por não refletir as dinâmicas socioeconômicas, demográficas e étnicas da região. Segundo a autora, a densidade

populacional na Amazônia é muito menor que em qualquer outra região do Brasil e boa parte dessa população mantém relação direta com a floresta e rios, onde destaca-se a informalidade dos processos de trabalho, correspondendo, portanto, a um padrão de ocupação e especialidade menos concentrado.

Contudo, nas últimas décadas o município de Santarém tem experimentado intensas transformações no seu espaço, fomentadas pelos programas governamentais de expansão da fronteira agrícola associadas à estrutura urbana, como a abertura das Rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), e também com a chegada da produção da soja. Essas dinâmicas exógenas se confrontam com práticas tradicionais locais, elevando o preço da habitação e causando uma apropriação diferenciada e excludente do solo urbano e incentivando a especulação imobiliária (CASTRO, 2008).

Esses fenômenos intensificam cada vez mais os conflitos fundiários urbanos existentes em Santarém e, dada a expansão constante do município, fazem com que a população de baixa renda passe a ocupar as áreas periféricas, destituídas de serviços públicos básicos que atendam às necessidades de seus moradores. Santos Júnior (2011) esclarece que essas formas de apropriação e uso da moradia e solo urbano são determinadas segundo a posição na estrutura social de certos agentes, fato este que ameaça a reprodução social de outros, causando a desigualdade no acesso à terra.

Santarém possui uma estimativa populacional de 296.302 habitantes, de acordo com o IBGE (2017). Os dados mais atuais disponíveis, apontam que o déficit habitacional do município correspondia a 28.808 famílias no ano de 2010, de acordo com a Plano de Habitação de Interesse Social. O município foi contemplado por dois residenciais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o Residencial Salvação, entregue em maio de 2016 e constituído por 3.081 unidades habitacionais, e o Residencial Moaçara, que ainda não foi entregue aos municípios locais.

Apesar do significativo número de oferta de casas destinadas à população de baixa renda, estas ainda não atendem totalmente ao déficit habitacional de Santarém, ou seja, mais de 25 mil famílias ainda exercem precariamente esse direito, seja habitando lugares em más condições ou comprometendo a maior parte do orçamento familiar com as despesas de aluguel. Fatos estes que justificam o aumento do fenômeno das ocupações urbanas no município.

Dentre as principais ocupações urbanas de Santarém, a maior em extensão territorial e populacional é a Vista Alegre do Juá, que atualmente ocupa uma área superior a 100 hectares, onde residem mais de 3.000 famílias, de acordo com dados obtidos na pesquisa *in loco*. Iniciada em 2009, é uma das ocupações mais permeadas por conflitos fundiários por localizar-se entre uma Área de Proteção Ambiental e outra fortemente disputada pelo mercado imobiliário. Contudo, a articulação do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM), protagonistas da luta pelo acesso ao solo urbano e o direito à moradia em Santarém, contribuiu para o fortalecimento e resistência do movimento frente às pressões sofridas, onde incluem-se duas reintegrações de posse executadas, o que não impediu os ocupantes de retornarem e manterem-se na área até hoje.

A ocupação está situada na Avenida Fernando Guilhon – um dos principais vetores rodoviários de Santarém, que dá acesso ao aeroporto da cidade – confronto ao Residencial Salvação e laterais do Rio Tapajós Shopping e da área na qual a empresa Buriti Empreendimentos e Construções Ltda vem tentando se estabelecer. Com seus 2.500 metros de fundo, espraia-se até próximo à praia do Juá. A motivação de escolha do espaço, segundo a liderança da ocupação – Margarete Teixeira –, foi em razão de não estar cumprindo com a sua função social e, além do mais, por estar servindo como local de despejo de resíduos sólidos, esconderijo para malfeitores, sendo um local de grande depressão e risco para a população.

Assim, esses sujeitos desfavorecidos pela ausência de habitações adequadas e por políticas sociais, viram a oportunidade de contrapor essa realidade ao decidirem ocupar a área, vislumbrando o reconhecimento futuro do poder público. No entanto, encontra-se expedido desde 2015 o terceiro mandado de reintegração de posse, o qual ainda não foi executado e, segundo Margarete, a prefeitura não tem apresentado propostas conciliadoras em contrapartida. Este fato demonstra que o problema habitacional não se encontra na agenda política do município ou que este esteja buscando favorecer os interesses do capital imobiliário, considerando que a área onde encontra-se a ocupação tem sido reivindicada pela empresa Buriti Ltda.

Iniciativas como a do MTLM e o movimento popular que deu início à ocupação, são concebidas por Maria da Glória Gohn (2011, p. 335) como sendo “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”, cujas estratégias vão desde mobilizações às pressões em prol da resistência à exclusão social que vêm sofrendo.

Dessa forma, a ocupação Vista Alegre do Juá emerge como um importante movimento popular na busca pela efetivação do direito à moradia, por meio de um processo autogestionário. Ao mesmo tempo, não objetivam unicamente o acesso à moradia, embora seja sua principal bandeira de luta, mas também em participar da construção e gestão do espaço urbano do município de forma mais condizente e que atendam às necessidades dos seus habitantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Resta claro, diante do presente estudo de caso, que a cidade é um espaço em disputa e de conflitos urbanos, podendo ser analisados como reflexos da nossa estrutura fundiária, extremamente desigual, onde o direito à propriedade privada, inserido no ordena-

mento jurídico, prevalece sobre a posse, não se efetivando a função social da propriedade, um importante instrumento de política urbana, também inserido na Constituição de 1988.

No seio desse ambiente de disputa e da lógica capitalista de produção do espaço urbano, surgem movimentos populares de resistência que se organizam em ocupações urbanas, como no caso da ocupação Vista Alegre do Juá, que lutam pela (re) inclusão no espaço do qual foram segregados. É uma luta que vai além do direito de morar, pois envolve também o direito de fazer parte da cidade, quando questionam as formas como são concebidas as condições de existência na mesma, contrapondo-se ao urbanismo de classes existente, como expõe Lefebvre (2002), e a consequente ideologia redutora da prática do habitar.

O estudo e considerações aqui apresentados não pretendem ser conclusivos. Ao contrário, pretende-se, a partir deste, fomentar um debate atual e necessário na cidade de Santarém tendo em vista as novas dinâmicas de uso e ocupação do urbano que se impõem na região e que impactam significativamente na vida dos diversos sujeitos que vivem na cidade. Estudos mais aprofundados no sentido de uma melhor compreensão do conteúdo do direito à cidade mobilizado pelos moradores da ocupação, o perfil desses moradores e a atuação do MTLM se darão com o avançar da pesquisa.

**Palavras-chave:** Dinâmicas Territoriais; Ocupações Urbanas; Vista Alegre do Juá; MTLM.

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. – São Paulo: Annablume, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. p. 333-361.

IBGE. **Estimativa da população em 2016 de Santarém-PA**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&cod-mun=150680&idtema=130&search=para%7Csantarem%7C->> Acesso em: 08.ago.2017.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

SANTARÉM. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 2010.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. A Produção Capitalista do Espaço, os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. *In*: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Orgs.). **Políticas públicas e direito à cidade**: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2011. p. 67-74.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

# O ÍNDIGENA EM CENA: A REPRESENTATIVIDADE DOS POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTOS DE PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

*Victor Matheus Assunção de Souza<sup>1</sup>*

*Evanderson Camilo Noronha<sup>2</sup>*

*Raimundo Oscar de Sousa Júnior<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

Observando o atual cenário audiovisual brasileiro, mormente os de maior visibilidade, como as grandes produções cinematográficas e as telenovelas “globais”, analisamos que seus diretores e produtores não inserem, em um contexto realista, nas suas produções as relações de classe e étnico-raciais ocorridas no país ao longo do tempo.

Tais profissionais baseiam-se em trabalhos com o viés norte-americano de criação de mídia visual, o que invisibiliza minorias políticas, como negros e indígenas, e coloca em visibilidade o antigo (e ao mesmo tempo “atual”): o galã branco, loiro e de olhos azuis como os filmes estadunidenses (Kaercher e Tonini, 2011).

Projetos como o “Vídeo nas aldeias”, fundado por Vicent Carelli em 1986, visam afirmar, por meio do audiovisual brasileiro, a identidade e a voz de diversos povos indígenas e fazer com que os mesmos sejam totalmente independentes em todos os aspectos, principalmente na luta pelos seus direitos. O processo de independência visual desses povos é essencial para que o Brasil, como país

---

1 Licenciatura em Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [matheus.victor928@gmail.com](mailto:matheus.victor928@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4081700900722059>.

2 Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [evandersonnoronha@gmail.com](mailto:evandersonnoronha@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9596699703478145>.

3 Bacharelado em Geofísica da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. E-mail: [oscarfilho26@hotmail.com](mailto:oscarfilho26@hotmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5355013713549584>.

institucionalmente democrático, consiga consolidar as milhares de vozes existentes no seu amplo território. Além disso, para essas mesmas comunidades, é de extrema importância para que eles possam expor suas necessidades e frustrações com o atual governo que gerem seus direitos concedidos e garantidos por lei.

## **OBJETIVOS**

Desta feita, abordar principalmente a autoafirmação cultural desses povos, estimulá-los expor de maneira mais contundente suas raízes, porém, não só isso, mas também fazer com que denunciem os abusos sofridos por eles em suas comunidades, como a extração sub-reptícia de madeira, o uso fraudulento de áreas de conservação florestal e a pesca ilegal. Fazer da câmera e das ferramentas de divulgação, como o próprio *YouTube*, uma “arma”.

É de extrema importância fortalecer a militância indígena brasileira para a preservação histórica desses povos e, claro, para incluí-los no processo de democratização ainda em desenvolvimento no país e em grande parte do mundo. É necessário desvincular dessas comunidades a ideia de que eles, atualmente, são dependentes do governo para sua luta e deixá-los livres para lutar pelos seus direitos quanto seres humanos no atual momento social que vivemos.

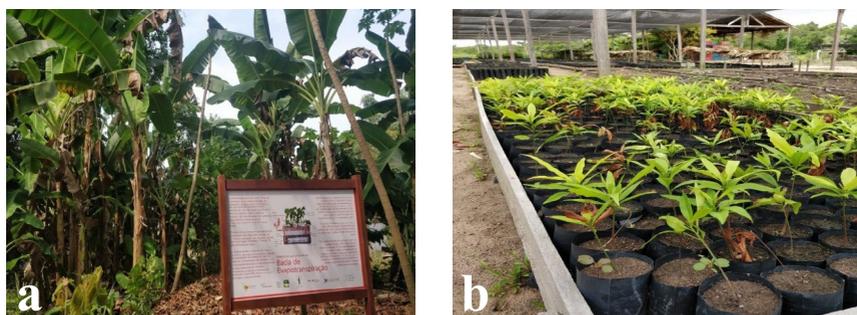
## **METODOLOGIA**

Observando o atual momento da região Oeste do estado do Pará quanto à produção intelectual de conteúdo, conseguimos ver com clareza o seu potencial, porém, o que existe até o momento não é o suficiente para expor a região no mapa.

Tendo isso em vista, entende-se uma enorme urgência por parte governamental que expanda os campi da atual universidade federal da região, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFO-PA), para que esta última possa atender o maior número possível de

indígenas e ribeirinhos que enfrentam várias dificuldades em adentrar no ensino superior por conta da locomoção para a cidade de Santarém, Pará, onde se localiza a sede da UFOPA.

As estruturas existentes na região, como o Centro Experimental Floresta Ativa (CEFA), poderiam ser utilizadas em proveito da universidade. Localizado na Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns, o CEFA detém de um bom aparato para atender as comunidades da região, como mostram as figuras 1a e 1b, logo abaixo, além de ficar mais perto para quem mora na referida unidade de conservação e não tem condições para deslocar-se para algum centro urbano próximo.



**Figura 1:** a) Bacia de evapotranspiração: tanque impermeabilizado, preenchido com diferentes camadas de substrato e plantado com espécies vegetais de folhas largas; b) Viveiro de plantas. Fonte: do autor.

Além da estrutura oferecida pelo CEFA para a criação de outros campos da UFOPA mais acessíveis para comunidades da área do Tapajós, incluem-se neste processo também o uso do barco ABARÉ, atualmente, utilizado apenas para uso de atendimento médico nas localidades da área citada.

As viagens que o ABARÉ realiza pelas comunidades poderiam ser aproveitadas para, em paralelo aos atendimentos médicos, a realização de oficinas de incentivo ao ingresso dos jovens no ensino superior e oferta de minicursos de iniciação ao uso da

câmera e das ferramentas de social mídia existentes atualmente, como o *Facebook* e *YouTube*.

A grande mídia, mesmo apresentando vários movimentos sociais para o grande público, ainda exclui com produções indigenistas e/ou feitas por indígenas, isso consequentemente acaba deixando essa questão extremamente aberta para diretores, de origem comumente norte-americana, trabalharem como querem culturas, costumes e questões religiosas de povos que nem mesmo tem voz na sociedade “moderna”.

O filme “Martírio” (2016), dirigido por Vicente Carelli, mostra como povos indígenas originários tentam manter-se, resistir à invasão dos seus territórios e se tornarem visíveis na grande mídia, que constantemente os representam como os verdadeiros invasores, quando na verdade estão tentando reconquistar algo (suas terras) que os pertence.

Carelli busca conscientizar sobre o quão complexa é a questão indígena no Brasil não só em “Martírio”, mas também em outros documentários, como “Corumbiara” (2014), onde ele tenta construir uma linha do tempo para entender o massacre ocorrido com o povo por conta de terras e, em partes, por meio do ponto de vista dos índios que sobreviveram.

Ainda continuando no cenário brasileiro de produções audiovisuais, mesmo com o trabalho massivo de Carelli, a grande mídia continua retratando o indígena em formas estereotipadas usadas a anos por ela, como representado na figura 2 e 3 abaixo:



**Figura 2** - Desenho Betty Boop, “Ritmo na reserve”, 1939 (esquerda). Desenho do Pica-Pau, “História pra índios”, 1972 (direita).



**Figura 3** - Os atores Cláudio Heinrich, (UgaUga, Brasil, 2000/2001) e Cléo Pires (Araguaia 2010/2011), respectivamente, nos papéis dos índios Tatuapú e Estela Karuê. Fonte: TV GLOBO.

Como visto em “Corumbiara” (2014), a divulgação e o compartilhamento de produções indígenas e feita por indígenas é de extrema importância, tanto para concretizar o processo democrático em formação brasileiro quanto para introduzir essas vozes no meio social e torná-las comuns em debates sobre a questão das terras e do agronegócio nacional e internacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assuntos abordados por este artigo ainda se mantêm sem uma conclusão por conta de ser o início de uma pesquisa, porém, podemos afirmar que investir e dar apoio às causas que estimulem a produção audiovisual indígena é deveras importante para a preservação da cultura brasileira, prova disso são os avanços que o projeto “Vídeo nas aldeias” tem desde a sua criação.

Obrigatoriamente, com a expansão desse tipo de projetos pelo Brasil não temos só a representatividade de indígenas, mas também de negros, pessoas da comunidade LGBTI+ e afins, dando voz a minorias há muito excluídas da sociedade atual.

**Palavra-chave:** Indígena, audiovisual, mídias, influência, independência.

## REFERÊNCIAS

KAERCHER, N.A., TONINI, I.M., org. Elaboração de conteúdo: MEINERZ, C.B. et al. **Curso de aperfeiçoamento Produção de Material Didático para Diversidade**, Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 68-82p., 2011.

CARELLI, V., CORREA, M., MONTE, N. **Vídeos nas aldeias se apresenta**. Olinda, (2003).

MARTÍRIO, Vincent Carelli, **Vídeo nas aldeias Brasil**, 2016, 1 DVD.

CORUMBIARA, Vincent Carelli, **Vídeo nas aldeias Brasil**,

# A PERIFERIA NO CENTRO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS CIDADÃOS DE BAIROS “INVISÍVEIS” NA ECONOMIA DO CENTRO HISTÓRICO COMERCIAL DE SANTARÉM

*Thatiane Flavienne De Vasconcelos Faria<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

*Tá vendo aquele edifício moço  
Ajudei a levantar  
Foi um tempo de aflição, era quatro condução  
Duas pra ir, duas pra voltar  
Hoje depois dele pronto  
Olho pra cima e fico tonto  
Mas me vem um cidadão  
E me diz desconfiado  
“Tu tá aí admirado ou tá querendo roubar”  
Meu domingo tá perdido, vou pra casa entris-  
tecido  
Dá vontade de beber  
E pra aumentar meu tédio  
Eu nem posso olhar pro prédio que eu ajudei  
a fazer*

### **Zé Ramalho - Cidadão**

Santarém é reconhecida como uma cidade no meio da Amazônia que é marcada por grandes características indígenas e ribeirinhas, tendo estrategicamente sua localização no encontro do rio Tapajós com o Amazonas. A cidade nasceu na rota entre Belém e Manaus, tendo desenvolvido funções que a apresentaram como cidade-pólo, intensificando seu perímetro comercial urba-

---

1 Estudante de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: thaatianevasconcelos@gmail.com.

no com as chegadas das rodovias, um porto, garimpos e, mais recentemente, a soja, atraindo grandes fluxos migratórios, tais fatores contribuíram com a grande expansão da cidade em um pouco tempo, fazendo-se assim criar bairros com pouca ou nenhuma infraestrutura técnica e social que apareceram no entorno da área central. Art. 123. Ficam estabelecidos no Município de Santarém, a partir desta Lei, 48(quarenta e oito) bairros (PLANO DIRETOR DE SANTARÉM, 2018. P. 52), dos bairros existentes, bem menos da metade recebe investimento público, sendo os “não oficiais” e sumariamente marginalizados no planejamento urbano, fazendo com que a cidade enquanto bem social seja para poucos e até restritamente para a sua área central, por mais que sejam inseridos no plano diretor da cidade. Dessa forma, a presente pesquisa pretende analisar a importância da periferia enquanto fornecedora de mão de obra para o desenvolvimento econômico do perímetro central histórico comercial de Santarém e entender o fluxo desse contingente populacional enquanto cidadãos que têm direito à cidade e coexistem em bairros “invisíveis” com precária infraestrutura produzida pelos agentes transformadores do espaço que negam a sua existência.

## **METODOLOGIA**

Tal trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa de campo, baseado em entrevistas quantitativas com 123 pessoas que trabalham no central histórico comercial de Santarém, com o intuito de responder de forma analítica de quais bairros provinha essa mão de obra, visto isso, analisar se a cidade possibilita a estes cidadãos, bem-estar enquanto cidadãos. A pesquisa também se baseou em levantamentos documentais, revisão bibliográfica e em artigos capazes de dar embasamento teórico para a problemática que norteou o trabalho.

## DISCUSSÕES

Apesar de ter sido reconhecida como cidade no século XIX, é a partir de 1940 que o traçado da cidade começou a ser feito, estendendo sua territorialidade rente ao rio Tapajós e se alargando em direção aos bairros Prainha e Aldeia, logo em seguida “[...] na zona leste surgiram os bairros do Santíssimo e Santana. A Aldeia, entretanto, foi a que mais se expandiu, e foram criados os bairros de Fátima, Aparecida, Rodagem, Lagunho, Liberdade, Salé e Caranaçal” (AMORIM, 1999 *apud* SILVA, 2001, p.36)<sup>2</sup>.

Na década de 1970 no período da ditadura militar, onde foram efetivados investimentos de infraestrutura na Amazônia com os lemas “integrar para não entregar” e “terra sem homem para homem sem terra” foi construída a rodovia Curuá-Una (eixo N-S) significativo vetor de expansão da cidade. Logo em seguida a criação da rodovia Fernando Guilhon (eixo L-O) e, em área mais central, a rodovia BR-163 (Cuiabá- Santarém, também eixo N-S). Tais obras acompanharam a expansão urbana rapidamente, entre outros fatores, aos novos investimentos inseridos na cidade como a vinda de imigrantes norte-americanos, brasileiros nordestinos na esteira da produção da borracha, o cultivo do cacau, a produção e industrialização da juta e a exploração madeireira. “Na década de 1980 e 1990, a expansão se adensou, incentivada pela intensa migração das áreas rurais para a cidade, estimulada fortemente pela introdução da cultura da soja, especialmente na década de 1990” (OLIVEIRA, 2008). Todos esses acontecimentos foram de suma importância para o surgimento de bairros periféricos, atualmente estigmatizados devido à baixa infraestrutura. Nos bairros periféricos reside uma população de baixa renda, coabitando com a violência, muito presente nestas áreas e constituindo verdadeira expressão de exclusão e segregação (SERPA, 2002).

---

2 Área hoje conhecida como zona norte.

Ao inverso da periferia, a área central, dispõe de infra-estrutura, com exceção da rede de esgoto, mas possui serviços básicos funcionando com regularidade e ocupada por classe abastadas constituídas por comerciantes, fazendeiros, políticos e por famílias tradicionais, descendentes de europeus (AMORIM, 1999 *apud* SILVA, 2001, p. 35). Isto remete a processos semelhantes em outras cidades, como diz Corrêa, “[...] os grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado.” (1989, p. 26). Este contraste fica claro a partir da visão de um tecido urbano, da ideia de urbanização homogeneia na cidade onde “ aqui ou ali, as tensões tornam-se conflito, os conflitos latentes se exasperam: aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sobre o “tecido urbano” (LEFEBVRE, 1968, p.19). Mas, afinal, quem são os agentes e processos por trás de tal desigualdade e esquecimento? Esse espaço urbano fragmentando e ao mesmo tempo articulado é disputado por diversos agentes produtores do espaço, como os proprietários do meio de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excludentes e o estado que não é neutro.

É possível notar que os bairros periféricos são territórios criados a partir de uma ótica de aproveitamento de mão de obra como explica Abreu (1986). Para ele, a convivência de espaços legais e “ilegais” na cidade, realiza-se na medida em que para haver acumulação do capital é necessário que o ilegal exista, pois assim fica garantida a oferta abundante de força de trabalho, barateando-a. E, ainda, permite ao Estado não tomar conhecimento oficial da existência dessas “periferias”, possibilitando, dessa forma, a sua atuação mais efetiva em outros locais ou setores mais “modernos” da economia. E no central histórico comercial de Santarém não se torna diferente, após o

levantamento de uma pesquisa quantitativa com 123 pessoas foi possível analisar que a grande maioria dos entrevistados moram em bairros periféricos com pouca infraestrutura, onde o trabalho é consequência para se ter um mínimo de cidadania, como segurança, saúde e lazer, não oferecidos pela cidade, por mais que lhe seja garantido tais direitos enquanto “as estratégias” desenvolvidas pelo Estado e pela sociedade para conviver com o ocultamento da cidade real. Porém, é ao sistema jurídico a quem compete oficialmente garantir a justiça e os direitos universais previsto na legislação, que as contradições são mais profundas “(MARICATO, 1996, p.11). Cidadãos esses que participam ativamente da economia da cidade, contudo continuam em bairros considerados “invisíveis”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cidadãos em bairros “invisíveis” só se tornam visíveis a partir do trabalho, marginalizando as outras dimensões da vida. Isso significa que a cidade não permite ao trabalhador periférico o pleno acesso ao lazer, à infraestrutura e à segurança no lugar onde vivem, mas sim o limita a um mero valor de uso - um “trabalho-mercadoria” enquanto o acesso aos bens públicos urbanos é restrito majoritariamente aos moradores da área central, onde se localiza a elite local. “Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, à chuva, às intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (SANTOS, 1987, p.19). Concluimos com um questionamento: Quem é cidadão em Santarém?

**Palavras-chave:** Santarém; periferia; centro; bairros invisíveis.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: legalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

Oliveira, Janete Marília Gentil Coimbra de. Expansão urbana e periferização de Santarém-PA, Brasil: questões para o planejamento urbano. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008*

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção espaços).

SERPA, Ângelo. (Org.). **Fala periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: Edufba, 2002.

SILVA, Cristiane A. **Crescimento urbano e periferização em Santarém**: estudo do bairro do Amparo. 2001. Monografia (Curso de Graduação em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém.

SANTARÉM. Prefeitura Municipal de Santarém. **Plano diretor de Santarém**. Minuta do projeto de lei de revisão do plano diretor de Santarém. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1995.

# APROXIMAÇÕES E ANÁLISE DA ESTAÇÃO VILARINHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE CONEXÃO INTERMODAL - BICICLETA, ÔNIBUS E METRÔ

*Helena Carvalho Coelho<sup>1</sup>  
Vanilson Cosme Oliveira Couto<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da averiguação da intermodalidade propiciada pelo complexo arquitetônico<sup>3</sup> que abrange as instalações do “Terminal Vilarinho”<sup>4</sup>, da “Estação de Integração Vilarinho”<sup>5</sup>, da “Estação Vilarinho”<sup>6</sup> e do “Shopping Estação”<sup>7</sup>, situadas na porção norte do Município de Belo Horizonte (BH) e, mais especificamente, no entroncamento das Avenidas Cristiano Machado e Vilarinho, o qual é próximo à extremidade sul da Rodovia MG-010 e ao entroncamento da Avenida Dom Pedro I e da Rua Padre Pedro Pinto.

Parte-se da premissa de que haveria um potencial de conexão intermodal nas citadas instalações do complexo Estação

---

1 Bacharela em Direito. Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: [helenacarvalho9@gmail.com](mailto:helenacarvalho9@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3121334123842760>.

2 Arquiteto-urbanista. Mestrando do Curso de Mestrado em Geotecnia e Transportes na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: [vanilsoncosme@yahoo.com.br](mailto:vanilsoncosme@yahoo.com.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2710644039012456>.

3 A ser denominado, no presente estudo, “Estação Vilarinho”.

4 Nomenclatura recorrente no endereço eletrônico [http://www.consultas.der.mg.gov.br/grgx/sgtm/consulta\\_linha.xhtml](http://www.consultas.der.mg.gov.br/grgx/sgtm/consulta_linha.xhtml), disponibilizado pelo Departamento Estadual de Edificações e Rodagem (DEER).

5 Nomenclatura recorrente no endereço eletrônico <http://bhtrans.pbh.gov.br>, disponibilizado pela Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans).

6 Nomenclatura recorrente no endereço eletrônico <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/belo-horizonte/>, disponibilizado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

7 Nomenclatura recorrente no endereço eletrônico <http://www.shoppingestacaobh.com.br/>, disponibilizado pela pessoa jurídica BRMalls Participações S.A.

Vilarinho e, pretende-se verificar, portanto, (i) como é, de fato, implementada a conexão intermodal e (ii) quais são os eventuais potenciais/desafios de uma conexão efetiva. Assim, este estudo objetiva incrementar a perspectiva dos cidadãos, ao identificar limitações / deficiências relacionadas à intermodalidade e ao delinear providências que possam dirimi-las.

Justifica-se o presente estudo em razão da necessidade pautada pela urgência de alternativas aos modelos convencionais de transportes públicos, que devido ao sucateamento ocorrido ao longo de anos é, atualmente, incapaz de atender a demanda existente. A exigência de transporte porta a porta agrava, ainda mais, essa problemática e cria uma nova demanda, a qual potencialmente pode ser suprida pela conexão entre bicicletas e demais modos de transportes públicos, como ônibus e metrô.

## **METODOLOGIA**

A fim de averiguar a intermodalidade propiciada pelo complexo arquitetônico em análise, distinguiu-se a pesquisa de elementos teóricos da pesquisa de informações objetivamente referentes a esse complexo arquitetônico.

Em relação aos elementos teóricos, foram consultados os catálogos bibliográficos disponíveis mediante os endereços eletrônicos <http://www.periodicos.capes.gov.br/> e <https://scholar.google.com.br/>, de maneira a serem consideradas as palavras-chaves “conexão intermodal”, “intermodalidade viária”, “multimodalidade viária” e “integração transporte Belo Horizonte”.

No que tange às informações objetivamente referentes a esse complexo arquitetônico, foi consultado o Diário Oficial do Município (DOM) de BH, disponível mediante o endereço eletrônico [www.pbh.gov.br/dom](http://www.pbh.gov.br/dom). As palavras-chaves consideradas foram “Terminal Vilarinho COMAM”, “licença ambiental estação” e “Estação de Integração e Centro Comercial Vilarinho”.

Além, foram consultados endereços eletrônicos que relacionam informações urbanísticas / edificações disponibilizadas gratuitamente pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH). Destacadamente, citam-se o endereço <http://portal5.pbh.gov.br/plantacp/inicio.do>, referente ao Sistema de Plantas *On Line* (SPOL) de parcelamento do solo; o endereço <http://geosurbe.pbh.gov.br/webmap/>, referente ao Sistema de Informações Urbanísticas e Endereço (SIURBE); o endereço <https://urbano.pbh.gov.br/edificacoes/#/>, referente ao “Portal de Edificações da PBH”, interface que disponibiliza informações especificamente edificações constantes de alvarás de construção e de certidões de Baixas de Construção, denominadas até 2009 “certidões de Baixa e Habite-se”; e o endereço <http://alf.siatu.pbh.gov.br>, referente aos registros de concessões de Alvarás de Localização e Funcionamento (ALFs) feitas no âmbito do Sistema de Administração Tributária e Urbana (SIATU).

Por meio da aba “Planta CP” do SPOL, acessou-se a planta “162472A”, referente ao desmembramento que originou os lotes em que esse complexo arquitetônico está instalado. No âmbito do SIURBE, verificaram-se informações cadastrais além daquelas constantes dessa planta “162472A”, de maneira a ser identificada a zona fiscal 948, o quarteirão 002 e os lotes 28 a 33. No âmbito do “Portal de Edificações da PBH”, localizaram-se informações mediante a identificação dessa zona fiscal, desse quarteirão e de, ao menos, 01 (um) desses lotes. No âmbito do SIATU, verificaram-se informações relativas às atividades econômicas exercidas no endereço “Avenida Vilarinho, nº 200”, endereço citado especificamente no “Portal de Edificações da PBH”.

A partir dos resultados dessas consultas, delineou-se o histórico do licenciamento administrativo desse complexo arquitetônico e discriminou-se a relevância da intermodalidade perante o contexto do transporte de BH e da Região Metropolitana de

Belo Horizonte (RMBH). Subsequentemente, verificaram-se as conexões de intermodalidade operacionalizáveis nesse complexo arquitetônico e indicaram-se as providências que potencialmente aprimorarão essa intermodalidade.

Por fim, com o intuito de averiguar a situação atual das instalações, foi realizada visita de campo em 30/11/18 em horário de pico, das 07h às 09h da manhã em que foram tiradas fotos das instalações e colhido depoimento de um ciclista. A partir da visita de campo foi possível colher elementos para a análise empírica.

## DISCUSSÕES

Gimenes (2005, p. 25) observa que, de maneira geral, “o entorno de estações é um dos poucos lugares na metrópole contemporânea onde pessoas de interesses muito distintos podem encontrar-se fisicamente” e que “as oportunidades geradas por um equipamento com este poder são consideráveis, já que existe um grande potencial para interação física, social e econômica, entre os seus usuários”.

Lobo e Cardoso (2018) indicam que, em relação à BH, o transporte individual é incentivado pelas limitações da integração entre diferentes modos de transporte e que os ônibus, principais elementos do sistema público de transporte, não têm atendido às reais necessidades de circulação da população belorizontina.

Almeida *et al.* (2016), em virtude da realização de uma pesquisa acerca dos fatores mais influentes para que cidadãos frequentadores do complexo Estação Vilarinho optem por deslocar-se de bicicleta, constataram uma tendência crescente de disposição à realização das integrações intermodais ônibus-bicicleta e metrô-bicicleta nesse complexo arquitetônico.

Segundo Almeida *et al.* (2016), a bicicleta consiste num veículo economicamente viável, saudável e prático para quem a utiliza. Além, ela complementa a rede de transportes urbanos ao substituir, no âmbito de um sistema de transporte coletivo tronco-alimentador,

deslocamentos feitos mediante linhas de ônibus alimentadoras.

Garcia e Macário (2010) observam que divergências entre a perspectiva de cidadãos e a perspectiva dos promotores/prestadores de serviços públicos de transportes são o principal conflito no âmbito do planejamento do sistema de mobilidade urbana (SMU, do inglês Urban Mobility System – UMS).

Garcia *et al.* (2018), destacadamente, observam a ocorrência, ao longo das décadas de 2000 e de 2010, de diversas abordagens de planejamento dos transportes coletivos as quais consideram a importância da combinação da mobilidade, da acessibilidade, da sustentabilidade e da equidade. Sustentam que, ainda assim, a prática predominante no âmbito desse planejamento tem se dedicado à proposição de soluções e ao cumprimento de objetivos / metas, ao invés de identificar e compreender as reais necessidades e os reais problemas vivenciados pelos cidadãos. Especificamente, indicam a pertinência de avaliações sistemáticas desses problemas em substituição à descrição simplificada e reducionista deles, de maneira a serem discriminadas relações de causa e/ou de efeito entre, minimamente, os transportes, a acessibilidade e a equidade.

Após visitas ao complexo Estação Vilarinho e a realização de entrevistas de cidadãos ciclistas que frequentam esse complexo, detectou-se a ocorrência de impedâncias relacionadas à alternância de modos de transporte motorizados ou não. Como elementos impedantes, destacam-se a localização dos bicicletários, a limitação de horário para que bicicletas possam ser transportadas dentro de vagões / ônibus e as condições de acesso cicloviário a esse complexo.

Especificamente, Martins *et al.* (2015) observam que o aumento de transeuntes no entorno da “Estação Vilarinho” havido entre os anos de 2011 e 2015 supera o aumento do policiamento desse entorno, de maneira a haver impactos negativos na percepção, por parte de lojistas e taxistas, de segurança.

Estendendo-se essa percepção àqueles que transitam pelo entorno da “Estação Vilarinho” mediante modos não motorizados, estima-se que a sensação de segurança decorrente de expressivas intensidades de trânsito de pedestres, ciclistas *etc* (Jacobs, 1961) não suprima a pertinência da presença preventiva de agentes de segurança pública. Ainda assim, sustenta-se que a intensificação do transporte ativo<sup>8</sup> nesse entorno pode contribuir positivamente para a melhoria dessa sensação de segurança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garcia e Macário (2010) observam que divergências entre a perspectiva de cidadãos e a perspectiva dos promotores/prestadores de serviços públicos de transportes são o principal conflito no âmbito do planejamento do sistema de mobilidade urbana (SMU, do inglês *Urban Mobility System* – UMS).

Sob a perspectiva de cidadãos, verificaram-se na Estação Vilarinho a ausência e/ou a insuficiência de infraestrutura ciclovária, o que reprime o potencial de conexões intermodais metrô-bicicleta e ônibus-bicicleta. Ainda assim, é possível encontrar o bicicletário com presença de muitas bicicletas e foi colhido depoimento que mostra como, apenas essa característica, ainda que extremamente insuficiente, já é capaz de incentivar a multimodalidade.

No âmbito institucional, o licenciamento ambiental da Estação Vilarinho abrange oportunidades de participação popular em favor da promoção dessas conexões. Este poderia ser um dos âmbitos a serem explorados como, em condicionantes para a renovação

---

8 Brasil (2017, p. 101) se refere especificamente ao “modo de transporte a propulsão humana” mediante a expressão “transporte ativo”, porém não trata expressamente de distinções entre o emprego de, por exemplo, bicicletas desprovidas de motores elétricos daquelas providas. Nota-se que esse modo de transporte ativo abrange tanto dispositivos motorizados quanto não motorizados, ressaltando-se que os deslocamentos não ficam plenamente motorizados, mas demandam propulsão humana durante, ao menos, trechos desses deslocamentos.

da licença de operação (LO), considerando a finalidade do complexo da Estação Vilarinho, que é a mobilidade.

O transporte é um direito social previsto na Constituição, o que não deve ser entendido apenas como transporte coletivo, mas também abarcando transportes que possuam capacidade de potencializar o transporte coletivo, como é o caso das bicicletas. A multimodalidade viária é um atributo da Cidade na qual se preza pela equidade social, pela sustentabilidade e por níveis acentuados de acessibilidade e de mobilidade, favorecendo acesso geográfico às diversas regiões e permitindo a conexão porta a porta, em que o transporte coletivo, por si só, mostrou-se insuficiente ao longo dos anos.

**Palavras-chave:** direito à cidade; intermodalidade viária; multimodalidade viária; equidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A. P.; CARDOSO, L.; OLIVEIRA, L. K., LOBO, C. F. F., COSTA, B. G. S., SANTOS, L. M. B.; BARRO, R. M.; COELHO, F. M. **A bicicleta como meio de transporte integrado a terminais de ônibus:** o caso do Terminal Vilarinho (Belo Horizonte / Minas Gerais). Maceió, Alagoas. 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS). Contrastes, Contradições e Complexidades. 2016.

BRASIL. **Caderno técnico para projetos de mobilidade urbana:** Transporte ativo. Brasília: Ministério das Cidades, 2017. 120 p.

GARCIA, Camila Soares Henrique Fontenele; MACÁRIO, Maria do Rosário Maurício Ribeiro. **The Relevance of Strategic Assessment of Urban Mobility Networks.** 12th WCTR, Lisboa, Portugal. 2010.

GARCIA, Camila Soares Henrique Fontenele; MACÁRIO, Maria do Rosário

Maurício Ribeiro; MENEZES, Ezequiel Dantas de Araújo Girão; LOUREIRO, Carlos Felipe Grangeiro. **Strategic Assessment of Lisbon's Accessibility and Mobility Problems from an Equity Perspective**. Springer Science+Business Media, LLC, part of Springer Nature, 2018. Publicação online.

GIMENES, Lourenço Urbano. **Estação Intermodal como gerador de centralidades metropolitanas: o nó metroferroviário da Luz**. Monografia – 1º Concurso de Monografia CBTU: A Cidade nos Trilhos. 2005. 47 f.

LOBO, Carlos; CARDOSO, Leandro. **Eficiência do transporte público por ônibus em Belo Horizonte/MG: análise com base na pesquisa origem e destino de 2012**. Caderno de Geografia, v. 28, n. 52. ISSN 2318-2962. 2018.

MARTINS, A.; MOURÃO, A.; NUNES, A. S.; LUCAS, E. E.; BENFICA, M.; PEREIRA, M.; RAGGI, M. G. **O processo de produção de uma rede urbana na espacialidade da metrópole de Belo Horizonte – MG: uma análise sobre mobilidade a partir da Estação Vilarinho, Venda Nova**. Revista do Instituto de Ciências Humanas. v. 11, n. 14. 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1961. 1. ed. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 499 p.

# DIAGNÓSTICO DE PROBLEMÁTICAS NA POLIGONAL DA AVENIDA TAPAJÓS ENTRE LOGRADOUROS JOÃO OTAVIANO DE MATOS E SANTA CRUZ: AÇÃO E ESPAÇO

*Larissa Drielly Dib Azevedo Mendes<sup>1</sup>*  
*Luanna Karoline Ferreira Costa<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Foram analisados os perímetros urbanos da Avenida Tapajós compreendidos entre as Travessas João Otaviano de Matos e Santa Cruz, para diagnosticar as principais problemáticas locais, decorrentes do uso cotidiano. A identificação do tecido urbano, a morfologia, os conjuntos edificados e áreas de usos comuns públicos e privados, foram os pontos de análise geral com ênfase na infraestrutura urbana implantada. A análise foi realizada através de coleta de dados *in loco* com o auxílio de questionários aplicados aos usuários diurnais das zonas comerciais, residenciais e mistas, para melhor absorção e explanação dos dados coletados. O perímetro foi subdividido em trechos, essa subdivisão ocorre através das características individuais deles, que consistem em uma descontinuidade morfológica na Avenida em estudo, de acordo com Sposito (2018), “a ação sobre o espaço e sua apropriação são sempre parcelares, na cidade atual, diferentes pessoas movimentam-se e apropriam-se do espaço urbano de modos que lhe são peculiares, segundo condições, interesses e escolhas que são individuais, mas que são também, determinados historicamente, segundo diversas formas de segmentação, perfil cultural, condições socioeconômicas, preferências de consumo de bens de serviço, etc.” os trechos são:

---

1 Estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Luterana do Brasil - Pará - Ceuls - ULBRA. E-mail: [l.dibmendes@gmail.com](mailto:l.dibmendes@gmail.com).

2 Estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Luterana do Brasil - Pará - Ceuls-ULBRA. E-mail: [luannakaroline11@gmail.com](mailto:luannakaroline11@gmail.com)

- Trecho I: Travessa João Otaviano Matos à Travessa Tiradentes

- Trecho II: Travessa Tiradentes à Travessa Santa Cruz.

Os principais pontos averiguados foram: segregação socioespacial, fluxo de veículos, circulações, estado de conservação dos logradouros e passeios públicos, acessibilidade, mobiliários urbanos, equipamentos urbanos, infraestrutura urbana.

## **METODOLOGIA**

Os métodos de pesquisa utilizados foram exploratórios e descritivos, onde dados foram coletados através de levantamentos fotográficos, mapeamento (com o uso do aplicativo Wikiloc), questionários aplicados aos usuários locais (com o aplicativo SurveyMonkey). A pesquisa foi subdivida em eixos, o primeiro com levantamento e pesquisa em campo, para analisar e verificar os principais problemas na poligonal, onde a aplicação dos questionários, mapeamento de áreas e registros fotográficos foram realizados, em seguida quantificação e qualificação de dados, com uso do software Qgis 3.2.2 e a pesquisa bibliográfica para referenciar as problemáticas, os autores de maior relevância para o estudo foram: Carlos, Sousa, Sposito, com o livro “A Produção do Espaço Urbano, Agentes e Processos, Escalas e Desafios” (2018),. E a autora Nahas, com o livro “Qualidade de Vida Urbana, Abordagens, Indicadores e Experiências Internacionais” (2018).

## **DISCUSSÕES**

Trecho I: compreendido entre os logradouros João Otaviano Matos e Tiradentes, com extensão de aproximadamente 850 metros, a área abrange em sua maioria a zona comercial, característica usualmente geradora de fluxo em horário comercial. Com grande demanda de transportes terrestres de pequeno, médio e grande porte, e transporte hidroviário (portos improvisados; agravante de flu-

xo), o trecho apresenta deterioração de pavimento, aglomeração de veículos, fluxo desordenado de transeuntes, escassez de mobiliários urbanos e descarte de lixo em vias públicas, o que o descaracteriza do termo qualidade de vida, segundo Nahas (2002, p.26) “considera-se que a qualidade de vida é determinada pelas condições objetivas de vida, ou seja, pelos recursos à disposição dos indivíduos”. O porto principal situa-se a frente da Praça Tiradentes, de onde originou seu nome. Conta com uma balsa que não atende a quantidade de embarcações que atracam e uma área de circulação que não atende os fluxos de passageiros, carga e descarga sem possuir divisões ou estrutura satisfatória. No trecho encontram-se ainda portos improvisados de menor porte, com balsas usadas como terminais hidroviários destinado a lanchas. Barcos ancoram diretamente no cais em toda a sua extensão, a qual não apresenta infraestrutura qualificada para tal uso, que degradam as estruturas do cais de Arrimo e quando somados aos períodos de grande índice pluviométrico, podem gerar desmoronamentos, como já ocorrido anteriormente.

Devido à precariedade dos portos improvisados dispostos, acumulam-se no perímetro, em períodos de vazante quando o nível do rio diminui (entre os meses julho a janeiro), pontes sem quaisquer estruturas, o que compromete a segurança dos transeuntes. No segundo semestre de 2018, mais especificamente em setembro, obras estavam em andamento na orla da cidade de Santarém, um agravante infra estrutural e de caráter social, como congestionamento na faixa livre, ruídos, entulhos, entre outros.

No prolongamento da calçada, situada na orla, ao norte da via, o passeio encontra-se repleto de barracas, lava-jatos, vendas de passagens (transporte hidroviário) e lixeiros improvisados. O mobiliário urbano nessa área é escasso, sem postes e bancos. Tendo como área de lazer uma praça e uma academia popular e em toda a extensão do trecho possui pouca iluminação no período noturno. Mesmo com sua grande demanda de tráfego, a sinalização

é escassa sendo uma área caótica nos períodos de pico, que através dos questionários, verificou-se que são nos horários de sete às oito horas, doze horas e dezoito horas, não possuindo estacionamentos suficientes para atender a necessidade da via, nem áreas para ciclovias e ciclo faixas, controverso à Política Nacional de Mobilidade Urbana que na lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, Art. 2º diz “A Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.”

Trecho II: compreendido entre os logradouros Tiradentes e Santa Cruz, com extensão de aproximadamente 1100 metros, o último segmento de análise tem características mistas (comercial, residencial, institucional e saúde), para Sposito (2018, p.124) “A diferenciação socioespacial e a marca das cidades desde os primórdios da urbanização, não há cidade sem divisão social do trabalho”, a poligonal é um exemplo claro da citação, pois a sua divisão é gerada por pólos de trabalho, como o Mercado 2000, os mercados subjacentes, os prédios públicos e privados, entre outros.

“No período atual, em que a mundialização da vida econômica e a globalização dos valores e práticas constituem em vetor importante de estabelecimento de fluxos”, em concordância com o trecho de Sposito (2018, p.126), sua configuração tem maior concentração de fluxo no período diurno, dada pela sua natureza mista e a falta de mobiliários e equipamentos urbanos no período noturno tornando-a como zona grande periculosidade, “Jane Jacobs, na década de 1960, trouxe um conceito fundamental que é o de visibilidade. Segundo a autora, a visão coletiva, olhos da rua, exercida por moradores e estranhos, dentro e fora das edificações, proporciona

uma “vigilância natural” aos espaços públicos que, por consequência, tornam-se mais seguros. Já as áreas desertas, onde não existem usos diversificados nem “olhos da rua”, podem contribuir para a criminalidade urbana, uma vez que o espaço não determina as ações e sim as condiciona.” Gama, Lorá (2015, p.05).

Os mercados situados na região estão em abandono. A poligonal que correspondem aos mercados, estão em estado de abandono, as calçadas que se situam na área não estão de acordo com as legislações e sem atender as normas de acessibilidade que de acordo com a NBR 9050 é – “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida” (2015, p.02), os barracões para vendas, estão deteriorados, não tem sistema tratamento de água correto, a higienização é precária causando odores e acúmulos de lixo.

A Avenida Tapajós apresenta grandes depressões ao longo de sua extensão, tendo acúmulo de águas servidas e pluviais, levando em consideração a falta de drenagem na região, em períodos de enchentes as ruas, nesse perímetro, ficam submersas e pontes inapropriadas são instaladas.

O trecho é abastecido com linhas de ônibus, locais de carga e descarga, estacionamentos públicos e privados, pontos de táxis, ponto de moto táxis e cais onde embarcações estão sendo ancoradas, mesmo sem infraestrutura para atender tais serviços.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa *in loco*, fundamentação teórica e questionários apresentados, os equipamentos mobiliários e de in-

fraestrutura urbana influenciam de forma direta na setorização e configuração socioespacial da área, são agentes no processo de urbanização e definição do traçado e usos urbanos. A desprimorosa configuração espacial agrava o perímetro urbano de forma social e ambiental, os transeuntes não logram de conforto ou segurança, o trânsito se agrava pela má distribuição de fluxos e os improvisos por parte dos usuários diurnas põem em risco a saúde e segurança do público, os pólos geradores de fluxo não disponibilizam de estrutura para atender o fluxo de utentes.

A espacialidade da área é fragmentada por seus eixos de uso, com base na pesquisa *in loco*, foi possível constatar essa segregação, que aponta uma falência urbana, sem as políticas públicas necessárias que atendam distintamente a necessidade de cada trecho. Devido isso, permite-se observar e constatar fatores que os depreciam, fazendo possível a organização e estruturação de uma proposta de intervenção na área.

**Palavras-chave:** Infraestrutura; geradores de fluxo; equipamentos urbanos; divisão espacial.

## REFERÊNCIAS

SPOSITO, SOUZA, CARLOS, Maria, Marcelo, Ana. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

GAMA, LORÁ, Vinicius, Renata. **Arquitetura de (in) segurança:** Um estudo de caso na cidade de Vitória - ES. Belo Horizonte, Habitar, 2015.

SPOSITO, SOUZA, CARLOS, Maria, Marcelo, Ana. **Qualidade de Vida Urbana:** Abordagens, Indicadores e Experiencias Internacionais. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:  
**Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos:**  
definição. Rio de Janeiro, 2015.

Brasil. (03 de jan de 2012). LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.  
Acesso em 02 de dez de 2018, disponível em Política Nacional de Mobilidade Urbana: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm)

# DIREITO URBANO: EXPRESSÃO DA IDEOLOGIA DAS CLASSES DOMINANTES

*Marcos Vinicius Guedes do Rosário<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

Inserindo-se no tema “direito urbanístico”, este trabalho tem especificado como problema “o conflito existente entre a apropriação espontânea do solo urbano frente à manifestação do direito urbanístico enquanto reflexo da ideologia das classes dominantes”.

Nesse sentido, a temática ganha singular conotação quando posta em conflito com a realidade espacial amazônica, na qual é possível observar um dúbio processo de apropriação do espaço urbano, marcado ora pela imposição arbitrária de um planejamento urbanístico que reflete a ideologia das classes dominantes, ora por frentes de resistência que apropriam o solo urbano por formas que, de certo modo, não se amoldam aos modelos impostos pela racionalidade capitalista.

Com isso, a partir desta realidade surgem antagonismos que obrigam o capital e seus agentes a (re)produzir e (re)organizar o espaço de forma que, a cada vez mais o solo e o espaço urbano se “corporifiquem” como mercadorias que se alienam no mercado. E, neste aspecto, não basta apenas que o capital através de sua racionalidade crie e desenvolva estes arranjos, é necessário também que o Direito, isto é, o Estado, os absorva, reproduza e os institucionalize. Desse modo, é oportuno lembrar que o Estado se apresenta como expressão das classes dominantes, “[...] daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário [...]” (ANDRADE & MENEZES, 2018, p. 74 *in: anais XXVII ENCONPEDI*).

Para tanto, elenca-se como objetivo geral necessário ao desenvolvimento deste trabalho:

---

1 Estudante do curso de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.  
E-mail: [marcoscbvinicius@hotmail.com](mailto:marcoscbvinicius@hotmail.com).

a) Investigar e compreender os motivos pelos quais o homem, visto como sujeito social e de direitos é levado a usar, ocupar, habitar e viver no espaço urbano.

Já que sem este não há a possibilidade de desenvolver o trabalho, posto que é o homem o sujeito que transforma, apropria-se e dá significação ao espaço urbano.

Como objetivos específicos pontua-se:

b) Averiguar como o Direito, enquanto representação do Estado, regulamenta a relação do homem com o solo;

c) Analisar e compreender o Direito Urbanístico enquanto face de expressão das classes dominantes;

## **METODOLOGIA**

O projeto se constitui em uma pesquisa descritiva, posto que nessa “se observam, registram, analisam, classificam, e interpretam os fatos, sem que o pesquisador lhes faça qualquer interferência [...]” (PRESTES, 2012, p. 30), valendo-se de um levantamento referencial bibliográfico, em que serão analisadas as pesquisas já concebidas sobre o tema à luz do pensamento jurídico crítico. Justifica-se a escolha deste método, em virtude do fato de ser possível por intermédio deste desenvolver o trabalho a partir de uma análise teórica que não se isenta de conhecer a realidade.

## **DISCUSSÕES**

A temática que se propõe a desenvolver, em um país de bases econômicas e jurídicas capitalistas como é o Brasil, fundado sob a égide normativa ocidental, que atribui à propriedade o status de elemento de coesão de todo ordenamento legal, mostra-se sempre atual. A afirmação de que esta temática é atual, corresponde com a realidade espacial em que se insere o autor, na qual se verifica um profundo processo de apoderação monopolizadora do solo urbano por parte dos agentes que determinam as relações

de apropriação imobiliária e de planejamento urbano na região. Verificando-se assim, que

O planejamento urbano é expressão das classes dominantes, instrumento de dominação ideológica, que oculta a cidade real e contribui para a formação de um mercado imobiliário especulativo, além de servir para expandir fronteiras do capitalismo financeirizado sobre o território (ANDRADE & MENEZES, 2018, p. 67 *in: anais XXVII ENCONPEDI*).

Em razão disso, verifica-se que o direito à cidade e, consequentemente, o direito ao bem viver na cidade e o direito à moradia, tornam-se naturalmente mercadorias, mormente no recorte espacial Santareno, no qual os agentes do capital, leia-se as classes dominantes, utilizam o espaço urbano como meio necessário à expansão e ampliação da fronteira do capitalismo financeirizado (ANDRADE & MENEZES, 2018), através da criação de um mercado imobiliário altamente especulativo e excludente.

Tal ponto, torna-se relevante para este trabalho, a partir do momento em que cria as bases necessárias para compreender como o direito brasileiro se constitui enquanto instrumento da racionalidade do capital como meio de expressão da ideologia das classes dominantes. Nesse sentido, estas classes como entende Gallio (2018) em qualquer que seja o período histórico, objetivam proteger um tipo de propriedade – que neste caso é a privada – buscando para tanto resguardar a propriedade de alguns poucos que a detenham em detrimento dos que não a possuam. É por isso que, em tempos de expansão da fronteira do capital sobre o espaço urbano, buscam monopolizar o mercado imobiliário, como forma de controlar e determinar o acesso ao solo urbano.

Não seria equivocada fazer tal afirmação, uma vez que “[...] para se ter a acesso a um pedaço de terra é necessário pa-

gar por ele (através da venda ou do aluguel), pelo fato de que na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada sua instância jurídica [...])” (CARLOS, 2008, p. 45).

Dessa forma, se a apropriação do solo tem na propriedade privada a sua instância jurídica e sendo aquela a principal manifestação ideológica da classe dominante. Tomando por referência o que afirma Sauer (2016), a qual entende que a ideologia se faz presente em todos os ordenamentos legais, constituindo-se por isso como parâmetro à tomada de decisões jurídicas, políticas, econômicas e sociais, conclui-se que o significado atribuído à propriedade privada e esta enquanto instrumento do capitalismo, é o que define as bases de organização do espaço urbano e de determinação da política urbana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em virtude disso, observa-se que existe um nítido processo de apropriação mercadológica do solo, que surge como consequência da imposição da racionalidade capitalista, a qual se expressa através dos agentes que monopolizam o mercado imobiliário, organizados em torno de grandes empreiteiras e agências de corretagem as quais determinam a expansão da fronteira do capital financeirizado sobre a região. Entendendo conforme afirma Carlos (2011) que o predomínio do valor de troca no espaço surge como uma consequência natural da expansão do mundo da mercadoria, portanto, que transforma o solo e com isso a própria cidade entendida como um fenômeno “abstrato” em uma complexa mercadoria que se aliena no mercado.

Dessa forma, os direitos inerentes ao sujeito urbano tornam-se lucrativas mercadorias, posto que são extensão da própria cidade, uma vez que esta não se limita apenas ao espaço material em que se insere o homem, dado que é também o campo

de reprodução social e da sociabilidade humana. Logo, o direito à cidade e ao seu bem viver, passam a ser concebidos dentro da racionalidade capitalista como objetos de mercado, em virtude da fronteira do capital financeirizado se expandir no espaço urbano também a partir da venda de infraestrutura urbana, que nada mais é do que a materialização concreta dos direitos básicos necessários à reprodução humana.

Por tudo isso, não há a possibilidade de desenvolver esta temática, sem que se analise e compreenda a maneira pela qual o ordenamento jurídico incorpora a propriedade privada como seu elemento chave, determinando os padrões de mercado, as relações políticas e a relação do homem com o solo urbano, fatores esses que acabam por legitimar a produção do solo como mercadoria capitalista. Logo, observa-se que a ideologia das classes dominantes ao ser incorporada e institucionalizada pelo Direito, leia-se Estado, cria um espaço urbano altamente excludente, dividido e financeirizado, no qual o homem ao não se adequar a esta racionalidade acaba ocupando uma posição marginal dentro dessas relações tipicamente capitalistas.

**Palavras-chave:** Direito Urbanístico; ideologia; classes dominantes; solo; espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2008

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 67-97.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 4 ed. São Paulo: Rêspel, 2012.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. Volume único. 5 ed. rev., ampl., atual., Rio de Janeiro; Forense, 2015.

XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA/DF. Direito urbanístico, cidade e alteridade. 2016, Brasília/DF. **Anais**. Florianópolis: CONPEDI, 2016. p. 367-384. Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações.

XXVII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI SALVADOR-BA. Direito urbanístico, cidade e alteridade. 2018, Bahia. **Anais**. Florianópolis: CONPEDI, 2018. p. 16-86. Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações.

## SEÇÃO 06 – DIREITO À CIDADE, À MEMÓRIA E AO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Esta seção busca proporcionar trocas de conhecimentos no que tange as pesquisas e experiências sociais relacionadas à cidade, às memórias e ao patrimônio histórico cultural. Abrangendo ainda discussões sobre lutas sociais e busca pela manutenção das experiências, da cultura e das memórias vividas em Santarém e sua região, entendendo assim, que Direito à Cidade perpassa por questões de identidades coletivas e plurais. Sendo assim, este espaço será destinado à apresentação de levantamentos de dados iniciais, resultados parciais ou finais de pesquisas.

### COORDENADORES:

**Anne Rapp Py-Daniel** - Professora do curso Bacharelado em Arqueologia/ UFOPA

**Cíntia dos Santos Moreira Bispo** – Professora do curso Bacharelado em Arqueologia/ UFOPA.

**Bruno Sanches Ranzani da Silva** – Professor do Departamento de Arqueologia/ UFS

**Sidney Canto** – Historiador e Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós – IHGTap

# CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO PARA PRESERVAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA PRAÇA FARIA NEVES, RECIFE- PE

*Ana Betânia S. P. Martins<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

A promoção de participação social nas políticas públicas de preservação é uma necessidade cada vez mais evidente na gestão do patrimônio cultural, em especial dos patrimônios urbanos cuja complexidade do contexto interfere também sobre a proteção de bens culturais. Tal necessidade de criação de espaços de participação social tem permeado, por exemplo, os debates sobre o planejamento da gestão<sup>2</sup> do conjunto de praças-jardins históricos de Burle Marx no Recife, tombados pelo poder público federal. No sentido de incrementar essa discussão sobre o uso das metodologias participativas na preservação, a presente pesquisa delimitou como objetivo a criação de uma oficina de cartografia participativa como uma metodologia interessante a ser utilizada no processo de planejamento da conservação. Descrever o desenvolvimento da aplicação dessa metodologia de Cartografia Participativa na praça Faria Neves, uma das praças-jardins tombadas no Recife e discutir seus resultados preliminares à luz da literatura são os objetivos deste trabalho.

## CARACTERIZAÇÃO DA PRAÇA COMO JARDIM HISTÓRICO

---

1 Geógrafa pela UFPA. Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. E-mail: [anabetamb@gmail.com](mailto:anabetamb@gmail.com). Currículo Lattes: <<<http://lattes.cnpq.br/3260470015817701>>>

2 Foram tombadas em 2015, além do jardim da Praça Faria Neves, outros cinco jardins históricos públicos no Recife, a saber: a Praça Euclides da Cunha ou Cactário da Madalena (1935), a Praça de Casa Forte (1935), a Praça do Derby (1936), a Praça da República e Jardim do Palácio do Campo das Princesas (1937) e a Praça Salgado Filho ou do Aeroporto (1957).

A Praça Faria Neves, uma das praças reconhecidas por abrigar a marca do paisagista Burle Marx, situa-se em frente ao Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI), mais conhecido como o jardim zoológico da cidade do Recife. Também por essa localização é mais conhecida como Praça de Dois Irmãos, a denominação do próprio bairro em que se encontra.

Ao projetar esta praça com um jardim modernista em 1957, Burle Marx teve como ponto focal resguardar o “espírito do lugar” como um local de lazer, criando ali um ambiente vegetado e com brinquedos para crianças, entre estes destaca-se um brinquedo de concreto característicos de outros projetos do paisagista. Além de atender as famílias da vila dos funcionários da Companhia do Beberibe, localizada em frente à praça, serviu também como local de circulação para pessoas de outros bairros, pois abrigava uma estação do bonde elétrico de Recife, que durante as primeiras décadas do século XX foi o principal meio de transporte público coletivo que dava acesso aos arrabaldes da cidade e, notadamente, à esta área, até então já conhecida como espaço de lazer e visitação ao antigo Horto municipal<sup>3</sup> (COSTA, 2001; SEMAS, 2014).

Em meados dos anos 2000, por iniciativa do grupo de pesquisa Laboratório de Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE em parceria com a Prefeitura de Recife realizou-se o projeto de restauração que foi concluído em 2006 (SÁ CARNEIRO et al, 2007).

Vale destacar que, de acordo com a equipe responsável pelo projeto de restauro (SÁ CARNEIRO et al, 2007), a participação

---

3 O Horto Zoobotânico foi inaugurado com esta denominação em 1939, mas já existia como horto florestal desde 1916, segundo informações cronológicas disponíveis no seu Plano de Manejo (SEMAS,2014). Já a circulação de bondes nessa região data de 1917, quando os trilhos da linha foram implantados na área onde hoje é a Praça Faria Neves (Sá Carneiro et al, 2007).

da população foi fundamental, desde o princípio do projeto. A necessidade de uma obra de restauração da praça não se restringiu à conservação do jardim, mas levou em conta as reclamações da comunidade do entorno da praça junto à prefeitura do Recife sobre uso e apropriação indevida daquele espaço público como estacionamento, ponto de ônibus e espaço para festas que danificavam sobremaneira o local.

A participação deu-se ativamente também por meio do uso das informações fornecidas pelos moradores sobre a configuração original do espaço da praça, seu mobiliário e plantas que compunham a ideia de Burle Marx. Conforme descrevem Sá Carneiro e colegas (2007), tais depoimentos foram fundamentais para embasar a restauração, pois o projeto original não foi encontrado. O acesso às memórias ressaltou a relação de afeto com quem vivencia rotineiramente a praça e atribui a ela sentido de lugar, entendido como “ato simbólico de dotar de significados o espaço no qual um indivíduo mais frequentemente interage (SOUZA, 2013).

No sentido de garantir políticas públicas efetivas de preservação para essas praças-jardins, foi feita a solicitação de tombamento ao IPHAN, concedido em 2015. As praças-jardins projetadas por Burle Marx foram inscritos como bens culturais do patrimônio cultural brasileiro do tipo jardins históricos em três livros de tombamento: livro Histórico, livro de Belas Artes e livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Desde então, o desafio tem sido o planejamento da conservação desses espaços. Logo, esta se apresentou como uma oportunidade para pensarmos na aplicação da cartografia participativa como uma metodologia interessante para ser utilizada no processo de discussão sobre as prioridades para conservação das praças-jardins.

## **METODOLOGIA**

Parte-se da compreensão de que a pesquisa científica e a própria ação de cartografar são formas de intervenção social e política sobre a realidade estudada (ACSERALD; COLI, 2008; HARLEY, 2009 [1988]) e tendo como norte os princípios metodológicos da pesquisa-ação que propõe que “(...) a pesquisa-ação é centrada na prática, na ação, na experimentação social; pretende intervir com o intuito de modificar uma situação social ou psicossocial ” (DIONNE, 2007, p.28), elaboramos uma oficina de cartografia participativa para discutir as prioridades de conservação na perspectiva dos moradores do entorno e traduzir essa visão na linguagem do mapa (MARTINS, 2008; LAKATOS; MARCONI, 1983).

Dividimos a oficina em dois momentos: apresentação dos participantes e discussão da temática da oficina e a segunda parte consistiu na confecção dos mapas participativos propriamente ditos. No primeiro momento, identificou-se com os moradores do entorno da Praça Faria Neves os principais elementos que fazem da praça um lugar de referência cultural para eles; nesta etapa realizamos uma roda de conversa, exposição de fotografias, lista de palavras-chave e a Dinâmica da Teia.

Na segunda etapa, com base nos conceitos que surgiram durante a discussão da temática e nas palavras-chave escolhidas (conservação, destruição, memória, história) passamos a dialogar sobre as prioridades de conservação do bem cultural e propusemos o mapeamento participativo dos lugares de referência da praça e também dos lugares que seriam prioridade de cuidado e conservação, utilizando para isso uma planta da praça impressa em tamanho grande (Papel A2) para visualização e desenho dos elementos mapeados pelos participantes.



Dinâmica da teia e discussão de palavras-chave relacionadas à preservação do patrimônio.



Confecção dos mapas: moradora assinala na planta da praça os elementos a serem conservados.

Foram desenhados dois mapas, o primeiro buscou destacar os elementos de referência para os moradores que foram assinalando esses locais por meio de perguntas norteadoras como “quais os principais elementos da praça”? “O que faz a praça diferente das demais da cidade? Quais os lugares mais importantes da praça para vocês? Por quê?”. O 1º mapa que indica os lugares considerados mais importantes – seja por pontos positivos ou negativos – na praça segundo os moradores. Para a confecção do 2º mapa, partimos dos locais mais lembrados e apontados como distintivos da praça, para os lugares que mais precisavam de cuidados, sempre estimulando que os próprios participantes pudessem assinalar no mapa esses lugares com as canetas coloridas. Foi criada uma legenda para cada mapa e finalizada a oficina passamos ao trabalho de laboratório para digitalização dos mapas participativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que os resultados da oficina ainda estejam em análise é possível esboçar as primeiras avaliações da aplicação da metodologia. Primeiramente, é importante destacar o perfil dos moradores composto por lideranças locais. Desse modo, mesmo que o grupo que compareceu para a oficina tenha sido aparentemente pequeno,

entre os participantes estavam pessoas interessadas em contribuir com a discussão sobre a preservação da praça. Outro ponto interessante na realização da cartografia participativa no caso em estudo foi a confirmação da existência do sentido de Lugar pelo envolvimento afetivo com o espaço (SOUZA, 2013), que era aventado como hipótese baseado na observação direta prévia à oficina e com base no relato da experiência do restauro.

Essa relação parece ter relação direta com a participação ativa dos moradores na oficina, principalmente, de uma das moradoras que além de participar da oficina fez a mobilização dos vizinhos e cedeu a garagem de sua casa para a realização da atividade.

Quanto à dinâmica da oficina enfrentou-se alguns desafios, pois o local não era ideal para desenvolvimento da atividade, já que as mesas que haviam disponíveis para desenhar no mapa eram baixas, o que dificultou um pouco para os mais idosos e, também, o tempo foi curto para trabalhar elementos do mapa. Verificou-se a necessidade de uma “alfabetização cartográfica” com os membros do grupo (ALMEIDA; PASSINI, 1994).

No que se refere aos propósitos da pesquisa-ação, acredita-se que esta foi uma etapa importante para a mobilização dos moradores no sentido de definir suas prioridades de demandas não só sobre a praça, mas também sobre outros problemas relacionados aos serviços urbanos daquela região da cidade. Tal ação pretende se antecipar as possíveis intervenções futuras, uma vez que a prefeitura Municipal de Recife se encontra em fase de elaboração dos planos de gestão efetivos para os Jardins de Burle Marx em Recife. A discussão entre os moradores sobre o que conservar e como fazê-lo através dos mapas pode contribuir concretamente para o processo de participação política também em torno não só da discussão da preservação da praça, mas de outras questões relacionadas a cidadania que foram acionadas durante a oficina.

**Palavras-chave:** Cartografia Participativa; Patrimônio; Espaço público; Geografia.

## REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSERALD, H (Org). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008.

ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y. O espaço geográfico: ensino e representação. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DIONNE, H. (2007). A pesquisa-ação para o desenvolvimento local. Brasília: Liber.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. IN: **Confinns** [Online], 5 | 2009. Disponível em: <<http://confinns.revues.org/5724>>. Acesso em: 02 Mar. 2013.

MARCONI, M. LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, G de A. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. 2ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ CARNEIRO, A. R. S.; FIGUEROA SILVA, A.; MAFRA, F. Restaurando o jardim moderno de Burlle Marx: a Praça Faria Neves no Recife-PE. In: **Anais do 7º Seminário Docomomo**. Brasil. Porto Alegre: PROPAR UFRGS, 2007.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. I Ed: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

# SER MÚSICO EM SANTARÉM: CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CIDADE

*Larissa Beatriz de Andrade Aguiar*<sup>1</sup>

*Yasmin Walter Silva*<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo mostrar a visão crítica que 10 músicos atuantes no cenário musical da região têm sobre as condições de trabalho na cidade de Santarém. De acordo com Simões (2011) a sociedade tende-se a esquecer que o músico também é um trabalhador, quase sempre um empregado, um indivíduo buscando seu sustento através da arte, trabalhando para viver em sociedade. Por desempenhar um trabalho não alienado, ou seja, por não estar separado de seu produto e por controlar todo o processo, o músico, como os demais artistas escapam à classificação habitual de trabalho remunerado. É fato que o artista profissional, seja pintor, escultor, músico, não cria ou interpreta apenas para si, em sua casa, mas sim, ele produz para um público, um mercado, uma plateia. Com isso, verifica-se a importância de pesquisas em relação ao reconhecimento da profissão, que assim como as outras, também devem ser dignas de conquistar seu espaço na sociedade.

A pesquisa teve como pergunta norteadora: Como é ser músico em Santarém? Com o objetivo de obter a perspectiva e opinião dos 10 músicos entrevistados quanto às condições presentes na cidade de Santarém para exercer a profissão de músico e partindo para a análise de cada aspecto determinante para maior entendimento e conhecimento quanto às reais perspectivas dos profissionais inseridos dentro do contexto musical santareno.

---

1 Estudante de Licenciatura em Inglês da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [larissa.aguiar@aiesec.net](mailto:larissa.aguiar@aiesec.net) Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0268786341857801>.

2 Estudante de Licenciatura em Inglês da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [yasmin.walter@aiesec.net](mailto:yasmin.walter@aiesec.net). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8347345992665610>.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada no município de Santarém, localizada no oeste do Pará, tendo como participantes 10 músicos que atuam em Santarém. Em relação aos dados sócios demográficos, os entrevistados possuíam faixa etária entre 18 e 65 anos. A identidade de todos os entrevistados vai permanecer anônima, como explicitado no termo de consentimento e livre esclarecimento, no qual garantia a preservação da identidade e qualquer informação confidencial dos entrevistados. Foi utilizada uma abordagem qualitativa com caráter descritivo-expositivo. Os dados foram obtidos por meio de gravação de voz, após o consentimento dos entrevistados e em seguida após as entrevistas as respostas obtidas foram submetidas à análise para a construção do discurso coletivo conforme LEFÉVRE (2005), para isso foram realizados os passos a seguir: 1) a transcrição da entrevista gravada na íntegra, em seu devido lugar na tabela. 2) identificação e grifos das expressões-chaves, nas respostas. 3) Construção das ideias centrais a partir das expressões-chaves localizadas, colocando as ideias centrais alinhadas ao correspondente na tabela. 4) Identificação e organização de ideias centrais de mesmo sentido ou equivalente em tabelas. Ordenando em (grupos identificados por letras como: A, B, C, etc. 5) Criação de uma ideia central que expresse o conteúdo contido nas outras ideias de mesmo sentido. 6) Processo de construção do DSC, foi construído para cada grupo um discurso. 6.1) A primeira etapa para a construção do DSC consiste em copiar as expressões-chaves para a nova tabela em seus respectivos grupos. 6.2). No processo de construção do DSC foi colocado em sequência as expressões-chave obedecendo a uma esquematização do tipo: começo, meio e fim ou do meio mais geral para o menos geral e mais particular, todas as partes do discurso ou parágrafos foi feita através do uso de conectivos que proporcionaram a coesão do discurso, promovendo a eliminação da particularidade, idade. Vale destacar que para a construção do DSC, foi utilizado todo o discurso destacado das expressões-chave.

## DISCUSSÕES

Souza e Borges (2010) abordam em seu artigo que, os músicos estão definidos como as pessoas que tocam um ou vários instrumentos musicais, sejam eles de sopro, cordas ou percussão. Segundo eles, consideram-se cantores os indivíduos que cantam em público, apresentando-se individualmente ou em grupo, para divertir os espectadores e incentivar o desenvolvimento da cultura musical. É importante ressaltar que existe no Brasil uma instituição que regula o exercício da profissão de músico, sendo ele chamado de Ordem dos Músicos do Brasil (OMB), criada por meio da Lei n. 3.857 de 22 de dezembro de 1960. A OMB exige registro do profissional, que, por sua vez, requer ao profissional submeter-se ao exame específico. A OMB, com forma federativa, é constituída do Conselho Federal dos Músicos e de Conselhos Regionais, dotados de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e patrimonial.

No mais, tendo como ponto de partida a contextualização quanto a atual definição e situação do profissional de música, a pesquisa em questão embasou-se na temática da condição de trabalho de músicos mais especificamente na cidade de Santarém, tendo como fundamento principal na pergunta “Como é ser músico em Santarém?”. E a partir da mesma foram extraídas as principais respostas dos participantes de acordo com os princípios básicos e conceitos fundamentais do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de LEFÉVRE (2005). Após a análise e categorização das respostas surgiram 8 ideias centrais acerca da pergunta norteadora, Como é ser músico em Santarém?: a) Há dificuldade em ser músico em Santarém, b) Falta de estrutura para as apresentações musicais em Santarém, c) A desvalorização do músico santareno está relacionada à má remuneração, d) A maioria dos músicos santarenos possui outra fonte de renda, e) Santarém é rica em cultura, f) A parceria entre os músicos santarenos é o principal ponto de apoio, g) Há intervenção de órgãos em shows noturnos em Santarém, h) Os músicos santare-

nos adotam a prática musical por prazer. E outras perguntas realizadas foram quanto ao tempo de carreira musical, que variam de 2 a 47 anos, quanto aos locais mais frequentes de apresentação, como bares e casas de shows, em relação a escolaridade entre o ensino fundamental e ensino superior e quanto ao vínculo empregatício que possuem além da atividade musical, onde apenas um dos entrevistados consegue viver apenas exercendo a atividade de músico.

Algumas falas das ideias centrais extraídas das respostas dos participantes são válidas para expressar de forma mais consistente a perspectiva quanto à temática que estava sob investigação, por exemplo, na ‘Ideia central A: Há dificuldade em ser músico em Santarém’, como pode ser visto no DSC: “*Ser músico em Santarém hoje em dia é aos trancos e barrancos, é um pouco complicado. Por que pela questão da falta de... de você ter acesso ao conhecimento musical né. Mas nos tempos passados era mais difícil. Pro músico hoje em dia sobreviver tem que passar por cima de muita coisa, é complicado sobreviver só de música*”. Podemos ver que, na prática, as condições de trabalho de músicos na cidade não são fáceis e ainda se associam a pouca acessibilidade quanto ao conhecimento que poderia ajudar na melhor capacitação dos profissionais para o mercado de trabalho.

*Outro exemplo na ‘ideia central D: A maioria dos músicos santarenos possui outra fonte de renda’, a ideia fortalece a perspectiva de condições inadequadas para trabalho, sendo a remuneração um desses fatores, onde os músicos tentem, em sua maioria, utilização da música apenas como um complemento para renda, sendo que dessa forma não conseguem se dedicar por completo para a profissão de músico. Como nas falas dos entrevistados: “É complicado viver só disso, eu sou funcionário público paralelamente à atividade de ser músico, a maioria dos músicos aqui de Santarém tem outra coisa por fora né. Então a música não levo como emprego, mas sim como complemento*”. E na ‘ideia central

H: Os músicos santarenos adotam a prática musical por prazer’, a falta de valorização do músico reflete diretamente na remuneração, o que ocasiona a prática musical como um complemento de renda e uma atividade prazerosa, dessa forma a profissão de músico para muitos dos profissionais da cidade acaba por se tornar uma atividade adicional não só na renda financeira, como também na rotina e prioridades diárias. A seguir o DSC identificado na fala do sujeito: *“Música não era para ganhar dinheiro, era uma coisa para prazer mesmo”*. A partir desses breves exemplos extraídos dos discursos dos participantes, é nítido que as condições para o desenvolvimento da profissão de músico na cidade ainda são falhas e pouco estruturadas, no que diz respeito a capacitação e a estrutura para o mercado de trabalho, entretanto, ainda assim, a profissão não deixa de ter espaço de grande importância e potencial e isso se deve, principalmente, à dedicação dos músicos a profissão mesmo que com pouca estrutura para o desenvolvimento na cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização desta pesquisa demonstrou resultados expressivos. A coleta de dados trouxe incentivo aos pesquisadores envolvidos, assim como aos entrevistados, que almejam através desta pesquisa mostrar a realidade do músico em Santarém, que tem de enfrentar muitas dificuldades para seguir a carreira. E que através da realização desta pesquisa possa haver um maior conhecimento sobre as atuais condições de trabalho de músicos tendo como objetivo compreender quais as principais mudanças a serem feitas e como podemos contribuir e trabalhar para isso, trazendo assim uma maior valorização da profissão de músico dentro do cenário da região de Santarém.

Com a análise do discurso dos sujeitos foi possível identificar semelhanças nas respostas dos entrevistados quanto às principais dificuldades nas condições de trabalho dos músicos em Santarém. Concordando que a profissão musical na cidade tem pouco

prestígio e que ainda não é possível viver unicamente dessa atividade. Tem destaque nas falas dos entrevistados a falta de estrutura e auxílio para os músicos na cidade de Santarém, o que impede o desenvolvimento desta profissão na região.

Diante desses resultados, percebe-se que a paixão do músico pela arte é maior do que as adversidades encontradas em sua carreira, o que ainda vem sendo o principal fator na decisão dos profissionais em seguir e continuar na profissão, mesmo com as maiores adversidades com as quais precisam lidar diariamente.

**Palavras chaves:** Música em Santarém; Dificuldades; Condições de Trabalho.

## REFERÊNCIAS

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O Discurso do Sujeito Coletivo:** um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2. Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2005. Pp. 13-57

SOUZA, Sandra; BORGES, Livia de Oliveira. **A profissão de músico conforme apresentada em jornais paraibanos.** Psicologia & Sociedade. Paraíba, 2010.

SIMÕES, Julia da Rosa. **Ser músico e viver da música no Brasil:** um estudo da trajetória do Centro Musical Porto-Alegrense (1920-1933) Porto Alegre, 2011.

Lei n. 3.857, Ordem dos Músicos do Brasil (OMB).

# DIREITO À MÚSICA: ENSAIO ETNOGRÁFICO DE UMA MUSICOLOGIA TAPAJOARA

*Elen Jaqueline da Silva Santos<sup>1</sup>  
Paula Pires Pinheiro<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

Inicialmente o estudo da pesquisa seria ligado apenas a um estudo em sala de aula, dado como sistema avaliativo de pesquisa de campo sobre musicologia na disciplina Antropologia da Arte. No processo de análise sobre grupos musicais, o objetivo estava no contexto de produção de música e formas de disseminação da musicalidade regional. Dentre as problemáticas identificadas nos relatos, o que está presente em todos eles é a dificuldade de apoio em nível municipal e estadual. A partir disso, nosso objetivo foi revelar a memória musical que existe em Santarém e região através do movimento de empoderamento das bandas da localidade na inserção Os Híppies de Santarém no projeto Pixinguinha de 1977, realizado pela Fundação Nacional de Artes (FUNARTE).

## METODOLOGIA

- Coleta e reunião de um material que diz respeito aos compositores e produtores musicais de grupos que conhecemos e que fazem parte da memória e história popular da cultura Santarena;
- Buscar pessoas chaves para resgatar a representatividade que essas têm com o gênero abordado (musicalidade);

---

1 Discente Instituto de Ciências da Sociedade 8º semestre. Estudante de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [elenjaqueline2009@hotmail.com](mailto:elenjaqueline2009@hotmail.com).

2 Discente Instituto de Ciências da Sociedade 8º semestre. Estudante de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: [paulappinheiroo@gmail.com](mailto:paulappinheiroo@gmail.com).

- Seleção de protagonistas e interlocutores: Sr. Odilson Matos, Sra. Ivone Picanço e Sr. Andrew Salgado;
- Foi montado um esquema de entrevista baseado em documentos já existentes e acrescentando hipóteses e questões sobre produção, recepção e transmissão para os integrantes;
- Análise narrativa e forma de entrevista não estruturada (Fotos, músicas, gravações).

## DISCUSSÕES

A antropologia da arte teve o papel fundamental para o entendimento das estruturas sócio culturais que encontramos nos discursos e narrativas dos nossos interlocutores. A primeira dessas observações se deu na primeira das entrevistas com o músico Andrew Salgado sobre as mudanças sociais e sua não identificação com as obras dos artistas renomados da cidade. Em sua perspectiva, ele acredita que a mudança fundamental não seria apenas uma questão telúrica e romântica, uma vez que não faz muito sentido abordar somente isso em suas músicas, mas abordar, também, problemas sociais, pois a música é o reflexo da sociedade, que tem relação com os pensamentos nos trabalhos de Sigger e José Jorge de Carvalho, que falam sobre transformação de uma sensibilidade musical contemporânea e mudanças sociais e políticas que afetam tanto positivamente quanto negativamente no contexto de produção musical.

A segunda observação de narrativa vem da entrevista do intérprete Odilson Mattos que não está desvincilhada do contexto da primeira fala, mas corrobora com o mesmo tipo de pensamento, diz respeito a um valor de produção e reprodução da música e cita também privilégio tanto individual quanto coletivo que colaborou para o alavancamento do grupo na área musical tanto nacionalmente quanto municipalmente. Em entrevista, ele fala que por conta de seu status social elevado, sua influência social e política fez com

que o grupo se destacasse em meio aos clubes da cidade e festivais ao redor do Estado, ficando cada vez mais conhecidos e convidados a se apresentarem em variados locais. Esse discurso conecta-se com a problemática de um dos principais autores da Teoria Antropológica da Arte, que sempre aborda e frisa na identificação de processos e dos indivíduos, não apenas nos objetos em si. Já que processos e indivíduos são os verdadeiros agentes das relações e são completamente assimétricos e suficientes para a captura de produções e relações em sociedade não ocidentais. Gell (1998).

A terceira observação seria da intérprete Ivone Picanço, na qual sua história, de certa maneira, iguala-se a de Odilson Mattos, mas se iguala apenas no contexto teoria de autores que falam de relação social. Ivone começou sua carreira aos quatorze anos, ela diz que sofreu bastante preconceito por ser a primeira mulher a integrar um conjunto. E por ser mulher, negra, pobre, a sociedade era bastante preconceituosa e não acreditava em seu potencial, com a ajuda de Odilson, que viu seu talento, ele a chamou para integrar o grupo. Ivone diz que, a influência de Odilson na sociedade a fez ter mais visibilidade e seu talento pôde ser reconhecido e com tanta influência o Sr. Odilson Mattos trouxe para Santarém o Projeto Pixinguinha, onde se reuniram vários artistas nacionais e regionais. Aí se confirma a teoria de Gell sobre o status social influenciar a aceitação em certos meios sociais.

O Projeto Pixinguinha foi lançado em 1977, mesmo ano da Fundação Nacional de Artes (Funarte), inspirado na série de shows Seis e Meia, que, desde 1976, lotava o Teatro João Caetano, no Centro do Rio de Janeiro, com espetáculos a preços populares (...) De 1977 a 1997, o Projeto Pixinguinha ocorreu regularmente. A iniciativa teve um intervalo e o projeto voltou a ser realizado de 2004 a 2007. Em 2008, teve novo formato, com realização até 2009. Agora, será retomado em 2017 com força total e novo formato. (...) A iniciativa consiste em 60 espetáculos musicais, realizados em 60 cidades das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, entre os

meses de maio e novembro. Serão selecionadas 15 duplas de artistas, formadas por um artista consagrado e um mais novo, associado à região onde os espetáculos serão realizados. (GELL, 1998)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um movimento muito grande a respeito do que é produzido, mas não reconhecido, não patrocinado e não alavancado. Santarém é muito mais que belas paisagens turísticas. A cidade, hoje em dia, principalmente, está cercada de problemas estruturais de todos os tipos e isso precisa ser visto e reparado. O descaso com a musicalidade é um dos aspectos que necessitam de atenção para continuar florescendo boas relações interculturais diversas e reconhecendo o traço existente nessa região.

Como John Blacking ressaltava: “No fundo, a música, não é o aspecto mais importante do fazer musical, não somente para quem a estuda, mas também para aqueles que participam dela. Este é o caráter especial das atividades musicais que é sociológica e antropológicamente problemático, mais que as características que elas têm em comum com outras atividades sociais”.

Contudo, creio que esse trecho reafirma a proposta conclusiva desse trabalho. Que vem em defesa de uma percepção menos romântica de um aspecto cultural de exaltação e celebração de algo que visivelmente apresenta problemas, mas que continua sendo um traço de muita importância no contexto municipal e por que não nacional?!

**Palavras-chave:** Música; Musicologia; Santarém; Cidade; Social.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, J.J. **Transformações da sensibilidade musical contemporânea.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 11, p. 53-91. Out 1999

GELL, Alfred. (1998), **Art and Agency**. Oxford Clarendon Press.

BLAKING, John. **How Musical is Man?** Seattle: University of Chicago Press, 1993. 312 p.

SEEGER, Anthony. **Etnografia da Música**. Cadernos de campos, São Paulo, n.17, p.237-260, 2008

<http://www.funarte.gov.br/musica/conheca-a-historia-do-projeto-pixinguinha/>  
Publicado em 25 de Abril de 2017. Acesso em: 09 dez. 2018.

# SAUDADES DA “VEROCA”: MEMÓRIAS DA PRAIA DE VERA PAZ ANTES DO PORTO DA CARGILL, SANTARÉM/PA

*Emylle Nayara Maia da Silva Gomes<sup>1</sup>*

*Andreza Cristina Moraes Viana<sup>2</sup>*

*Thaís de Oliveira Costa<sup>3</sup>*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal reconstituir e difundir memórias dos moradores acerca do bairro do Laguinho antes e depois das transformações impostas pelo processo de implantação do Terminal Fluvial de Granéis Sólidos, da multinacional Cargill – um complexo de estruturas portuárias e de armazenamento que foi implantado na orla do bairro do Laguinho. A construção do Terminal da Cargill teve início em 1999 e, devido aos diversos impasses que provocou, sua operação começou em 2003. O Terminal Fluvial de Granéis Sólidos de Santarém foi construído para escoar parte da produção de grãos adquirida pela Cargill na região centro-oeste do Brasil (Mato Grosso) e também permitiu à comunidade local a possibilidade de escoamento de sua produção.

Os funcionários das Docas em Santarém/Pará, informaram a cada família residente na antiga praia da Vera Paz que teriam de se deslocar no prazo de um mês para dar lugar à construção da Cargill. Em contrapartida, receberiam uma indenização para construir moradia em outro lugar. Na época, a promessa da empresa era de que a população santarena se beneficiaria com a construção do

---

1 Graduanda do Curso de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: emyllemaias@outlook.com

2 Graduanda do Curso de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: amoraesviana@gmail.com

3 Graduanda do Curso de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: thaiscosta126@gmail.com

complexo portuário. Quase 20 anos depois, diversas modificações se abateram no bairro, entre elas a extinção da praia da Vera Paz.

Quando a praia da Vera Paz chegou ao seu fim, não houve outra alternativa de lazer e entretenimento para a população santarena que outrora tinha acesso a uma praia de custo zero. Essa praia representava um lar para uns e refúgio para outros e, com a sua submersão, hoje representa saudade. É a partir dessa noção que foi desenvolvido este trabalho de extensão universitária no bairro, recolhendo fotografias para digitalizar e registrando histórias orais junto a moradores, a fim de reunir todo o material em um banco de dados que possa ser disponibilizado aos próprios donos, preferencialmente em plataformas digitais. Com essa iniciativa, estreitam-se os laços com os moradores do bairro, ao mesmo tempo que se contribui para a preservação de sua memória.

## **METODOLOGIA**

Este projeto nasceu de um estudo etnográfico concebido como parte dos pré-requisitos de uma disciplina de métodos em antropologia. Esse estudo foi realizado com os moradores do bairro do Lagunho, a fim de explorar as relações afetivas que estes moradores tinham com a praia. No decorrer do processo, o que ficou evidente foi que essas relações simbolizavam mais que um sentimento de pertencimento ao lugar, pois a “Veroca” era descrita como parte da essência deles. Diante disso, foi dada a sequência às pesquisas criando o projeto “Saudades da Veroca” com a finalidade de prolongar as memórias dos moradores em relação a sua saudosa praia.

Na fase de pesquisa, a metodologia do projeto exigia que os entrevistados tivessem faixa etária maior que 30 anos, pois assim teriam presenciado o fim da praia e a construção do porto da Cargill. A coleta de dados foi feita a partir da observação participante, fotografias, diário de campo, celular como gravadores e levantamento

bibliográficos. As entrevistas foram gravadas e transcritas, estabelecendo, juntamente com as fotografias a base desse estudo.

O uso da imagem, principalmente na antropologia, vem demonstrando que a fotografia e a etnografia podem contribuir entre si. Godolphim afirma que os métodos audiovisuais nos trabalhos antropológicos podem ser usados de diferentes formas: “como um instrumento de pesquisa, isto é, de produção de conhecimento etnográfico, onde a fotografia é tomada como mais uma técnica de documentação, junto com o caderno de campo e o gravador, que se usa para registrar os seus dados” ou “como elemento de interação na devolução do material fotográfico, estimulando a relação com o grupo estudado e abrindo um campo de diálogo, de expressão da memória e das reflexões dos informantes sobre as imagens devolvidas” ou ainda “como um elemento do discurso antropológico: como parte integrante de um ‘texto’”(GODOLPHIM,1995, p. 129-130).

## DISCUSSÕES

Com as informações pesquisadas em bancos de dados, foi observado que alguns movimentos sociais foram contra a implantação da empresa, conseguindo na época barrar passos a mais da construção. Um dos líderes desses movimentos era um padre ativista que coordenava o Grupo em Defesa da Amazônia (GDA), chamado Edilberto Sena.

Edilberto Sena, um dos líderes dos movimentos sociais que nos anos 2000 lutou contra a implantação da Cargill, mostrou-se bastante disponível a responder todos os questionamentos. Ele informou sobre como a praia era um lugar para complementar a renda das famílias e que a Companhia das Docas do Pará, sendo dona da área, tinha interesse em leiloar o local, onde fizeram a remoção dessas famílias e divulgaram uma imagem negativa do lugar, como ponto de marginalização para os jovens.

Foram sequências de irresponsabilidades por parte da empresa. Sem falar que grande parte da população santarena não tinha ciência do sítio arqueológico, tampouco sobre os impactos que sua destruição ocasionaria para a cidade. Quando iniciaram a construção, ainda não tinha sido elaborado o Eia-Rima<sup>4</sup>, e mesmo assim prosseguiram com o apoio das autoridades locais: vereadores, prefeito, empresariado e algumas classes estudantis que estavam “iludidos com a promessa de emprego e renda”. Os grupos que eram contra o empreendimento da Cargill eram coagidos, chamados de “contra o desenvolvimento”, pois na época a mídia fazia uma forte propaganda de avanço para Santarém.

Como citado acima, a Cargill foi construída ilegalmente na praia, com apoio governamental, passando por cima das exigências de estudos de impactos ambientais e, sobretudo, das vidas/histórias das 20 famílias que ali viviam. Dessa forma, trata-se de memória coletiva e não de memória individual, como esclarece Maria Schmidt e Miguel Mahfoud:

(...) o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993:291).

Levantados os dados sobre as principais referências do

---

4 O Estudo de Impacto Ambiental - EIA é um dos instrumentos estabelecidos no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, especialmente no caso de obras e atividades com grande potencial de causar degradação. Assim, a legislação brasileira determina a preparação de um documento resumido e em linguagem acessível, denominado Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para que a comunidade envolvida possa tomar conhecimento do conteúdo do EIA e participar do processo de licenciamento ambiental, com críticas e sugestões.

bairro, foi feito um mapeamento com a localização das pessoas indicadas, chegando até a casa de dona Osmarina e seu Anacleto, uma das famílias que foram despejadas pela empresa no período da construção do Porto. As informações a seguir foram transcritas no momento da conversa.

Dona Osmarina relatou que sua família veio morar em Santarém em 1967 e sua mãe decidiu morar na beira da praia da Vera Paz, a “Veroca”, devido à abundância da água, logo abaixo do que hoje é a Avenida Tapajós. Segundo ela, muitas famílias moravam lá.

O casal criou seus oito filhos na beira da praia, todo domingo de manhã iam para missa na igreja de São Raimundo. Ao chegar da missa, o destino era quase o mesmo, assavam peixe e compartilhavam com seus filhos e vizinhos. A relação de compartilhamento de alimentos era uma prática muito comum entre eles e a reunião para fazer “piracaia” era cotidiana. Trata-se de reuniões onde grupos de amigos e familiares se reúnem na praia, preparando peixes em espetos de galhos de árvores para assá-los, prática de lazer bem comum entre os santarenos e população de região, repassada por gerações.

Após a desapropriação da praia, o costume de reuniões entre moradores ficou limitado às próprias famílias, pois os vizinhos se dispersaram para outros bairros e cidades próximas. Agora, ao invés de piracaias passaram a fazer feijoada nos dias de domingo. Dona Osmarina conta emocionada “eu não queria sair de lá, pois me sentia muito bem lá”.

O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. (NORA, 1993, p. 7)

No final da conversa foi perguntado a ela qual sentimento descreveria o contraste de como era a “Veroca” e como está agora, e ela respondeu chorando: Saudade!

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio dos dados obtidos com a pesquisa no bairro, confirmou-se a hipótese de que a Cargill se apropriou desse local, chamado hoje de “antiga praia de Vera Paz”, trazendo diversas implicações negativas não só no âmbito ambiental, com a submersão da praia, mas também na esfera sociocultural, como a realocação das famílias, a destruição do sítio arqueológico e as transformações repentinas de hábitos e costumes que eram próprios do local, ocasionadas pela dispersão dos moradores.

É visível na coleção de fotografias, fruto desta pesquisa, que o local rememorado pelas famílias simbolizava uma extensão de seus lares, onde viviam em constante comunhão. Ressalta-se também que lembrá-los de cada história através das fotografias transformando esses documentos em um acervo digital para as futuras gerações é um mecanismo de resguardar a memória da história local.

De modo geral, segundo as pessoas entrevistadas, a praia de Vera Paz era um local muito conhecido por sua beleza, tranquilidade e por ser um local acessível para a população de baixa renda que não podia se deslocar para lugares longínquos. Na maioria das entrevistas percebe-se a saudade das histórias ali vividas, dos momentos de comunhão que jamais poderão ser ressarcidos por indenizações ou por construções físicas. Em suma, este trabalho teve a finalidade de permitir a comunidade o reviver de sua própria história com a saudosa Veroca, além de contemplá-los com o retorno da atividade desenvolvida no bairro.

**Palavras-chave:** Memória; Impactos; “Antiga” Praia de Vera Paz.

## REFERÊNCIAS

**EIA RIMA**. CPEA Consultoria paulista de estudos ambientais. fev. 2010. Disponível em: [http://www.sema.pa.gov.br/download/RIMA%20CARGILL\\_2010.pdf](http://www.sema.pa.gov.br/download/RIMA%20CARGILL_2010.pdf). Acesso em 23, fev. 2018.

GODOLPHIM, Nuno. “**A fotografia como recurso narrativo: problemas entre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica**”. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 125-142, 1995.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares/ Pierre Nora**; tradução Yara Aun Khoury. São Paulo: Proj. História, 1993.

SCHMIDT, Maria Luisa Sansoval, MAHFOUD, Miguel. **HALBWACHES: Memória Coletiva e Experiência**. São Paulo: Psicologia USP, 285-298, 1993.

OLIVEIRA, Miguel. **Cargill terá segunda audiência pública para avaliar Eia/RIMA**. Disponível em: <<http://blogdoestado.blogspot.com/2010/11/cargill-tera-segunda-audiencia-publica.html>> Acesso em: 11 de setembro de 2017.

## II SEMINÁRIO DE DIREITO À CIDADE EM SANTARÉM-PA



Abertura musical do II Seminário de direito à cidade



Mesa de abertura com os Prof. Ana Claudia e Prof. Bruno Vieira



Apresentação de resumos expandidos



Apresentação de resumos expandidos



Minicurso Direito à Cidade e Juventude



Minicurso Direito à Cidade e Políticas Públicas



Minicurso “as cidades no interior da Amazônia e sua cartografia”



Facilitadores do minicurso Direito à Cidade e Juventude



Thiago Rocha relatando os desdobramentos do PDMP



Ana Beatriz e Erick Pinho discutindo o Direito à Moradia



Ronaldo (UES) sobre licitação do transporte



Padre Edilberto e Narciso no debate sobre o Saneamento Básico no município de Santarém-PA

## Comissão Organizadora

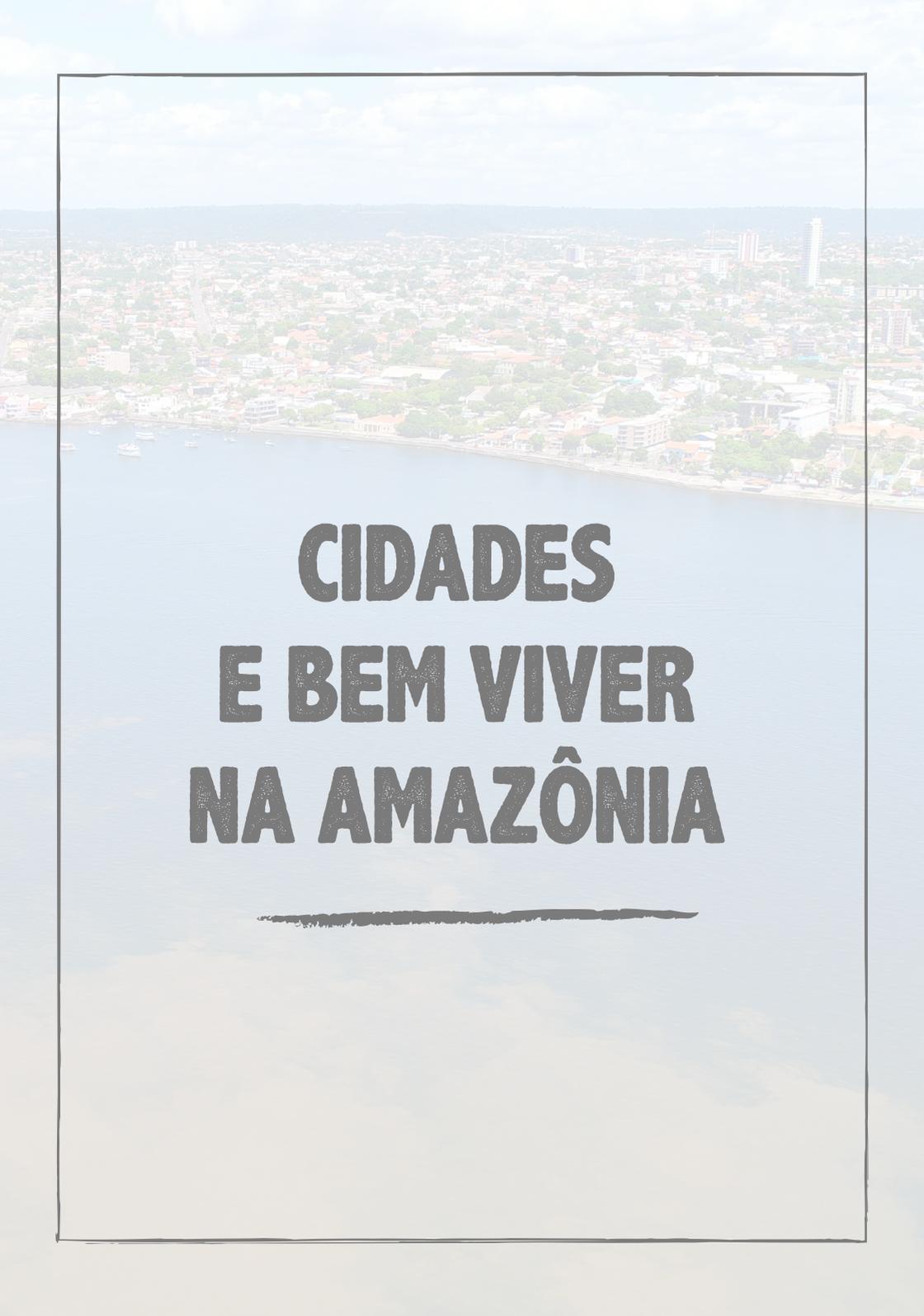
II Seminário de Direito à Cidade em Santarém-PA



## II Seminário de Direito à Cidade em Santarém-PA

“Cidades e Bem Viver na Amazônia”



An aerial photograph of a city built on a riverbank. The foreground is dominated by a wide, calm body of water with a sandy or silty bottom. The city extends along the riverbank, featuring a mix of residential buildings, some taller commercial structures, and green spaces. The background shows a hazy horizon under a sky with scattered clouds.

**CIDADES  
E BEM VIVER  
NA AMAZÔNIA**

---